

RICARDO ANTONIO DE MARCO



**A RESPONSABILIDADE
SOCIAL UNIVERSITÁRIA**

Instituições comunitárias,
democracia e sociedade.

doi.org/10.18593/978-85-98084-32-9

**editora
unoesc**

© 2023 Editora Unoesc

Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc

É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da editora.
Fone: (49) 3551-2000 - Fax: (49) 3551-2004 - www.unoesc.edu.br - editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação
Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro
Revisão linguística e metodológica: Carlos Libman e Paula Stechenski Zaccaron
Capa: Saimon Vasconcelos Guedes
Projeto Gráfico: Saimon Vasconcelos Guedes
Diagramação: Saimon Vasconcelos Guedes

Dados Internacionais de Catalogação-na- Publicação (CIP)

D278r De Marco, Ricardo Antonio.
A responsabilidade social universitária: instituições comunitárias, democracia e sociedade / Ricardo Antonio De Marco. – Joaçaba: Editora Unoesc, 2023.
303 p. : il. ; 23 cm

ISBN e-book: 978-85-98084-32-9
Inclui bibliografias

1. Universidades e faculdades - Responsabilidade social. 2. Universidades e faculdades comunitárias. 3. Democracia. 4. Ensino superior. I. Título.

CDD 378.155

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Unoesc de Joaçaba

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Reitor

Ricardo Antonio De Marco

Vice-reitores de Campi

Campus de Chapecó

Carlos Eduardo Carvalho

Campus de São Miguel do Oeste

Vitor Carlos D'Agostini

Campus de Videira

Carla Fabiana Cazella

Campus de Xanxerê

Genesio Téio

Pró-reitora de Ensino

Lindamir Secchi Gadler

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-
Graduação, Extensão e Inovação
Kurt Schneider

Diretor Executivo

Jarlei Sartori

Conselho Editorial

Tiago de Matia

Sandra Fachineto

Aline Pertile Remor

Lisandra Antunes de Oliveira

Marilda Pasqual Schneider

Claudio Luiz Orço

Ieda Margarete Oro

Silvio Santos Junior

Carlos Luiz Strapazon

Wilson Antônio Steinmetz

César Milton Baratto

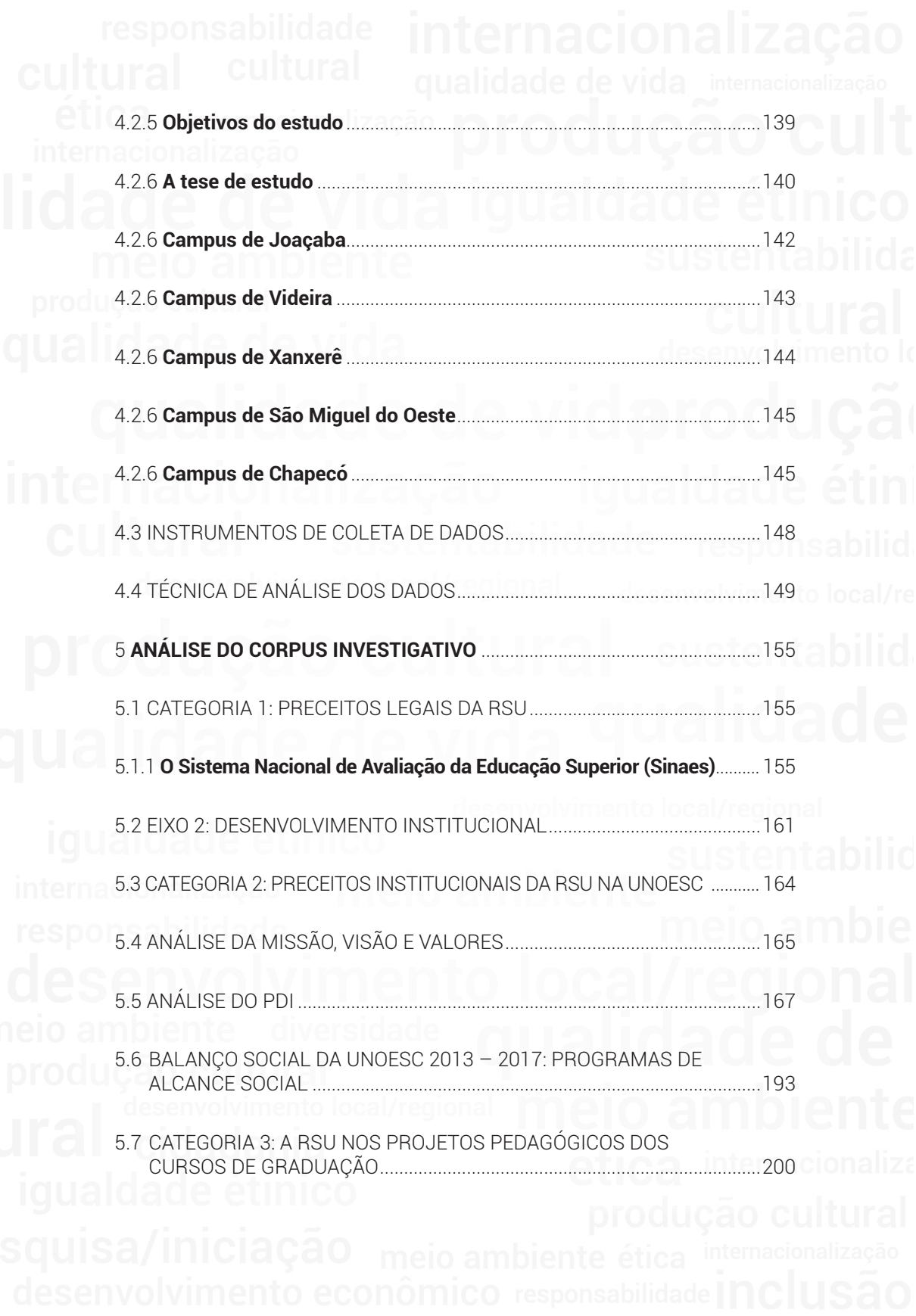
Marconi Januário

Marceli Maccari

Daniele Cristine Beuron

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	13
1 INTRODUÇÃO	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 DA RESPONSABILIDADE SOCIAL À RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA: CONTEXTO E EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS.....	23
2.1.1 Indicadores de Responsabilidade Social	36
2.1.2 Responsabilidade Social Universitária	43
3 CENÁRIO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	48
3.1 EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	49
4 PERCURSO METODOLÓGICO	80
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	81
4.2 RELEVÂNCIA, PROBLEMA, OBJETIVOS E A TESE DA INVESTIGAÇÃO.....	83
4.2.1 Relevância pessoal-profissional	83
4.2.2 Relevância científica e acadêmica	84
4.2.3 Relevância social	135
4.2.4 O problema de investigação	136



4.2.5 Objetivos do estudo	139
4.2.6 A tese de estudo	140
4.2.6 Campus de Joaçaba	142
4.2.6 Campus de Videira	143
4.2.6 Campus de Xanxerê	144
4.2.6 Campus de São Miguel do Oeste	145
4.2.6 Campus de Chapecó	145
4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	148
4.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS.....	149
5 ANÁLISE DO CORPUS INVESTIGATIVO	155
5.1 CATEGORIA 1: PRECEITOS LEGAIS DA RSU.....	155
5.1.1 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)	155
5.2 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	161
5.3 CATEGORIA 2: PRECEITOS INSTITUCIONAIS DA RSU NA UNOESC.....	164
5.4 ANÁLISE DA MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	165
5.5 ANÁLISE DO PDI.....	167
5.6 BALANÇO SOCIAL DA UNOESC 2013 – 2017: PROGRAMAS DE ALCANCE SOCIAL.....	193
5.7 CATEGORIA 3: A RSU NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO.....	200

5.8 CATEGORIA 4: ANÁLISE CONFIRMATÓRIA DA TESE.....	226
5.9 EVIDÊNCIA CONFIRMATÓRIA 1: REFERENCIAL TEÓRICO	227
5.10 EVIDÊNCIA CONFIRMATÓRIA 2: CUMPRIMENTO DA LEI DO SINAES.....	232
5.11 EVIDÊNCIA CONFIRMATÓRIA 3: PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	233
5.12 EVIDÊNCIA CONFIRMATÓRIA 4: DADOS PRIMÁRIOS DA COMUNIDADE ACADÊMICA.....	235
5.13 EVIDÊNCIA CONFIRMATÓRIA 5: DADOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	249
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	254

Este estudo é dedicado à minha família.
À Jucielly, minha esposa;
aos meus filhos, Ricardo e Miguel;
à minha mãe, pelo amor incondicional;
à minha irmã, Betania, pelo apoio.

AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Dirléia Fanfa Sarmento, por ter exercido uma orientação dedicada e comprometida. Suas críticas construtivas foram de valor inestimável para atingir os resultados alcançados. Sua altivez com o trato deste eterno orientando e aprendiz serviu de motivação e é exemplo para a vida.

Ao Professor Irmão Dr. Jardelino Menegat, pelas indicações e sugestões que propiciaram melhor delineamento deste trabalho.

Aos membros da banca, pelas valiosas contribuições e sugestões de melhoria.

À Universidade La Salle, que, por meio do Programa de Pós-graduação Doutorado em Educação, na pessoa de sua coordenadora, de seus professores e de seus funcionários, concedeu o auxílio necessário para realização do Curso.

À Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), por ter estimulado e viabilizado minha participação nesse Programa de Doutorado.

Ao Professor Dr. Aristides Cimadon, Reitor da Unoesc, pelo apoio.

Ao Professor Me. Genesio Téó, Presidente da Fundação Unoesc e Vice-reitor do Campus de Xanxerê, pelo incentivo.

Aos colegas dirigentes, professores e colaboradores da Unoesc Campus de Chapecó.

À secretária da Vice-reitoria, Leonice Troiani, pela prestatividade.

Aos Ir.: da A.:R.:L.:S.: Silêncio de Elêusis, pelo estímulo e compreensão das minhas ausências.

À minha esposa, Jucielly Carla Téó, pelo apoio incondicional, carinho, amor e compreensão.

Aos meus filhos, Ricardo e Miguel, que serviram de estímulo e motivação.

À minha mãe, Metilde Tonet, pela presença e pelo incentivo.

À minha irmã, Betania De Marco, por ter dado sustentação a esta caminhada.

Ao meu cunhado e irmão que a vida me trouxe, Roni Paulo Canali, pelo companheirismo e lealdade de sempre.

E, acima de tudo, agradeço ao grande arquiteto do universo, por ter me permitido chegar até aqui!

"[...] a transformação de um mundo que espelhe Responsabilidade Social deve partir da transformação do nosso mundo interior, a que temos alcance, da possibilidade de fazer o diferencial. Responsabilidade Social implica compreender e explorar o caminho do abraço integrador que significa integrar, reconciliar, juntar as partes, o que depende de cada um de nós."

(Leda Lísia Franciosi Portal)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACG	Avaliação dos Cursos de Graduação
AI	Atos Institucionais
Avalies	Avaliação Institucional dos Cursos Superiores de Graduação
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
Conaes	Comissão Nacional de Avaliação Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
EaD	Ensino a Distância
ENADE	Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes
Epagri	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FEMAI	Fundação de Educação dos Municípios do Alto Irani
Femerp	Fundação de Educação dos Municípios do Rio do Peixe
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil
Fuoc	Fundação Educacional do Oeste Catarinense
FCMSCSP	Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo
Fundrago	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado de Santa Catarina
Fundeste	Fundação Universitária do Oeste Catarinense
Funoesc	Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina
HUST	Hospital Universitário Santa Terezinha
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBICIT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
RSU	Responsabilidade Social Universitária
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
Udesc	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNE	União Nacional dos Estudantes
Uniplac	Universidade do Planalto Catarinense
Unoesc	Universidade do Oeste de Santa Catarina
USP	Universidade de São Paulo

1 INTRODUÇÃO

A ideia de Universidade não é nova¹. Desde a Antiguidade Clássica, no Ocidente, gregos e romanos criaram escolas que pretendiam formar especialistas de alto nível em áreas como retórica, filosofia, direito e medicina. A relação de conhecimento estabelecida era exclusiva entre mestres e discípulos, pela qual o mestre transmitia um modelo de conhecimento espelhado a seus discípulos. Não constituía ainda um espaço institucional de elaboração de conhecimento.

Um lugar social do conhecimento começa a surgir na Europa Ocidental, ao final da Idade Média, no qual a Igreja buscará delimitar o lugar do conhecimento dogmático. Todavia, nesse mesmo espaço surge o espírito e a prática dos debates e discussões públicas, ainda que tutelado pelo mestre e pela ortodoxia inerente.

O espírito dos debates e discussões públicas encontrará solo fértil para o surgimento da chamada Ciência Moderna, a partir dos processos históricos da Reforma e Contrarreforma Protestante.

O fenômeno do Iluminismo, associado à Revolução Industrial, dará forma ao espírito positivista, empirista e pragmático, pelo qual se tornam prioridades a aquisição de conhecimentos técnicos e sua consequente profissionalização, característicos do modelo de universidade napoleônica.

O espaço institucional dedicado à liderança do pensamento e conhecimento científico se desenvolverá rapidamente, tendo como marco a criação da Universidade de Berlim, criada pelo linguista e educador liberal Wilhelm von Humboldt, em 1810, cujo princípio maior foi vincular prática da docência à prática da pesquisa.

¹ LUCKESI, 2001.

Outro modelo de espaço institucional da Universidade surge com a fundação da Universidade de Dublin, pelo Cardeal Newman, em 1851, pelo qual a Universidade é entendida como o espaço do saber universal da criação e difusão do saber. Ambos os modelos defendem a livre autonomia do espaço universitário como condição necessária para o questionamento e investigação.

Historicamente temos estabelecido dois grandes modelos de Universidades que influenciarão a criação das Universidades no Brasil, onde o modelo napoleônico inspira o surgimento de universidades isoladas, com ênfase tecnológica e profissionalizante, de um lado, como a Faculdade de Medicina da Bahia (1808); as faculdades de Direito de São Paulo e Recife (1854); a Escola de Minas (1874), dedicada ao ensino de mineração, metalurgia e geologia, a Escola Militar e Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1874). A primeira Universidade no Brasil surge em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro; em 1933 surge a Universidade de Minas Gerais e em 1934, a Universidade de São Paulo.

O primeiro modelo de Universidade inspirado em Newman no Brasil surgirá com a criação da Universidade de Brasília, fundadas por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.

Foi criada em Santa Catarina, no ano de 1917, o Instituto Politécnico, por iniciativa de alguns profissionais locais. Mais tarde, em 1932, surge a Faculdade de Direito de Santa Catarina. Ambas sob inspiração do modelo tecnológico napoleônico.²

A primeira metade do século XX no Brasil assiste a instituição do modelo público universitário isolado, com gestão centralizada, formação profissionalizante e a serviço dos projetos políticos das grandes elites. Todavia, na mesma esteira, sob orientação confessional, surgem as

² BASTIANI; TREVISOL; PEGORARO, 2018.

primeiras Universidades Pontifícias, através da PUC do Rio de Janeiro e de São Paulo, em 1946; PUC de Porto Alegre, em 1948 e PUC Minas, em 1958, entre outras instituições privadas.

Diversas questões como a liberdade de pesquisa, debate e de participação das comunidades, permaneceram como uma questão sobre a pertinência em atender regiões distantes do país assim como a sua diversidade sociocultural colonizadora.

A grande extensão territorial, associada a uma perspectiva elitista do acesso a alfabetização e ao conhecimento, leva o país a priorizar os grandes centros urbanos para abrigar as novas instituições universitárias. Vastas regiões do território seguem sem a presença de um espaço social para a aquisição, crítica e criação de conhecimento. Disso decorre a criação de diversas escolas técnicas e faculdades isoladas pelo interior do país, sob o financiamento de governos municipais ou de investimento privado.

Em Santa Catarina, sob a iniciativa dos líderes representantes de um conjunto de instituições de ensino superior isoladas, municipais e privadas, cria-se, em 1974, a ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais³, que tem por finalidade reunir esse conjunto de instituições, geri-las e representá-las institucionalmente junto às esferas estadual e federal. Sem fins lucrativos, volta-se para atender às demandas regionais do Estado, buscando atender os anseios de melhoria de qualidade de vida dessas populações.

Em 1993, inspirados pela experiência catarinense, surge o COMUNG – Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas⁴, no Rio Grande do Sul.

³ <https://acafe.org.br/site/>.

⁴ <https://comung.org.br/sobre/>.

Em 2013, sob a Lei 12.881⁵, surge uma legislação que distingue a experiência institucional da ACAFE e do COMUNG, na gestão de instituições de ensino superior, das Universidades públicas e privadas.

Definidas em lei, as Instituições Comunitárias de Educação Superior são organizações da sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que não distribuem qualquer espécie de lucro, que recebem recursos públicos e que têm como vocação a prestação de serviços gratuitos à população, entre outras características.

A ACAFE e o COMUNG abrigam um conjunto de universidades definidas como comunitárias, onde atua de forma mais sensível a reconhecer e atender as demandas regionais através dos cursos técnicos e superior e dos programas de extensão universitária e pesquisa.

Esse modelo busca uma experiência organizacional diferenciada pois conta com a possibilidade de adotar meios de gestão reconhecidamente eficientes do setor privado ao mesmo tempo que conta com o amparo legal e financeiro do setor público.

Nesse livro vamos abordar um dos muitos aspectos da gestão organizacional que trata da Responsabilidade Social Universitária (RSU), em especial, na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), tendo como parâmetro legal Eixo 2: Desenvolvimento Institucional e respectivas Dimensões 1 e 3: a Missão, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a Responsabilidade Social da Instituição, previsto no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Toda e qualquer organização social existente compõe o conjunto de valores e princípios elaborados pela sociedade ao longo do tempo, manifestando maior ou menor grau de conflitos e contradições e, de alguma

⁵ Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.

maneira, ao falarmos da Responsabilidade Social que as organizações têm ou deveriam ter, revela uma crescente conscientização desta com relação aos valores sociais, estimulados, especialmente, a partir do questionamento das pessoas a respeito dos impactos da ação das organizações sobre a sociedade, gerando expectativas mais responsáveis sobre o meio em que se relaciona.

Nesse contexto, a Responsabilidade Social apresenta-se como extensão do papel das organizações, ultrapassando os limites constitutivos e intrínsecos dos modelos organizacionais existentes, centrados na produção de bens e serviços com objetivos de lucros e reprodução de impostos, evoluindo para uma postura de responsabilidade pelo bem-estar da sociedade na qual estão inseridas, por intermédio de um relacionamento ético e transparente, de respeito ao meio ambiente e visando à promoção dos interesses da sociedade.⁶

Ao longo dos séculos, surgiram muitas correntes ideológicas nos meios acadêmicos, religiosos e do Estado sobre Responsabilidade Social, sugerindo a necessidade de evolução no que se refere à melhoria das condições de vida das populações, das condições e oferta de trabalho e renda, de combate ao analfabetismo, de melhoria da saúde pública, de combate à exclusão social, de preservação do meio ambiente e de construção de uma sociedade mais justa e equânime.

Segundo Lira⁷, o conceito de Responsabilidade Social percorreu longo caminho até se consolidar. Sua trajetória inicia em 1899, na França, com A. *Carnegie*, fundador do Conglomerado *U.S. Steel Corporation*, que estabeleceu os princípios da caridade e da custódia às grandes empresas. Duarte e Torres (2005) apontam que o campo de estudos da Responsabilidade Social teve sua expansão em 1906, por meio de Charles Eliot, posteriormente, em

⁶ BENEDICTO, 2008.

⁷ LIRA, 2009.

1907, por Arthur Hakley e, em 1916, com John Clarck. Somente em 1970, a Responsabilidade Social foi reconhecida como um campo de estudos por meio da *Accounting Association* e *American Institute of Certified Public Accountants*.

A partir dos elementos basilares da Responsabilidade Social de valorização de princípios éticos e valores morais, encontra-se nas organizações empresariais um meio de difusão dos seus preceitos, estimulando um novo campo de discussão: a Responsabilidade Social Empresarial. Nesse sentido, a empresa que atua de forma responsável tem internalizado nos seus preceitos constitutivos – missão, visão e valores – o suporte necessário para guiar suas ações de forma responsável em toda a extensão de seus negócios.

Lastreada pelo arcabouço conceitual da Responsabilidade Social (RS) que alimentou a reflexão e a prática empresarial, originando a Responsabilidade Social Empresarial (RSE), acrescenta-se a reflexão da temática central desta tese, qual seja, a Responsabilidade Social Universitária (RSU), que significa pensar não somente nos deveres e nas obrigações da universidade, mas nas incumbências inerentes à natureza institucional das Instituições de Ensino Superior (IES), na transparência e na ética das suas relações, no respeito à diversidade, nas boas condições de trabalho, no respeito às normas democraticamente estabelecidas.⁸

Os autores destacam que a RSU significa pensar sobre uma instituição de ensino superior que adota atitudes éticas em suas práticas, além de assumir obrigações morais com quem interage.

A relevância da compreensão de Responsabilidade Social na área de Educação utiliza alguns conceitos próprios da Administração, Economia, Ciências Políticas e Direito, para explicar o sentido da RSU. A internalização

⁸ WIENHAGE, 2009.

de conceitos próprios desses grandes campos – Administração, Economia, Política e Direito – associada ao viés social, permite que as universidades sejam percebidas como instituições produtoras e indutoras de conhecimento para o desenvolvimento social.

As indicações iniciais apregoam para a direção de que as universidades detenham um olhar mais aguçado para auxiliar na solução de problemas sociais, estimulando o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões: social, cultural, ambiental e econômica.

Desse modo, partindo do viés da Responsabilidade Social, perpassando a Responsabilidade Social Empresarial até se chegar à Responsabilidade Social Universitária, este estudo reúne argumentos propositivos para ampliar a discussão de como as instituições de ensino superior, de caráter comunitário, efetivam a RSU, considerando como aporte legal o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Para tanto, toma como referência o estudo que dá origem à tese desenvolvida na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc).

Considerando a tipologia da Unoesc, uma instituição comunitária, a dimensão da RSU assume importância ímpar, uma vez que, além do que indicam os dispositivos legais, a própria caracterização da IES a coloca numa posição de serviço às comunidades local e regional. Os resultados deste estudo demonstram-se extremamente relevantes à Unoesc, considerando seu lócus de atuação, e às IES, em especial àquelas de caráter comunitário. Nesse norte, ganha o meio universitário, pois tem disponível uma análise criteriosa sobre o real papel das ações de extensão quanto à RSU, ampliando a visão acadêmica sobre suas práticas de indissociabilidade, aferindo sua contribuição com o desenvolvimento social.

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta, na introdução, a contextualização da temática investigativa. O segundo capítulo é destinado ao levantamento teórico das

origens e evolução do conceito de Responsabilidade Social, apresentando desde a forma evolutiva dos indicadores de Responsabilidade Social até o arcabouço teórico sobre a Responsabilidade Social Universitária. Complementarmente, apresenta-se o cenário do ensino superior no Brasil, os marcos regulatórios, os preceitos teóricos referentes à indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão e o Sinaes.

No terceiro capítulo, apresenta-se o percurso metodológico, que demonstra a caracterização do estudo e o delineamento metodológico desenvolvido nesta tese e a tipologia do estudo; a seguir, demonstra-se a relevância pessoal e profissional, a relevância científica e acadêmica, a contribuição social do estudo, além do problema de investigação, os objetivos do estudo e a tese deste trabalho; complementarmente ao percurso metodológico, destacam-se o instrumento de coleta de dados, a técnica de análise destes e o cronograma.

O quarto capítulo é composto pela análise e discussão dos dados sobre a Responsabilidade Social Universitária da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) e pela confirmação da tese proposta por este estudo. O quinto e último capítulo apresenta as considerações finais do trabalho e respectivas limitações do estudo. Por fim, encontram-se listadas as referências e os apêndices.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

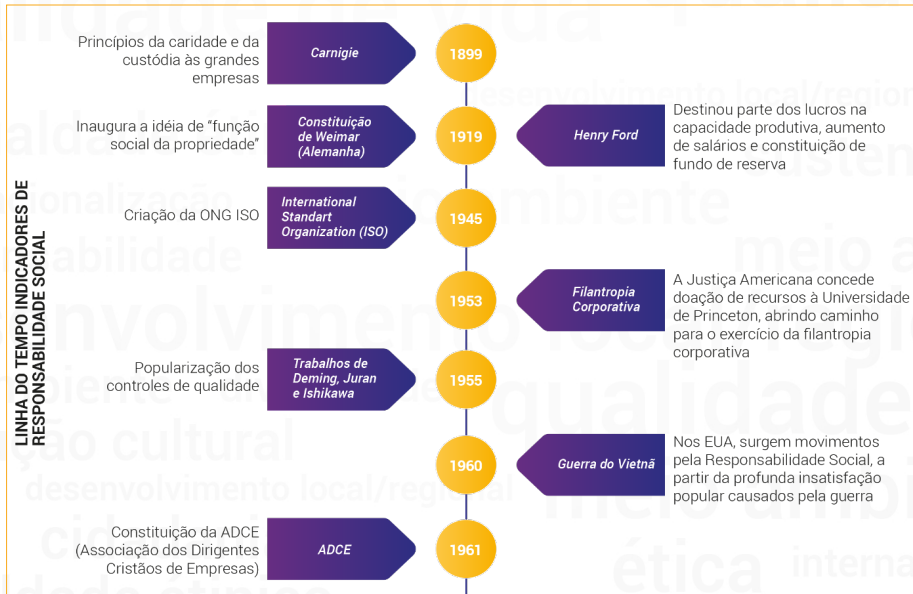
A seguir, apresentam-se os fundamentos teóricos que sustentam este trabalho. Inicialmente, são apresentados o contexto conceitual da Responsabilidade Social, sua origem e evolução. Na sequência, estão dispostos os principais indicadores e institutos que foram desenvolvidos para aferição da Responsabilidade Social. Posteriormente, está disposta a

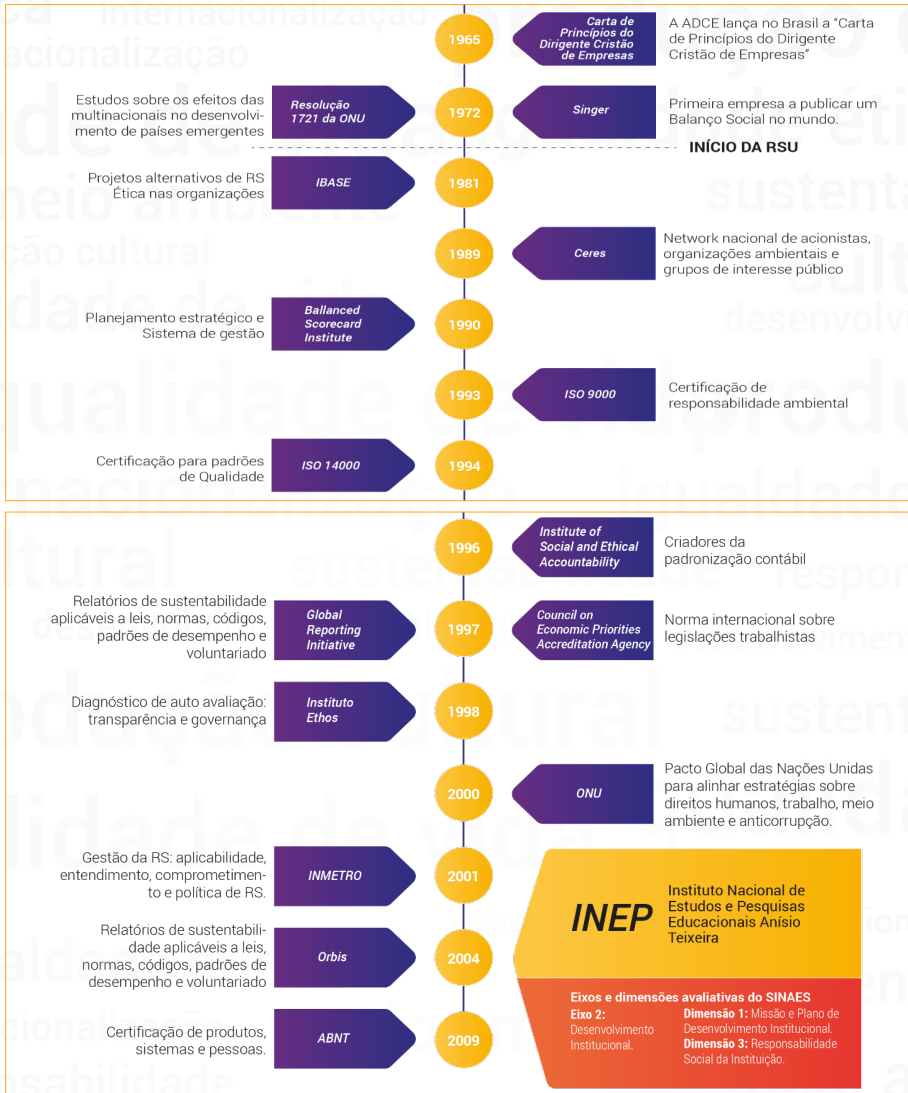
Responsabilidade Social Universitária, considerando sua vertente teórica e desdobramentos até o momento. Complementarmente, apresenta-se o cenário do ensino superior e os preceitos da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

2.1 DA RESPONSABILIDADE SOCIAL À RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA: CONTEXTO E EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS

Para melhor visualizar os marcos teóricos que permeiam a Responsabilidade Social, a Responsabilidade Social Empresarial, os indicadores de Responsabilidade Social, a Responsabilidade Social Universitária e os fundamentos da Lei do Sinaes, apresenta-se a seguir uma linha do tempo e seus marcos teóricos, localizados por este estudo, que, na Figura 1, estão devidamente fundamentados:

Figura 1 - Linha do tempo e marcos teóricos





Fonte: o autor.

As primeiras abordagens da Responsabilidade Social foram registradas em 1899, na França, particularmente por A. Carnigie, fundador do Conglomerado U.S. Steel Corporation, que estabeleceu os princípios da *caridade* e da *custódia* às grandes empresas.⁹ A partir desses princípios, outros fatos históricos

⁹ KARKOTLI; ARAGÃO, 2004.

demonstram a evolução da concepção e definições da Responsabilidade Social, conforme o Quadro 1, no período entre 1899 e 1972.

Quadro 1 - Evolução da concepção e definições da Responsabilidade Social

Ano	Fonte	Fatos
1899	Karkotli e Aragão (2005)	Na França, A. Carnigie, fundador do Conglomerado U.S. Steel Corporation, estabeleceu os princípios da caridade e da custódia às grandes empresas.
1919	Karkotli e Aragão (2005) Instituto Ethos (2008)	Henry Ford contraria um grupo de acionistas ao reverter parte dos lucros na capacidade produtiva, aumento de salários e constituição de fundo reserva. A Constituição de Weimar (Alemanha) inaugura a ideia de "função social da propriedade".
1945	Revista Eletrônica Responsabilidade Social	Foi criada a ONG International Standart Organization (ISO).
1953	Karkotli e Aragão (2005)	A Justiça Americana julga um caso semelhante ao de Ford, mas desta feita foi aceita a doação de recursos à Universidade de Princeton, contrariando um grupo de acionistas e abrindo uma brecha para o exercício da filantropia corporativa.
1955	Karkotli e Aragão (2005)	Em decorrência dos trabalhos de Deming, Juran e Ishikawa, popularizaram-se os métodos e conceitos de controle de qualidade.
1960	Instituto Ethos (2008)	Nos EUA surgem movimentos pela Responsabilidade Social a partir da profunda insatisfação popular gerada com a Guerra do Vietnã.
1961	Tinoco (2001)	Foi constituída, com sede em São Paulo, a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE).
1965	Instituto Ethos (2008)	A ADCE lança no Brasil a "Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas".
1972	Instituto Ethos (2008) Reis e Medeiros (2007)	Com a Resolução 1721 do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU), iniciam-se estudos sobre o papel e os efeitos das multinacionais no processo de desenvolvimento dos países emergentes e sua interferência nas relações internacionais e discute-se a criação de um código de conduta dirigido às empresas transnacionais; A empresa SINGER – Indústria et Commerce publica o que foi reconhecido como o primeiro Balanço Social (Bilan Social) no mundo.

Fonte: Lira (2009).

Conceitualmente, a Responsabilidade Social teve como definição inicial: “a obrigação do homem de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação que sejam compatíveis com os fins e valores da sociedade.”¹⁰

Na década de 1960, os textos referentes à Responsabilidade Social foram delineados, priorizando a responsabilidade das organizações, indicando atributos que deveriam ir além da maximização dos lucros, incorporando a necessidade de conciliar os interesses privados dos indivíduos associados aos recursos econômicos e humanos da sociedade.¹¹ Nessa época foram publicadas as primeiras discussões em torno do conceito de Responsabilidade Social, por Keith Davis e J. McGuire.

Na década de 1970, a AS RS foi incluída nas discussões dos problemas sociais (crescimento econômico, distribuição de renda, poluição, pobreza, desemprego, diversidade), crescendo a preocupação de como as organizações devem responder por suas obrigações sociais. Nesse mesmo período, as organizações não governamentais sem fins lucrativos iniciam seus movimentos em defesa do meio ambiente e das minorias.¹²

O ano de 1980 foi marcado pela emergência de temas complementares, em que se destaca: desempenho social corporativo (CSP), política pública, ética nos negócios e teoria dos *stakeholders*.¹³ Nessa década, a partir da promulgação da Constituição de 1988, foram ampliados os deveres individuais com a garantia dos direitos sociais, com a pretensão de maior equidade na distribuição de renda.¹⁴ Nessa esteira, as organizações sem fins lucrativos foram emergentes na implementação da gestão de políticas públicas. Culminou, nesse período, a discussão de temas como ética

¹⁰ BOWEN, 1957.

¹¹ KRAEMER, 2015.

¹² BERTONCELLO; CHANG JÚNIOR, 2007; KRAEMER, 2005; JUNQUEIRA, 2004.

¹³ CARROL, 1999.

¹⁴ JUNQUEIRA, 2004.

e moral nas organizações, elementos centrais para a conceituação da Responsabilidade Social.¹⁵

A Responsabilidade Social vem sendo objeto de discussão no meio acadêmico e científico há muito tempo, entretanto, percebe-se que ainda há bastante desinformação e falta de clareza a respeito do tema. A Responsabilidade Social se desenvolveu como campo de estudos e ação, particularmente, no final do século passado e início deste novo milênio, apresentando-se como um tema cada vez mais significativo para o comportamento das organizações, exercendo impactos nos objetivos, estratégias e na própria missão da organização social.¹⁶

Uma das premissas da RS é a atuação do sujeito no ambiente social, desse modo, deve partir do individual para o coletivo, ou seja, a pessoa compromete-se individual e coletivamente com ações sociais, no ambiente de trabalho, na rua ou em casa. A prática de Responsabilidade Social vai além da postura legal da empresa, pois significa uma mudança de atitude, uma perspectiva da qualidade das relações e na geração de valores para a sociedade. A Responsabilidade Social ajuda na construção de uma sociedade justa e adequada para todos.¹⁷

As necessidades sociais da sociedade, em geral nas áreas da educação, saúde e habitação, são maiores do que as capacidades administrativas e orçamentárias do governo, seja esse governo municipal, estadual ou federal. O Estado está consciente de suas limitações quanto ao atendimento pleno dessas necessidades sociais. Diante das dificuldades que enfrenta, ele se alia às organizações filantrópicas, organizações não governamentais e, mais recentemente, conta com organizações privadas que promovem ações para minimizar as carências na área social.

¹⁵ KRAEMER, 2005.

¹⁶ BENEDICTO, 2008.

¹⁷ DUARTE; DIAS, 1986.

A Responsabilidade Social integra o grupo de temas transversais, dos quais ainda não há suficiente informação, sendo escassos os estudos realizados a partir da perspectiva das Ciências Econômicas, Ciências Políticas, Administrativas e do Direito. Apesar de sua relevância às organizações, de modo geral, e aos que se relacionam com elas, trata-se de um tema que ainda carece de melhor aprofundamento e estudos.

Nessa ótica, Peter Drucker expressa que as responsabilidades sociais, sejam de uma empresa, de um hospital, sejam de uma universidade, podem surgir dos impactos sociais causados pela instituição (reflexos de suas atividades ao longo do tempo), ou surgir como problemas da própria sociedade (que exigem contribuição efetiva das instituições para sua melhoria de vida).¹⁸

As práticas que traduzem em efeito a Responsabilidade Social são aquelas percebidas pelas comunidades e que oferecem benefícios à sociedade, além de permitir a melhoria das condições necessárias para o desenvolvimento da cidadania.¹⁹ Assim, agir responsabilmente tem efeito, uma vez que os atores envolvidos têm compromisso com a missão, uma causa ou ideias baseadas em valores considerados relevantes pela cultura social e previstas internamente pelas organizações. Portanto, é desejável que a prática socialmente responsável esteja inserida na filosofia organizacional como parte integrante dos seus objetivos.²⁰

Conceitualmente, a Responsabilidade Social recebe vários olhares. Pode ser compreendida como obrigação legal; responsabilidade; enquanto para outros indica um comportamento responsável no sentido ético. Ainda, outros a assumem com um sentido socialmente consciente; tem também o viés que se equipara a uma contribuição caridosa; outra visão normalmente

¹⁸ DRUCKER, 2009.

¹⁹ LIMA, 2001.

²⁰ BENEDICTO *et al.*, 2008.

aceita está vinculada a um tipo de dever, que impõe às organizações padrões mais elevados de comportamento ético.²¹

Pode ser visto como multifacetado, por exemplo, na medida em que contemplem três aspectos comuns e que são a essência da Responsabilidade Social, para além dos interesses dos acionistas, circunscreve-se aos parâmetros éticos adequando-se às demandas ambientais, fornecendo produtos e serviços adequados do ponto de vista da qualidade, a preços justos, além da transparência das suas ações na forma de doações/patrocínios/incentivos à saúde, à educação, às artes, aos esportes.²²

Outra perspectiva é o entendimento da Responsabilidade Social como a expressão do encontro do capital com as finalidades sociais, permitindo a superação da distância entre o social e o econômico, com a intenção de nortear e qualificar a função social das organizações.²³

Uma organização pode ser gerida de várias maneiras, uma delas é de forma socialmente responsável, isto é, antes de tomar uma decisão, analisar o impacto social dessa decisão. Segundo Ashley, a Responsabilidade Social representa o compromisso da organização, relativo ao que produz e aos seus processos e impactos, para com toda a comunidade que a ela está afeta, expresso através de atitudes positivas.²⁴

O marco de Responsabilidade Social nas empresas ocorreu nos Estados Unidos da América, nos anos 1960, época em que outros países ainda não viviam com problemas de ordem social.²⁵ Nesse norte, a Responsabilidade Social Empresarial é o principal antecedente da Responsabilidade Social comumente disseminada nos diversos tipos de organizações e instituições.²⁶

²¹ DUARTE; DIAS; LIMA, 2016.

²² DUARTE; DIAS, 1986.

²³ TOLDO, 2000.

²⁴ ASHLEY, 2000.

²⁵ ALESSIO, 2008.

²⁶ PERNALETE; ORTEGA, 2010.

A Responsabilidade Social das empresas é, em sua essência, um conceito segundo o qual as empresas decidem voluntariamente contribuir para uma sociedade mais justa, demonstrando a preocupação em participar, de forma ativa, de programas sociais voltados ao bem-estar da comunidade na qual estão inseridas, considerando que o impacto econômico se traduz em efeitos diretos e indiretos.²⁷

Todas as decisões resultam em ações; ações essas, por sua vez, sem exceção, impactam de alguma maneira na vida das pessoas, sejam elas do presente, sejam de gerações futuras. Agir de forma socialmente responsável é se preocupar com a qualidade do impacto das ações sobre outras pessoas. É medir as consequências desse impacto. Portanto, é inegável a importância da Responsabilidade Social das organizações sociais, entre elas, as instituições de ensino superior, para os nossos tempos.

A Responsabilidade Social das organizações é um dos novos fenômenos de mercado advindos, possivelmente, da globalização da economia. Existiu, ao longo dos anos, a empresa orientada sucessivamente para o produto, para o mercado e para o cliente. Hoje se assiste o movimento das empresas no Brasil e em outros países do Cone Sul da América Latina também voltado para o social.

Embora possam existir exceções, as empresas procuram converter os obstáculos sociais em oportunidades de negócios, usam isso como estratégia de marketing e como incremento de consumo.²⁸ No mesmo sentido, a Responsabilidade Social corporativa se manifesta pelo comprometimento dos acionistas na adoção de uma postura ética que proporcione desenvolvimento econômico e melhoria da vida vidas dos colaboradores, familiares, comunidade e sociedade como um todo.²⁹

²⁷ REETZ; TOTTOLA, 2006.

²⁸ DRUCKER, 2009.

²⁹ ALMEIDA, 2001.

A Responsabilidade Social Empresarial é o compromisso empresarial de contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, trabalhando em conjunto com os empregados, suas famílias, a comunidade local e a sociedade, no sentido de melhorar sua qualidade de vida, de maneira que seja boa tanto para as empresas quanto para o desenvolvimento.³⁰

De forma pragmática, a Responsabilidade Social Empresarial como um conceito que as empresas, por meio de suas práticas, colaboram voluntariamente para a melhoria da sociedade, valorizando o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.³¹ De outro modo, a Responsabilidade Social Empresarial tem base conceitual contemporânea e está associada aos valores requeridos pela sociedade pós-industrial. Nessa concepção do conceito, existe o entendimento de que as companhias estão inseridas em ambiente complexo, no qual suas atividades influenciam ou têm impacto sobre diversos agentes sociais, comunidade e sociedade, portanto, a orientação do negócio visa atender apenas aos interesses dos acionistas, tornando-se insuficiente, sendo necessária a incorporação de objetivos sociais no plano de negócios como forma de integrar as companhias à sociedade.³²

A Responsabilidade Social Empresarial deve abranger o cumprimento das normas trabalhistas, o desenvolvimento econômico com transparência das contas, respeito ao meio ambiente e investimentos reais em melhoria da qualidade de vida da sociedade que interage com a organização.³³

Entende-se que a Responsabilidade Social Empresarial não tem apenas o objetivo de fazer lucro e gerar benefício financeiro às pessoas que trabalham na empresa; também contribui socialmente, muitas vezes, envolve medidas que originam cultura e boas condições para a sociedade.

³⁰ BANCO MUNDIAL, 2002.

³¹ FRIEDMAN, 1970.

³² TENÓRIO, 2006.

³³ PAOLI, 2002.

A Responsabilidade Social Empresarial está intimamente ligada a uma gestão ética e transparente que a organização deve ter com suas partes interessadas, para minimizar seus impactos negativos no meio ambiente e na comunidade. As empresas têm cada vez mais uma consciência social, o que é traduzido pela Responsabilidade Social demonstrada. De todo modo, a função da Responsabilidade Social empresarial torna-se, numa perspectiva de longo prazo, resultado da adoção de uma série de condutas de valorização dos padrões éticos ao longo do tempo, nas relações entre os colaboradores, parceiros e a sociedade como um todo.³⁴

Sendo assim, a empresa é socialmente responsável quando vai além das obrigações legais. Desse modo, a RS se sustenta a partir de um relacionamento ético com todos os grupos de interesse que influenciam ou são impactados pela atuação dela, assim como o respeito ao meio ambiente e investimento em ações sociais. Nesse sentido, esse modo de agir compreende uma expansão e evolução do conceito de empresa para além do seu ambiente interno. Nesse caso, como a empresa está inserida na sociedade, pode-se vislumbrar uma relação de interdependência entre ambas.³⁵

A RS deve criar vínculos com a sociedade, diminuindo as distinções entre o negócio e a sociedade. Alerta para a compreensão dos princípios da legitimidade no âmbito institucional, da responsabilidade pública no âmbito de atuação da organização e da liberdade em nível individual, isso alinhado ao contexto de atuação da organização, que envolve a gestão social e a dos *stakeholders*. A sua efetivação passa, necessariamente, por políticas sociais, programas sociais e a devida aferição dos impactos sociais.³⁶

As ações sociais têm poder de transformação do ambiente social, atribuindo às organizações outro elemento, a cidadania, pois as organizações

³⁴ BACELLAR; KNORICH, 2000.

³⁵ BENEDICTO *et.al.*, 2008.

³⁶ WOOD, 1991.

acumulam com o tempo um grande potencial de conhecimento, técnico e financeiro capaz de interferir positivamente o ambiente social.³⁷

Nesse sentido, o conceito de cidadania empresarial pode ser compreendido como uma relação de deveres e direitos entre as organizações no que se refere ao âmbito das relações. Aproxima os interesses dos negócios, dos *stakeholders* e da sociedade em geral.³⁸

Do exercício da cidadania, nasce uma concepção de empresa socialmente responsável, pois é inerente a dependência entre as organizações e a sociedade, de tal forma que os interesses dos acionistas, investidores e dirigentes devem se aproximar dos interesses da sociedade, para além da geração de empregos e pagamento de impostos, para o bem geral de todos. Para tanto, as organizações necessitam reconhecer a necessidade desse compromisso.³⁹

De forma mais pragmática, as empresas podem ser vistas e classificadas conforme seus princípios, crenças, valores, objetivos e práticas, como demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Classificação das empresas

Ansoff, Declerck e Hayes (1990)	Ioschpe (1997)	Steiner e Miner (1997)
Um conceito tradicional de preocupação máxima com a função econômica e mínima com a Responsabilidade Social.	A empresa que somente é um negócio, cujo centro de interesse é o lucro a qualquer custo.	Maximização dos lucros – a administração da empresa deveria concentrar-se no uso eficiente dos recursos para produzir bens ou serviços desejados pelos consumidores, de modo a servi-los a preços que estes estivessem dispostos a pagar, visando assim, maximizar lucros em curto prazo.

³⁷ SCHOMMER; FISCHER, 1999.

³⁸ BACELLAR; KNORICH, 2000.

³⁹ BENEDICTO, 2008.

Ansoff, Declerck e Hayes (1990)	Ioschpe (1997)	Steiner e Miner (1997)
Um novo conceito de intercâmbio dos papéis econômicos e não econômicos.	A empresa como uma organização social, por ser formada por grupos de pessoas, numa relação de interdependência com ela.	Equilíbrio de interesses – o objetivo era maximizar os lucros em longo prazo, equilibrando, assim, os interesses dos acionistas, funcionários, consumidores, comunidade.
Um conceito mais radical, que privilegia a Responsabilidade Social, deixando a função econômica em segundo plano.	A empresa cidadã, que contribui para a elevação do meio social em que vive, operando sob uma concepção estratégica e uma compreensão ética.	Administração socioeconômica – o objetivo aqui deixa de ser apenas o lucro em si, mas também a busca concreta da melhoria da qualidade de vida ou do bem-estar da sociedade.

Fonte: elaborado com base em Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (2015).

No Quadro 2, evidencia-se que, em essência, as organizações que postulam o status de socialmente responsáveis direcionam seus esforços ao intercâmbio de papéis entre os econômicos e não econômicos, considerando a Responsabilidade Social em suas práticas⁴⁰; buscam tornar-se organizações sociais como empresas cidadãs de compreensão ética⁴¹ e ter equilíbrio de interesses entre acionistas, funcionários, consumidores e comunidade.⁴²

A Responsabilidade Social nasce, em essência, do desejo das empresas em obter reconhecimento e admiração das pessoas e comunidades, portanto, está vinculada ao padrão de valores éticos que a organização adota e, por conseguinte, compartilha com quem interage: fornecedores, consumidores, governo, meio ambiente, comunidade, colaboradores ou acionistas.⁴³ Nesse caminho, Duarte e Dias afirmam que “é claro que numa sociedade informada e crítica como a atual, uma postura socialmente responsável constitui a melhor base para uma sólida imagem e para a aceitação social da empresa.”⁴⁴

⁴⁰ ANSOFF; DECLERCK; HAYES, 1990.

⁴¹ IOSCHPE, 1997.

⁴² STEINER; MINER, 1997.

⁴³ BENEDICTO, 2002.

⁴⁴ DUARTE; DIAS, p. 144, 1986.

Sobre a postura ética para a Responsabilidade Social entende-se como similar à ética entre as pessoas, ou seja, ser capaz de avaliar as consequências dos seus atos na perspectiva de toda a sociedade, da comunidade na qual a organização está inserida dos seus fornecedores, colaboradores, dirigente e acionistas, buscando a sobrevivência e o bem-estar de todos.⁴⁵

Nesse sentido, os valores éticos se traduzem num conjunto de princípios éticos que produzem ações e atitudes voltadas à valorização da qualidade, ao respeito ao consumidor e ao meio ambiente, envolvendo também o respeito para com todos os agentes que se relacionam com a empresa, ou seja, funcionários, fornecedores, clientes, sócios, acionistas, comunidade e governo.⁴⁶

Notoriamente, as organizações que adotam práticas de Responsabilidade Social podem se valer de benefícios ao longo do tempo, como: a valorização da imagem institucional e da marca; maior lealdade de todos os públicos, inclusive do consumidor; maior capacidade de recrutar e manter talentos; flexibilidade e capacidade de adaptação, além da sobrevivência da empresa em longo prazo e maior importância à organização conferida pela comunidade.⁴⁷ Outro aspecto de grande importância abordado é a atratividade e a retenção dos bons profissionais, ou seja, cada vez mais os bons profissionais, quando podem escolher, preferem trabalhar em empresas socialmente responsáveis.⁴⁸

Evidencia-se que as ações que as organizações promovem com o viés da Responsabilidade Social influenciam fortemente a imagem organizacional, de modo que, por meio da atuação ética e cidadã, alcançam um posicionamento distinto com as pessoas, a comunidade e a sociedade, gerando valor ao longo do tempo para a marca.⁴⁹

⁴⁵ ORCHIS, YUNG E MORALES, 2000.

⁴⁶ BACELLAR; KNORICH, 2000.

⁴⁷ GRAJEW, 2000a.

⁴⁸ BACELLAR; KNORICH, 2000.

⁴⁹ REGO, 1991.

2.1.1 Indicadores de Responsabilidade Social

Os indicadores são referências que podem ser mensuráveis de forma que permitam a análise de determinada ação, oferecendo suporte à gestão das organizações na tomada de decisões.⁵⁰ A importância da existência de indicadores no processo de avaliação, considerando aspectos quantitativos e qualitativos.⁵¹ Para justificar a sua existência, os indicadores devem ser simples, objetivos, singulares e compactos, de forma que permitam a análise descomplicada e detalhada para o devido acompanhamento das perspectivas que suportarão a criação dos respectivos indicadores.

Particularmente sobre os processos de avaliação em IES para aferição da Responsabilidade Social deve ser entendida como sendo esse um processo vital, destacando que a demonstração da efetividade das ações sociais empreendidas pelas IES depende dos processos avaliativos e de indicadores que permitam demonstrar sua pertinência e efetividade.⁵² Porém, um dos principais desafios é criar instrumentos de mensuração que associem variáveis de diversas esferas, revelando significados amplos acerca dos fenômenos a que se referem, pois são instrumentos essenciais para guiar a ação e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do progresso alcançado com o desenvolvimento.⁵³

Evidencia-se que, no caso da Responsabilidade Social em IES, há a necessidade de avançar no que diz respeito a um sistema amplo de indicadores que permita avaliar as ações de âmbito social, haja vista as constantes distorções conceituais e de compreensão do que é Responsabilidade Social e de que forma ela se materializa por meio das ações de uma IES.⁵⁴ Ainda assim, os indicadores de Responsabilidade Social corporativa são sistemas de avaliação

⁵⁰ HELLMANN, 2009.

⁵¹ RODRIGUES, 2006.

⁵² FERÉS, 2006.

⁵³ ALBUQUERQUE, 2009.

⁵⁴ HELLMANN, 2009.

que permitem às empresas verificar o seu nível de envolvimento com questões sociais e possibilitam a comunicação transparente da organização com seus diversos agentes, assim, as instituições reforçam seu compromisso com a ética nos negócios e com a melhoria da qualidade de vida da sociedade.⁵⁵

A Responsabilidade Social, considerando o seu caráter privado, empresarial e suas características, conta com uma gama de organizações que se especializaram na implantação, orientação, mensuração, avaliação, auditoria, relatórios complementares e emissão de certificações como empresas socialmente responsáveis.

O Quadro 3 elenca algumas organizações com atuação internacional, nacional e regional especializadas na avaliação da Responsabilidade Social e respectiva certificação, contemplando ferramentas, indicadores e aspectos distintos para cada segmento de atuação das organizações.⁵⁶

Quadro 3 - Organizações especializadas na avaliação da Responsabilidade Social


Entidade	Referencial	Pertinência	Alvo	Localização
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) 	Balanço Social. Início 1981.	Projetos alternativos de RS ética nas organizações. Reflete sobre democracia, igualdade, liberdade, participação cidadã, diversidade e solidariedade.	Público Privado Nacional.	IBASE Av. Rio Branco, n. 124, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro. CEP 20040-916. Telefone: (21) 21789400. http://www.ibase.br
CERES 	Relatórios sobre Sustentabilidade Climática. Início 1989.	Network nacional de acionistas, organizações ambientais e grupos de interesse público; assessora companhias e acionistas sobre sustentabilidade e clima global.	Privado ONGs OCIPs Internacional.	CERES 99, Chauncy Street, 6th Floor Boston, MA 02111. Phone: 617.247.0700 – fax: 617.267.5400. http://www.ceres.org

⁵⁵ TENÓRIO, 2006.

⁵⁶ HELLMANN, 2009.

Entidade	Referencial	Pertinência	Alvo	Localização
Balanced Scorecard Institute 	Balanced Scorecard (BSC). Início 1990.	Planejamento estratégico e sistema de gestão: alinhar atividades empresariais à visão e à estratégia da organização, melhorar comunicações internas e externas, monitorar o desempenho.	Público Privado Ongs Internacional.	BSC – Corporate Headquarters 975 Walnut. St., Suite 360 Cary, NC 27511. (919) 460-8180, fax (919) 460-0867.
Institute of social and ethical Accountability 	Padronização AA1000. Início 1996.	Criadores da padronização contábil. Visa à qualidade social e ética da contabilidade das empresas.	Público Privado Internacional	Accountability Regional offices São Paulo. Tel: +55118267 3637. brazil@accountability21.net http://www.accountability21.net/
Council on Economic Priorities Accreditation Agency 	Padronização AS 8000. Início 1997	Norma Internacional sobre relações trabalhistas: verificar ações antissociais ao longo da cadeia produtiva, trabalho infantil, trabalho escravo ou discriminação.	Privado Internacional	Council On Economic Priorities 30 Irving Place New York, NY 10003. info@cepny.org Phone: (212) 420-1133.
International Organization for 	Padronização AS 14000. Início 1993 a 2006	Certificação de responsabilidade ambiental: legislação, diagnóstico, padronização, planos e qualificação de pessoal.	Público Privado Nacional Internacional	International organization For Standardization (ISO) 1, ch. De la Voie-Creuse, Case postale 56 CH-1211 Geneva 20, Switzerland.
Standartization (ISO) 	Padronização AS 9000. Início 1994 a 2005.	Certificação para padrões de qualidade para projeto, desenvolvimento, produção, montagem e prestadores de serviço.	Público Privado Nacional Internacional	41 22 749 01 11 41 22 733 34 30. http://www.iso.org/as/home.htm
CERES 	Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade (GRI). Início 1997.	Relatórios de sustentabilidade aplicáveis a leis, normas, códigos, padrões de desempenho e voluntariado.	Público Privado ONGs OCIPs Internacional	Global Reporting Initiative Metropool Building, 5 th Floor Weesperstraat 95, 1018 VN Amsterdam The Netherlands – 31 (0)20 531 00 00. http://www.globalreporting.org

Entidade	Referencial	Pertinência	Alvo	Localização
<p>Instituto Ethos de Empresas e de Responsabilidade Social</p> 	<p>Indicadores de responsabilidade social para Médias e Grandes Empresas.</p> <p>Início 1998.</p>	<p>Diagnóstico de autoavaliação: transparência e governança; público interno; meio ambiente; fornecedores; consumidores; comunidade; governo e sociedade.</p>	<p>Médias e grandes empresas ONGs Setor público Nacional</p>	<p>Instituto Ethos Rua Dr. Fernandes Coelho, 85, 10º andar, Pinheiros, 05423-040, São Paulo, SP, Brasil. (11) 3514-9910.</p>
<p>Organização das Nações Unidas (ONU)</p> 	<p>United Nations Global Compact.</p> <p>Início 2000.</p>	<p>Pacto Global das Nações Unidas para alinhar estratégias que tratem sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção.</p>	<p>Público Privado Voluntariado, Internacional</p>	<p>Secretary-General Of The United Nations</p>
<p>Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO)</p> 	<p>ABNT/NBR16001.</p> <p>Início 2001 a 2004.</p>	<p>Gestão da RS: aplicabilidade, entendimento, comprometimento e política de RS.</p>	<p>Público Privado Nacional</p>	<p>Inmetro New York, NY 1001 Rua Santa Alexandrina, 416.</p> <p>Fax: 1 (212) 963-1207. http://www.unglobalcompact.org</p>
<p>Federação das Indústrias do Paraná</p> 	<p>Orbis Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade.</p> <p>Início 2004.</p>	<p>Organiza e monitora indicadores de sustentabilidade, produz estudos, análises e reflete o desenvolvimento regional.</p>	<p>Público Privado Nacional Regional</p>	<p>ORBIS Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20261-232. 0800 285-1818. http://www.inmetro.gov.br</p>
<p>Ministério da Educação (INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacional Anísio Teixeira)</p> 	<p>Sistema Nacional de Avaliação do ensino superior (Sinaes).</p> <p>Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004.</p>	<p>Avalia instituições, cursos e estudantes. Eixos: ensino, pesquisa e extensão. Temas: RS, desempenho de alunos, gestão institucional, docente, instalações e outros.</p>	<p>Público Privado Nacional</p>	<p>Rua Dr. Correa Coelho, 741, Jardim Botânico, CEP 80210-350, Curitiba, PR. Fone/Fax: (41) 3362.0200.</p> <p>INEPESRTVS Quadra 701, Bloco M, Edifício Sede do Inep, CEP. 70340-909, Brasília, DF.</p>

Entidade	Referencial	Pertinência	Alvo	Localização
Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) 	AS 26000. Início 2009.	Certificação de produtos, sistemas e pessoas. Norma internacional de Responsabilidade Social aplicável a qualquer instituição.	Público Privado Nacional	ABNT http://www.inep.gov.br/institucional/

Fonte: adaptado de Hellmann (2009).

Conforme destacado no Quadro 3, são inúmeras as instituições que têm entre suas funções a observação e certificação de indicadores de Responsabilidade Social. O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) foi um dos pioneiros a exercer essa função no Brasil e tem como instrumento o Balanço social e atua em projetos alternativos de Responsabilidade Social ética nas organizações, reflete sobre democracia, igualdade, liberdade, participação cidadã, diversidade e solidariedade. A *CERES* e a *International Organization for AS* atuam basicamente na área ambiental, composta por organizações ambientais e grupos de interesse público e privado, com atuação voltada à gestão organizacional. O *Balanced Scorecard Institute* atua como um sistema de gestão que visa à estratégia da organização, melhorar comunicações internas e externas, monitorar o desempenho. Nessa linha, o *Institute of Social and Ethical Accountability* se destaca pela padronização das normas contábeis. *Standartization (AS)* se dedica à certificação para padrões de qualidade para projeto, desenvolvimento, produção, montagem e prestadores de serviço.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que se utiliza da AS 26000, concentra atuação na certificação de produtos, sistemas e pessoas e adicionamento. Essa norma atende aos padrões internacionais de Responsabilidade Social aplicável a qualquer instituição. A *Council on Economic Priorities Accreditation Agency* trata da norma internacional sobre relações trabalhistas: verifica ações antissociais ao longo da cadeia produtiva, trabalho infantil, trabalho escravo ou discriminação. A *Global Reporting*

Iniciative e o Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade (ORBIS) se dedicam a relatórios de sustentabilidade aplicáveis a leis, normas, códigos, padrões de desempenho e voluntariado. O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) oferece suporte para a gestão da Responsabilidade Social: aplicabilidade, entendimento, comprometimento e política de Responsabilidade Social.

Outra organização que se destaca em meio às já mencionadas é o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade (criado em 1998, por *Oded Grajew*), pois elaborou um conjunto de indicadores para negócios sustentáveis e responsáveis, compreendido em quatro dimensões que se fundamentam na Norma AS 26000, a saber: a) Dimensão Visão e Estratégica; b) Dimensão Governança e Gestão; c) Dimensão Social e d) Dimensão Ambiental. Cada uma dessas dimensões se desdobra em temas, subtemas e indicadores, conforme apresenta o Quadro 4.

Quadro 4 - Dimensão, Tema, Subtemas e Indicadores de Sustentabilidade e Negócios Sustentáveis

Dimensão Visão e Estratégia		
Tema	Subtemas	Indicadores
Visão e Estratégia	Visão e estratégia	1.Estratégias para a sustentabilidade; 2.Proposta de valor; 3.Modelo de negócios.
Dimensão Governança e Gestão		
Tema	Subtemas	Indicadores
Governança Organizacional	Governança e conduta	4.Código de conduta; 5.Governança da organização; 6.Compromissos voluntários e participação em iniciativas de AS/sustentabilidade; 7.Engajamento das partes interessadas.
	Prestação de contas	8.Relações com investidores e relatórios financeiros; 9.Relatos de sustentabilidade e relatos integrados; 10.Comunicação com Responsabilidade Social.

Práticas de Operação e Gestão	Práticas concorrenciais	11.Práticas concorrenciais.
	Práticas anticorrupção	12.Práticas anticorrupção.
	Envolvimento político responsável	13.Contribuições para campanhas eleitorais; 14.Envolvimento no desenvolvimento de políticas públicas.
	Sistemas de gestão	15.Gestão participativa; 16.Sistema de gestão integrado; 17.Sistema de gestão de fornecedores; 18.Mapeamento dos impactos da operação e gestão de riscos; 19.Gestão da AS/sustentabilidade.
Dimensão Social		
Tema	Subtemas	Indicadores
Direitos Humanos	Monitoramento de Impactos do Negócio nos Direitos Humanos	20.Monitoramento de impactos do negócio nos Direitos Humanos; 21.Trabalho infantil na cadeia de suprimentos; 22.Trabalho forçado (ou análogo ao escravo) na cadeia de suprimentos.
	Ações afirmativas	23.Promoção da diversidade e equidade.
Práticas de trabalho	Relações de trabalho	24.Relação com empregados (efetivos, terceirizados, temporários ou parciais); 25.Relações com sindicatos.
	Desenvolvimento humano, benefícios e treinamento	26.Remuneração e benefícios; 27.Compromisso com o desenvolvimento profissional; 28.Comportamento frente a demissões e empregabilidade.
	Saúde e segurança no trabalho e qualidade de vida	29.Saúde e segurança dos empregados; 30.Condições de trabalho, qualidade de vida e jornada de trabalho.
Questões relativas ao consumidor	Respeito ao direito do consumidor	31.Relacionamento com o consumidor; 32. Impacto decorrente do uso dos produtos ou serviços.
	Consumo consciente	33.Estratégia de comunicação responsável e educação para o consumo consciente.
Envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento	Gestão de impactos na comunidade e desenvolvimento	34.Gestão dos impactos da empresa na comunidade; 35.Compromisso com o desenvolvimento da comunidade; 36. Gestão das ações sociais; 37.Apoio ao desenvolvimento de fornecedores.

Dimensão Ambiental		
Tema	Subtemas	Indicadores
Meio Ambiente	Mudanças climáticas	38.Governança das ações relacionadas às mudanças climáticas; 39.Adaptação às mudanças climáticas.
	Gestão e monitoramento dos impactos sobre os serviços ecossistêmicos e a biodiversidade	40.Sistema de gestão ambiental; 41.Prevenção da poluição; 42.Uso sustentável de recursos: materiais; 43.Uso sustentável de recursos: água; 44.Uso sustentável de recursos: energia; 45.Uso sustentável da biodiversidade e restauração dos habitats naturais; 46.Educação e conscientização ambiental.
	Impactos do consumo	47. Impactos do transporte, logística e distribuição, logística reversa.

Fonte: Instituto Ethos (2016).

Os indicadores do Instituto Ethos vinculam-se de maneira indissociável ao debate sobre sustentabilidade quando se postulam como método na busca de valor econômico-financeiro, ético, social e ambiental, objetivando resultados compartilhados entre as partes envolvidas.⁵⁷

No Brasil, o campo educacional conta com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que tem como referência o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), promulgado pela Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Esse Sistema foi criado para avaliar instituições, cursos e estudantes, nos eixos ensino, pesquisa e extensão nos temas: Responsabilidade Social, desempenho de alunos, gestão institucional, docente, instalações e outros.

2.1.2 Responsabilidade Social Universitária

O conceito de Responsabilidade Social é oriundo da área administrativa, sendo compreendido como a forma que determinada organização se relaciona

⁵⁷ INSTITUTO ETHOS, 2016.

com o seu entorno, tendo presente os impactos por ela causados ou aquilo que pode fazer para melhorar as condições desse entorno. O fato de que as organizações precisam estar atentas e se "juntar às preocupações fundamentais da comunidade com os aspectos qualitativos da vida", isto é, "bens e serviços econômicos, preocupação com a qualidade de vida, ou seja, com o ambiente físico, humano e social do homem moderno e da comunidade moderna."⁵⁸

Nesse sentido, a Responsabilidade Social Empresarial deveria existir nas organizações como parte da estratégia corporativa, gerando benefícios e mitigando os possíveis danos dos processos produtivos, de maneira racional e preditiva, gerando benefícios tanto para a organização como para a sociedade.⁵⁹

Assim, uma organização socialmente responsável expressa tal responsabilidade na forma como se relaciona com seus colaboradores, clientes, consumidores e com o próprio contexto em que está inserida. Nessa perspectiva, seja por problemas causados pela própria organização ou por problemas originados pela própria sociedade, em ambos os casos, devem ser considerados pelos administradores, uma vez que está inserida em determinada comunidade.⁶⁰

Com o Sinaes, a Responsabilidade Social passou a fazer parte do conjunto de indicadores avaliativos atinentes à educação de qualidade no ensino superior, tornando-se uma exigência para qualquer IES, seja ela pública, seja privada. A Responsabilidade Social Universitária, numa perspectiva holística, a busca pela responsabilidade é de responsabilidade de todos se pretendemos uma sociedade mais desenvolvida e igualitária e sustentável.⁶¹

A Responsabilidade Social Universitária, sob o íterim da gestão, ganha contornos que incluem uma gama de ações e processos, cujo objetivo é

⁵⁸ DRUCKER, 2009.

⁵⁹ VALLAEYS, 2006.

⁶⁰ OLIVEIRA, 2005; MARTINS, 2008; BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009; DRUCKER, 2009; PONCHIROLLI, 2009.

⁶¹ ASHLEY; FERREIRA; REIS, 2006

responder às demandas de seu ambiente de maneira adequada, formando um elo entre o conhecimento gerado dentro da universidade e as necessidades locais, perfazendo uma nova postura de gestão sob esse prisma.⁶²

Nessa ótica, a gestão assume uma nova dinâmica, que vai além da tradicional administração de patrimônio e de atividades acadêmicas, suscitando um perfil democrático, que fortalece a gestão social, e politicamente democrático.⁶³

Dentro dessa visão, destaca-se uma estreita relação entre as práticas acadêmicas – ensino, pesquisa e extensão – e as práticas gerenciais – conjunto de processos e estruturas gerenciais que permitam às universidades cumprir sua Missão institucional – as quais deveriam estimular os princípios e valores verificados na base da Responsabilidade Social Universitária. Tais elementos indicam a possibilidade de criação de uma simbiose entre universidade/sociedade, permitindo um elo que valorize todos os atores envolvidos nesse processo, da universidade à sociedade.⁶⁴

Considerando esse cenário, a compreensão da Responsabilidade Social Universitária, sob o olhar teórico, permite refinar a reflexão sobre a universidade no que se refere à sua estrutura funcional, ao direcionamento das atividades acadêmicas e à sua forma de governança observar-se o amadurecimento do seu entendimento frente as rápidas mudanças ocorridas no mundo no contexto da globalização, do fim da guerra fria, da crise do Estado de Bem-Estar Social e da sociedade da informação.⁶⁵

Nessa linha, as Universidades devem se transformar em um instrumento acelerador do processo de transformação social, atribuindo à universidade a missão de ditar o ritmo da história. A Responsabilidade Social

⁶² HERRERA, 2009.

⁶³ MACEDO, 2004.

⁶⁴ CALDERÓN, 2006; PERNALETE; ORTEGA, 2010.

⁶⁵ Idem; Ibidem.

para as universidades deve considerar as agruras de um mundo complexo, de diferenças sociais e desigualdade de oportunidades.⁶⁶

Por essas argumentações, ganha destaque a visão de Responsabilidade Social associada diretamente ao desenvolvimento humano.⁶⁷ Especificamente, Morin⁶⁸ acrescenta que o desenvolvimento sob o viés unicamente econômico provoca a prevalência da pobreza material e da alma dos socialmente excluídos. O autor complementa, destacando a necessidade do diálogo permanente entre os processos técnicos e econômicos, aliados a preceitos éticos de solidariedade e responsabilidade.

Os pressupostos da Responsabilidade Social devem atender a critérios além da vertente econômica, estimulando a ótica da orientação social e política, diante de problemas sociais. O autor destaca que o desafio está no alinhamento entre a sustentabilidade institucional, sob o ponto de vista econômico, e os indicativos de Responsabilidade Social Universitária, que valorizam o bem-estar social e a vida humana como finalidade absoluta.⁶⁹

Surge uma ótica que defende uma nova dinâmica universitária, permeando três fatores: a garantia da Responsabilidade Social da ciência, a promoção da formação cidadã democrática e a formação calcada nos fundamentos da formação transversal de agentes para o desenvolvimento. Esse viés formativo deve ser disseminado por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, elementos tradicionais e basilares das universidades que permitem a "construção das pontes entre a universidade e a sociedade, a concretização do compromisso social da universidade e a reflexão ética sobre a dimensão social do ensino e da pesquisa, e têm sido uma atribuição da chamada extensão universitária."⁷⁰

⁶⁶ CARRIZZO, 2006; FERNANDES, 1975.

⁶⁷ WAGENBERG (2006); KLIKSBERG (2006); VALLAEYS (2006); CARRIZO (2006); MORIN, 2002.

⁶⁸ MORIN, 2002.

⁶⁹ SANTOS, 1996.

⁷⁰ VALLAEYS, p. 45, 2006.

Considerando essa perspectiva,⁷¹ a Responsabilidade Social Universitária carece de uma visão mais abrangente e sistêmica, considerando as diversas partes da instituição em um projeto de promoção social com princípios éticos, sustentáveis, justo e de desenvolvimento social, sustentando o processo de ensino e aprendizagem para a transmissão de saberes com vistas à formação de cidadãos também responsáveis socialmente. Sendo assim, a Responsabilidade Social Universitária pode se dar através de quatro processos: “gestão, docência, pesquisa e extensão universitária, respondendo socialmente desta forma perante a própria comunidade universitária e o país onde está inserida”.⁷²

Na esteira de alguns autores⁷³, Jimenez⁷⁴ coaduna-se com as perspectivas anteriores e acrescenta um componente fundamental para a execução da Responsabilidade Social, que o autor chama de elemento-chave, que é a gestão, contribuição que deve se consolidar a partir da definição de mecanismos administrativos que viabilizem a Responsabilidade Social nas universidades. Verifica-se, portanto, que passa, necessariamente, pela postura e modelo de governança das universidades o desejo executivo de direcionar as atividades institucionais de ensino, pesquisa e extensão, aliadas à postura de gestão, para atender ao pressuposto transversal da Responsabilidade Social nas ações e processos de interação com a sociedade.

A Responsabilidade Social Universitária carece de estratégias claras para sua execução, conforme aborda Vallaeys⁷⁵, o qual sugere quatro linhas de ações institucionais para sua efetivação: 1) Gestão interna: transformar a universidade em uma comunidade ética, socialmente exemplar, democrática e transparente econômica e politicamente, com viés no desenvolvimento

⁷¹ CALDERÓN, 2006; VALLAEYS, 2006.

⁷² JIMENEZ *et al.*, p. 168, 2006.

⁷³ CALDERÓN, 2000, 2003, 2004, 2005, 2006; WAGENBERG, 2006; KLIKSBURG, 2006; VALLAEYS, 2006; CARRIZO, 2006.

⁷⁴ JIMENEZ *et al.*, 2006.

⁷⁵ VALLAEYS, 2006.

sustentável; 2) Docência: direcionar a aprendizagem baseada em projetos sociais, com enfoque multi e interdisciplinar, dado seu direcionamento na aprendizagem articulada com a pesquisa, ensino e extensão; 3) Pesquisa: fomento a projetos com fins de desenvolvimento social, utilizando estratégias integradas com a comunidade, com viés na resolução de problemas locais e 4) Projetos sociais: proceder uma interface entre cursos, departamentos e pesquisadores e estudantes engajados em projetos que se tornem fonte de pesquisa aplicada e de recursos didáticos para a comunidade universitária.

Assim, a tendência atual em termos de governança universitária é o direcionamento para um modelo de gestão que articule a Responsabilidade Social à tríplice missão universitária do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, contribuindo para uma educação e formação que vislumbre o desenvolvimento sustentável das sociedades.

Nesse sentido, a governança universitária também deve contemplar a descentralização do poder e a partilha dos processos decisórios a partir de uma gestão estratégica e participativa (ou cooperativa); a inserção das tecnologias nos processos administrativos e produtivos da IES; o empreendedorismo; a emergência do terceiro setor e a responsabilidade com o meio ambiente e com a qualidade de vida dos seus colaboradores.⁷⁶

3 CENÁRIO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Segundo o Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Brasil conta com 34.366 cursos de graduação, ofertados em 2.407 instituições de ensino superior (IES), para um total de 8.052.254 estudantes matriculados.

⁷⁶ MAXIMIANO, 2002.

Desse universo, 197 IES são universidades que concentram 53,7% das matrículas em cursos de graduação.⁷⁷

O Censo da Educação Superior constitui-se em um importante instrumento de obtenção de dados para a geração de informações que subsidiam a formulação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, além de ser elemento importante para elaboração de estudos e pesquisas sobre o setor.

Os resultados coletados subsidiam o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), seja no cálculo dos indicadores de Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos (IGC), seja no fornecimento de informações, como número de matrículas, de ingressos, de concluintes, entre outras. As estatísticas possibilitam, ainda, por meio da justaposição de informações de diferentes edições da pesquisa, a análise da trajetória dos estudantes a partir de seu ingresso em determinado curso de graduação e, conseqüentemente, a geração de indicadores de acompanhamento e de fluxo na educação superior com vistas ao monitoramento e melhoria da qualidade do ensino superior.

3.1 EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O ensino superior no Brasil tem marcas históricas, que iniciaram durante o período da colonização do País. Nessa fase, apenas membros da Igreja, da família imperial ou filhos de latifundiários tinham acesso à formação universitária, formação que era acessada apenas na Europa. No Brasil, o ensino superior era voltado apenas ao ensino religioso, por meio dos jesuítas, além de algumas iniciativas isoladas, como o curso superior de engenharia militar no Rio de Janeiro, no final do século XVII.⁷⁸

⁷⁷ BRASIL, 2016.

⁷⁸ ALVES; BASTOS, 2014.

O marco inicial do ensino superior no Brasil teve início no final do século XIX, quando iniciaram as primeiras instituições culturais e científicas. Porém, essas escolas superiores eram voltadas ao ensino profissionalizante.⁷⁹

Com a chegada da República no País, houve algumas tentativas de criação de universidades, mas somente em 1912 surge a primeira universidade brasileira no Estado do Pará, que durou apenas três anos. Segundo Dourado⁸⁰, “a criação de universidade no país é balizada pela Reforma Carlos Maximiliano (Decreto n. 11.530/1915), que reorganiza o ensino secundário e superior.” A institucionalização da educação superior, tendo por norte a organização acadêmica como universidade, é recente no Brasil e data de 1920.⁸¹

Nesse período surge a Universidade do Rio de Janeiro. Em 1934, após a Revolução Constitucionalista, surge a Universidade de São Paulo (USP), trazendo consigo a contratação de professores europeus e as características de uma universidade moderna, como ensino, pesquisa e extensão.⁸²

Entre as décadas de 1950 e 1970 são criadas universidades federais, estaduais, municipais e particulares por todo o País. Nesse período, o Brasil passou por uma reforma universitária, que tinha como base a eficiência administrativa e a estrutura por departamentos. Ganham grande destaque nas universidades a pesquisa e a extensão.⁸³ As décadas de 50 e 60 são marcadas pela criação de novas Universidades Federais e, no contexto do debate entre ensino público gratuito e ensino privado, entra em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 4.024/61, estabelecendo a autonomia institucional das Universidades.⁸⁴

⁷⁹ Idem; Ibidem.

⁸⁰ DOURADO, p. 2, 2008.

⁸¹ FÁVERO, 1999.

⁸² ALVES; BASTOS, 2014

⁸³ FÁVERO, 1999; ALVES; BASTOS, 2014.

⁸⁴ DOURADO, 2008.

Ocorre uma Reforma Universitária, em 1968, sob o regime militar que, através da Lei nº 5.540/68, limita o princípio da autonomia.⁸⁵ A perda de autonomia universitária se aprofunda por meio de ações ditatoriais que intervêm no cotidiano das universidades, perseguindo professores, estudantes e funcionários, sobretudo após a decretação do AI 5.⁸⁶

Mas, somente a partir da década de 1970 houve um grande crescimento no número de matrículas: "Isso acontece em razão da grande concentração urbana e a exigência de formação para a mão de obra industrial, o que forçou o governo a aumentar o número de vagas e a aprovar vários outros cursos."⁸⁷ Há, também, mudanças no processo seletivo, que passa de dissertativo e oral para provas de múltipla escolha. Nesse período, o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação começa a ganhar impulso tanto no país quanto no exterior.

Os anos 1980 ficaram marcados por uma profunda crise econômica, reconhecida como a "Década Perdida", que se caracterizou pelo alto nível de endividamento externo, taxas crescentes de desemprego, altos índices de inflação, que refletiram na diminuição da procura para o ensino superior.⁸⁸ O número de inscritos baixou de 1,8 milhão em 1980 para 1,5 milhão em 1985. O número de vagas teve baixíssima evolução, em 1980 eram 404.814 para 466.794, em 1985.⁸⁹

Após inúmeros embates, a autonomia universitária foi reconhecida e consagrada na Constituição Federal de 1988, que dispôs no artigo 207 que "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e pedagógica e de gestão financeira e patrimonial."

A partir dos anos 1990, o Brasil experimenta o tempo de expansão do ensino superior, impulsionado pela demanda de mercado emergente e a

⁸⁵ FÁVERO, 1999.

⁸⁶ DOURADO, 2008.

⁸⁷ ALVES; BASTOS, p. 25, 2014.

⁸⁸ Idem; Ibidem.

⁸⁹ INEP, 2004.

partir de sua inserção na economia globalizada. Acentua-se um processo de privatização do ensino superior, através da flexibilização dos critérios técnicos para a abertura e ampliação de cursos, faculdades, centros universitários e universidades, em especial pelo intensivo financiamento através do FIES e outras formas de subsídios.⁹⁰

O processo expansionista do ensino superior no Brasil vem acompanhado por inúmeras intervenções políticas e com um arcabouço de regulamentações que permeia as IES e mantém, em certa medida, controle sobre suas ações.

As bases que regulamentam o ensino superior no Brasil recebem a influência de atores externos, entretanto estão alicerçadas no que preconiza a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988.⁹¹ Em decorrência da Carta Magna, vários dispositivos legais foram aprovados, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96), a Lei n. 9.135/95 (que criou o Conselho Nacional de Educação), além de vários outros Decretos, Portarias e Resoluções.

O ensino superior é tratado na seção 1 do capítulo 3, do título VIII (Da Ordem Social, nos artigos 206 até 214). No Capítulo IV, Art. 43, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96) da Constituição Federal de 1988, constam as seguintes finalidades do ensino superior:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

⁹⁰ DOURADO, 2008.

⁹¹ BRASIL, 1988.

- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.⁹²

Diante do exposto na Constituição Federal (1988), é possível constatar que o ensino superior deve focalizar as seguintes dimensões: a criação e difusão da cultura e dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos; o espírito científico; o pensamento reflexivo; o desenvolvimento da ciência e da tecnologia; o estabelecimento de uma relação de reciprocidade com a comunidade local, regional e nacional por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Houve movimentos de reorientação das políticas públicas no País, entre elas, as políticas educacionais que foram reformuladas à luz de organismos multilaterais, sendo aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96), com destaque para a garantia do ensino público gratuito em todos os níveis, garantia da autonomia universitária, além de prever a gestão democrática como princípio organizacional e estabelecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação universitária.⁹³

Essas finalidades são operacionalizadas pelas IES e são organizadas conforme o Decreto n. 3.860, de 9 de julho de 2001 (o qual dispõe sobre a

⁹² BRASIL, 1996.

⁹³ ALVES; BASTOS, 2014; DOURADO, 2008.

organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências). Esse Decreto estabelece, em seu Art. 1º, que as instituições de ensino superior se classificam em: a) públicas, quando criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público e b) privadas, quando mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Com relação à categoria administrativa, as IES têm a seguinte formatação:

a) públicas, as quais são criadas ou incorporadas e mantidas pelo poder público (federal, estadual ou municipal). Nessas instituições, não há cobrança de matrículas nem de mensalidades. Ou b) privadas, as quais são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado (Artigo 1º, alíneas I e II), podendo ser com ou sem fins lucrativos.

As instituições de ensino sem fins lucrativos são denominadas comunitárias (possuem uma entidade mantenedora com representantes da comunidade); confessionais (possuem uma orientação confessional) e filantrópicas (que prestam serviço à população em caráter complementar às atividades desenvolvidas pelo Estado).

Quanto à organização acadêmica, as IES no Brasil, conforme os Artigos 7º, 8º, 11, 12 e 14 do Decreto n. 3.860, classificam-se em:

a) Universidades: segundo Artigo 8º, “[...] caracterizam-se pela oferta regular de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão [...]”, atentando para os seguintes preceitos:

§ 1º [...] as atividades de ensino previstas [...] deverão contemplar [...] programas de Mestrado ou de doutorado em funcionamento regular e avaliados positivamente pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – CAPES.

§ 2º A criação de universidades especializadas, [...] dar-se-á mediante a comprovação da existência de atividades de ensino e pesquisa, tanto em áreas básicas como nas aplicadas [...].

§ 3º As universidades somente serão criadas por credenciamento de instituições de Ensino superior já credenciadas e em

funcionamento regular, com qualidade comprovada em avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação.⁹⁴

As Universidades são autônomas para criar cursos e sedes acadêmicas e administrativas, expedir diplomas, fixar currículos e número de vagas, firmar contratos, acordos e convênios, entre outras ações, desde que sejam observados os dispositivos legais vigentes.

b) Centros universitários:

Art. 11. Os centros universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pelo desempenho de seus cursos nas avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar.⁹⁵

Segundo o mesmo artigo, sua estrutura é similar a das universidades, sem haver a exigência da pesquisa institucionalizada. Possuem autonomia para a criação de cursos e vagas na sede;

c) Faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores: conforme Artigo 12, "Faculdades integradas são instituições com propostas curriculares em mais de uma área de conhecimento, organizadas para atuar com regimento comum e comando unificado."⁹⁶; os institutos superiores de educação deverão definir planos de Desenvolvimento Institucional. Segundo o Artigo 14, "os institutos, poderão ser organizados como unidades acadêmicas de instituições de ensino superior já credenciadas, devendo neste caso definir planos de desenvolvimento acadêmico."⁹⁷. Não possui autonomia para conferir títulos e diplomas, os quais devem ser registrados por uma universidade, tampouco tem a função de promover a pós-graduação.

⁹⁴ BRASIL, 2001.

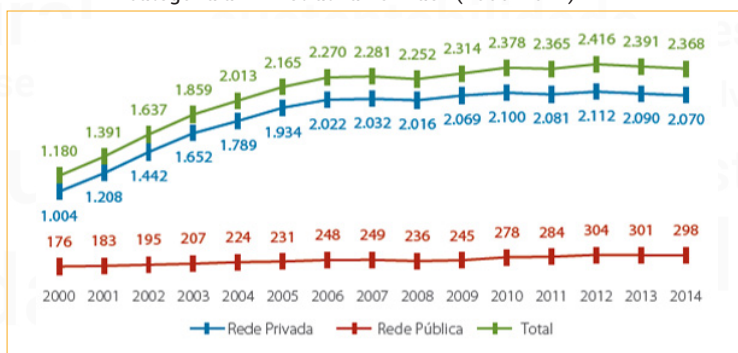
⁹⁵ BRASIL, 2001.

⁹⁶ Idem; Ibidem.

⁹⁷ Idem; Ibidem.

Segundo o Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior⁹⁸, ilustrado no Gráfico 1, a seguir, o número de IES no Brasil apresenta histórico ascendente nos últimos 14 anos, com crescimento total de 102,6%, sendo 108,2% nas IES privadas e 71% nas públicas. O estudo chama a atenção para o ano de 2013, período em que o setor decresceu cerca de 1%, totalizando 2.391 IES, sendo 2.090 privadas e 301 públicas. Em 2014, no Brasil, havia 1.708 instituições mantenedoras de ensino superior, sendo 1.506 privadas e 202 públicas (e cada mantenedora pode possuir uma ou mais de uma instituição de ensino superior). Destas, 67% são de pequeno porte (com até 2 mil alunos).

Gráfico 1 - Evolução do número de Instituições de Ensino Superior, por categoria administrativa no Brasil (2000-2014)



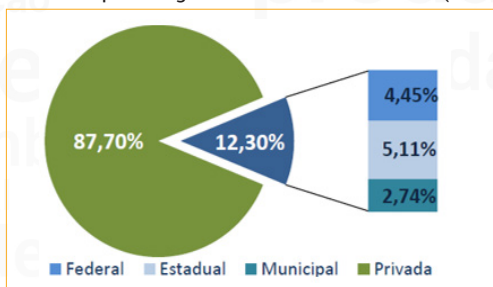
Fonte: Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior (2015, p. 8).

O Gráfico 2 demonstra que do conjunto total de Instituições, das 2.407 IES, 2.111 são privadas e 296 são públicas. Quanto às IES públicas, 41,6% são estaduais (123 IES), 36,1% são federais (107) e 22,3%, municipais (66). A maioria das universidades é pública (54,8%). Entre as IES privadas, predominam as faculdades (88,4%). Aproximadamente 3/5 das IES federais são universidades, e 37,4% são Institutos Federais (IF) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet).⁹⁹

⁹⁸ SMES, 2015.

⁹⁹ BRASIL, 2016.

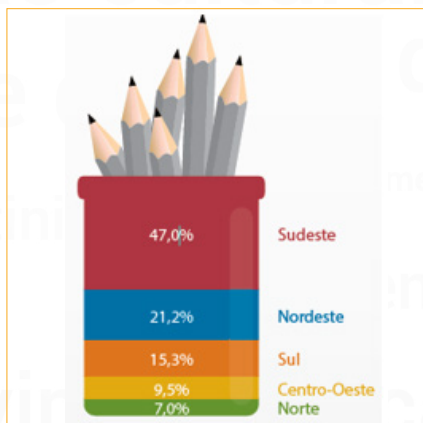
Gráfico 2 - Número de Instituições de Ensino Superior, por categoria administrativa no Brasil (2016)



Fonte: Censo da Educação Superior (2016, p. 3).

Ainda em relação às matrículas presenciais, o Gráfico 3 demonstra que a região Sudeste é responsável por 47% de matrículas em cursos presenciais no ensino superior no Brasil, seguida pelas regiões Nordeste (21,2%), Sul (15,3%), Centro-Oeste (9,5%) e Norte (7%).¹⁰⁰

Gráfico 3 - Matrículas em cursos presenciais no Brasil em 2014

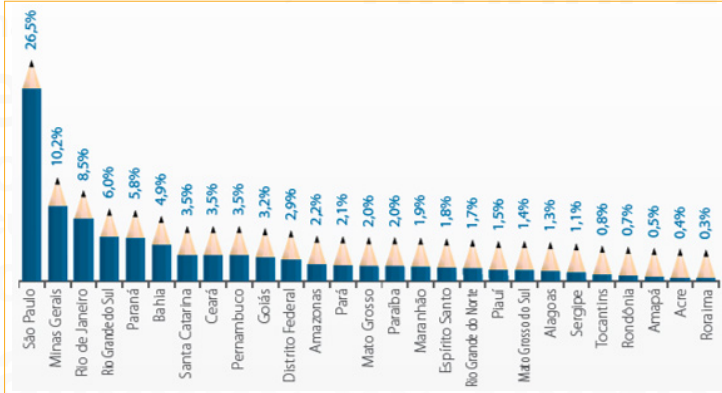


Fonte: Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior (2015, p. 8).

A distribuição de matrículas presenciais por estados apresenta o seguinte comportamento, ilustrado no Gráfico 4, conforme segue:

¹⁰⁰ SMES, 2015.

Gráfico 4 - Matrículas por estado nos cursos presenciais no Brasil em 2014



Fonte: Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior (2015, p. 8).

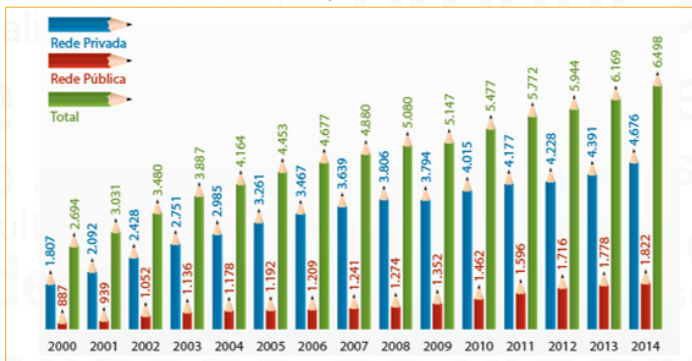
No Sudeste, vale destacar o Estado de São Paulo, que concentra mais de 1,7 milhão de alunos matriculados (26,5% do total) em cursos presenciais nas redes privada e pública. Em segundo lugar vem Minas Gerais, com 666 mil matrículas (10,2%), seguido pelo Rio de Janeiro que registrou 505 mil matrículas (8,5%).¹⁰¹

No Gráfico 5, apresenta-se o número de matrículas em cursos presenciais nas IES públicas e privadas no Brasil, que aumentou de forma expressiva nas últimas três décadas. De 2000 a 2014 chegou a crescer 141%. Em 2014, havia cerca de 4,7 milhões de alunos em instituições privadas (72%) e 1,8 milhão de alunos matriculados nas IES da rede pública (28%), totalizando 6,5 milhões de matrículas. No ano anterior, esse total era de 6,2 milhões de matrículas, das quais 1,8 milhão na rede pública e 4,4 milhões em IES privadas. Esses números representam um crescimento total de 5,3% entre 2013 e 2014, sendo 2,5% na rede de ensino pública e 6,5% na rede privada.¹⁰²

¹⁰¹ SMES, 2015.

¹⁰² SMES, 2015.

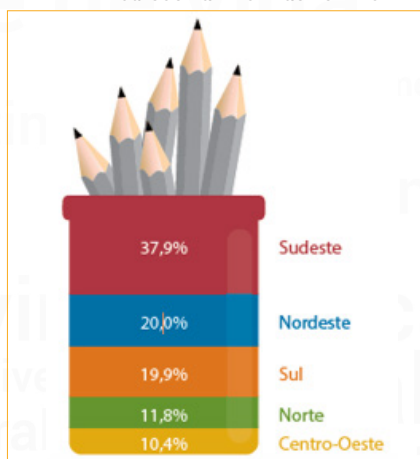
Gráfico 5 - Matrículas nos cursos presenciais



Fonte: Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior (2015, p. 9).

Com relação ao número de matrículas no ensino superior na modalidade Educação a Distância (EaD), o Gráfico 6 demonstra que a Região Sudeste é responsável por 37,9% das matrículas, seguida da Região Nordeste, com 20%, da Região Sul, com 19,9%, Região Norte, com 11,8%, e Região Centro-Oeste, com o menor percentual de matrículas, 10,4%.¹⁰³

Gráfico 6 - Distribuição de matrículas em cursos EaD no Brasil em 2014

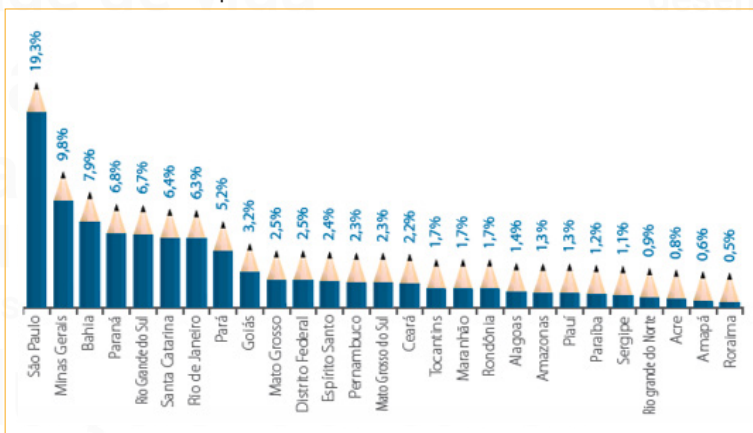


Fonte: Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior (2015, p. 9).

¹⁰³ Idem; Ibidem.

No Gráfico 7, estão as matrículas na modalidade EaD por Estados. Considerando esses cursos, a Região Sudeste é responsável por 37,9% das matrículas. O Estado de São Paulo concentra 259 mil matrículas (19,3%), seguido pelos Estados de Minas Gerais, com 132 mil (9,8%), e Bahia, com 105 mil alunos (7,9%).¹⁰⁴

Gráfico 7 - Matrículas por Estado nos cursos EaD no Brasil em 2014



Fonte: Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior (2015, p. 9).

A Tabela 1 demonstra o número de IES conforme sua organização acadêmica e respectivas faixas do número de matrículas no Brasil em 2016. Observa-se que as 197 universidades existentes no Brasil equivalem a 8,2% do total de IES. Por outro lado, 53,7% das matrículas em cursos de graduação estão concentradas nas universidades; 83,3% das IES brasileiras são faculdades, nas quais estão matriculados apenas 26,7% dos estudantes; 2,4% das instituições de educação superior (IES) oferecem 100 ou mais cursos de graduação; 28,3% das IES oferecem até dois cursos de graduação; em média, as IES oferecem 14 cursos de graduação; 93% dos cursos nas universidades são na modalidade presencial, sendo que o grau acadêmico predominante nos cursos de graduação é o bacharelado (58,7%).

¹⁰⁴ Idem; Ibidem.

Tabela 1 - Instituições de ensino superior e número de matrículas em cursos de graduação, por organização acadêmica no Brasil (2016)

Organização Acadêmica	Instituições		Matrículas de Graduação	
	Total	%	Total	%
Total	2.407	100,0	8.048.701	100,0
Universidades	197	8,2	4.322.092	53,7
Centros Universitários	166	6,9	1.415.147	17,6
Faculdades	2.004	83,3	2.146.870	26,7
IFs e Cefetes	40	1,7	164.592	2,0

Fonte: Brasil (2016, p. 16).

Na amostragem da Tabela 1, cabe ressaltar que os cursos de graduação são cursos superiores destinados a portadores de diploma de ensino médio ou curso equivalente. São classificados em Bacharelado (curso superior generalista, de formação científica ou humanística, que confere ao diplomado competências em determinado campo do saber para o exercício de atividade profissional, acadêmica ou cultural, com o grau de bacharel), Licenciatura (curso superior que confere ao diplomado competências para atuar como professor na educação básica, com o grau de licenciado) ou Tecnológico (cursos superiores de formação especializada em áreas científicas e tecnológicas, que conferem ao diplomado competências para atuar em áreas profissionais específicas, caracterizadas por eixos tecnológicos, com o grau de tecnólogo).

O Censo da Educação Superior (CES) de 2016 revelou a existência de 34.366 cursos de graduação oferecidos pelas IES, distribuídos entre os graus de bacharelado, licenciatura e tecnológico. Observa-se que em 2016 são 32.704 cursos de graduação na modalidade presencial e 1.662 na modalidade a distância. Na Tabela 2 está relacionado o número de cursos de graduação, por modalidade de ensino e grau acadêmico no Brasil, de 2006 a 2016:

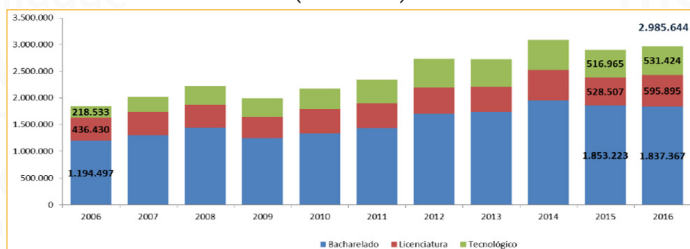
Tabela 2 - Número de Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino e Grau Acadêmico no Brasil de 2006 a 2016

Ano	Total Geral	Cursos de Graduação											
		Modalidade de Ensino/Grau Acadêmico										A distância	
		Presencial						A distância					
Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnológico	Bacharelado/Licenciatura	Não Informado	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnológico	Bacharelado/Licenciatura	Não Informado		
2006	22.450	22.101	11.435	6.436	3.037	1.192	1	349	79	181	88	1	0
2007	23.896	23.488	12.235	6.320	3.702	1.215	16	408	97	208	101	2	0
2008	25.366	24.719	12.397	6.200	4.355	1.227	a	647	138	344	162	3	a
2009	28.671	27.827	15.663	6.697	4.491	976	a	844	157	485	200	2	a
2010	29.507	28.577	16.401	7.401	4.775	a	a	930	185	521	224	a	a
2011	30.420	29.376	16.832	7.352	5.192	a	a	1.044	199	559	286	a	a
2012	31.866	30.718	17.486	7.613	5.619	a	a	1.148	217	581	350	a	a
2013	32.049	30.791	17.665	7.328	5.798	a	a	1.258	240	592	426	a	a
2014	32.878	31.513	18.319	7.261	5.933	a	a	1.365	290	595	480	a	a
2015	33.501	32.028	18.938	7.004	6.086	a	a	1.473	316	625	532	a	a
2016	34.366	32.704	19.795	6.693	6.216	a	a	1.662	387	663	612	a	a

Fonte: Brasil (2016).

O Gráfico 8 apresenta o número de ingressos em cursos de graduação, por grau acadêmico no Brasil. Evidencia-se que os cursos de bacharelado continuam concentrando a maioria dos ingressantes da educação superior (61,5%), seguidos pelos cursos de licenciatura (20%) e de tecnólogos (17,8%); não estão contabilizados os cursos de área básica de ingresso. Entre 2015 e 2016 houve uma queda no número de ingressantes no grau de bacharelado. O grau de licenciatura apresentou a maior variação positiva, com 12,8% de ingressantes em 2016. Já os cursos tecnológicos registraram uma alta de 2,8% nesse período (2015-2016).¹⁰⁵

Gráfico 8 - Número de ingressos em cursos de graduação, por grau acadêmico no Brasil (2006-2016)



Fonte: Brasil (2016, p. 12).

¹⁰⁵ BRASIL, 2016.

Com relação à área geral do conhecimento dos cursos de graduação, a Tabela 3 demonstra, segundo o Censo da Educação¹⁰⁶, que nas IES privadas há maior concentração de oferta de cursos das áreas de Ciências Sociais, Negócios e Direito, 37,5%. Nas IES públicas a área da educação corresponde a 39,9% dos cursos.

Tabela 3 - Número de cursos de graduação, por categoria administrativa, segundo a área geral do conhecimento

Área Geral	Total	Categoria Administrativa	
		Pública	Privada
Total	32.049	10.850	21.199
Agricultura e Veterinária	894	564	330
Ciência Sociais, Negócios e Direito	9.650	1.701	7.949
Ciências, Matemática e Computação	3.203	1.162	2.041
Educação	7.900	4.336	3.364
Engenharia, Produção e Construção	4.052	1.400	2.652
Humanidades e Artes	1.454	603	851
Saúde e Bem-Estar Social	3.738	830	2.908
Serviços	1.158	254	904

Fonte: Brasil (2013, p. 20).

A Lei n. 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em particular, a educação superior, que abrange os cursos sequenciais, graduação, pós-graduação e de extensão. Com relação à pós-graduação, os cursos ofertados nessa categoria são classificados em lato sensu (programas abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino, observada a carga horária mínima e requisitos fixados nas normas próprias, e conferem certificados aos concluintes); ou stricto sensu (cursos de educação superior compreendendo os programas de Mestrado e Doutorado, acadêmico ou profissional, que conferem diploma aos concluintes) que têm como órgão responsável pela avaliação e controle dos

¹⁰⁶ BRASIL, 2013.

respectivos programas a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que é ligada ao Ministério da Educação (MEC).

Segundo o site do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)¹⁰⁷, constatou-se que, até 2013, o Brasil atingiu o total de 3.486 programas de pós-graduação *stricto sensu*, somando Mestrados e Doutorados, atingindo a soma de 87.906 alunos matriculados no Doutorado, 113.881 em Mestrados acadêmicos e 18.200 alunos em Mestrados profissionais até 2013. Segundo o MCTI¹⁰⁸, a área das Ciências Humanas apresentou o maior número de alunos matriculados, sendo 14.910 em Doutorados e 19.562 nos Mestrados acadêmicos. Os Mestrados profissionais multidisciplinares também se destacam, com um total de 4.829 alunos matriculados até 2013.¹⁰⁹

Entre as atribuições e responsabilidades de uma IES que se propõe a atuar enquanto universidade, deve estar uma intenção que vai além da oferta de cursos de graduação, pós-graduação *stricto sensu* e ações de pesquisa, realizando atividades de extensão, conforme destaca a LDB, no Art. 43, inciso VI, definindo a sua atividade:

A extensão, aberta à participação da população, visa à difusão de conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição universitária. Complementarmente ao texto da lei, a atividade de extensão também foi definida no Plano Nacional de Extensão – 1999/2001 como um processo educativo, cultural e científico, articulado de forma indissociável ao Ensino e à Pesquisa, e viabiliza uma relação transformadora entre Universidade e Sociedade.¹¹⁰

A compreensão referente à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não se restringe à questão conceitual ou legislativa, mas, fundamentalmente, paradigmática, epistemológica e político-pedagógica,

¹⁰⁷ BRASIL, 2015.

¹⁰⁸ BRASIL, 2015.

¹⁰⁹ BRASIL, 2015.

¹¹⁰ BRASIL, 1996.

pois está relacionada às funções e à razão de ser das universidades, que se constituíram, historicamente, vinculadas às aspirações e aos projetos nacionais de educação.

A indissociabilidade caracteriza-se, de acordo com Rays, como “um processo multifacetado de relações e de correlações que busca a unidade da teoria e da prática”¹¹¹, pois se constitui princípio da atividade-meio da universidade, onde a experiência da extensão atualiza e dá sentido às práticas docentes e a própria pesquisa, pois está contextualizado no âmbito social, político e técnico.¹¹²

Nos últimos anos, as universidades públicas começaram a se preocupar com a pesquisa como atividade indispensável, completando suas funções básicas com o ensino e a extensão. Dessa forma, a indissociabilidade vem teoricamente sendo aceita como obrigatória, mas o questionamento ao mandato constitucional e aos fundamentos é quase nulo, numa estrutura que é culturalmente voltada ao ensino.¹¹³

Expresso no Art. 207, da Constituição Federal de 1988, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um imperativo que afirma: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”¹¹⁴

As primeiras atividades extensionistas no contexto universitário começaram a surgir na primeira instituição de ensino superior, a Universidade de São Paulo, fundada em 1911. A pesquisa tecnológica, dentro do ensino superior brasileiro, teve início na Escola de Engenharia de Porto Alegre, fundada em 1896, não sendo reconhecida por estudiosos, como Fernando de

¹¹¹ RAYS, p. 73, 2003.

¹¹² CARVALHO, 1996.

¹¹³ ERICONE, 1996.

¹¹⁴ BRASIL, 1988.

Azevedo, que sustenta o início da pesquisa universitária no País na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934.¹¹⁵

Ressalta-se que tais iniciativas não surgiram em decorrência de um marco legislativo, mas de novas ideias e movimentos culturais, sociais e políticos, que as influenciaram. De acordo com Schwartzman¹¹⁶, a Associação Brasileira de Educação tomou frente e patrocinou cursos de extensão, atividades de pesquisa, conferências educacionais de âmbito nacional e pesquisas de opinião, publicadas em jornais, como *O Estado de São Paulo*. E no ano de 1927 foi dado início a uma série de conferências nacionais sobre educação, a primeira delas realizada em Curitiba, com apresentação do trabalho sobre as relações entre a universidade e a pesquisa científica, de Amoroso Costa.

Os ideais da organização universitária da época, em que ensino e investigação científica se articulam num projeto de universidade tão plural quanto as correntes de pensamento, o aparente espírito eclético e pluralista, legitimado pelas diversas posições, contemplava os interesses políticos do período de transição, preparando o terreno para que o Estado se constituísse em “guardião e educador da universidade”. Dessa forma, o Estatuto conferiu ao Ministro da Educação e ao Conselho Nacional de Educação a autoridade para aprovar os regulamentos internos das universidades que viessem a ser criadas no Brasil. Os ordenamentos detalhados para esse processo revelam a rigidez e o interesse de controle do Estado sobre as universidades.¹¹⁷

A principal orientação para a organização das universidades brasileiras, por cerca de 30 anos, foi o Estatuto de 1931, embora posterior à Constituição de 1946, faz referência sobre a questão no Art. 174, que dispõe sobre o dever do Estado no amparo à cultura, descrevendo, no parágrafo único, que “a

¹¹⁵ SCHWARTZMAN, 2001.

¹¹⁶ SCHWARTZMAN, p. 142, 2001.

¹¹⁷ SCHWARTZMAN, 2001.

Lei promoverá a criação de institutos de pesquisa, de preferência junto aos estabelecimentos de ensino superior."¹¹⁸

Nessa ordem, o período de 1938 a 1955 é registrado como o primeiro momento da pesquisa no Brasil, sendo que em 1944 se inicia a publicação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos do Inep, ascendendo espaço para a divulgação dos trabalhos científicos da área de Educação e Psicologia. Posteriormente, com a concepção do Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional e dos Centros Regionais de Pesquisa, vinculados ao Inep, os vínculos governamentais se mantêm, mas com enfoque de fornecer dados a uma política educacional que alavancasse o progresso econômico do País.¹¹⁹

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição Federal, sendo citada pela primeira vez na Constituição Federal de 1934, porém, na Constituição Federal de 1946, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira foi editada.

Contudo, no início dos anos 1960 começam a apontar exigências para efetivar o compromisso social da universidade e uma nova função para a extensão. Nesse período houve restrições de recursos públicos para as IES públicas, paralelamente, com a intenção de ampliação de oportunidades de acesso ao ensino superior, identifica-se o incentivo à rede privada e às instituições confessionais de forma indiscriminada. Em meio a esse contexto, surge a Lei n. 4.024/61, que reforça a extensão como uma modalidade de curso e possibilidade de atividade universitária. É considerada a primeira Lei geral de educação que permitiu a descentralização da educação da esfera federal para a estadual, com a institucionalização dos sistemas de educação e recriação dos Conselhos de Educação com funções normativas.¹²⁰

¹¹⁸ ANDRÉ, 2006.

¹¹⁹ Idem; *Ibidem*.

¹²⁰ BOTOMÉ, 1996; MARCHELLI, 2014.

A Lei n. 4.024/61 fixa, no Título IX, do Capítulo I, os objetivos da educação superior, idênticos aos descritos no Estatuto de 1931, ou seja, com dupla finalidade, ensino e pesquisa, e a extensão como uma das possíveis “modalidades” de cursos a serem ofertados, conforme descritos a seguir no Art. 69, alínea “c”:

Art. 69. [...] c) Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: de especialização, aperfeiçoamento e extensão ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos.¹²¹

Por meio da extensão, realiza-se a socialização de saberes, e, em consequência disso, surgem a democratização do conhecimento e a participação da comunidade na universidade. Em outra esfera, a defesa da articulação ensino-pesquisa se fortaleceu com as manifestações expressas em três pareceres do Conselho Federal de Educação (CFE), em 1962. Ainda, observa-se que os debates que antecederam a promulgação das leis educacionais são reveladores nas forças políticas envolvidas na configuração da legislação brasileira.¹²²

A Lei n. 4.881/65, em seu Art. 2º, dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior; preceitua que:

Art. 2º. Entendem-se como atividades de magistério superior àquelas que pertinentes ao sistema indissociável do ensino e pesquisa, se exerçam nas universidades e estabelecimentos isolados em nível superior, para fins de transmissão e ampliação do saber.¹²³

¹²¹ BRASIL, 1961.

¹²² CELESTE FILHO, 2004.

¹²³ BRASIL, 1965.

A expressão indissociabilidade está empregada no documento apenas entre ensino e pesquisa. A palavra extensão é abordada como “concessão” ao professor, que, tendo dedicação exclusiva, poderá desenvolver atividades voltadas à assistência e à difusão do conhecimento.

Ainda, o Decreto-lei n. 53, de novembro de 1966, fixa os princípios e normas de organização para as universidades federais, reforça a dupla função da universidade, ensino e pesquisa, mas não prevê a indissociabilidade. Porém, o Decreto-lei n. 252, de 28 de fevereiro de 1967, estabelece normas complementares ao Decreto anterior, organiza o terreno para a fragmentação da estrutura universitária, que se dividirá em subunidades, denominadas departamentos, e será a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica e de distribuição de pessoal, sendo que o departamento compreenderá disciplinas afins e congregará professores e pesquisadores para objetivos comuns de ensino e pesquisa. Dessa forma, assume-se a fragmentação da universidade.

Nessa linha, o Decreto-lei n. 252/67 reafirma o caráter secundário para a extensão, conforme seus Artigos 6º e 10, respectivamente, transcritos a seguir:

Art. 6º Além das unidades que a compõem, destinadas ao ensino e à pesquisa, a Universidade poderá ter órgãos suplementares de natureza técnica, cultural, recreativa e de assistência ao estudante.

Art. 10. A Universidade, em sua missão educativa, deverá estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes.

Parágrafo único. Os cursos e serviços de extensão universitária podem ter coordenação própria e devem ser desenvolvidos mediante a plena utilização dos recursos materiais e humanos da Universidade, na forma do que dispõe o art. 1º do Decreto-Lei número 53, de 18 de novembro de 1966.¹²⁴

¹²⁴ BRASIL, 1967.

A ideia de um país desenvolvido, modernizado e de economia internacional, passava pela universidade enquanto espaço formador dos grupos de poder responsáveis por redefinir as bases e valores do desenvolvimento nacional. Destaca-se que os acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development (USAID)*, conhecidos como MEC-USAID, influenciaram duas das impactantes reformas da educação brasileira. A primeira, a Reforma Universitária, Lei n. 5.540/1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, decorrente desse movimento político-ideológico. A segunda, Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, com a Lei n. 5.692/1971, que propõe a universalização do ensino profissionalizante com base na relação de complementaridade entre ideologia tecnicista e controle tecnocrático, almejando o esvaziamento da dimensão política da educação e tratando como questão técnica, alcançando a contenção da prole trabalhadora em níveis inferiores de ensino e sua marginalização como expressão política e reivindicatória.¹²⁵

A reforma universitária no Brasil, no que se refere especificamente à Lei n. 5.540/68, foi um marco na história em âmbito universitário, haja vista seu objetivo de modernizar as universidades e servi-las com o projeto econômico vigente na época, e o fato de que a extensão passa a ser compulsória, certamente, contribuiu para a construção de noções, práticas e discursos que colocam na extensão universitária o problema da relação entre a universidade e a sociedade.¹²⁶

Na década de 1980, surgem discussões avançadas sobre a tríade ensino, pesquisa e extensão, contemplando o princípio da indissociabilidade na atual Constituição Federal de 1988, que resultou de processos sociais, ao longo das décadas, que a incluíram como um requisito para as instituições

¹²⁵ BRASIL, 1971.

¹²⁶ BRASIL, 1968.

serem consideradas universidades.¹²⁷ Há o entendimento do reforço a esse princípio, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é apontado como referência do padrão de qualidade acadêmica para as instituições de ensino superior do País, na medida que é implementado em sua amplitude. Trata-se de um movimento iniciado a partir de uma emenda apresentada pelo Fórum Nacional de Educação na Constituinte à Assembleia Nacional Constituinte, que propunha a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como um novo paradigma para a universidade brasileira. Foi incorporada à Constituição brasileira de 1988, em seu Art. 207, que estabelece: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão."¹²⁸

Nesse sentido, o conceito de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se apresenta como referência para a organização do trabalho pedagógico, embora de difícil concretização, em face das condições políticas e estruturais da educação superior, tornou-se premissa para propostas a esse nível de ensino, incorporando-se como elemento de expressão dos movimentos acadêmicos, científicos e culturais.¹²⁹

Trata-se de um movimento consagrado na Constituição de 1988, fato que eleva a expressão indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como caminho elementar para a construção de uma universidade de bom nível acadêmico, com autonomia científica, democrática, independente, que se coloca a serviço da sociedade, voltada à formação cidadã da população brasileira.¹³⁰

Dando sequência aos avanços, na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 1996, decorrente da Constituição de

¹²⁷ MOITA; ANDRADE, 2009.

¹²⁸ BRASIL, 1988.

¹²⁹ PUCCI, 1991.

¹³⁰ Idem; Ibidem.

1988, que não reafirmou, de forma explícita, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ao definir as finalidades da educação superior, observa-se, em seu Art. 43, inciso VII, referente à extensão: "Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição."¹³¹

Destaca Botomé, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é baseada no princípio do direito universal à educação para todos, e ocasionou diversas mudanças em relação às leis antecedentes, como a inclusão da educação infantil como primeira etapa da educação básica. Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE) destaca que o núcleo estratégico da educação superior brasileira é composto pelas universidades que exercem as funções que lhe foram atribuídas pela Constituição Federal de ensino, pesquisa e extensão. Ainda, o autor entende que a articulação das universidades com as instituições de ciência e o desafio de aglomerar em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, são requisitos de importância, qualidade e cooperação internacional, sendo que para a manutenção das atividades, típicas das universidades, são elementos necessários para constituir o suporte necessário para o desenvolvimento científico e tecnológico.¹³²

A expressão "extensão" permanece cercada por uma ideologia assistencialista, apreciada com menor valia e desvinculada das atividades de ensino e de pesquisa, sendo ainda reconhecida como uma possibilidade de complemento às atividades da graduação, pela qual se destacam diversos conceitos que decorrem de suas atividades, carregando a ideia de aproximação da universidade com a comunidade, contemplando o exercício

¹³¹ BRASIL, 1996.

¹³² BOTOMÉ, 1996.

da cidadania, considerado um dos princípios do sistema educacional brasileiro.¹³³

Conforme a legislação, o tripé formado pelo ensino, pesquisa e extensão constitui o eixo fundamental das universidades brasileiras e não pode ser compartimentado. Dessa forma, funções básicas da universidade devem ser equivalentes e merecer igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, pois, caso contrário, estarão violando esse preceito constitucional. A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, pois afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético.¹³⁴

Complementarmente, a indissociabilidade implica a interação das três atividades da universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão, embora cada uma apresente essência distinta de práticas pedagógicas, sempre haverá momentos de intersecção, que oxigena a produção do conhecimento ao permitir sua renovação com alunos, professores e sociedade. Ainda, proporciona vivências que estimulam novos questionamentos a respeito da realidade e novos conhecimentos, promovendo a democratização da universidade. Entende-se que essas práticas ocorrem em um estado democrático de direito, abrangendo os princípios democráticos e humanistas.¹³⁵

A assimilação do conceito de indissociabilidade, com relação aos termos ensino, pesquisa e extensão, é imprescindível para o planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades curriculares que pretendem tomar o conceito como princípio norteador das práticas cotidianas do ensino superior. Assim, a indissociabilidade caracteriza-se como um

¹³³ Idem; Ibidem.

¹³⁴ MOITA; ANDRADE, 2013.

¹³⁵ PUCCI, 1991; RAYS, 2003.

processo multifacetado de relações e de correlações, que busca a unidade da teoria e da prática.¹³⁶

Nessa ótica, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve ocorrer e seu resultado deve ser um dinamismo nos vários espaços da universidade, capaz de facilitar a troca de conhecimentos entre esses espaços e aprimorá-los para que sirvam nos momentos verdadeiramente impulsionadores de reflexões sobre a realidade e proposições de soluções para os conflitos que a permeiam.¹³⁷

Podemos destacar duas vertentes fundamentais: uma culturalista e outra utilitarista. A primeira, decorrente das universidades populares da Europa do século XIX, buscava “ilustrar” o homem inculto, colocando-o em contato com o saber, com a cultura que a universidade dominava, marcando a abertura de uma atividade para quem buscava usufruir do conhecimento, da cultura, por meio de cursos e eventos. A segunda, de matriz norte-americana, voltava-se à prestação de serviços, à utilização do saber universitário, especialmente para trabalhos na área da educação de jovens e adultos e de educação continuada, trazendo contribuições para a universidade, além da identificação das necessidades de pesquisa, da criação de cursos regulares em áreas nas quais eram necessários, aumentando os vínculos entre a comunidade e a universidade.¹³⁸

Na América Latina, a extensão universitária surge ligada ao Movimento de Córdoba, direcionada aos movimentos sociais, propondo a divulgação da cultura para as classes populares. No Brasil, os princípios desse movimento são observados quando da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Essas vertentes vão compor atividades variadas denominadas de extensão universitária, que, inserida no ensino superior, culmina com o Estatuto das

¹³⁶ RAYS, 2003.

¹³⁷ MOITA; ANDRADE, 2013.

¹³⁸ BOTOMÉ, 1996.

Universidades Brasileiras, de 1931, mas não modifica nas atividades de ensino e de pesquisa. Assim, por meio da extensão, a sociedade receberia os benefícios do trabalho universitário, redimindo-a do descompromisso.

A princípio, as práticas de extensão eram avaliadas como um momento autoritário de verticalização da universidade, que se apresentava como retentora da cultura. A expressão “extensão educativa”, adotada por Freire¹³⁹, tem o sentido de tornar a educação como prática da “domesticação”, que propõe a comunicação no lugar da extensão, pois a teoria implícita na extensão, na ação de estender algo, é uma teoria antidialógica e incompatível com uma autêntica educação.

Entende-se que a extensão vem sendo usada como forma de retorno à sociedade daquilo que esta investe na universidade, como maneira de ajustar a ausência de intervenção da universidade pública nos problemas da sociedade. Dessa forma, a extensão desenvolve-se por meio do curso, divulgando a produção científica e técnica da universidade; como prestação de serviços, na realização de serviços sociais, na promoção de eventos, de atividades filantrópicas e de comunicação com a sociedade; como complemento das atividades de ensino e de pesquisa, dividindo com a comunidade saberes e ações que seriam reservados ao espaço universitário como instrumento político-social.¹⁴⁰

Por um longo período, o Fórum de Pró-reitores de Extensão abordou, em seus encontros, os princípios norteadores da implantação da extensão universitária. No V Encontro Nacional houve a necessidade de serem construídos indicadores para a avaliação da extensão; no VI Encontro houve a tentativa de estabelecer parâmetros e indicadores diagnósticos para subsidiar o processo de avaliação, no contexto da avaliação acadêmica, visando ao aperfeiçoamento da prática extensionista e no VII Encontro

¹³⁹ FREIRE, 1983.

¹⁴⁰ Idem; Ibidem.

Nacional foram estabelecidos os princípios orientadores do processo de avaliação que contemplam o significado dessa atividade no contexto universitário.

Colaborando com a discussão, destaca que a indissociabilidade entre ensino e pesquisa faz parte da natureza docente e que a indagação, a busca, a pesquisa, são inerentes à docência, sendo uma exigência tornar a curiosidade mais rigorosa e metódica, pois a ascensão da consciência ingênua para a consciência crítica não se faz automaticamente. O autor, ainda, aborda o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não de forma simplista, mas considerando que seus elementos devem ser integrados para o alcance dos objetivos da universidade e para que os membros da comunidade universitária possam atuar como cidadãos.¹⁴¹

O termo indissociabilidade remete a algo que não existe sem a presença do outro, trata-se de um princípio paradigmático e epistemologicamente complexo. Analisar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a partir de cada uma das partes que o compõem, pode fortalecer uma aproximação, mostrando seus limites em vez da vitalidade do circuito autoprodutor, cujos produtos são indispensáveis à causa e à produção.¹⁴²

As justaposições realizadas em busca da compreensão do princípio da indissociabilidade colocam a universidade diante de novos desafios no que se refere à sua finalidade e identidade. É possível destacar que um dos pontos de encontro, legitimados pela tradição, refere-se ao espaço da universidade na sociedade: campo de produção e de divulgação do conhecimento. Entretanto, não há consenso quando se trata de discutir suas funções, atividades e objetivos: para uns, a pesquisa deve ser o ponto central dos trabalhos universitários; para outros, a docência; e, ainda, há os

¹⁴¹ FREIRE, 1998.

¹⁴² MORIN, 1999.

que, além de vislumbrarem as duas funções, destacam a extensão como atividade articuladora da universidade com a sociedade.¹⁴³

Assim, são inúmeras as posições envolvidas nas compreensões sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, e estas geram pontos de tensão que ora parecem afastar da percepção a viabilidade do princípio da indissociabilidade, ora parecem naturalizá-la, concebendo-a como algo inato à estrutura universitária. Para Santos (1996), sociologicamente, é uma tentativa de manter sob controle tais contradições, preservando o relacionamento entre a universidade, o Estado e a sociedade.¹⁴⁴

O princípio da indissociabilidade deve ser contextualizado no nível de realidade, em que a universidade tem lugar, avançando nos caminhos do pensamento emergente. A tríplice função da universidade se estruturou sob os fundamentos do paradigma da modernidade disciplinar, fragmentador, parcial, utilitarista, e a indissociabilidade demanda a articulação e inseparabilidade de tais funções, que só podem coexistir de modo integrado, em outro nível de realidade, orientadas pelos fundamentos do paradigma emergente integrador, complexo e transdisciplinar.¹⁴⁵

O entendimento é de que a universidade se constituiu na sede unificadora e privilegiada dos saberes. Não implica a marginalização das Ciências Naturais, mas sugere que a produção do saber universitário seja permeada pela racionalidade moral prática e expressiva em todos os âmbitos. A dupla ruptura epistemológica vem acompanhada pelo reconhecimento de outras formas de saber, pois a ciência moderna se constituiu contra o senso comum. Na universidade, circulam múltiplos currículos ocultos, configurando-se um local privilegiado de encontro e construção de saberes.¹⁴⁶

¹⁴³ Idem; ibidem.

¹⁴⁴ SANTOS, 1996; MORIN, 1999.

¹⁴⁵ SANTOS, 1996.

¹⁴⁶ Idem; ibidem.

A hegemonia da universidade deixa de residir no caráter único e exclusivo do saber que produz e transmite para passar a residir no caráter único e exclusivo da configuração dos saberes que proporciona, o que implica a criação e fortalecimento de comunidades interpretativas, que questionam a própria forma de saber, fazer, conviver, ser e participar, vislumbrando inéditos viáveis.

Como fundamento, emerge a transdisciplinaridade. Se ampliado e complexificado o entendimento sobre a tríplice função da universidade, será possível perceber as implicações recíprocas e a indissociabilidade que se materializa no pensamento e ação de cada sujeito universitário. A ampliação do nível de percepção e consciência não ocorre de modo generalizado, mas em progressivos níveis de realidade que coexistem e, por isso, influenciam-se mutuamente.

Assim, a extensão universitária é uma das funções que compõe os pilares da instituição universidade. Entretanto, como alvo de críticas, proposições e cortejada por diversos setores da sociedade, tem assumido, ao longo dos anos, diferentes concepções, teóricas e ideológicas, que influenciam na própria concepção de universidade. As análises dos discursos dos estudiosos do tema apresentam abordagens teóricas que fundamentam a extensão como função social da universidade. Ainda, no contexto da globalização, da abertura de mercado e da privatização das instituições públicas, uma nova abordagem teórica e prática tem se imposto à extensão universitária, a mercadológica.¹⁴⁷

Torna-se relevante analisar as abordagens de extensão como a função acadêmica da universidade, na perspectiva de uma ação incorporada ao fazer universitário, estando no mesmo patamar de atividade curricular que o ensino e a pesquisa. Assim, a extensão universitária é parte orgânica do currículo na formação de educadores e profissionais, pois a partir de sua

¹⁴⁷ JEZINE, 2004.

dinâmica social surge a produção das relações interdisciplinares entre as práticas de ensino e pesquisa, caracterizando-se como o elo de integração do pensar e fazer, da relação teoria-prática na produção do conhecimento.¹⁴⁸

Por outro norte, Rays apresenta a extensão universitária sob a acepção crítica, visto ser um processo que vai até a sociedade, aos diversos segmentos sociais, a fim de estender os produtos do ensino e pesquisa gerados no âmbito acadêmico. Nesse sentido, a extensão universitária caracteriza-se como um processo que traz à universidade tanto os problemas quanto os conhecimentos gerados nos mais variados segmentos da sociedade, argumentos compartilhados por Jezine, Rays, Moita e Andrade.¹⁴⁹

Segundo Rays e Serrano, ainda persiste a concepção assistencialista em alguns projetos de extensão. Observa-se no panorama das atividades extensionistas das universidades uma alteração de concepção, que se expressa em uma nova postura para a extensão universitária, pautando-se pelo princípio educativo, como a relação teórico-prática, proporcionando um novo pensar e fazer, capaz de desenvolver uma concepção histórica de sujeito e sociedade.¹⁵⁰

Essa visão é amplamente discorrida por Moita e Andrade, quando afirmam que a extensão universitária deve superar a dimensão de prestação de serviços assistencialistas. A extensão universitária deve ser redimensionada com ênfase na relação teoria-prática, na perspectiva de uma relação dialógica entre universidade e sociedade, como oportunidade de troca de saberes.¹⁵¹

A extensão universitária vivencia um momento extremamente importante para sua consolidação no meio acadêmico. Segundo Serrano,

¹⁴⁸ Idem; Ibidem.

¹⁴⁹ JEZINE, 2004; RAYS, 2003; MOITA; ANDRADE, 2013.

¹⁵⁰ RAYS, 2003; SERRANO, 2013.

¹⁵¹ MOITA; ANDRADE, 2013.

Rays, Moita e Andrade, para que isso aconteça, as práticas institucionais, por meio do próprio fazer extensionista e das normatizações universitárias, necessitam melhor dispor-se diante das funções acadêmica, social e articuladora da universidade, não sendo considerado um desafio pequeno, já que o plano nacional de extensão está distante de ser uma realidade plena nas universidades brasileiras.¹⁵²

Num olhar abrangente, a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico, que visa ao fortalecimento da relação universidade e sociedade, priorizando a superação das condições de desigualdade e exclusão existentes. Por meio de projetos sociais, socializa seu conhecimento e disponibiliza serviços, exercendo sua Responsabilidade Social, cumprindo sua missão de melhorar a vida dos cidadãos.¹⁵³ Dessa forma, a extensão universitária desempenha a função de socialização do conhecimento na comunidade externa, num processo de ação comunitária visando a sua autonomia.

A seguir, apresenta-se o percurso metodológico que sustentou o nosso estudo.

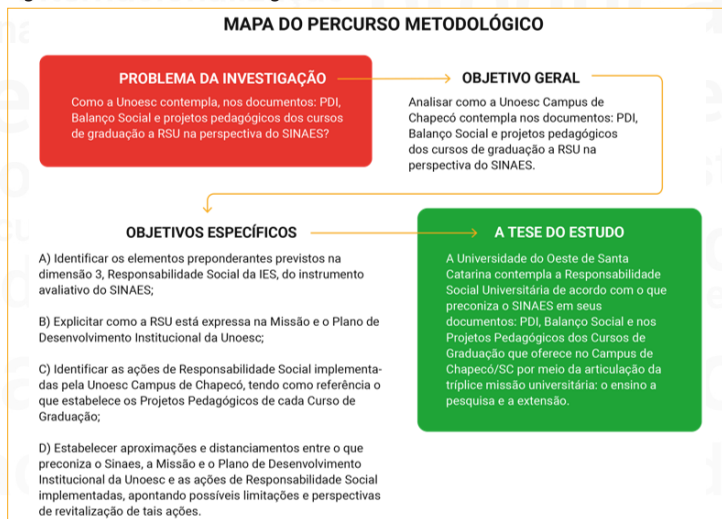
4 PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo trata do percurso metodológico adotado para atender aos propósitos deste estudo, que é representado pela Figura 2 nos seus preceitos iniciais: problema de investigação, objetivo geral, objetivos específicos e tese do estudo.

¹⁵² SERRANO, 2013; RAYS, 2003; MOITA; ANDRADE, 2013.

¹⁵³ SERRANO, 2013; JEZINE, 2004; RAYS, 2003.

Figura 2 - Percurso Metodológico



Fonte: o autor.

O percurso que trata este capítulo está composto por 11 seções, a saber: a caracterização do estudo, o delineamento metodológico que se pretendeu seguir com esta tese e a tipologia do estudo. A seguir, demonstra-se a relevância pessoal e profissional, a relevância científica e acadêmica, a contribuição social do estudo, além da contextualização do problema de investigação, dos objetivos do estudo e da tese deste trabalho. Complementarmente ao percurso metodológico, destaca-se o instrumento de coleta de dados, a técnica de análise dos dados e o cronograma do trabalho.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa, de cunho descritivo e documental, teve como temática investigativa a Responsabilidade Social Universitária (RSU) na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), instituição de caráter comunitário, considerando como aporte legal o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), no seu Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

e respectivas Dimensões 1 e 3: a Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a Responsabilidade Social da instituição.

Com base na tipologia apresentada por Cervo e Bervian¹⁵⁴, o estudo se caracteriza por ser uma pesquisa descritiva, pois “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los.”

Quanto à forma, caracteriza-se como uma pesquisa documental por meio da qual “são investigados documentos a fim de se poder descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características. Estuda a realidade presente, e não o passado, como ocorre com a pesquisa histórica”.¹⁵⁵

Assim, o critério utilizado para a caracterização do estudo, que está centrado na abordagem qualitativa de delineamento empírico, assinalada com um estudo descritivo de análise documental, foi, em essência, a relevância do estudo, que tem cunho social, especialmente, por estar vinculado ao campo educacional. Nessa ótica, Bogdan e Biklen¹⁵⁶ destacam que as abordagens qualitativas ampliam o campo de análise, permitindo um olhar mais aguçado, no que se refere à investigação, que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais. Essa abordagem metodológica é enaltecida por Lüdke e André¹⁵⁷, na perspectiva de ampliação da visão e compreensão do contexto que envolve o estudo.

Segundo Bogdan e Biklen¹⁵⁸, os estudos qualitativos se caracterizam, essencialmente, no entendimento de que o ambiente natural é a fonte direta dos dados e que o investigador é o instrumento principal; assim, consolida-se como uma investigação descritiva, com tendência para análise indutiva, valorizando o significado dos levantamentos, enaltecendo mais o processo do que os resultados.

¹⁵⁴ CERVO; BERVIAN, p. 66, 2003.

¹⁵⁵ CERVO; BERVIAN, p. 66, 2003.

¹⁵⁶ BOGDAN; BIKLEN, 1994.

¹⁵⁷ LÜDKE; ANDRÉ, 1986.

¹⁵⁸ Idem; Ibidem.

4.2 RELEVÂNCIA, PROBLEMA, OBJETIVOS E A TESE DA INVESTIGAÇÃO

4.2.1 Relevância pessoal-profissional

A iniciativa desse estudo está amplamente amparada na trajetória pessoal e profissional do autor, especialmente em razão de sua atuação docente no ensino superior nos últimos 11 anos na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Alia-se a esse pressuposto o fato de que o autor sempre exerceu função de gestão na Instituição de Ensino Superior (IES) comunitária, inicialmente, como coordenador do Curso de Administração e, recentemente, ascendendo à função de Vice-reitor no Campus de Chapecó.

Considerando a tipologia da IES, a dimensão da Responsabilidade Social assume importância ímpar, sendo que, além do que indicam os dispositivos legais, a própria caracterização da IES a coloca numa posição de serviço à comunidade local e regional. A formação do autor, no âmbito do Mestrado, na área da Administração, em que analisou, em profundidade, a gestão universitária sob a ótica de entender o padrão de comportamento, especificamente, os fatores determinantes no que concerne ao processo de formação de estratégias das IES. Tal estudo contribuiu para sua formação na área da gestão e, dessa forma, em nível de Doutorado, a intenção foi continuar pesquisando a respeito do ensino superior, mas direcionando um olhar para a IES em que está atuando, no que se refere às políticas de Responsabilidade Social e seus modos de efetivação por meio dos cursos de graduação.

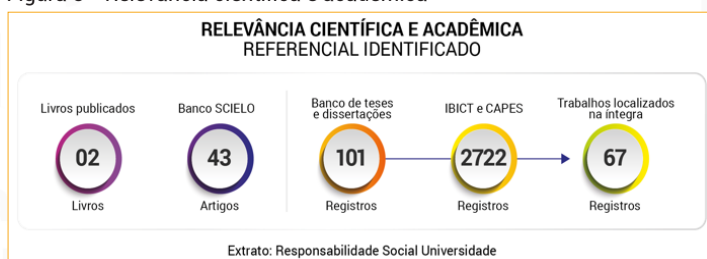
Nesse sentido, considerando que a política de pesquisa na Unoesc é regulamentada e visa à produção e disseminação do conhecimento científico, sendo socialmente relevante e comprometida com a qualidade do ensino de graduação, pós-graduação e de extensão universitária, com o propósito de apresentar ações que ampliem seu desenvolvimento na região,

este autor alimenta a expectativa de aprofundamento do reconhecimento da governança universitária, no sentido de compreender a forma como as políticas institucionais determinam e fomentam a Responsabilidade Social nas suas ações. Na condição de Vice-reitor, uma das atribuições é primar pela consolidação da Missão e buscar pela Visão institucional por meio de seus valores e objetivos estratégicos.

4.2.2 Relevância científica e acadêmica

Na Figura 3, apresenta-se um exaustivo levantamento e análise de estudos publicados relacionados a esta tese. Trata-se do resultado de uma pesquisa intensa, que evidenciou escassez de estudos, livros, artigos, teses, dissertações que versam sobre a Responsabilidade Social Universitária, o que resultou no seguinte levantamento:

Figura 3 - Relevância científica e acadêmica



Fonte: o autor.

Em consulta nas publicações de editoras nacionais, foram encontrados apenas dois livros: Universidade e Responsabilidade Social: inovações Pedagógicas e Tecnológicas na Educação.¹⁵⁹ Essa obra apresenta um grupo de artigos que discute o impacto do ensino a distância no processo formativo, seus métodos de ensino e inovações tecnológicas. O outro

¹⁵⁹ BAADE; ZIEDE; PEGORARO; SANTOS, 2015.

livro, *Responsabilidade Social & Universidade*¹⁶⁰, apresenta como norte as bases de produção intelectual em universidades, a relação indissociável entre ciência e pesquisa e o processo de formação cidadã no século XXI. São obras que não apresentam relação direta com o viés que esta tese se propôs a explorar.

No banco de dados SciELO, utilizando o descritor “Responsabilidade Social Universidade”, foram localizados somente 43 produções, conforme apresentadas no Quadro 5:

Quadro 5 - Dados SciELO “Responsabilidade Social Universidade”

ANO	AUTOR	TÍTULO
2007	MOURÃO, Lucia C.; MARTINS, Rita de Cássia B.; VIEIRA, Carla Maria; ROSSIN, Elizabeth; L'ABBATE, Solange.	Análise institucional e educação: reforma curricular nas universidades pública e privada
2009	RIBEIRO, Kátia Suely Queiroz Silva.	A experiência na extensão popular e a formação acadêmica em fisioterapia
2010	RODRIGUES, M. G. S.; COSENTINO, S. F.; ROSSETTO, M.; MAIA, K. M.; PAUTZ, M.; SILVA, V. C.	Talleres educativos en sexualidad del adolescente: la escuela como escenario
2010	ENCISO-CONGOTE, Juan David.	El emprendimiento y el bien común: ¿competencias complementarias o excluyentes?
2010	REIS, Cisne Zélia Teixeira; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; FERREIRA, Marco Aurélio Marques.	Autoavaliação em uma instituição federal de ensino superior: resultados e implicações
2011	GAETE QUEZADA, Ricardo.	Relación de las universidades con sus stakeholders en Internet: un modelo de análisis
2011	CALDERÓN, Adolfo Ignacio; FORNALSKI, Pedro, Rodrigo; VARGAS, Maria Caroline.	Responsabilidade Social da educação superior: a metamorfose do discurso da Unesco em foco

¹⁶⁰ DESAULNIERS, 2006.

ANO	AUTOR	TÍTULO
2011	BARROS, Conceição de Maria Pinheiro; FREIRE, José Célio.	A Responsabilidade Social Universitária na perspectiva do Sinaes: um estudo de caso no Curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará – Campus de Sobral
2011	GAETE QUEZADA, Ricardo.	Responsabilidad social universitaria, necesidades sociales emergentes y calidad de vida de los ciudadanos: propuesta de ámbitos e indicadores
2012	HAAS, Celia Maria; LINHARES, Milton.	Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil?
2012	GAETE QUEZADA, Ricardo; BRATOS MARTÍN, Miguel.	Una mirada a la internacionalización universitaria desde la perspectiva de la responsabilidad social: discursos de los jóvenes investigadores
2012	MADORRÁN-GARCÍA, Cristina.	¿Es la universidad pública española socialmente responsable?
2012	PEÑA COLLAZOS, Wilmar.	De la responsabilidad social en la sociedad de riesgo: Más allá de la libertad de ser empresarios de sí mismos
2012	FERNANDES, Marcelo Costa; SILVA, Lucilane Maria Sales da; MACHADO, Ana Larissa Gomes; MOREIRA, Thereza Maria Magalhães.	Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas
2013	MERINO, Martín Nelson Hernani; PASTORINO, Antonieta Hamann.	Percepción sobre el desarrollo sostenible de las MYPE en el Perú
2013	MATHIESEN, María Elena; CASTRO Yáñez, Ginette; MERINO, José Manuel; MORA MARDONES, Olga; NAVARRO SALDAÑA, Gracia.	Diferencias en el desarrollo cognitivo y socioemocional según sexo
2013	ECHEVERRÍA-FALLA, Cecilia.	Educación ética: ¿normas o virtudes? ¿Qué giro debe tomar la enseñanza de la ética en la formación de universitarios solidarios?
2013	ORDAZ HERNÁNDEZ, Mayra.	La educación de habilidades sociales desde la Extensión Universitaria: propuesta de acciones
2013	CALDERÓN, Adolfo Ignacio.	Terceirização do trabalho docente à luz da Responsabilidade Social da educação superior

ANO	AUTOR	TÍTULO
2013	CAIXETA, Juliana Eugênia; SOUSA, Maria do Amparo de.	Responsabilidade Social na educação superior: contribuições da psicologia escolar.
2014	VALLAEYS, François.	La responsabilidad social universitaria: un nuevo modelo universitario contra la mercantilización
2014	BELTRÁN-LLAVADOR, José; ÍÑIGO-BAJOS, Enrique; MATA-SEGREDA, Alejandrina.	La responsabilidad social universitaria, el reto de su construcción permanente
2015	GAETE QUEZADA, Ricardo.	El voluntariado Universitario como ámbito de aprendizaje servicio y emprendimiento social: un estudio de caso
2015	GONÇALVES, Mirian L.; PEREIRA, Elisabete M. A.	Contribuições da educação geral na formação de médicos e pedagogos egressos de uma universidade pública
2015	DIAS SOBRINHO, José.	Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e Responsabilidade Social
2015	NÚÑEZ CHICHARRO, Montserrat; ALONSO CARRILLO, Inmaculada; PONTONES ROSA, Carolina.	Responsabilidad Social Universitaria: estudio empírico sobre la fiabilidad de un conjunto de indicadores de Gobierno Corporativo
2015	GAETE QUEZADA, Ricardo.	Responsabilidad social en el gobierno y gestión de las universidades estatales chilenas
2015	LARRÁN-JORGE, Manuel; ANDRADES-PEÑA, Francisco-Javier.	Análisis de la responsabilidad social universitaria desde diferentes enfoques teóricos
2016	GONZÁLEZ JAIMES, Elvira Ivone; SALGADO VARGAS, Christian Karel.	Impacto de los programas de movilidad internacional en la adquisición de competencias académicas para el ingreso al mercado laboral: México
2016	REGINATO, Valdir; GALLIAN, Dante Marcello Claramonte; MARRA, Suzie.	A literatura na formação de futuros cientistas: lição de Frankenstein
2016	ESCOBAR LONDOÑO, Julia Victoria; CASTAÑO, Diego Alberto; RUIZ-RUIZ, Marilza Piedad; RESTREPO BOTERO, Juan Carlos.	Evaluación auténtica del impacto social de procesos, proyectos y productos de investigación universitaria: un acercamiento desde los grupos de investigación

ANO	AUTOR	TÍTULO
2016	GAETE QUEZADA, Ricardo.	Iniciativas internacionales y redes interuniversitarias de responsabilidad social universitaria
2016	URIBE-MACÍAS, Mario Enrique; ORJUELA RAMÍREZ, Daniel Felipe; MORENO-BARRAGÁN, Xiomara.	RSE de la Universidad Del Tolima Frente Al Stakeholder "Proveedores"
2016	VALLE CHIRINOS, Araque, Yamaru; PÉREZ PERALTA, Claudia Milena.	La Responsabilidad Social Universitaria: emprendimiento sostenible como impacto de intervención en comunidades vulnerables
2016	CALDERÓN, Adolfo Ignacio; GOMES, Cleber Fernando; BORGES, Regilson Maciel.	Responsabilidade Social da educação superior: mapeamento e tendências temáticas da produção científica brasileira (1990-2011)
2016	REYES MANRIQUE, Marlene Edith.	Relación entre Habilidades Sociales y Desempeño Docente desde la percepción de estudiantes adultos de universidad privada en Lima, Perú
2016	ZÁRATE-RUEDA, Ruth; HERNÁNDEZ-SUÁREZ, Martha Isabel.	Orientaciones socialmente responsables para la permanencia estudiantil en programas de educación a distância de la Universidad Industrial de Santander – UIS
2017	HERNÁNDEZ-HERRERA, D.; AGUILERA-ELIZARRAZ, N.; VEGA-ARGOTE, M.; GONZÁLEZ-QUIRARTE, N.; CASTAÑEDA-HIDALGO, H.; ISASI-HERNÁNDEZ, L.	Aplicación de las actividades de la intervención de enfermería Prevención de caídas en adultos hospitalizados
2017	TOSTA, Tania Ludmila Dias.	A participação de estudantes universitários no trabalho produtivo e reprodutivo
2017	EVIA-ALAMILLA, Nancy Marine; ECHEVERRÍA-ECHEVERRÍA, Rebelín; CARRILLO-TRUJILLO, Carlos David; QUINTAL-LÓPEZ, Rocío	Ciudadanía: análisis de algunos elementos del Modelo de Responsabilidad Social Universitaria en una universidad pública
2017	NUNES, Enedina Betânia Leite de Lucena Pires; PEREIRA, Isabel Cristina Auler; PINHO, Maria José de.	A Responsabilidade Social Universitária e a avaliação institucional: reflexões iniciais

ANO	AUTOR	TÍTULO
2017	HUERTA-RIVEROS, Patrícia; GAETE-FERES, Héctor.	Responsabilidad social universitaria a través de los reportes de sostenibilidad del Global Reporting Initiative: experiencia de una universidad pública

Fonte: SciELO (2018).

Entre os trabalhos apontados, destaca-se que três apresentam relativa relação com este estudo: de Calderón, Gomes e Borges¹⁶¹, que apresenta um apanhado teórico de tendências da produção científica em RSU; nessa linha, o trabalho de Larrán e Peña¹⁶² demonstra diferentes enfoques teóricos sobre a RSU; Calderón, Fornalski e Vargas¹⁶³ apresentam a RSU na perspectiva da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o trabalho de Barros e Freire¹⁶⁴, em que estudam a RSU em um Curso de Medicina na perspectiva do Sinaes.

Na sequência, realizou-se uma exaustiva busca de trabalhos científicos de teses e dissertações com os descritores “Responsabilidade Social Universidade”, e “Responsabilidade Social”, utilizados para a consulta no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que localizou nove trabalhos. Procedeu-se a consulta, com os mesmos descritores, no Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)¹⁶⁵, que localizou 2.722 registros.

É possível constatar que o Banco de Dissertações e Teses da Capes indica a existência de um número maior de dissertações e teses do que aquelas disponibilizadas pela Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, do IBICT. Tal diferença se justifica pelo fato de que todos os programas de pós-graduação stricto sensu brasileiros devem informar, anualmente, à Capes, por

¹⁶¹ CALDERÓN; GOMES; BORGES, 2016.

¹⁶² LARRÁN; PEÑA, 2015.

¹⁶³ CALDERÓN; FORNALSKI; VARGAS, 2011.

¹⁶⁴ BARROS; FREIRE, 2011.

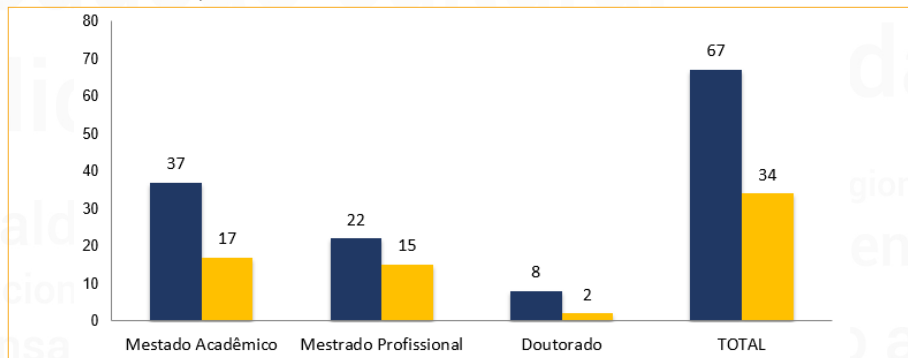
¹⁶⁵ Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>.

meio de relatório anual definido pelo sistema de avaliação da pós-graduação stricto sensu, as dissertações e teses defendidas em cada programa, com os descritores “Responsabilidade Social” e “Responsabilidade Social Universidade”.

Do conjunto de 2.731 registros indicados pela busca realizada no Banco de Dissertações e Teses da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT, 101 trabalhos apresentam relação com o tema desta tese, porém foram localizados, na íntegra, 67 trabalhos, os quais serviram de base para a análise.

Conforme a distribuição no Gráfico 9, apresentado a seguir, do total de trabalhos localizados na íntegra (colunas azuis) e trabalhos não localizados na íntegra (colunas laranjas), 54 são estudos de dissertações de Mestrados Acadêmicos, 37 dissertações são fruto de Mestrados Profissionais e apenas 10 são teses de Doutorado.

Gráfico 9 - Distribuição dos trabalhos analisados

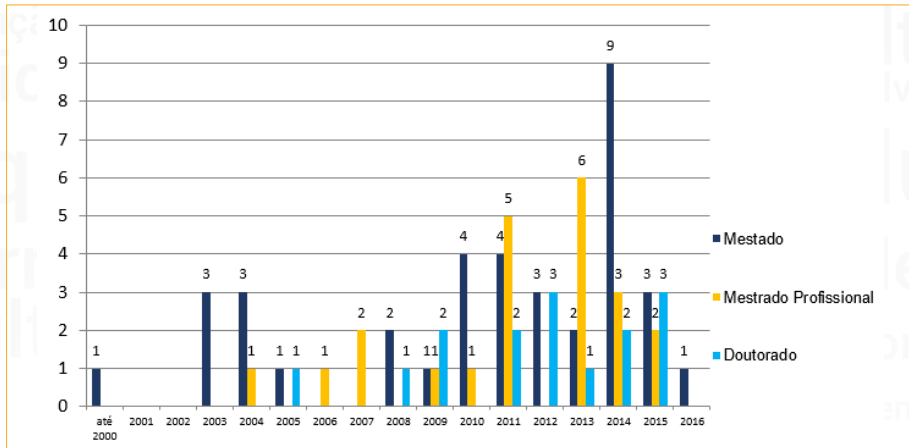


Fonte: o autor.

Evidencia-se que a preocupação com a Responsabilidade Social no meio universitário teve um início muito tímido, perpassando os anos de 2000 a 2002 com apenas uma dissertação de Mestrado Acadêmico. Os anos de 2003 e 2004 somam seis dissertações de Mestrado Acadêmico e uma dissertação de Mestrado Profissional. Só em 2005 aparece a primeira tese de Doutorado.

Percebe-se, a partir de 2010, uma evolução quantitativa de trabalhos, tendo seu ápice em 2014, com nove dissertações de Mestrado Acadêmico, três dissertações de Mestrado Profissional e duas teses de Doutorado (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Distribuição de trabalhos por ano



Fonte: o autor.

Após a leitura flutuante do conteúdo das dissertações e teses¹⁶⁶, passou-se à etapa de categorização desses trabalhos em nove eixos temáticos, utilizando como critério as concepções e objetivos dos trabalhos conforme segue:

1. Sentidos e concepções sobre a Responsabilidade Social;
2. Responsabilidade Social e formação discente nos cursos de graduação;
3. Ações de Responsabilidade Social – enfoque na extensão universitária;
4. Impactos da Responsabilidade Social;
5. Avaliação da Responsabilidade Social;
6. Gestão da Responsabilidade Social;

¹⁶⁶ BARDIN, 1988.

7. Responsabilidade Social e marketing/comunicação;
8. Responsabilidade Social: sustentabilidade e desenvolvimento sustentável;
9. Responsabilidade Social e balanço social.

Os trabalhos, devidamente agrupados por eixo temático, foram analisados a partir dos seus objetivos, metodologia e resultados alcançados. Destaca-se que alguns trabalhos apresentaram limitações de clareza quanto aos objetivos, metodologia e resultados, fato que direcionou a análise pela contextualização geral e não pelos seus princípios e finalidades.

No Quadro 6, apresenta-se a análise detalhada de cada categoria/grupo dos trabalhos analisados que se caracterizaram para este estudo:

Quadro 6 - Eixo Temático 1: sentidos e concepções sobre a Responsabilidade Social

Autor	Título	Área	Instituição	Ano	Nível
SILVA, A. K. L.	Responsabilidade Social, um fenômeno em construção: avanços e desafios deste movimento nas universidades privadas do Paraná	Administração	Universidade Regional de Blumenau	2010	M
PEIXOTO, A. V. L.	Responsabilidade Social na educação superior: concepção e prática nas instituições particulares de educação superior do Estado de Alagoas	Educação	Universidade do Estado de São Paulo	2014	MP
SILVA, A. C. V.	Os discursos construídos em torno das práticas de Responsabilidade Social nas instituições de ensino superior privadas	Sociologia	Universidade Federal do Ceará	2013	M
CAVALCANTE, A. C.	Responsabilidade social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA): análise da percepção dos gestores	Administração	Universidade Federal da Bahia	2014	MP

Autor	Título	Área	Instituição	Ano	Nível
MOREIRA, B. S.	Uma análise de conteúdo escrito sobre as referências à responsabilidade social corporativa em instituições de ensino superior no Rio de Janeiro	Gestão Empresarial	Fundação Getúlio Vargas	2015	MP
VIEIRA, C. C. N.	Responsabilidade Social Universitária: um estudo sobre seu significado para os representantes dos grupos de interesse de uma universidade	Administração	Universidade Regional de Blumenau	2015	M
SILVA, C. L.	Responsabilidade Social nas universidades brasileiras: autonomia ou adequação?	Educação	Universidade Tuiuti do Paraná	2008	M
ROSA, E. M.	Responsabilidade Social na FUCAPI: visão atual e perspectivas	Administração	Universidade Federal de Minas Gerais	2004	M
MACHADO JÚNIOR, E. V.	Sinergia dos stakeholders: um framework de gestão e Responsabilidade Social – estudo de caso em instituição de ensino superior brasileira	Engenharia de Produção	Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep	2009	D
CANOPI, L.	Concepções de Responsabilidade Social dos cursos de graduação em administração da Região Sudoeste do Paraná	Gestão de Negócios	Universidade Estadual de Maringá/ Universidade Estadual de Londrina	2003	M
PINTO, M. M.	Responsabilidade Social em universidade comunitária: novos rumos para a educação superior	Educação	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	2009	D
LEITE, M. S.	Responsabilidade social Cooperativa sob a ótica de Hofstede: um estudo com alunos da área de gestão	Gestão	Universidade Metodista de Piracicaba	2014	MP
ROSETTO, M. R. C. A.	Instituições de ensino superior e Responsabilidade Social: um estudo sobre as representações de lideranças da educação superior brasileira	Educação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2011	D

Autor	Título	Área	Instituição	Ano	Nível
SAMPAIO, M. S.	Percepções dos discentes do curso de Ciências Contábeis diante das questões socioambientais: um estudo nas IES de Salvador/Bahia	Contabilidade	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	2011	M

Fonte: o autor.

No Quadro 6, estão relacionadas as teses e dissertações que se aproximam, com maior intensidade, dos conceitos do Eixo Temático 1 – Sentidos e Concepções sobre a Responsabilidade Social. Nesse grupo, apenas três trabalhos compreendem a área de concentração Educação, demonstrando certa hegemonia dos trabalhos voltados à área empresarial.

Canopf aborda a Responsabilidade Social dos cursos de graduação em Administração da Região Sudoeste do Paraná. O estudo “propõe um resgate teórico de alguns dos conceitos possíveis, bem como buscar sua origem no fenômeno da globalização.” Outro viés do trabalho procura verificar “[...] por que as empresas, a sociedade e o próprio MEC entendem que este tema deve fazer parte da atuação dos administradores das organizações modernas.”¹⁶⁷

O trabalho de Cavalcante versa sobre a percepção de gestores a respeito da Responsabilidade Social no Instituto Federal da Bahia. Nesse horizonte, analisou, segundo a percepção dos integrantes da Reitoria, “[...] sobre o tema Responsabilidade Social, no que diz respeito ao relacionamento da instituição com os ambientes interno e externo, no campo de ação das iniciativas de Responsabilidade Social [...]”.¹⁶⁸

Recentemente, Moreira¹⁶⁹ estudou a Responsabilidade Social em IES com olhar corporativo. A intenção foi observar, a partir dos documentos

¹⁶⁷ CANOPF, p. 7, 2003.

¹⁶⁸ CAVALCANTE, p. 8, 2014.

¹⁶⁹ MOREIRA, 2015.

oficiais de 10 cursos de graduação em Administração de empresas, como é o ensino dessa temática corporativa, no Rio de Janeiro, sob o olhar teórico de Elkington¹⁷⁰. O viés corporativo aparece também no trabalho de Leite, que procurou entender a Responsabilidade Social corporativa sob a ótica de Hofstede. O autor identificou que “[...] os valores humanos e as dimensões culturais influenciam na compreensão e nas atitudes das pessoas [...] e indivíduos, consumidores e futuros gestores em relação às iniciativas sociais corporativas.”¹⁷¹

O estudo desenvolvido por Machado Júnior analisa “[...] o desenvolvimento de um framework de gestão, baseado em quem e o que realmente devem ser considerados para a organização e a sociedade, que deverá conduzir as organizações a uma maior longevidade no mercado.”¹⁷²

Esse estudo foi aplicado em IES brasileiras e demonstrou como a *framework* da gestão influencia a sinergia dos *stakeholders* que se relacionam com as IES.

Com o estudo voltado às universidades comunitárias, Pinto procurou “compreender como os gestores de universidade comunitária gaúcha percebem se traduzir, nas atividades nelas desenvolvidas, preocupação com uma educação socialmente responsável em sua instituição.” A investigação, de cunho qualitativo, conclui que a universidade objeto da pesquisa “[...] é uma universidade socialmente responsável, preocupada em contribuir com o desenvolvimento sustentável de sua região [...]”, encontrando equilíbrio entre as ações direcionadas a seus públicos interno e externo.¹⁷³

Rosa buscou identificar o tipo de orientação que as questões sociais afetam com relação à Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação

¹⁷⁰ ELKINGTON, 1997.

¹⁷¹ LEITE, p. 6, 2014.

¹⁷² MACHADO JÚNIOR, p. 8, 2009.

¹⁷³ PINTO, p. 8, 2009.

Tecnológica (Fucapi), sob a perspectiva teórica de Charnov e Montana.¹⁷⁴ Com o propósito de “[...] analisar se o envolvimento formal dos discentes do Curso de Ciências Contábeis com conteúdos sociais e ambientais contribui significativamente para a percepção dos conceitos e conteúdos desta natureza.” Sampaio conclui que a incorporação dos aspectos sociais e ambientais, pelos discentes, amplia a compreensão e benefícios de conteúdo dessa natureza para a estruturação de estratégias organizacionais.¹⁷⁵

No estudo de Rosetto, a abordagem que norteia o trabalho está centrada na representação das lideranças das IES brasileiras. Nesse caminho, o trabalho apresenta crítica com relação à influência da liderança nas IES, conforme disposto a seguir:

[...] ausência de precisão em termos conceituais, na legislação do SINAES, sobre o que seria a Responsabilidade Social da educação superior tem gerado uma confusão teórico-conceitual e prática, tornando-o um termo polissêmico para as principais lideranças da Educação Superior Brasileira, desencadeando sua imediata relação com a implantação de projetos sociais à semelhança da tendência predominante no mundo empresarial.¹⁷⁶

A pesquisa de Rosetto teve a intenção de contribuir para a discussão teórico-prática a respeito do conceito de Responsabilidade Social das instituições de ensino superior.

Silva utiliza a premissa de que “as universidades, enquanto organizações, devem estar cientes de que a produção do conhecimento é apenas uma parte do seu compromisso; suas atividades devem promover a qualidade de vida de seus *stakeholders* e da sociedade como um todo.”

¹⁷⁴ ROSA, 2004; CHARNOV; MONTANA, 1998.

¹⁷⁵ SAMPAIO, p. 9, 2011.

¹⁷⁶ ROSETTO, p. 8, 2011.

Assim, desenvolveu um estudo que demonstra um panorama da construção da Responsabilidade Social nas universidades privadas do Paraná.¹⁷⁷

Segundo Silva, a Responsabilidade Social está em estágio de desenvolvimento nas universidades pesquisadas, com alto grau de discrepância entre o termo e a práxis.¹⁷⁸

Vieira ressalta o que reza a Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) e que dá direção para os instrumentos de avaliação das IES, com a inclusão da avaliação das ações de Responsabilidade Social, em que se destaca: a inclusão social, o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. Por esse olhar, Vieira analisou como os representantes dos grupos de interesse compreendem a Responsabilidade Social Universitária da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). O autor evidenciou que existe “[...] dificuldade de institucionalizar ações de RSU, as quais são realizadas, mas estão fragmentadas e desarticuladas de forma a não propiciar condições para a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.”¹⁷⁹

No estudo desenvolvido por Vieira Silva, “foram analisados os discursos em torno dos projetos de Responsabilidade Social das IES, no que se refere às formas de apropriação e interpretação das determinações do MEC para este fim”, considerando as ponderações do Ministério da Educação¹⁸⁰ de que os projetos de Responsabilidade Social devem estar dispostos a desenvolver a promoção da equidade social, a preservação do meio ambiente, e em uma série de outras temáticas.¹⁸¹

¹⁷⁷ SILVA, p 6, 2010.

¹⁷⁸ SILVA, 2010.

¹⁷⁹ VIEIRA, p. 7, 2015.

¹⁸⁰ BRASIL, 2014.

¹⁸¹ VIEIRA SILVA, p. 19, 2008; BRASIL, 2014.

Silva estudou a temática da RSU questionando a autonomia e a adequação das IES com relação à Lei n. 10.861, que instituiu o Sinaes. Percebe que se trata de uma relação complexa, haja vista as medidas avaliativas determinando algumas práticas, ao mesmo tempo demonstra a legitimação de atividades já realizadas pelas IES.¹⁸²

Peixoto desenvolveu uma pesquisa com o “propósito de conhecer a concepção de Responsabilidade Social dos dirigentes das instituições particulares de educação superior de Alagoas.” Na visão do autor, as IES particulares de Alagoas realizam diversas ações de cunho social no Estado, concluindo que a ausência de maior precisão conceitual na legislação do Sinaes não tem afetado a prática social da educação superior no Estado alagoano. Outra constatação é que a visão da maioria dos dirigentes dessas IES, sobre a RSU, é que se trata de uma prática formativa e extensiva, não apenas de regulamentação jurídica.¹⁸³

Leciona Sampaio que as alterações ocorridas no cenário social e ambiental têm proporcionado uma nova concepção acerca do desenvolvimento econômico discutido, durante muito tempo, apenas sob o viés econômico. O aumento da consciência da sociedade com a simultânea incorporação dos aspectos socioambientais nas organizações, diante da relevância dessa temática, fez com o que o olhar dos pesquisadores se deslocasse para a inclusão dessas questões na educação superior e, especificamente, nos cursos de Ciências Contábeis, bem como na maneira da inserção dos conteúdos de natureza socioambiental. Os resultados indicaram que não há diferença significativa entre os discentes classificados como possuidores de maior e menor nível de envolvimento com as questões socioambientais relacionadas com o ensino da contabilidade.¹⁸⁴

¹⁸² SILVA, 2013.

¹⁸³ PEIXOTO, p. 8, 2014.

¹⁸⁴ SAMPAIO, p. 9, 2011.

Quadro 7 - Eixo Temático 2: Responsabilidade Social e formação discente nos cursos de graduação

Autor	Título	Área	Instituição	Ano	Nível
ALEXANDRE, E. R.	A temática ambiental no curso de graduação de Ciências Contábeis: um enfoque sobre a ambientalização curricular	Educação	Universidade Católica de Santos	2014	M
BARROS, C. M. P.	Responsabilidade Social Universitária: um estudo de caso no curso de medicina da Universidade Federal do Ceará – Campus de Sobral	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Universidade Federal do Ceará	2009	MP
CARNEIRO, A. L. M.	A formação acadêmico-profissional para inclusão social nos cursos superiores de turismo: dos aspectos socioeconômicos à discussão curricular	Educação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2008	D
CONCEIÇÃO, R. D. P.	A visão de Responsabilidade Social e seu impacto no desempenho do administrador: uma análise do perfil dos alunos de um curso de Mestrado Profissionalizante	Gestão e Estratégia em Negócios	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	2006	MP
LUIZ FILHO, G.	Comportamentos e práticas ambientais dos estudantes das universidades federais brasileiras: uma análise utilizando modelagem de equações estruturais	Administração	Universidade Nove de Julho	2015	D
GALVÃO, M. S.	Estratégia, Inovação, Responsabilidade Social, Competências e Habilidades do curso superior de Tecnologia em comércio exterior: realidade e reflexos	Administração	Universidade Nove de Julho	2009	M
FELICETTI, V. L.	Comprometimento do aluno: um elo entre aprendizagem e inclusão social na qualidade da Educação Superior	Educação	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	2011	D

Autor	Título	Área	Instituição	Ano	Nível
HELENA, L. A.	A Responsabilidade Social Corporativa na formação do futuro gestor	Educação	Universidade Metodista de Piracicaba	2006	MP
BUENO, A.	A Responsabilidade Social como elemento motivador na formação profissional do aluno de medicina	Ciências da Saúde	Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo	2008	M
VESCE NETO, V.	As políticas educacionais e a Responsabilidade Social na formação do administrador de empresas	Educação	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	2007	M
NOGUEIRA, P. P. C.	A dimensão ambiental no curso de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Mato Grosso: um estudo de caso em Educação e Meio Ambiente	Educação	Universidade Federal de Mato Grosso	2006	M
PAULINO. E. M. C.	O Estudo da Ética nos Cursos de Graduação em Administração	Administração	Fundação Getúlio Vargas	2003	M
TEIXEIRA, M, C. A.	O compromisso formativo dos cursos de Administração com a realidade local	Educação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2015	D
RIBEIRO, R. M. C.	Responsabilidade Social Universitária e a formação cidadã	Educação	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	2013	D
SILVA, D. R.	A formação do publicitário e sua Responsabilidade Social: por uma prática publicitária mais ética (Não foi analisado)	Educação	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	2007	M
SILVA, I. A.	Educação socialmente responsável – expressões no ensino de graduação em universidade comunitária	Educação	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	2014	D

Autor	Título	Área	Instituição	Ano	Nível
SILVA, L. S. V.	Integração da Responsabilidade Social corporativa ao curso de Administração: um estudo realizado em instituições de ensino superior	Educação	Universidade Regional de Blumenau	2016	M
SILVA, N. C. V.	Contribuições da metodologia service-learning para o ensino de Responsabilidade Social em curso de graduação em Administração	Administração	Fundação Getúlio Vargas	2012	MP
SILVA, R. C. M.	Responsabilidade Social no Ensino em Administração: um estudo exploratório sobre a visão dos estudantes de graduação	Administração	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	2009	M
SILVA, R. T. P.	Universidade e atividade da pesquisa: limites e possibilidades na potencialização da Responsabilidade Social e política	Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2013	M
SOARES, B. M. C.	A abordagem da ética nos cursos de graduação em Administração de Salvador	Administração	Universidade Federal da Bahia	2004	MP
SOUZA, C. A.	Como formar empreendedores socialmente responsáveis: um estudo de caso no curso de graduação em Administração da faculdade de tecnologia empresarial (Não foi analisado)	Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social	Fundação Visconde de Cairu	2014	MP
VILLAGRAN, P. B.	Formação em Responsabilidade Social na universidade: análise de uma experiência	Psicologia	Universidade de São Paulo	2012	D
ZANCAN, S. L. M.	A disciplina de ética na formação do profissional do Direito	Educação	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2007	M

Autor	Título	Área	Instituição	Ano	Nível
VENZKE, C. S.	Educação para a sustentabilidade e o desenvolvimento docente na Administração	Administração	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2015	D

Fonte: o autor.

No Quadro 7 estão relacionadas as teses e dissertações que se aproximam com maior intensidade dos conceitos do Eixo Temático 2, que aborda a Responsabilidade Social e a formação discente nos cursos de graduação. Nesse grupo, dos 25 trabalhos encontrados na íntegra, 13 são da área da Educação, os outros 12 estão divididos entre as áreas de Administração, Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Gestão e Estratégia em Negócios, Ciências da Saúde, Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social e Psicologia.

Para Silva, as mudanças significativas e duradouras no comportamento das empresas com relação à Responsabilidade Social corporativa devem envolver as instituições que atuam como impulsionadoras do comportamento empresarial, sobretudo as instituições de ensino superior, tendo em vista que estas influenciarão na percepção que os estudantes possuem acerca das organizações e suas responsabilidades. Ressalta, ainda, que os resultados obtidos destacam os docentes como propulsores fundamentais do ensino da Responsabilidade Social corporativa, considerando que, na maioria dos casos, conteúdos e atividades alusivas à RSC não fazem parte formal do currículo e que, conforme os estudantes, o contato com o tema, de modo mais consistente, ocorre no ensino superior.¹⁸⁵

Desde meados de 1970, distintos setores educativos desenvolvem propostas e pesquisas sobre a educação para a sustentabilidade, porém, no âmbito universitário, esse é um tema que foi iniciado somente em 1990. Em

¹⁸⁵ SILVA, 2016.

nível internacional, em 2001, foi criado um grupo de 11 universidades, de sete países, constituindo uma rede denominada rede ACES (Ambientalização Curricular do Ensino Superior), o qual apresentou como resultado a elaboração de proposições e pesquisas que trabalhavam a questão da Ambientalização Curricular, e propôs algumas características que um currículo deve apresentar para ser ambientalizado, e, a partir desse marco referencial, vários projetos foram desenvolvidos nas universidades participantes, com o intuito de produção de conhecimento a respeito desses processos.¹⁸⁶

Barros entende que a Responsabilidade Social da universidade pública brasileira deve estar, na sua essência, em meio a uma sociedade excludente e desigual. Especialmente em países que estão em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, a universidade tem sido considerada uma das instituições mais adequadas para a busca de soluções, para a superação dos desafios sociais e para responder às demandas da comunidade em seu entorno. Assim, a pesquisa gira em torno do planejamento e do desenvolvimento das ações de Responsabilidade Social do Curso de Medicina do Campus da UFC de Sobral. Após a análise dos resultados, percebeu-se que o Curso investigado desenvolve ações sociais que oferecem respostas de caráter positivo à comunidade em seu entorno, porém ainda há muito a ser realizado para a consolidação da Responsabilidade Social.¹⁸⁷

A pesquisa realizada por Carneiro está direcionada à atuação profissional do egresso do Curso Superior de Turismo voltada à inclusão social, buscando indicar critérios para a construção de estruturas curriculares que possam ter a dimensão política de sua inserção na sociedade. A relação do turismo com a formação histórica e política do País foi avaliada, a fim de verificar se pode ser considerada uma das alternativas econômicas prioritárias para a diminuição da condição de exclusão social de grande parte das regiões brasileiras. A discussão

¹⁸⁶ ALEXANDRE, 2014.

¹⁸⁷ BARROS, 2009.

do Turismo como área de conhecimento foi realizada tendo como pano de fundo o papel da educação superior, tanto do setor público quanto do privado. Além disso, discutiu-se acerca da qualidade da formação profissional nesse campo de atuação, verificando-se os problemas que a área está encontrando para se fortalecer e se apresentar à sociedade como uma alternativa para as transformações sociais.¹⁸⁸

A educação superior vem sendo cada vez mais responsável pelo desenvolvimento científico, tecnológico e social de uma nação, conforme pesquisas de Felicetti.¹⁸⁹ A autora destaca que as políticas públicas educacionais também são relevantes em prol da melhoria da qualidade da educação, sendo que a pesquisa foi realizada no Programa Conjunto de Pesquisa Capes/UTexas: Qualidade na Educação, sob Edital CGCI n. 024/2007. Com o intuito de analisar o comprometimento do aluno bolsista do Programa Universidade para Todos (Prouni) (ingressados no Programa em 2005) com a sua aprendizagem e os impactos que o acadêmico pode desencadear na universidade e na sociedade. Os resultados identificaram possíveis impactos gerados pelo perfil de graduados na sociedade e na universidade, como, por exemplo, a relação entre empregabilidade e trabalho, a satisfação e as influências e/ou incentivos que esses graduados desencadeiam na sociedade. Foi comprovado, ainda, que os resultados reais ou potenciais na formação do egresso Prouni estão relacionados ao comprometimento desse perfil estudantil com a sua aprendizagem.

Galvão aborda, em seu estudo, as transformações do ensino superior no Brasil por meio do desenvolvimento de um estudo de caso no Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior da Uninove, sendo que os resultados apontam que o Curso, com duração de dois anos, acompanha as mudanças estruturais da economia e da política, que influenciam o futuro tecnólogo. Porém, Souza fez uma abordagem quanto às formas de implementação dos

¹⁸⁸ CARNEIRO, 2008.

¹⁸⁹ FELICETTI, 2011.

projetos educativos da organização empresarial brasileira Gife e da organização empresarial portuguesa Epis, procurando apreender as respectivas influências na política educacional, assim como o processo de mundialização da educação relacionado à ideologia da Responsabilidade Social, pois atuam nas relações de hegemonia enquanto representantes dos interesses da classe dominante.¹⁹⁰

Com uma abordagem corporativa, Helena destaca que as transformações sociais e de responsabilidade têm afetado o comportamento de empresas até então acostumadas à pura maximização do lucro. Se, por um lado, o setor privado tem cada vez mais lugar de destaque na criação de riqueza, por outro, esse poder traz consigo responsabilidades em virtude da capacidade criativa existente e dos recursos financeiros e humanos disponíveis, o que gera nas empresas uma intrínseca Responsabilidade Social. O estudo tem o intuito de analisar como as instituições de ensino superior abordam o tema Responsabilidade Social corporativa em seus currículos, tendo como base alunos do Curso Superior de Administração de uma faculdade particular do interior paulista. A pesquisa mostra que existe a prática da Responsabilidade Social corporativa e a preocupação em inserir o tema no processo de estruturação dos planos de ensino.¹⁹¹

Na mesma linha de Responsabilidade Social corporativa, Silva, em sua pesquisa com alunos do Curso de Administração, não teve êxito quanto ao resultado de as universidades terem a capacidade de formar gestores socialmente responsáveis. A exceção foi observada naqueles que tiveram experiência na área, em suas atividades profissionais ou acadêmicas, pois foram os que apresentaram maior segurança com relação ao assunto, porém ainda são poucos os que utilizam a Responsabilidade Social corporativa na prática.¹⁹²

¹⁹⁰ GALVÃO, 2009; SOUZA, 2007.

¹⁹¹ HELENA, 2006.

¹⁹² SILVA, 2009.

A Responsabilidade Social como elemento motivador na formação profissional, abordada por Bueno analisa a importância do desenvolvimento de atividades sociais como um elemento motivador na formação do profissional médico, respectivamente, nos alunos dos três primeiros anos do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP), tendo o trote social como ritual de recepção universitária e sua influência no envolvimento de trabalhos sociais durante a graduação. O estudo retrospectivo e analítico teve um resultado positivo e mostrou que 88,2% dos alunos organizadores do trote social participaram de outros projetos sociais durante a graduação, embora não haja evidência entre a participação como calouro e o envolvimento em atividades sociais durante o Curso; 72,7% dos alunos que desenvolveram atividades sociais durante a graduação na sua área de formação perceberam mais sentido em sua escolha profissional, e aqueles que enxergaram mais sentido nessa opção de carreira têm maior percepção de crescimento pessoal e profissional nas atividades desenvolvidas.¹⁹³

Conceição mostra, em seu estudo, que a prática da Responsabilidade Social, em muitos casos, é relegada à empresa, como apresentada em estudos acadêmicos, mas esquecida quando a vertente é o administrador ou o indivíduo. O estudo mostrou que a Responsabilidade Social ainda está no seu início, pelo menos na prática pelo administrador, usando como parâmetro a literatura acadêmica desenvolvida. Assim, o papel do administrador nesse processo de propagação e profissionalização da prática do conceito de Responsabilidade Social é de fundamental importância ao desenvolvimento de uma nova visão a respeito dessas ações.¹⁹⁴

Porém, o trabalho de Luiz Filho destaca que as empresas que demonstram ter Responsabilidade Social tendem a ser mais reconhecidas no mercado. Contudo, para que essa prática aconteça, os gestores deverão ser formados

¹⁹³ BUENO, 2008.

¹⁹⁴ CONCEIÇÃO, 2006.

pelas universidades e se preparar para atuar dentro dessas expectativas. A pesquisa realizada por meio da Modelagem de Equações Estruturais (SEM), com mínimos quadrados parciais e modelos de caminhos (PLS-PM), utilizou o software *SmartPLS 2.0-M3*, cujos resultados indicaram que o desenvolvimento das questões ambientais não é favorável no universo acadêmico.¹⁹⁵

Ainda, voltado à Responsabilidade Social na formação do administrador de empresas, Vesce Neto pondera a respeito da profundidade e importância do tema. Acredita que a maneira mais eficaz de provocar críticas e reflexões quanto à Responsabilidade Social é atuando diretamente no processo de formação de profissionais cidadãos em instituições de ensino superior. Contudo, Paulino aborda Responsabilidade Social por meio da relevância da ética nos negócios. Não há uma preocupação efetiva com a inserção regional e em como o curso pode ser conduzido para ter um compromisso formativo alinhado às necessidades regionais. A possível saída para reverter o sucateamento do ensino superior é criar ferramentas mais rigorosas de avaliação dos cursos que determinem jornadas de trabalho, plano de carreira, projetos extracurriculares e acompanhamento de egresso, visando sempre à qualidade e não à rentabilidade.¹⁹⁶

Em seu estudo, Paulino analisa a teoria e a prática dos Cursos de Administração como parte constitutiva do compromisso formativo, no sentido de verificar a contribuição social com a realidade na qual estão inseridos. Os resultados apontam que a função social é concebida apenas para garantir a entrada de alunos, não existindo uma preocupação efetiva com a inclusão regional para que o Curso possa ser conduzido para ter um compromisso formativo alinhado às necessidades.¹⁹⁷

Nogueira realizou um estudo com o intuito de identificar, por meio da percepção dos alunos, professores e egressos, como está inserida a dimensão

¹⁹⁵ LUIZ FILHO, 2015.

¹⁹⁶ VESCE NETO, 2007; PAULINO, 2003.

¹⁹⁷ PAULINO, 2003.

ambiental no Curso de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). O estudo indica, a partir de fundamentos da Educação Ambiental e da legislação vigente, propostas de reestruturação curricular para maior inserção da dimensão ambiental no Curso de Engenharia Elétrica da UFMT e formação de profissionais mais sensibilizados com as suas responsabilidades sociais e ambientais.¹⁹⁸

A Responsabilidade Social Universitária é um fenômeno que tem ganhado relevância nos debates no campo da educação superior; é um conceito social e politicamente construído e diz respeito ao desenvolvimento promovido pelas instituições. A RSU não é uma proposta definitiva nem uma estratégia dogmática que deve ser adotada pelas instituições, mas se configura como uma alternativa de modernização, que permite a busca constante de redefinição da gestão socialmente responsável e crítica, permanente sobre a maneira de pensar e adotar os processos educativos. Forma o elo entre o conhecimento gerado no contexto de sua aplicação e as necessidades locais, nacionais e globais, ou seja, o elo entre o conhecimento gerado institucionalmente e os impactos na sociedade em termos de desenvolvimento.¹⁹⁹

Enfatiza Zancan que a educação e a ética visam à formação de sujeitos de direitos, agentes sociais, comprometidos com a mudança, participação, transformação e construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, humana e solidária. Contudo, no estudo de Venzke, a educação em administração é cada vez mais demandada a trabalhar profundamente os conceitos com relação à ética, tendo em vista as responsabilidades das organizações na sociedade.²⁰⁰

Soares aborda a origem da ética nos negócios e a discussão do conceito de Responsabilidade Social que demonstram a importância da inclusão do

¹⁹⁸ NOGUEIRA, 2006.

¹⁹⁹ RIBEIRO, 2013.

²⁰⁰ ZANCAN, 2007; VENZKE, 2015.

estudo do tema pelos Cursos de Administração. O autor realizou pesquisa em instituições de ensino superior de Salvador, Bahia, e os resultados apontam para o despreparo dos docentes para tratar do tema ética, revelando a baixa frequência do assunto nos planos de ensino investigados. Como contraponto, em sua pesquisa, Venzke constatou que os discursos emergentes da ética, diante dos conflitos sociais, contradições e violências intermediadas pelo direito, não se reduzem aos ensinamentos acadêmicos, pois a ética é uma postura individual e coletiva perante os compromissos com a realidade social e não se limita à formação, mas às atitudes pessoais de cada ser diante das regras e das normas sociais, seja em nome de uma legalidade, seja para a preservação de valores sociais.²⁰¹

Destaca Silva, em sua abordagem, que a Responsabilidade Social Universitária, no contexto das relações universidade-sociedade, associa-se à qualidade, na perspectiva da pertinência social, por meio da gestão dos processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional, que contribuem para o enfrentamento de questões ligadas à legitimidade e à sustentabilidade das universidades na contemporaneidade.²⁰²

Dessa forma, Zancan menciona que é necessária uma educação mais transcendente, a qual objetive ir além da base financeira, incluindo as questões da sustentabilidade socioambiental e questionando quais mudanças são necessárias para educar o administrador, sendo primordial o desenvolvimento dos docentes para a mudança na educação, para que estes obtenham maior consciência da dimensão socioambiental da sustentabilidade, utilizando tal dimensão nas suas atividades de educação do administrador.²⁰³

A educação socialmente responsável, no âmbito da Responsabilidade Social Universitária, diz respeito aos processos acadêmicos de formação

²⁰¹ SOARES, 2004; VENZKE, 2015.

²⁰² SILVA, 2014.

²⁰³ ZANCAN, 2007.

humanística e profissional no cumprimento da missão socialmente responsável da universidade e se manifesta, sobretudo, na formação ética e cidadã, o que lhe acaba conferindo certo poder de influência sobre o consumidor final.²⁰⁴

No Brasil, a discussão de questões relativas à Responsabilidade Social recebeu espaço mais recentemente, posterior ao processo de industrialização e vinda de grandes empresas para o País. Dessa forma, vem à tona uma discussão sobre o preparo dos profissionais de administração brasileiros para trabalhar a Responsabilidade Social nas empresas e sobre a inclusão dessa temática nos Cursos de graduação em Administração. O desafio dessas instituições é abordar a Responsabilidade Social e a ética dentro de seus currículos, conjugando a formação acadêmica, técnica e ética dos alunos, sendo que as metodologias de ensino tradicionais levam a um esclarecimento teórico, como destaca Silva.²⁰⁵

Conforme abordagem de Villagran, as universidades são as instituições responsáveis pela formação das elites intelectuais de seus países; sua missão é gerar conhecimento e formar cientistas, humanistas e profissionais orientados para satisfazer às necessidades de desenvolvimento de um país e proporcionar competências sólidas aos cidadãos do mundo presente e futuro, contribuindo para a educação de cidadãos éticos, comprometidos com a construção da paz, a defesa dos direitos humanos e os valores da democracia.²⁰⁶

Nesse contexto, Villagran desenvolve uma pesquisa com estudantes chilenos, de seis universidades, com o intuito de conhecer o projeto de formação de profissionais com valores, atitudes e comportamentos necessários para o exercício da Responsabilidade Social. Os resultados mostraram que o grupo de estudantes que teve intervenção obteve avanços parciais nos comportamentos, atitudes e valores associados à Responsabilidade Social. Essas variações observadas mostram que houve uma tomada de consciência; os elementos

²⁰⁴ SILVA, 2007; SILVA, 2014.

²⁰⁵ SILVA, 2012.

²⁰⁶ VILLAGRAN, 2012.

que explicam esses resultados são de variadas índoles, indo desde aspectos no desenho original do projeto até o peso dos valores imperantes na sociedade contemporânea, passando pela consideração do período evolutivo que vivenciam os estudantes. Também influíram elementos da formação universitária, como o currículo, a formação dos professores, as metodologias utilizadas, bem como a cultura universitária.²⁰⁷

É imprescindível ter uma coerência entre a cultura universitária e o sistema de valores que a Responsabilidade Social promove, isto é, encarnar nos processos universitários esses valores, para permitir um desenvolvimento consistente dessa dimensão da ética, de modo que a Responsabilidade Social seja um marco em que se produza o processo de integração do estudante universitário na sociedade e que, por meio dessa interação, essa dimensão ética possa ser estimulada e facilitada. É necessário privilegiar as metodologias de ensino baseadas na cooperação, na reciprocidade e no respeito mútuo, condições que estimulam a autonomia moral e, por conseguinte, o desenvolvimento da Responsabilidade Social como conduta moral. Consideram-se necessários novos trabalhos de formação em Responsabilidade Social que possibilitem examinar outras perspectivas na formação moral e ética.²⁰⁸

Para Silva os professores pesquisadores podem contribuir para a potencialização da universidade com Responsabilidade Social e política à medida que são valorizados, incentivados profissionalmente e na realização das suas pesquisas com condições concretas, que garantam o custeio das necessidades básicas para a efetivação do seu trabalho. Esses professores enfatizam seu discurso na construção de uma universidade pautada no cuidado com o outro quando se inserem na sociedade por meio dos grupos de pesquisa, interdisciplinares, heterogêneos, formados pelos diferentes componentes, o que

²⁰⁷ Idem; Ibidem.

²⁰⁸ VILLAGRAN, 2012; SILVA, 2013.

auxilia um olhar global sobre a realidade e possibilita articulações em setores da sociedade considerados instâncias democráticas do Estado.²⁰⁹

Leciona Silva, referente ao preparo dos profissionais de administração brasileiros para trabalhar a Responsabilidade Social nas empresas e sobre a inclusão dessa temática nos Cursos de graduação em Administração, que as metodologias de ensino tradicionais levam a um esclarecimento teórico sobre o tema, no entanto, não preparam os alunos para lidar com as questões de Responsabilidade Social na prática. O estudo analisou dois casos de instituições de ensino brasileiras que desenvolvem programas na comunidade, com o objetivo de conhecer suas práticas e estudar as possíveis contribuições que o uso da metodologia *service-learning* poderia trazer ao contexto educacional brasileiro, em busca da formação de profissionais mais sensibilizados às questões sociais.²¹⁰

Quadro 8 - Eixo Temático 3: Ações de Responsabilidade Social – enfoque na extensão universitária

Autor	Título	Área	Instituição	Ano	Nível
MELO, E.	Responsabilidade Social em IES: uma análise das ações na Região do Alto Vale do Itajaí, SC	Administração	Universidade Regional de Blumenau	2011	M
MURTA, M. E. O.	Ações de Responsabilidade Social na FaE/UFMG: estudo a partir do Balanço Social IBASE	Administração	Faculdade Pedro Leopoldo	2015	M
SAKUNO, I. Y. T.	A intervenção social e o direito ambiental na universidade: perspectivas para educação ambiental	Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	Universidade Federal de Rondônia	2012	M
SILVA, E. N.	Responsabilidade Social nas ações de extensão do Programa Iniciativas Negras: trocando experiências	Ciência da Informação	Universidade Federal da Paraíba	2012	M

²⁰⁹ SILVA, 2013.

²¹⁰ SILVA, p. 8, 2012.

Autor	Título	Área	Instituição	Ano	Nível
SILVA, F. M.	Universidade e compromisso social: a prática da Universidade Federal de Santa Catarina no Núcleo de Estudos da Terceira Idade	Administração	Universidade Federal de Santa Catarina	2013	M
SILVA, S. M. C.	Ações de Responsabilidade Social desenvolvidas na extensão universitária: estudo de caso em uma instituição federal de ensino superior	Sistemas de Gestão	Universidade Federal Fluminense	2011	MP
VERCELLI, L. C. A.	Projetos sociais desenvolvidos em universidades da cidade de São Paulo: mapeamento e análise (Não foi analisado)	Educação	Universidade Nove de Julho	2012	D

Fonte: o autor.

O Quadro 8 apresenta um grupo de trabalhos que centrou atenção nas ações de Responsabilidade Social com enfoque na extensão universitária, implementadas em várias perspectivas. Nesse sentido, Melo estudou a Responsabilidade Social em IES: uma análise das ações na Região do Alto Vale do Itajaí, SC, por meio de uma pesquisa exploratória qualitativa. Teve como objetivo investigar as principais características que identificam o contexto atual das ações de Responsabilidade Social de um centro universitário. Concluiu que ele “[...] contempla aspectos de Responsabilidade Social, apresentando em seus resultados os três pilares da Responsabilidade Social: economia, meio ambiente e sociedade [...]”.²¹¹ Nesse caminho, Murta desenvolveu uma pesquisa que apresenta uma proposta de divulgação à sociedade das atividades desenvolvidas pela universidade pública federal, por meio do balanço social, importante instrumento de informação e de prestação de contas (*accountability*), utilizando como elemento de divulgação o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).²¹²

²¹¹ MELO, p. 128, 2011.

²¹² MURTA, 2015.

Sakuno estudou a intervenção social e o Direito Ambiental na universidade: perspectivas para Educação Ambiental. Sua análise está sustentada sob a ótica do Direito Ambiental e seus princípios. Buscou descrever o conceito de Educação Ambiental para analisar algumas ações de extensão na Universidade Federal de Rondônia.²¹³ Outro trabalho que analisou programas de extensão foi o estudo desenvolvido por Silva, que analisou a “Responsabilidade Social Universitária sob a ótica da extensão nas ações do Programa de Extensão Iniciativas Negras: trocando experiências, na perspectiva do III Curso IN (2011), sua abrangência em nível nacional e seus impactos na região do Cariri”.²¹⁴ A pesquisa exploratória demonstrou os impactos provocados por essa experiência de extensão. Silva direcionou sua dissertação à compreensão das práticas de compromisso social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por meio do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI). A pesquisa demonstrou que os projetos desenvolvidos pelo NETI “[...] têm forte compromisso social pelo próprio objetivo norteador do Núcleo: independência e autonomia”, considerando que esse Núcleo representa com consistência o compromisso social previsto pela UFSC.²¹⁵

No caminho da análise de projetos de extensão como expressão da Responsabilidade Social, o trabalho de Carvalho verificou, por meio de um estudo de caso na Universidade Federal Fluminense, as ações de Responsabilidade Social desenvolvidas. Conforme Carvalho, teve como objetivo “[...] identificar impactos e desdobramentos sobre a formação dos estudantes que participam das ações de Responsabilidade Social, desenvolvidas em Programas e Projetos de Extensão.” Os resultados desse estudo demonstram que o envolvimento com ações de Responsabilidade Social promove maior aproximação e comprometimento dos estudantes universitários com as

²¹³ SAKUNO, 2012.

²¹⁴ SILVA, p. 19, 2012.

²¹⁵ SILVA, p. 87, 2013.

questões socioambientais, contribuindo para transformá-los em profissionais cidadãos.²¹⁶

Quadro 9 - Eixo Temático 4: Impactos da Responsabilidade Social

Autor	Título	Área	Instituição	Ano	Nível
DIDONÉ, M. L.	Impactos da Responsabilidade Social de uma universidade comunitária no desenvolvimento local e regional: a percepção dos stakeholders	Desenvolvimento Regional	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	2014	M
OLIVEIRA, F. C. C.	Responsabilidade Social: influência do núcleo de prática jurídica do curso de direito da Faculdade Atenas – Paracatu/MG	Administração	Universidade Metodista de Piracicaba	2013	MP
VENÂNCIO, A. L.	Responsabilidade Social Universitária: a contribuição da Universidade de Fortaleza (Unifor)	Administração	Universidade de Fortaleza	2014	M

Fonte: o autor.

No Quadro 9 estão relacionadas as teses e dissertações com maior intensidade sobre os conceitos do Eixo Temático 4, Impactos da Responsabilidade Social. Nesse eixo, os três trabalhos analisados, na íntegra, não possuem relação direta com a educação, sendo dois relacionados à administração e um ao desenvolvimento regional.

Para Didoné, que realizou o trabalho referente aos impactos da Responsabilidade Social de uma universidade comunitária no desenvolvimento local e regional: a percepção dos *stakeholders*, os resultados da pesquisa permitiram verificar as ações de Responsabilidade Social e seu impacto na comunidade local, sistematizando categorias de análise de impacto econômico, social e ambiental e, ainda, propondo instrumentos inovadores na metodologia de elaboração do balanço social, que contempla a avaliação das atividades de uma organização a

²¹⁶ CARVALHO, 1996a; CARVALHO, p. 21, 2014b.

partir de seus diversos públicos, como estudantes, gestores municipais e empresários.²¹⁷

Todavia, com uma pesquisa exploratória qualitativa, tendo como instrumentos questionários, entrevistas, análise documental, Oliveira faz uma análise da Responsabilidade Social: influência do núcleo de prática jurídica do Curso de Direito da Faculdade Atenas – Paracatu, MG, com o intuito de retribuição à comunidade, amparando-a em suas necessidades jurídicas básicas, o que reflete na formação humana essencial do acadêmico do curso jurídico.²¹⁸

Venâncio, que abordou em sua dissertação, por meio da pesquisa descritiva combinada com a pesquisa de campo, o tema Responsabilidade Social Universitária: a contribuição da Universidade de Fortaleza (Unifor), identificou os principais pontos relacionados à moderna Responsabilidade Social corporativa universitária, tanto nos aspectos que facilitam quanto naqueles que possibilitam o desenvolvimento local.²¹⁹

Quadro 10 - Eixo Temático 5: Avaliação da Responsabilidade Social

Autor	Título	Área	Instituição	Ano	Nível
ÁGUIA, J. C.	Avaliação do grau de percepção dos alunos em relação às ações de Responsabilidade Social de uma instituição de ensino superior	Administração e Desenvolvimento Empresarial	Universidade Estácio de Sá	2007	MP
FELDEN, C. R.	Avaliação dos Níveis de Responsabilidade Social da Unijuí com seus Agentes Internos e Externos	Desenvolvimento, Gestão e Cidadania	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	2007	MP

²¹⁷ DIDONÉ, 2014.

²¹⁸ OLIVEIRA, 2013.

²¹⁹ VENÂNCIO, 2014.

Autor	Título	Área	Instituição	Ano	Nível
LIMA JUNIOR, E. M.	Responsabilidade Social da universidade: análise do desempenho social do Escritório de Prática Jurídica da Universidade de Fortaleza	Administração	Universidade de Fortaleza	2015	M
NASCIMENTO, J. M. L.	Índice de Responsabilidade Social da universidade: uma metodologia de avaliação institucional	Recursos Naturais	Universidade Federal de Campina Grande	2014	D
NUNES, V. F.	A categoria capital social em putnam: delineando indicadores para a Responsabilidade Social institucional à Unipampa	Educação	Universidade Federal de Pelotas	2014	M
VERCELLI, L. C. A.	Projetos sociais desenvolvidos em universidades da cidade de São Paulo: mapeamento e análise	Educação	Universidade Nove de Julho	2012	D
STROLIGO, R. C.	A Responsabilidade Social sob a perspectiva do Sinaes: um estudo de caso em uma instituição federal de ensino	Sistemas de Gestão	Universidade Federal Fluminense	2013	MP

Fonte: o autor.

Com relação ao Eixo Temático 5: avaliação da Responsabilidade Social, percebe-se estreita preocupação com a verificação das práticas das IES sob a perspectiva do cumprimento das funções sociais que instituições dessa natureza têm com o meio em que estão inseridas. Águia estudou a percepção dos alunos quanto à importância das ações sociais de uma universidade, utilizando o modelo *fuzzy* (o modelo *fuzzy* é utilizado para captar essas informações linguísticas, transformá-las em um formato numérico com a ajuda dos números *fuzzy* triangulares e calcular as lacunas existentes em cada uma das ações).

Segundo Águia,

os resultados obtidos constituem informação importante que possibilita a autoavaliação e podem ser utilizados como instrumento no planejamento de novas ações e na melhoria das já existentes aplicando os recursos organizacionais que se requerem para melhorar a percepção dos alunos.²²⁰

Já Felden realizou uma pesquisa exploratória e descritiva para analisar os níveis de Responsabilidade Social de uma IES comunitária a partir da sistematização de um modelo, que teve como sustentação epistemológica o modelo conceitual Multidimensional Relacional e Multidirecional para a Responsabilidade Social nos Negócios (MRMRSN), de Ashley.²²¹ Conforme a autora destaca, esse modelo

[...] considera as organizações como uma rede de relacionamento, dentro de um contexto de "espaço e tempo". Integram o modelo três níveis de Responsabilidade Social, chamados de "desafios éticos" de Enderle e Tavis (1998): NÍVEL 1 – requisitos éticos mínimos; NÍVEL 2 – obrigações consideradas além do NÍVEL ético mínimo; NÍVEL 3: aspirações a ideais éticos.²²²

Com intenção similar de aferição da Responsabilidade Social, Nascimento desenvolveu um estudo que objetivou "elaborar uma proposta de índice de Responsabilidade Social da universidade, como metodologia de mensuração para a avaliação institucional."²²³ Utilizou-se de uma pesquisa exploratória, de natureza quantitativa e qualitativa, norteadada pelo Art. 3º, inciso III, da Lei n. 10.861/2004, que institui um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e nas abordagens propostas por La Jara *et al.*, Calderón, Lima e Rolim.²²⁴ Nesse caminho, Nunes estudou os indicadores de Responsabilidade Social por meio de uma pesquisa qualitativa. Especificamente, delineou

²²⁰ ÁGUIA, p. 27, 2007.

²²¹ FELDEN, 2007; ASHLEY, 2005.

²²² FELDEN, p. 7, 2012.

²²³ NASCIMENTO, p. 68, 2014.

²²⁴ LA JARA *et al.*, 2006; CALDERÓN, 2006; LIMA; ROLIM, 2009.

indicadores de capital social para a Responsabilidade Social institucional à Universidade Federal do Pampa, tendo como referência a obra de Robert Putnam. Sugere que a integração de indicadores de capital social, como a cooperação e a participação social, desenvolve a confiança e a solidariedade social.²²⁵

Em vertente paralela, Vecelli se dedicou à análise de quatro projetos sociais, dois desenvolvidos na Universidade Nove de Julho (Uninove) – Projetos Ler e Escrever e Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) e dois na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – Projetos Educação Interdisciplinar de Jovens e Adultos e Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns, a fim de investigar se eles exercem ações de compromisso social ou de Responsabilidade Social. A análise dos dados demonstrou que os projetos se caracterizam como ação de Responsabilidade Social, porém caminham para o compromisso social.²²⁶

Nessa linha de análise de projetos desenvolvidos por IES, recentemente, Lima Júnior estudou a Responsabilidade Social a partir do desempenho do escritório jurídico de uma universidade. Seu estudo, qualitativo-descritivo, avaliou os princípios, processos e impactos na formação dos futuros bacharéis em Direito. Segundo o autor, os resultados revelam que os princípios e processos adotados pelo Escritório de Prática Jurídica impactam de forma positiva para a formação de futuros bacharéis em Direito. Esses profissionais serão mais sensíveis diante dos problemas sociais.²²⁷

Stroligo dissertou a respeito do cumprimento da Responsabilidade Social no processo de autoavaliação das instituições de ensino superior, sob a perspectiva do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e a verificação do cumprimento dos respectivos indicadores contidos no referido sistema, em uma instituição de ensino federal.²²⁸

²²⁵ NUNES, 2014.

²²⁶ VECELLI, p. 32, 2012.

²²⁷ LIMA JÚNIOR, 2015.

²²⁸ STROLIGO, 2013.

Quadro 11 - Eixo Temático 6: Gestão da Responsabilidade Social

Autor	Título	Área	Instituição	Ano	Nível
SÃO PEDRO, S. V. B. P.	Gestão socialmente responsável em instituições de ensino superior (IES): modelo de avaliação aplicado na Unioeste	Engenharia de Produção	Universidade Federal de Santa Catarina	2004	M
SOUSA, J. C. R.	Gestão da Responsabilidade Social em universidades: análise da percepção de diferentes sujeitos na comunidade acadêmica potiguar	Ambiente, tecnologia e sociedade	Universidade Federal Rural do Semiárido	2014	M

Fonte: o autor.

No Quadro 11 estão relacionadas as teses e dissertações com maior intensidade nos conceitos do Eixo Temático 6: Gestão da Responsabilidade Social. Os dois trabalhos analisados, na íntegra, possuem relação direta com a educação, sendo relacionados com a Engenharia de Produção, Tecnologia e Sociedade.

Para Souza, a Responsabilidade Social tem sua origem nas organizações empresariais e busca reduzir os impactos das organizações sobre o tecido social, assim, o impacto produzido é diferenciado, dependendo da natureza e do tipo de atividade que desenvolve. Nesse contexto, encontram-se as universidades com a função de formação de profissionais para contribuir na melhoria das condições de vida da sociedade. A pesquisa revelou que existe um longo percurso até que as universidades se tornem instituições socialmente responsáveis, tendo em vista que os dados da governança organizacional evidenciaram a falta de alinhamento entre gestores e demais membros da comunidade acadêmica, com percepções distintas a respeito das práticas universitárias. Ainda se notou, no que diz respeito ao envolvimento e desenvolvimento da comunidade, que o público reconheceu a importância do papel das universidades para o desenvolvimento das regiões em que estão inseridas,

sobretudo na produção, difusão e transferência de conhecimentos que contribuem diretamente na resolução dos problemas locais.²²⁹

Nessa linha de raciocínio, São Pedro abordou o tema gestão de Responsabilidade Social por meio da aplicação de um modelo aos *stakeholders* da Unioeste – Campus de Cascavel, PR. De forma geral, obteve um grau de comprometimento com a Responsabilidade Social, o que representa a existência regular e parcialmente formalizada de ações com vistas à gestão socialmente responsável. Nesse sentido, realizou uma pesquisa descritiva para desenvolver um modelo de avaliação de gestão socialmente responsável em instituições de ensino superior desenvolvido a partir do modelo de indicadores do Instituto Ethos, o Manual de Avaliação Institucional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e os critérios da Fundação Prêmio Nacional de Qualidade (PNQ). O modelo constitui oito dimensões, cada qual formada por quatro indicadores.²³⁰

O Eixo Temático 7: Responsabilidade Social e Marketing/Comunicação apresenta-se no respectivo Quadro a seguir, as teses e dissertações com ênfase nos elementos de divulgação de resultados da Responsabilidade Social nas áreas de comunicação social, Administração e Ciências Contábeis.

Quadro 12 - Eixo Temático 7: Responsabilidade Social e Marketing/Comunicação

Autor	Título	Área	Instituição	Ano	Nível
CARVALHO, P. G. S.	Comunicação e Responsabilidade Social: um estudo sobre o festival de inverno da Universidade Federal do Paraná	Comunicação	Universidade Federal do Paraná	2014	M

²²⁹ SOUZA, 2014.

²³⁰ SÃO PEDRO, 2004.

Autor	Título	Área	Instituição	Ano	Nível
GARÇON, M. M.	A Responsabilidade Social corporativa como sistema simbólico: o significado construído e compartilhado pela comunicação institucional não foi analisado	Ciências da Comunicação	Universidade de São Paulo	2010	M
GOMES, V.	Contribuição à divulgação de ações de Responsabilidade Social: estudo de caso do Uniaraxá	Ciências Contábeis e Atuariais	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2005	M
MOURA, G. B.	A disseminação e aplicação do conceito de Responsabilidade Social nos cursos de Administração de Empresas do Campus da UFC, Unifor e UECE	Administração	Universidade de Fortaleza	2010	M
PAULA, S. L.	Comunicação organizacional e Responsabilidade Social em Instituições de ensino superior de Pernambuco: o uso de ferramentas de comunicação para a construção da impressão de organização socialmente responsável	Administração	Universidade Federal de Pernambuco	2010	M
WRASSEC. L.	Responsabilidade Social como ferramenta do marketing das instituições de ensino superior privadas do oeste do estado do Paraná	Administração	Universidade Regional de Blumenau	2004	M

Fonte: o autor.

Com viés voltado para ações de comunicação da Responsabilidade Social, Carvalho se propôs a analisar se o evento Festival de Inverno, promovido pela Universidade Federal do Paraná “pode ser entendido como uma ação de comunicação pautada na agenda de Responsabilidade Social da Universidade, que contribui com a prática democrática e estimula a cidadania.” Utilizou como base as dimensões do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), que, a partir da referida análise, acenou para a necessidade de uma “[...] reinterpretação possível do

evento como uma ação de comunicação no exercício de Responsabilidade Social."²³¹ Nesse caminho, Gomes utilizou um estudo de caso para analisar "a percepção dos *stakeholders* sobre quais atividades de Responsabilidade Social devem ser realizadas, prioritariamente, por uma instituição de ensino superior, e como devem ser publicadas." O trabalho sugere uma metodologia para elaboração dos balanços sociais das instituições de ensino superior. Foi proposto, também, um modelo a ser aplicado por tais entidades.²³²

Moura investigou como a Responsabilidade Social Empresarial é disseminada nos Cursos de Administração de empresas das universidades do Município de Fortaleza. O estudo se caracterizou como uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa e comparou conteúdos inseridos no respectivo curso de três universidades nos níveis de ensino, pesquisa e extensão.²³³

O estudo desenvolvido por Paula investigou "como as ferramentas de comunicação organizacional são utilizadas para gerenciar as impressões, dos públicos internos e externos, relativas à Responsabilidade Social em Instituições de ensino superior." A partir de um estudo de múltiplos casos, destacam-se como principais resultados:

- a) embora tenham sido identificadas estratégias de gerenciamento de impressões sendo empreendidas, há um completo desconhecimento sobre a temática;
- b) dentre as estratégias mais utilizadas para construir uma imagem socialmente responsável destacam-se a exemplificação e a promoção organizacional;
- c) apesar de não se empenharem significativamente em comunicar aspectos de RS, as IES consideram os alunos seguidos dos professores como principais *stakeholders*-alvo de suas comunicações, denotando

²³¹ CARVALHO, p. 26, 2014; CARVALHO, p. 115, 2014b.

²³² GOMES, p. 27, 2005.

²³³ MOURA, 2010.

uma preocupação em manter relações positivas com os stakeholders; d) a RS faz parte da cultura das IES pesquisadas, embora com intensidades e características diferentes; e) as IES apresentam consistência entre a imagem transmitida em relação à RSE e suas culturas e identidades, pois costumam comunicar apenas o que realmente é praticado.²³⁴

De forma mais abrangente, Wrasse se dedicou à verificação das ações de Responsabilidade Social das IES privadas do Oeste do Estado do Paraná e sua utilização no marketing, examinando como elas mensuram o retorno obtido com as ações. A pesquisa descritiva demonstrou que as IES privadas investem em Responsabilidade Social como forma de melhorar a qualidade de vida da comunidade onde a empresa está inserida. As instituições esperam, como retorno dessas ações, melhor imagem corporativa perante a sociedade, fidelização dos clientes e fortalecimento da marca, embora não desenvolvam instrumentos de mensuração de retorno de investimento em Responsabilidade Social.²³⁵

O estudo de Garçon, refere-se a projetos sociais corporativos, tendo como lugar epistemológico a sua dimensão comunicativa e, nesse sentido, observar a interação organização-fundação-comunidade como promotora de significados consensuais, dos quais emerge e ganha contornos à imagem corporativa da organização. Sob o recorte da comunicação organizacional em sua modalidade integrada, no âmbito das organizações privadas, o estudo buscou investigar de que maneira a comunicação institucional de uma indústria situada na capital paulista se apropria de projetos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) enquanto símbolos e os utiliza a fim de construir e compartilhar significados do mundo organizacional e sua comunidade de entorno.²³⁶

²³⁴ PAULA, p. 33, 2010.

²³⁵ WRASSE, 2004.

²³⁶ GARÇON, p. 6, 2010.

Quadro 13 - Eixo Temático 8: Responsabilidade Social: Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável

Autor	Título	Área	Instituição	Ano	Nível
ASSUMÇÃO, J. C. M.	Uma proposta de implantação de gestão ambiental no laboratório de análises de solos da UFSM	Engenharia de Produção	Universidade Federal de Santa Maria	2008	M
BERNARDI, R. S.	Políticas públicas, ensino superior e a cultura da sustentabilidade	Direito	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	2011	M
BORDIGNON, J.	Energia e resíduos na Universidade Positivo (UP): promoção do uso sustentável a partir de ações ambientais educativas	Gestão Ambiental	Universidade Positivo	2011	MP
BRUNN-QUELL, C.	Sustentabilidade nos cursos de Administração: um olhar para as experiências docentes à luz dos conceitos de reflexão crítica e aprendizagem transformadora	Administração	Universidade Presbiteriana Mackenzie	2014	M
CECCON, NUNES, D. F.	Proposta para uma universidade pública sustentável com base na A3P – agenda ambiental na Administração pública	Sistemas de Gestão	Universidade Federal Fluminense	2013	MP
CORRÊA, L. B.	Responsabilidade Social e sustentabilidade em universidades públicas: o caso UFF	Sistemas de Gestão	Universidade Federal Fluminense	2013	MP
CUNHA, W. M. A.	Responsabilidade Social e desenvolvimento sustentável: O Papel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) Campus Vitória de Santo Antão	Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável	Fundação Universidade de Pernambuco	2011	MP

Autor	Título	Área	Instituição	Ano	Nível
GAZOLA, M.	Contribuições de uma instituição de ensino superior sustentável para o desenvolvimento local	Gestão e Desenvolvimento regional	Universidade de Taubaté	2011	MP
MACÊDO, A. C.	A Responsabilidade Social como ferramenta de sustentabilidade na educação a distância	Tecnologia e Gestão em Educação	Universidade Federal Rural de Pernambuco	2013	MP
MATIAS, S. L. A.	Responsabilidade socioambiental na Universidade Federal de Sergipe: princípios e práticas para a promoção da sustentabilidade	Meio Ambiente e Desenvolvimento	Universidade Federal de Sergipe	2014	M
PROL OTERO, G. G.	Gestão ambiental em instituições de ensino superior: práticas dos Campi da Universidade de São Paulo	Ciência Ambiental	Universidade de São Paulo	2010	M
SALGADO, M. F. M. A	Desenvolvimento de programa de gestão ambiental para instituições de ensino superior. Estudo de caso: Instituto Esperança de ensino superior – IESPEs	Sistemas de Gestão	Universidade Federal Fluminense	2006	MP
SILVA, A. A.	Sustentabilidade Ambiental nas Universidades Estaduais do Estado do Paraná	Desenvolvimento Comunitário	Universidade Estadual do Centro-Oeste	2016	M
SILVA, N. K. V.	Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável: um estudo de caso em uma instituição de ensino superior da cidade do Recife	Fundação Universidade de Pernambuco	Fundação Universidade de Pernambuco	2009	MP
WEISS, M. S.	A Universidade do Contestado (UNC) Campus de Canoinhas, sua realidade ambiental e o desenvolvimento sustentável: uma proposta de ação	Engenharia Ambiental	Universidade Regional de Blumenau	2012	M

Autor	Título	Área	Instituição	Ano	Nível
MOLNARY, R. C. M.	Estudo das ações socioambientais do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares de São Paulo (IPEN/CNEN-SP)	Tecnologia Nuclear	Universidade de São Paulo	2014	M
FREITAS, I. G.	Administração pública e Responsabilidade Social e sustentabilidade, compromisso da instituição de ensino pública: um estudo de caso do Instituto Federal Fluminense	Sistemas de Gestão	Universidade Federal Fluminense	2013	MP

Fonte: o autor.

O Eixo Temático 8: Responsabilidade Social: sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, abarca um número significativo de trabalhos que direcionam suas pesquisas para o viés da sustentabilidade e desenvolvimento social. Desse modo, Assumção propôs um modelo de gestão ambiental para o Laboratório de Análises de Solo (LAS) pertencente à Universidade Federal de Santa Maria. Por meio de uma pesquisa exploratória qualitativa, o estudo resultou nas seguintes sugestões, segundo Assumção, “a criação de uma política ambiental para o LAS; indicadores como a quantificação e estudo das técnicas, reagentes e soluções utilizadas; planos de ação como um programa de gerenciamento de segurança.”²³⁷ Nesse caminho, Bernardi analisou o envolvimento de cinco campi universitários com relação ao envolvimento com a ideia de sustentabilidade, tanto no ensino quanto na gestão. De acordo com o autor, o estudo abarcou sete dimensões críticas da educação superior: “1) Currículo; 2) Bolsas de estudo e pesquisa; 3) Operações; 4) Docentes e Funcionários – desenvolvimento e prêmios; 5) Extensão e serviços; 6) Oportunidades para estudantes; 7)

²³⁷ ASSUMÇÃO, p. 45, 2008.

Administração, Missão e Planejamento.”²³⁸ As conclusões colocam que os impactos da economia mundial, da tecnologia e do consumismo desenfreado, em contraposição aos limites ambientais, exigem uma resposta educacional assertiva das universidades.

O estudo de Bordignon descreve as ações desenvolvidas em uma Instituição de Ensino Superior (IES) com o propósito de incentivar o uso sustentável de energia, a redução na geração de resíduos e a maximização do volume de resíduos segregados. Os resultados da pesquisa asseveram que as boas práticas de educação para a gestão ambiental, implementadas por essa IES, resultaram, de 2008 a 2009, na redução do consumo de energia em 11,98% e no aumento do volume de resíduos recicláveis em 12,26%, o que, como consequência, reduziu o volume de resíduos orgânicos.²³⁹

Já Brunnuquell descreveu e analisou as propostas de incorporação da sustentabilidade em distintos componentes curriculares dos Cursos de Administração em instituições de ensino superior no Brasil, “à luz dos conceitos de reflexão crítica e aprendizagem transformadora.” Do conjunto de experiências analisadas, a maioria das propostas de ensino apresentou um caráter instrumental, com objetivos que não permitiam estabelecer uma discussão que evocasse algum aspecto da reflexão crítica e da aprendizagem transformadora. Na percepção de Brunnuquell, o estudo apresentou o retrato de um conjunto de ações educacionais voltadas à sustentabilidade em distintos componentes curriculares de Administração que pode servir para estudos futuros que pretendam debater o tema à luz do ideário da reflexão crítica e da aprendizagem transformadora.²⁴⁰

A partir de um estudo de caso e pesquisa exploratório-descritiva, Nunes elaborou uma proposta de diretrizes para a implementação de uma

²³⁸ BERNARDI, p. 16, 2011.

²³⁹ BORDIGNON, 2011

²⁴⁰ BRUNNUQUELL, p. 68, 2014.

agenda ambiental na Universidade Federal Fluminense, que contempla os seguintes aspectos: impactos ambientais, transparência, prestação de contas e a disponibilidade de informações, tanto para a comunidade externa quanto para comunidade interna, os quais se revelam elementos-chave na adoção de uma nova gestão voltada às questões socioambientais.²⁴¹

A dissertação desenvolvida por Corrêa utilizou uma pesquisa qualitativa e análise de conteúdo, para propor “[...] políticas para a gestão dos resíduos em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), a partir de sua implementação no Hospital de Clínicas Veterinárias (HCV) na perspectiva da educação ambiental e do pensamento complexo [...]”²⁴² Os resultados auferidos por Corrêa demonstraram que a:

Prática pedagógica na perspectiva da educação ambiental e na dimensão do pensamento complexo, potencializa a comunidade universitária para a reforma do pensamento, possibilitando pensar a realidade institucional como um sistema complexo todo/parte/todo integrado e articulado, contribuindo para um agir ético, responsável e comprometido com a sustentabilidade do meio ao qual pertencemos.²⁴³

Nesse caminho pedagógico, Cunha estudou como as políticas pedagógicas do Instituto Federal de Pernambuco, Campus Vitória de Santo Antão, têm contribuído para a formação dos estudantes com vistas à Responsabilidade Social e ao desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com análise de conteúdo, a qual demonstrou que “com relação à sustentabilidade os docentes compreendem a mesma nos eixos social, ambiental e econômico. Já os alunos têm uma visão mais ‘restrita’ visto que apontam apenas para o âmbito ambiental.”²⁴⁴

²⁴¹ NUNES, 2013.

²⁴² CORRÊA, p. 76, 2013.

²⁴³ CORRÊA, p. 139, 2013.

²⁴⁴ CUNHA, p. 148, 2011.

Com o propósito de compreender as contribuições de uma instituição de ensino superior sustentável para o desenvolvimento local, Gazola pesquisou alunos egressos, verificando sua contribuição para o mercado de trabalho em termos de empregabilidade, inovação e ações de Responsabilidade Social. Segundo Gazola, “pôde-se concluir que a Instituição de Ensino Superior (IES) pode ser considerada sustentável, na medida em que atende, com satisfação, seus principais stakeholders: clientes, mercado de trabalho e sociedade.”²⁴⁵

Macêdo direcionou seu estudo na análise pedagógica do Curso de Administração Pública, oferecido na modalidade EaD, na Unidade Acadêmica de Educação a Distância (UAEADTec) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), sob a perspectiva da Responsabilidade Social como ferramenta de sustentabilidade na educação a distância. Segundo Macêdo,

os resultados demonstraram que a Educação a Distância potencializa os indicadores de desenvolvimento social, o que pode ser observado através dos indicadores que evidenciaram que a maioria dos estudantes dos cursos pesquisados possui renda familiar média entre 1 e 2 salários-mínimos.²⁴⁶

Para Matias, os princípios e práticas para a promoção da sustentabilidade e responsabilidade socioambiental não estão institucionalizados, visto que não existe uma política ambiental formalmente inserida nos organogramas das IES, fato que fragiliza o processo de conscientização e da gestão para o enfrentamento das questões ambientais. Trata-se do resultado de um estudo que teve como objetivo “estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que estes incorporem os critérios de gestão socioambiental

²⁴⁵ GAZOLA, p. 86, 2011.

²⁴⁶ MACÊDO, p. 102, 2013.

em suas atividades rotineiras, além de sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais."²⁴⁷

Otero desenvolveu uma pesquisa exploratória que se propôs a compreender a gestão ambiental em IES, especificamente nos campi da Universidade de São Paulo. Os resultados apontam para a necessidade de a instituição formalizar um compromisso institucional com o desenvolvimento sustentável em seus territórios, considerando os resultados já alcançados nas distintas trajetórias, os quais já não podem ir além, caso sigam atuando isoladamente.²⁴⁸

Com a pretensão de desenvolvimento de programa de gestão ambiental para instituições de ensino superior, o estudo de caso: Instituto Esperança de ensino superior (IESPES), de Salgado, por meio de uma pesquisa empírica observou que

O desenvolvimento econômico e social passa, obrigatoriamente, pelo crescimento do nível educacional, é papel das IES locais munir o mercado regional de mão-de-obra especializada capaz de satisfazer às suas necessidades, com vistas a promover um desenvolvimento econômico, social e ambiental programado e perene.²⁴⁹

A sustentabilidade ambiental em IES foi tema de Silva, que teve como objetivo responder à seguinte questão: "de que forma as Instituições Públicas de ensino superior no Estado do Paraná respondem às expectativas de sustentabilidade ambiental e quais práticas vêm incorporando em seus espaços?" A pesquisa qualitativa-descritiva demonstrou a necessidade de as IES formalizarem um compromisso institucional com a criação de uma

²⁴⁷ MATIAS, p. 13, 2014.

²⁴⁸ OTERO, 2010.

²⁴⁹ SALGADO, p. 129, 2006.

política ambiental que represente o esforço das instituições em desenvolver a sustentabilidade ambiental em seus territórios.²⁵⁰

Silva estudou a Responsabilidade Social e desenvolvimento sustentável por meio de um estudo de caso em uma IES do Recife. Nesse sentido, identificou de que maneira os projetos de Responsabilidade Social dessa IES têm contribuído para o desenvolvimento local sustentável. O estudo acena que a Instituição desempenha importante papel às comunidades locais, condição alcançada por meio do estímulo aos alunos na conscientização por meio do desenvolvimento de trabalhos sociais que buscam atender aos princípios do ensino, da pesquisa e da extensão, ao mesmo tempo que proporciona aos alunos a prática e beneficia a comunidade.²⁵¹

Em uma perspectiva propositiva, Weiss acenou para a necessidade de adoção da Agenda 21 como instrumento norteador de sua política de desenvolvimento sustentável para a Universidade do Contestado (UNC) de Canoinhas (SC). A abordagem reflexiva do estudo traz à luz assuntos como a Responsabilidade Social da universidade, o respeito aos valores éticos, às pessoas, às comunidades e ao meio ambiente.²⁵²

Com a perspectiva de estudar as ações socioambientais do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares de São Paulo (IPEN/CNEN-SP), Molnary sugere um instrumento que avalie a Responsabilidade Social e sirva como opção metodológica fortemente comprometida com o aprimoramento do Instituto.²⁵³ Da aplicação do instrumento, o trabalho identificou aspectos positivos referentes às suas ações para com o público interno e pontos a serem melhorados quanto ao seu público externo.

Freitas dissertou sobre:

²⁵⁰ SILVA, p. 15, 2016.

²⁵¹ SILVA, 2009.

²⁵² WEISS, 2012.

²⁵³ MOLNARY, 2014.

As principais dificuldades para implementação de projetos sociais formatados pela esfera governamental federal que não consideram as particularidades das diversas comunidades que se encontram próximas as instalações públicas de ensino, utilizando conceito de Responsabilidade Social, a análise de políticas públicas voltadas para a educação e o estudo de caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.²⁵⁴

Os resultados apontam para uma discrepância de interesses, de investimentos e de disseminação de programas e projetos que atendam adequadamente à Responsabilidade Social e à sustentabilidade.

Quadro 14 - Eixo Temático 9: Responsabilidade Social e Balanço Social

Autor	Título	Área	Instituição	Ano	Nível
LANGE, D.	O Balanço Social Enquanto Instrumento de Evidenciação das Atividades em uma Instituição de ensino superior no Campo: um estudo de caso da Unoesc Joaçaba	Administração	Universidade Federal de Santa Catarina	1990	M
MAZZIONI, S.	Delineamento de um modelo de balanço social para uma fundação universitária	Ciências Contábeis	Universidade Regional de Blumenau	2005	D

Fonte: o autor.

No Quadro 14, estão relacionados os trabalhos que se aproximam com maior intensidade dos conceitos do Eixo Temático 9: Responsabilidade Social e Balanço Social. Na pesquisa, foram encontrados apenas dois trabalhos: um na área de Administração e outro na área de Ciências Contábeis.

Considerado um demonstrativo de cunho informativo, o Balanço Social contém dados relativos às ações realizadas pela organização no

²⁵⁴ FREITAS, p. 32, 2013.

campo social, para a sociedade na qual está inserida, como forma de evidenciar sua Responsabilidade Social.²⁵⁵

No trabalho de Lange, o Balanço Social vem como instrumento do sistema de informação gerencial para contribuir e evidenciar as atividades de uma instituição de ensino superior (Unoesc Joaçaba) no campo social. Os resultados obtidos evidenciaram que as ações dos seus dirigentes no campo social são uma expectativa e anseio das comunidades interna e externa, as quais têm pleno conhecimento dos relevantes serviços prestados pela Instituição, além de sua divulgação no campo econômico-financeiro, porém sem demonstração no campo social para a sociedade.²⁵⁶

Destaca Mazzioni, que o Balanço Social representa um demonstrativo capaz de evidenciar os recursos e as influências recebidas e transmitidas pelas entidades às comunidades com as quais se relacionam. Sua pesquisa buscou evidenciar a importância da demonstração para a gestão das organizações e a prestação de contas aos *stakeholders*, sendo que os resultados, a partir dos dados coletados com os gestores, permitiram identificar um posicionamento convergente em alguns aspectos, como a inserção da comunidade na instituição.²⁵⁷

A análise aprofundada das produções científicas que versam proximidade com a RSU foram: dois livros; 43 artigos na base SciELO; nove trabalhos no IBICT; 2.722 registros do banco da Capes, sendo que 101 trabalhos com relação à RSU e 67 analisados na íntegra se apresentam distantes da discussão central desta tese, demonstrando que se trata de um tema novo, emergente no campo da educação, particularmente na área de educação superior, justificando o investimento em pesquisas de cunho crítico e de aprofundamento científico.

²⁵⁵ LANGE, 1990; MAZZIONI, 2005.

²⁵⁶ LANGE, 1990.

²⁵⁷ MAZZIONI, 2005.

4.2.3 Relevância social

Os resultados esperados com este estudo se demonstram extremamente relevantes para a Unesco, visto ser o lócus de pesquisa, e para as IES, em especial àquelas com características comunitárias.

Para as IES de caráter comunitário, este estudo apresenta relevância para o desenvolvimento das comunidades regionais, considerando sua interação como agendas de formação cidadã, além da formação técnica e científica. As IES comunitárias nasceram como resultado e esforço de comunidades regionais em construir seus espaços de ascensão social, tendo em vista o não fornecimento, por parte do Estado, dessa condição. Seu caráter comunitário é expresso nas diversas formas de relação das universidades com a sociedade civil e o poder público, na participação de integrantes da comunidade regional nas decisões da universidade e na gestão democrática desta.²⁵⁸

A partir de um movimento organizado e intenso em favor desse modelo de IES, notadamente por comunitárias, fez-se com que esse modelo fosse reconhecido de maneira diferenciada das universidades particulares, e, em 2013, foi aprovada a Lei 12.881, conhecida como Lei das comunitárias, a qual caracteriza esse tipo de IES, colocando-as em um patamar especial, pois as diferencia das universidades particulares e das universidades públicas, determinando características específicas das comunitárias.

Assim, para a Unesco, que está inserida no modo comunitário de fazer universidade, a importância de um estudo dessa natureza se amplia na medida em que se percebe sua atuação local e regional de forma integrada com as comunidades que a constituíram, que participam ativamente da sua

²⁵⁸ SCHMIDT, 2010.

gestão e dela dependem para dar conta de inúmeras frentes e limitações de desenvolvimento da sua população.

Em essência, a Unesco, por ser uma IES comunitária, assume compromissos com a RSU na comunidade regional; atua comunitariamente na inclusão social, no desenvolvimento econômico e social, na defesa do meio ambiente e na preservação da memória e do patrimônio cultural. Além de uma exigência legal, a Unesco apregoa a prática por meio de programas e projetos que atendam ao desenvolvimento social na comunidade regional.²⁵⁹

Nesse norte, ganha o meio universitário, pois tem disponível uma análise criteriosa sobre o real papel das ações institucionais no que se refere à RSU, ampliando a visão acadêmica acerca de suas práticas acadêmicas voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, sugerindo alternativas e possibilidades de direcionamento de investimentos e foco de atuação das IES, considerando o seu real papel de desenvolvimento social.

4.2.4 O problema de investigação

Atentando aos pressupostos científicos, Gil apregoa que um problema de pesquisa consiste “[...] em dizer de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade com a qual nos defrontamos e que pretendemos resolver”, de forma que seja individualizado o escopo da pesquisa. O Dicionário Aurélio traz significados que reforçam os argumentos do autor:

Conflito afetivo que impede ou afeta o equilíbrio psicológico do indivíduo; [...] Questão não solvida e que é desejo de discussão, em qualquer domínio do conhecimento; [...] Questão proposta

²⁵⁹ UNOESC, 2017.

para que se dê a solução; [...] Proposta duvidosa que pode ter diversas soluções.²⁶⁰

Nesse caminho, Lakatos destaca que um problema de caráter científico é uma sentença interrogativa, sugere respostas objetivas ou suposições e proposições para possíveis respostas. Gil complementa destacando que um problema é formulado para subsidiar determinada ação de ordem intelectual, que permita o conhecimento sobre determinado objeto com pouco ou nenhum estudo relacionado.²⁶¹

Considerando os elementos científicos da composição de um problema investigativo, destaca-se que a orientação central da problemática deste trabalho está centrada na temática da RSU, que, nos últimos períodos, vem sendo um campo significativo de debate na educação superior, especialmente a partir do momento em que se tornou um critério avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Observa-se que a discussão sobre a RSU tem suas origens nos conceitos basilares de Responsabilidade Social, que preconiza a necessidade de enxergar além das atividades econômicas das organizações, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, justa e harmoniosa. Segundo Spers e Siqueira, a Responsabilidade Social se caracteriza por uma forma de

[...] gestão integrada, ética e transparente dos negócios e atividades e, que existe uma importância fundamental no estabelecimento de relações mais próximas das organizações com todas as partes envolvidas: governos, comunidades, meio ambiente, fornecedores, consumidores, clientes internos e externos.²⁶²

²⁶⁰ GIL, p. 178, 1991.

²⁶¹ LAKATOS, 1991; GIL, 1991.

²⁶² SPERS; SIQUEIRA, p. 35, 2010.

Ribeiro destaca que o conceito da RSU tem sido adotado, ainda que se discuta criticamente a forma de promover o desenvolvimento social (inclusão social, garantia de direitos humanos) e as características da sustentabilidade. Complementa apontando que alguns aspectos vêm alimentando discussões e posições divergentes sobre a RSU: a finalidade da educação superior e o conhecimento gerado, autonomia universitária, relação com os *stakeholders*, avaliação e *accountability*, projeto de sociedade, relevância social e cidadania, lógica do mercado e competitividade.²⁶³

Desse modo, a RSU, ao se valer dos conceitos iniciais da Responsabilidade Social, deve representar a contribuição da universidade para o desenvolvimento nos campos social, cultural, sustentável e econômico. A universidade socialmente responsável tem como preocupação conhecer e superar os desafios de seu tempo; produzir e difundir conhecimento em prol de uma melhor qualidade de vida das pessoas; sentir-se parte do seu tecido social, com forte sentimento de pertença.²⁶⁴

Percepção complementar aos preceitos da RSU é que o Estado brasileiro não dá conta de atender às demandas básicas da sua população, visto o que apregoa. De acordo com Pereira e Barbosa:

A Responsabilidade Social do Estado em relação à população está no texto da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 – CF/88, pois assim como estabelece ser o país um Estado democrático de direito, que tem como fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana, há previsão no art. 193 que a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.²⁶⁵

Os autores complementam enfatizando que o bem-estar social deveria ser promovido pelo Estado a partir de políticas públicas que garantam

²⁶³ RIBEIRO, 2013.

²⁶⁴ Idem; *Ibidem*.

²⁶⁵ PEREIRA; BARBOSA, p. 4, 2012.

igualdade e dignidade das pessoas. Entretanto, percebe-se claramente a dificuldade do Estado em oferecer a garantia de dignidade determinada pela Carta Magna de 1988, o que leva a compreender, em certa medida, a exigência de cumprimento, pelo menos em parte, dessa atribuição para outras organizações e instituições, como é o caso das IES no Brasil.

Os critérios utilizados para a definição do problema de investigação passam pelos fundamentos da Responsabilidade Social Universitária, como já mencionado, e pelo fato de o autor desta tese exercer uma função de dirigente da Universidade, ocupando o cargo de Vice-reitor da Unoesc, Campus de Chapecó, o que permite acesso privilegiado a um grupo de informações e documentos que expõem a inquietude do autor em compreender melhor como a Unoesc interage com o desenvolvimento social na sua área de atuação, suscitando por meio de muitas indagações que não apresentam respostas adequadas na literatura, conquanto, poderão ser evidenciadas nas práticas institucionais.

A partir da percepção de que o Estado, definitivamente, não dá conta de atender às demandas sociais básicas da sua população, surge o debate da RSU, pontualmente para as IES de caráter comunitário, que ganhou relevância e aguçou sobremaneira o problema de investigação do estudo ora proposto, que é: como a Unoesc contempla, nos documentos: PDI, Balanço Social e projetos pedagógicos dos cursos de graduação, a RSU na perspectiva do Sinaes?

4.2.5 Objetivos do estudo

Com base nesse problema, constituiu-se em objetivo geral analisar como a Unoesc Campus de Chapecó contempla nos documentos PDI, Balanço Social e projetos pedagógicos dos cursos de graduação a RSU na perspectiva do Sinaes.

Em decorrência do objetivo geral, constituem-se em objetivos específicos:

- a) identificar os elementos preponderantes, previstos na Dimensão 3, Responsabilidade Social da IES, do instrumento avaliativo do Sinaes;
- b) explicitar como a RSU está expressa na Missão e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unoesc;
- c) identificar as ações de Responsabilidade Social implementadas pela Unoesc Campus de Chapecó, tendo como referência o que estabelece os projetos pedagógicos de cada curso de graduação;
- d) estabelecer aproximações e distanciamentos entre o que preconizam o Sinaes, a Missão e o PDI da Unoesc e as ações de Responsabilidade Social implementadas, apontando possíveis limitações e perspectivas de revitalização de tais ações.

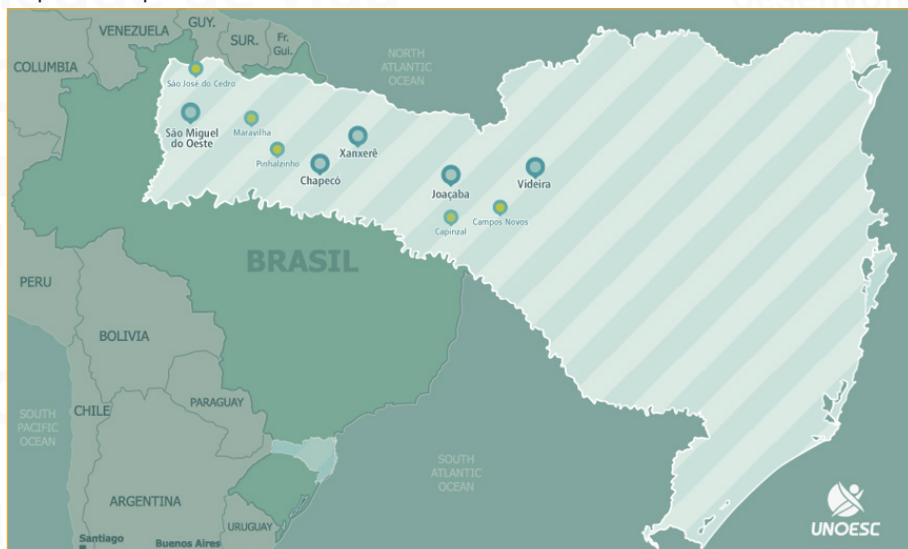
4.2.6 A tese de estudo

A Unoesc surgiu no final da década de 1960, com o sonho de trazer o ensino superior para o interior do Estado de Santa Catarina. Em 1995 foi reconhecida como Universidade pelo Conselho Estadual de Educação e, conseqüentemente, credenciada pelo Ministério da Educação, nascida da unificação de três Fundações Educacionais existentes na região, Fundação Oeste Catarinense (FUOC), Fundação de Ensino Municipal da Região de Educação dos Municípios do Rio do Peixe (Femerp) e Fundação Universitária do Oeste Catarinense (Fundeste). E, mais tarde, também integrada com a Fundação Universidade do Oeste Catarinense (Funoesc) e a Fundação de Educação dos Municípios do Alto Irani (FEMAI), a Unoesc uniu forças em resposta à necessidade de expansão do ensino superior nas regiões Oeste e Meio-Oeste catarinenses.²⁶⁶

²⁶⁶ UNOESC, 2015.

O Mapa 1 demonstra as cidades onde a Unoescc tem seus campi sede, em destaque com marcador azul, Videira, Joaçaba, Xanxerê, Chapecó e São Miguel do Oeste, e unidades acadêmicas, em destaque amarelo com contorno azul, Campos Novos, Capinzal, Pinhalzinho, Maravilha e São José do Cedro.

Mapa 1 - Campi Unoescc



Fonte: Universidade do Oeste de Santa Catarina (2016).

A Unoescc caracteriza-se como uma das maiores instituições propulsoras do desenvolvimento, da pesquisa e das perspectivas socioculturais e educacionais nas regiões de abrangência. São, aproximadamente, 118 municípios e mais de um milhão de pessoas, em uma área geográfica que vai desde Santa Cecília, no planalto central catarinense, até a fronteira com a Argentina, atingindo o Sudoeste do Paraná e o Noroeste do Rio Grande do Sul. Conta com cinco campi, descritos a seguir, com fotografias de cada um anexas ao presente trabalho.

4.2.6 Campus de Joaçaba

Em Joaçaba, no Meio-Oeste catarinense, foi criada a primeira fundação educacional e o primeiro curso superior do grande Oeste de Santa Catarina. Isso aconteceu no final da década de 1960, quando o ensino superior era realidade apenas na região litorânea do Estado.²⁶⁷ Conforme exposto em dados publicados pela Universidade, a fundação criada em Joaçaba foi uma das principais articuladoras do movimento que culminou na criação da Unoesc – a primeira universidade da região, autorizada em 1991 e credenciada em 1996.²⁶⁸

É em Joaçaba que estão situadas as sedes administrativa e jurídica da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, além do maior Campus da Instituição, que apresenta mais de quatro mil estudantes somente nos cursos de graduação.

O Campus da Unoesc nessa cidade recebe estudantes de vários estados brasileiros e até de outros países, especialmente em virtude da oferta do Curso de Medicina e de três residências médicas. Também, destaca-se por outros cursos da área da Saúde, que conta com um programa de pós-graduação *stricto sensu* e um curso de Mestrado em Biociências e Saúde. O Mestrado em Educação foi o primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu* da Unoesc.

Ainda, no Município de Joaçaba, a Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (mantenedora da Unoesc) também mantém o Hospital Universitário Santa Terezinha (HUST), casa de saúde criada por iniciativa da comunidade ainda na década de 1940 e que foi repassada à Fundação em 2005. É o maior hospital da região, atendendo, aproximadamente, 150

²⁶⁷ UNOESC, 2016.

²⁶⁸ UNOESC, 2016.

mil pessoas por ano, sendo que cerca de 90% desses atendimentos são realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). É referência em urgência e emergência, em neurocirurgia e em oncologia, enquanto centro de atendimento em oncologia.²⁶⁹

4.2.6 Campus de Videira

O Município de Videira é reconhecido como a maior cidade do Meio-Oeste catarinense, região conhecida como Vale do Rio do Peixe. Conta com um dos maiores *players* globais do setor alimentício. Segundo dados da Instituição, Videira conta com, aproximadamente, 60 mil habitantes, destacando-se na produção de vinho e na criação de aves e suínos. A produção de leite e a indústria de embalagens plásticas vêm obtendo crescimento, o que contribui para a formação da base econômica do Município.²⁷⁰

No que se refere à educação, Videira também é um dos berços da Unesco. Nessa cidade, foi criada, em 1972, a Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe – fundação que, por duas décadas, garantiu a oferta de ensino superior na sua região e, na década de 1990, somou forças para criar a primeira universidade do Oeste catarinense.²⁷¹

O Campus da Unesco em Videira oferece cursos de graduação e pós-graduação voltados a diversas áreas do conhecimento: Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas e Sociais e Ciências Sociais Aplicadas. Destaca-se, no Campus de Videira, a oferta do Programa de Pós-graduação *stricto sensu*, em nível de Mestrado, na área de Ciência e Biotecnologia.

²⁶⁹ UNOESC, 2016.

²⁷⁰ UNOESC, 2016.

²⁷¹ UNOESC, 2016.

Nessa cidade, a Unoesc também mantém o Colégio Superação, que tem cerca de 350 alunos matriculados no ensino fundamental e no ensino médio.

4.2.6 Campus de Xanxerê

Com mais de 900 propriedades rurais, Xanxerê tem sua base econômica na agropecuária, característica que é comum à região Oeste de Santa Catarina. O Município destaca-se pela produção de milho e, em 2001, foi reconhecido por Lei Estadual como a capital catarinense do milho. É expressivo, igualmente, no plantio de soja, feijão e trigo, na criação de aves, suínos, bovinos e ovinos, além de apicultura.²⁷²

Seguindo a vocação econômica do Município, que é o segundo maior da região Oeste de Santa Catarina, com aproximadamente 50 mil habitantes, o Campus da Unoesc nessa cidade destaca-se nas Ciências Agrárias, com a oferta dos Cursos de Medicina Veterinária e Agronomia; também dispõe de outros cursos de graduação e pós-graduação voltados às áreas da Saúde, Educação, Engenharias e Ciências Sociais Aplicadas, entre outras.

A estrutura da Universidade em Xanxerê conta com 74 salas de aula, 91 laboratórios, biblioteca universitária, anfiteatro com capacidade para 850 pessoas e hospital veterinário. Nesse sentido, segundo os dados publicados pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, o hospital possui uma área de 4,5 mil metros quadrados, dispendo de sala de recepção, dois consultórios, salas de emergência e de esterilização, consultório odontológico, enfermaria e laboratórios de diagnóstico por imagem, de patologia clínica, de reprodução, de microbiologia e de parasitologia. Há, ainda, um bloco cirúrgico particular e para aulas práticas de pequenos e

²⁷² UNOESC, 2016.

grandes animais, salas de plantonista, de aula, de professores, de preparo, canis e gatis para internamento e recuperação pós-cirúrgica.²⁷³

Nessa cidade, a Unoesc também mantém o Colégio e Pré-vestibular Expressivo, com cerca de 300 alunos, que cursam desde a educação infantil até o ensino médio.

4.2.6 Campus de São Miguel do Oeste

São Miguel do Oeste é a maior cidade do Extremo-Oeste catarinense, com uma população de, aproximadamente, 50 mil habitantes. Destaca-se no ramo da educação, e nessa cidade está localizado o segundo maior Campus da Unoesc, cujas origens remontam a 1986, com a criação da Fundação Educacional dos Municípios do Alto Irani.²⁷⁴

Com mais de quatro mil alunos matriculados em 21 cursos de graduação e inúmeros cursos de pós-graduação lato sensu, a Unoesc é a principal referência do Extremo-Oeste quando o assunto é ensino superior, oferecendo formação em diversas áreas: Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas e Sociais e Ciências Sociais Aplicadas.

4.2.6 Campus de Chapecó

Segundo dados publicados pela Instituição, Chapecó é considerada a capital do Oeste catarinense, capital brasileira da agroindústria e capital catarinense de turismo de negócios, ademais é considerada polo entre os mais de 200 municípios de abrangência da região, na qual se encontram

²⁷³ UNOESC, 2016.

²⁷⁴ UNOESC, 2016.

as sedes de grandes empresas processadoras e exportadoras de suínos, aves e derivados do País. Chapecó é o município mais populoso do Oeste catarinense e figura em 5º lugar no Estado, com, aproximadamente, 209 mil habitantes. Nesse contexto, está o mais jovem Campus da Unoesc.²⁷⁵

Embora as origens da Unoesc, na década de 1960, estejam ligadas à cidade de Chapecó, a Universidade retornou em 2009, quando adquiriu a Faculdade Integrada Exponencial. No processo de incorporação são mantidos os Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física (bacharelado e licenciatura) e Sistemas de Informação. O retorno foi marcado pela implantação do curso de Psicologia, seguido dos cursos de Administração e Comércio Exterior, Tecnologia em Gestão Ambiental, e, em 2013, houve a implantação dos cursos de Engenharia Civil e Engenharia da Computação.

O Campus conta com mais de 2,5 mil alunos, 10 cursos de graduação, dezenas de cursos de pós-graduação lato sensu, dois Mestrados, um Mestrado Acadêmico em Direito e outro Profissional em Administração, além da recente implantação do Doutorado em Administração.

A Unoesc oferece 45 cursos de graduação, 40 cursos de pós-graduação lato sensu e cinco Mestrados: Direito, Administração, Educação, Biotecnologia e Biociências e Saúde, centenas de atividades de extensão, somando, aproximadamente, 21 mil estudantes.²⁷⁶

A identidade comunitária da Unoesc se reflete nas ações que desenvolve; seu principal objetivo é difundir o conhecimento e levar qualidade de vida às pessoas, sendo reconhecidamente de utilidade pública nas esferas municipal, estadual e federal, uma vez que trabalha em prol da coletividade. Ainda, é considerada uma instituição filantrópica com autorização concedida

²⁷⁵ UNOESC, 2016.

²⁷⁶ UNOESC, 2013.

pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que permite conceder benefícios e modalidades de assistência social.

As ações da Unoesc sempre foram alicerçadas na possibilidade de oferecer o melhor à população da mesorregião Oeste catarinense, criando condições e perspectivas para o desenvolvimento das regiões. Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2013-2017), no item 2.8, aborda-se, especificamente, a Responsabilidade Social da Instituição, em que a função social da Unoesc extrapola a sua missão de formar pessoas, produzir e difundir o conhecimento. Por ser uma Instituição comunitária, a Unoesc permeia a vida da comunidade regional e compõe o tecido social presente no cotidiano de famílias, empresas e organizações.²⁷⁷

Nesse sentido, a Unoesc destaca que os programas que desenvolve são voltados à política de integração da Instituição com a comunidade. Os projetos político-pedagógicos dos cursos, os estágios, os trabalhos de conclusão de curso (TCC), as monografias dos cursos de graduação e pós-graduação, as dissertações de Mestrado e teses de Doutorado se voltam às problemáticas regionais, promovendo uma integração significativa entre a comunidade e a Unoesc, além de articular o ensino, a pesquisa e a extensão.²⁷⁸

Tendo presente o problema, os objetivos e o histórico da Unoesc, postula-se a seguinte tese: a Universidade do Oeste de Santa Catarina contempla a Responsabilidade Social Universitária de acordo com o que preconiza o Sinaes em seus documentos: PDI, Balanço Social e nos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação que oferece no Campus de Chapecó, SC, por meio da articulação da tríplice missão universitária: o ensino, a pesquisa e a extensão.

²⁷⁷ UNOESC, 2013.

²⁷⁸ UNOESC, 2013.

4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Godoy, ao se referir aos documentos, salienta que tal expressão, ao ser compreendida de forma ampla, inclui:

[...] os materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade) e os elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes). Tais documentos são considerados primários **“quando produzidos por pessoas que vivenciaram diretamente o evento que está sendo estudado”,** ou secundários, **“quando coletados por pessoas que não estavam presentes por ocasião da sua ocorrência.** (grifo do autor).²⁷⁹

Pádua explica que documento “[...] é toda base de conhecimento fixado materialmente e suscetível de ser utilizado *para consulta*, estudo ou prova.”²⁸⁰ Appolinário define documento como:

Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros.²⁸¹

O corpus investigativo foi composto pelos documentos apresentados no Quadro 15, que compreendem o período de vigência do PDI 2013-2017. Destaca-se que os projetos pedagógicos dos cursos em análise nesta tese se referem aos cursos oferecidos no Campus de Chapecó.

²⁷⁹ GODOY, p. 21-22, 1995.

²⁸⁰ PÁDUA, p. 69, 2004. (grifo do autor)

²⁸¹ APPOLINÁRIO, p. 67, 2009.

Quadro 15 - Constituição do corpus investigativo

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS - PDI - PRECEITOS INSTITUCIONAIS	DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS
<p>MISSÃO: "Formar pessoas, produzir conhecimento e oferecer extensão e serviços, promovendo o desenvolvimento institucional e regional."</p> <p>VISÃO: "Ser uma Universidade reconhecida pela excelência acadêmica e atuação como agente de desenvolvimento regional."</p> <p>VALORES</p> <p>Ética: fundamentar as ações e os resultados na honestidade e na justiça;</p> <p>Humanismo: cuidado com a vida;</p> <p>Cooperação: capacidade de atuar em equipe;</p> <p>Comprometimento: atuar com profissionalismo para atingir objetivos;</p> <p>Responsabilidade social: desenvolvimento sustentável e qualidade de vida;</p> <p>Inovação: inovar com criatividade, flexibilidade e capacidade de adaptar-se a novas situações;</p> <p>Solidez: garantir viabilidade presente e futura.</p>	<p>Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2013 - 2017</p> <p>Balço Social da UNOESC - 2013 - 2017</p>
	<p>PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS NO CAMPUS DE CHAPECÓ</p>
	<p>Ciências da Vida Educação Física – Bacharelado, Educação Física – Licenciatura, Psicologia</p> <p>Ciências Exatas e Tecnológicas Engenharia Civil Engenharia de Computação Sistemas de Informações</p> <p>Ciências das Humanidades Administração; Administração – Formação em Comércio Exterior; Arquitetura e Urbanismo Ciências Contábeis; Direito.</p>

Fonte: elaborado a partir de dados da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (2015).

4.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise das temáticas extraídas do material selecionado, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin, a qual se configura num conjunto de técnicas que possibilita, por meio de procedimentos sistemáticos de descrição de conteúdo, a realização de inferências acerca da produção e ou recepção de determinada mensagem. Com relação ao processo de análise de conteúdo, Bardin apresenta três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação, conforme ilustra a Figura 4.²⁸²

²⁸² BARDIN, 1988.

Figura 4 - Etapas da técnica de análise de conteúdo



Fonte: adaptada de Bardin (1988).

Na pré-análise, o material coletado foi organizado com o objetivo de sistematizar as ideias iniciais. Nessa fase, foram observadas as seguintes etapas: a realização da leitura flutuante, a escolha dos documentos e a preparação do material. A leitura flutuante se caracteriza por ser uma leitura geral e abrangente do conteúdo do material coletado, tendo como objetivo realizar um exercício inicial de identificação de possíveis temáticas presentes nele. Nessa fase foram observadas as seguintes regras apresentadas por Bardin²⁸³:

- a) Exaustividade: foram considerados todos os elementos presentes no conteúdo dos documentos que se relacionam com a RSU;
- b) Representatividade: foram selecionados todos os elementos presentes no conteúdo dos documentos considerados representativos para a RSU;
- c) Homogeneidade: os conteúdos selecionados foram agrupados em eixos, tendo presente cada temática identificada para a RSU;
- d) Pertinência: foram selecionados os conteúdos que estiveram em consonância com o problema de investigação e os objetivos da pesquisa.

²⁸³ Idem, *Ibidem*.

Na segunda etapa, de exploração do material, o objetivo foi definir as unidades de registro (algumas palavras) e as unidades de contexto (um ou alguns parágrafos). Para Bardin, é nessa fase que o pesquisador, tendo clareza da unidade de registro que adotará, procederá à definição das categorias. Nessa fase, da categorização, os dados coletados foram analisados de forma profunda pela pesquisa.²⁸⁴

Seguindo a linha de Bardin, foi selecionado um grupo de palavras-chave utilizado para a aferição dos dados. Esse grupo de palavras é o extrato entre a teoria da Responsabilidade Social Universitária e a Lei do Sinaes.²⁸⁵

Desse modo, a partir da leitura flutuante da literatura acerca da Reponsabilidade Social Universitária, verificou-se, por aproximação entre os autores, o seguinte grupo de palavras-chave:

Figura 5 - Referencial Teórico



Fonte: o autor.

²⁸⁴ Idem; Ibidem.

²⁸⁵ Idem; Ibidem.

Nessa mesma linha, procedeu-se à verificação dessas mesmas palavras na Lei do Sinaes, particularmente o Eixo 2: Desenvolvimento Institucional, Dimensão 1 Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e Dimensão 3: Responsabilidade social da instituição, visto serem essas dimensões objeto da presente pesquisa. Dessa análise, verificou-se o seguinte grupo de palavras-chave:


Figura 6 - Sinaes: Palavras e termos-chave



Fonte: o autor.

A análise comparativa entre a teoria da RSU e a Lei do Sinaes demonstrou aproximações na maioria das palavras-chave, entretanto, verificou-se o distanciamento entre a teoria da RSU e a Lei do Sinaes com relação a duas palavras-chave: ética e cidadania, palavras que são amplamente discutidas na teoria da RSU. O Quadro a seguir demonstra a comparação entre as duas bases, demonstrando os dois termos faltantes na Lei do Sinaes com relação à teoria da RSU. Em destaque na coluna verde, o grupo de palavras-chave que foi referência e definido para a análise dos dados.

Quadro 16 - Responsabilidade Social Universitária

 RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA		
PALAVRAS-CHAVE TESE	PALAVRAS-CHAVE SINAES	PALAVRAS-CHAVE REFERENCIAL TEÓRICO - RSU
Qualidade de Vida	Qualidade de Vida	Qualidade de Vida
Inclusão Social	Inclusão Social	Inclusão Social
Direitos humanos	Direitos Humanos	Direitos Humanos
Igualdade étnico-racial	Igualdade étnico-racial	Igualdade étnico-racial
Internacionalização	Internacionalização / Intercâmbio	Internacionalização / Intercâmbio
Meio Ambiente	Meio Ambiente	Meio Ambiente / Responsabilidade Socioambiental
Sustentabilidade	Sustentabilidade	Sustentabilidade
Justiça	Compromisso Social	Justiça Social / Responsabilidade Social
Responsabilidade Social	Inovação Social	Responsabilidade Social
Pesquisa/Iniciação científica	Pesquisa	Pesquisa / Iniciação científica
Ética	<i>Termo Ausente</i>	Ética
Cidadania	<i>Termo Ausente</i>	Cidadania
Diversidade	Diversidade	Diversidade
Produção Artística	Produção Artística	Produção Artística
Produção Cultural	Produção Cultural / Patrimônio Cultural	Patrimônio Cultural
Desenvolvimento Econômico	Desenvolvimento Econômico	Desenvolvimento Econômico
Desenvolvimento local/regional	Infraestrutura Urbana/Local Desenvolvimento local/regional	Desenvolvimento local/regional

Fonte: o autor.

Considerando as etapas da análise de conteúdo apregoadas por Bardin, apresentam-se as categorias e respectiva estrutura que seguirá a análise dos dados. Nesse sentido, foram caracterizadas quatro categorias de análise, que estão alinhadas com os objetivos específicos da tese, conforme segue:

Categoria 1: Preceitos legais da RSU;

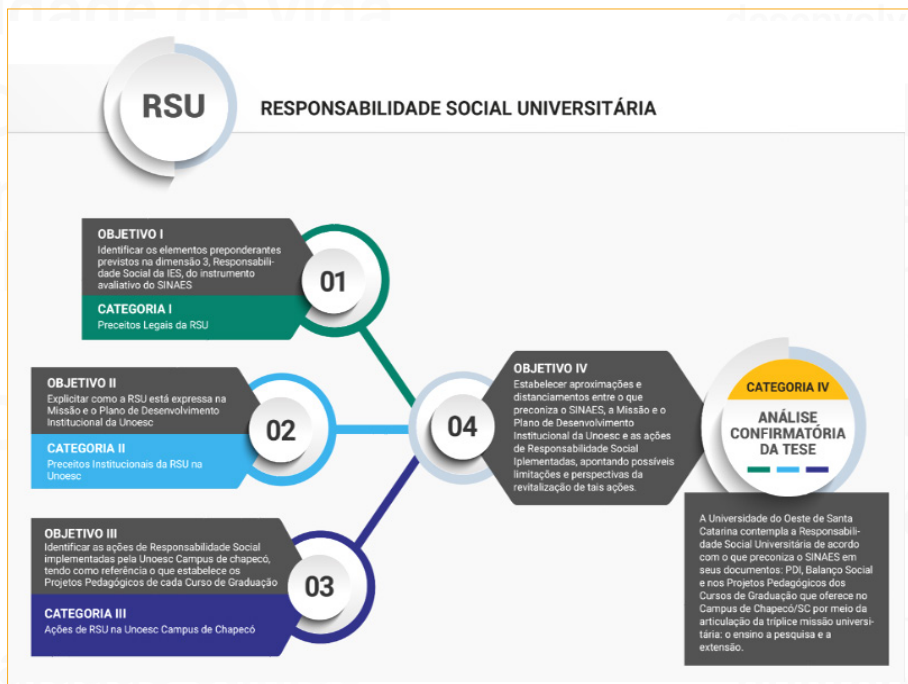
Categoria 2: Preceitos institucionais da RSU na Unoesc;

Categoria 3: Ações de RSU na Unoesc;

Categoria 4: Análise confirmatória da tese.

As categorias se constituíram a partir da concepção dos objetivos do trabalho e apresentam os elementos conceituais estruturantes da RSU, dos preceitos legais exigidos para sua execução e estão explicitadas no Esquema que segue:

Esquema 1 - Análise por categoria



Fonte: o autor.

Por fim, na terceira etapa, tratamento dos resultados, inferência e interpretação, como a própria denominação já sugere, foi realizada uma incursão nos dados coletados, buscando analisá-los e interpretá-los com base no referencial teórico adotado.

Na sequência, está disposta a análise do corpus investigativo, que foi executado por meio das respectivas categorias.

5 ANÁLISE DO CORPUS INVESTIGATIVO

Considerando os objetivos do estudo, segue o percurso trilhado por este trabalho para análise dos dados que compõem o corpus investigativo, evidenciando o caminho que sustenta as categorias em análise até a análise confirmatória da tese.

5.1 CATEGORIA 1: PRECEITOS LEGAIS DA RSU

5.1.1 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)²⁸⁶ enaltece o papel das IES para o desenvolvimento sociocultural, econômico e científico do País, estabelecendo diretrizes para “a expansão da educação superior com qualidade.” Consignou, no Brasil, que a medição de qualidade da educação nas IES deve atender ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), o qual foi instituído pela Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Está sob a coordenação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), sendo sua operacionalização de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Por se tratar de uma Lei Federal, o Sinaes representa uma política de Estado para a avaliação das instituições de ensino superior brasileiras, a orientar as políticas de governo para tal fim.

Esse Sistema tem a “missão de avaliar a graduação valorizando aspectos indutores da melhoria da qualidade da educação superior e da formação

²⁸⁶ Apresentado ao País em 15 de março de 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação foi lançado oficialmente em 24 de abril, simultaneamente à promulgação do Decreto n. 6.094, dispondo sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

acadêmica dos estudantes brasileiros.”²⁸⁷ O objetivo do Sinaes é “Art. 1º. assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.” Tem por finalidade:

Art. 1º. § 1º. [...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.²⁸⁸

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sistema avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a Responsabilidade Social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.²⁸⁹

O Sinaes possui uma série de instrumentos complementares: autoavaliação, avaliação externa, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro). Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). A operacionalização é de responsabilidade do Inep.²⁹⁰

A eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social das IES são obtidas a partir das avaliações sistemáticas que o Sinaes operacionaliza.

²⁸⁷ BRASIL, p. 21, 2015.

²⁸⁸ BRASIL, 2015.

²⁸⁹ INEP, 2015.

²⁹⁰ INEP, 2015.

Assim, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, os órgãos governamentais utilizam-se dos resultados dessas avaliações para orientar políticas públicas e pelos estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.²⁹¹

O Sinaes constituiu um avanço no modelo de avaliação da educação superior no Brasil, o qual promovia o ranking e a competitividade, com base em estratégias de visibilidade mercadológica, para um paradigma que propõe a avaliação formativa ao incluir a autoavaliação participativa nas instituições e propor sua articulação com a regulação do sistema.

O Sinaes tem como princípios fundamentais a Responsabilidade Social com a qualidade da educação superior; o reconhecimento da diversidade do sistema; o respeito à identidade, à missão e à história das instituições; a globalidade, ou seja, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada; e continuidade do processo avaliativo.²⁹²

Conforme a Lei n. 10.861/2004, integram o Sinaes três modalidades de instrumentos de avaliação, sendo aplicados em momentos diferentes:

Avaliação das Instituições de Educação Superior (Avalies): centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas principais: autoavaliação, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES e a avaliação externa, realizada por comissões instituídas pelo INEP, conforme diretrizes estabelecidas pela Conaes.²⁹³

Caracterizada como a primeira etapa do processo de avaliação institucional de cursos superiores de graduação, a Avalies desenvolve um

²⁹¹ INEP, 2015.

²⁹² BRASIL, 2004.

²⁹³ BRASIL, 2004.

processo de autoavaliação ou avaliação institucional interna. Conforme proposta de implantação do Sinaes, é fundamental no momento da autoavaliação provocar um olhar reflexivo da instituição sobre si mesma, em todas as suas dimensões, visando transparecer as ações administrativas, financeiras e pedagógicas, a ponto de revelar as potencialidades e fragilidades desses componentes.²⁹⁴ Nesse sentido, o sistema defende a autoavaliação como a base sobre a qual as instituições arquitetam suas próprias identidades, revelando as limitações, os desafios e as qualidades institucionais.

Avaliação dos cursos de graduação (ACG): avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas *in loco* de comissões externas. A periodicidade dessa avaliação depende diretamente do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento que os cursos estão sujeitos.²⁹⁵

A avaliação dos cursos de graduação (ACG) propõe identificar as condições de ensino oferecido ao corpo discente, considerando o perfil de três elementos componentes das instituições: corpo docente, organização didático-pedagógica e instalações físicas. Nessa ótica, Queiroz entende que os especialistas do Inep, que detêm sua orientação pedagógica organizada com instrumentos e procedimentos específicos, devem visitar as instituições para supervisionar e realizar a avaliação, ratificando suas atribuições fiscalizadoras. A assiduidade em que é realizada a avaliação dos cursos de graduação depende dos processos de reconhecimento e renovação que os cursos pleiteiam; os resultados são organizados numa escala numérica com cinco níveis, que expressam o desempenho de cada dimensão e do conjunto de dimensões avaliadas.²⁹⁶

Avaliação do desempenho dos estudantes (Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE): aplica-se

²⁹⁴ QUEIROZ, 2010.

²⁹⁵ BRASIL, 2004.

²⁹⁶ QUEIROZ, 2011.

aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando previsto o emprego de procedimentos amostrais.²⁹⁷

Considerado um instrumento de visibilidade, o processo que avalia o desempenho dos estudantes denominado Enade é composto pelo questionário de percepção da prova, questionário socioeconômico dos estudantes e questionário do coordenador. A prova é aplicada simultaneamente em grupos de alunos dos cursos de graduação que se encontram no final do primeiro ano e no último ano de formação, composta por 40 questões de múltipla escolha e discursivas, que priorizam temas contextualizados e atuais, problematizados em forma de estudo de caso, situações- problema, simulados e outros. Conforme o § 1º, do Art. 5º, da Lei n. 10.861/2004, o Enade avalia o desempenho dos estudantes com base nos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação e as habilidades para assentar às exigências decorrentes da evolução do conhecimento.

Ainda, é possível avaliar determinados aspectos do serviço prestado pelo Sinaes no âmbito legal, conforme modelo neoliberal ou socialdemocrata de educação e política social, como: tem missão pública que une o setor público e o privado com interesses de oferecer um serviço de educação; progresso na qualidade dos serviços associado à expansão do serviço; promoção da avaliação institucional, com a missão de originar o autoconhecimento e permitir a tomada de decisão, visando aumentar os êxitos e ajustar as deficiências; converter em avaliação de desempenho, a partir dos resultados quantitativos de aferição da aprendizagem dos estudantes, sendo estabelecido um ranking das escolas, forçando a melhoria da qualidade dos serviços prestados; iniciativa de Responsabilidade Social e comunicação com a sociedade, que tende a agregar a conquista da aderência voluntária da comunidade acadêmica ao rigor conceitual e metodológico na operacionalização de cada etapa do sistema, com o intuito de garantir

²⁹⁷ BRASIL, 2004.

o autoconhecimento e a qualidade social da educação superior pública e particular.²⁹⁸

O Sinaes é um instrumento que avalia diversos aspectos da instituição, que correspondem ao ensino, pesquisa, extensão, Responsabilidade Social, desempenho dos alunos, gestão, corpo docente e instalações, entre outros. As informações produzidas pelo Sinaes poderão ser utilizadas pelas instituições de ensino superior para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas e pelos estudantes e seus pais, instituições acadêmicas, para orientar as decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.²⁹⁹

A constituição do Sinaes está amparada na ideia de que todas as avaliações da educação superior realizadas no âmbito do Ministério da Educação se organizem e se operacionalizem a partir de uma concepção que integre as metodologias, os instrumentos de avaliação e de informação. Essa ação talvez constitua um dos mais importantes diferenciais entre o que foi construído com o Sinaes e as práticas existentes anteriormente.³⁰⁰

As informações obtidas com o Sinaes são usadas pelas IES para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas e pelos estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições. Os resultados das avaliações possibilitam traçar um cenário da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País.

A Lei do Sinaes prevê 10 dimensões que têm a finalidade de contemplar a instituição de ensino superior. Em 2014 essas dimensões foram reorganizadas em cinco eixos avaliativos:

²⁹⁸ QUEIROZ, 2011.

²⁹⁹ BRASIL, 2004.

³⁰⁰ RISTOFF; GIOLO, 2006.

Quadro 17 - Eixos e dimensões avaliativas do Sinaes

Eixos	Dimensões
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
Eixo 3: Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
Eixo 4: Políticas de Gestão	Dimensão 5: Políticas de Pessoal Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
Eixo 5: Infraestrutura Física	Dimensão 7: Infraestrutura Física

Fonte: adaptado da Nota Técnica n. 14 (BRASIL, 2014b).

Considerando que esta tese se dedica à análise da RSU, foram explorados a seguir os elementos atinentes ao Eixo 2: Desenvolvimento Institucional e respectivas dimensões.

5.2 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Sinaes teve como propósito, desde a sua promulgação em 2004, abrir as portas de oportunidades para a Responsabilidade Social na gestão universitária. Dessa forma, a Responsabilidade Social se constitui em uma das 10 dimensões presentes no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), sendo uma exigência para qualquer IES, pública ou privada.³⁰¹

Esse eixo tem seu foco no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e consiste na verificação da coerência existente entre esse documento e as ações institucionais nas diferentes vertentes de sua atuação acadêmica – ensino, pesquisa, extensão e gestão. Pretende, igualmente, verificar os diferentes caminhos percorridos (ou a percorrer) pela IES no contexto de sua inclusão social, bem como sua atuação em face à inclusão e ao

³⁰¹ ASHLEY; FERREIRA; REIS, 2006.

desenvolvimento econômico e social, tendo sempre como base a missão, os propósitos e as metas anunciadas no PDI.

O foco avaliativo do Eixo 2 recai sobre as Dimensões 1 e 3: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e Responsabilidade Social da instituição, respectivamente, considerando os aspectos apresentados no Quadro 18.

Quadro 18 - Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Desenvolvimento Institucional	Síntese da métrica avaliativa
2.1 Missão institucional, metas e objetivos do PDI.	Quando as metas e objetivos do PDI previstos/ implantados estão implantados com os resultados na avaliação institucional.
2.2 Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação.	Quando há coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação previstas/implantadas.
2.3 Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.	Quando há coerência entre o PDI e as práticas de extensão previstas/implantadas.
2.4 Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	Quando há coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural previstas/implantadas.
2.5 Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.	Quando há coerência entre o PDI e as ações institucionais previstas/implantadas considerando, em uma análise sistêmica global, os aspectos: diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.
2.6 Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social.	Quando há coerência entre o PDI e as ações previstas/ implantadas, em uma análise sistêmica global, os aspectos: desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições/ qualidade de vida da população/ações de inovação social.
2.7 Coerência entre o PDI e ações de Responsabilidade Social: inclusão social.	Quando há coerência entre o PDI e as ações de inclusão social previstas/implantadas.
2.8 Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.	Quando há coerência entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas/implantadas.
2.9 Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais (aplica-se quando prevista no PDI).	Quando há coerência entre o PDI e as atividades previstas/ implantadas, voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.

Fonte: adaptado da Nota Técnica n. 14 (BRASIL, 2014).

Considerando o perfil qualitativo do instrumento desenvolvido pelo Inep, destaca-se a definição da terminologia “coerência”, utilizada como elemento de interligação da avaliação para que sirva de norte para futuras interpretações:

No âmbito da avaliação, o que se busca são as correspondências de forma e de conteúdo entre os elementos em análise. Para além do significado genérico de conexão ou nexa, é necessário buscar a conformidade, verificando o grau de semelhança ou de discrepância entre o objeto em análise e as realidades avaliativas, previstas ou implantadas.³⁰²

Seguindo a intenção de clarificar o entendimento relacionado às terminologias e abrangências de conceitos, destaca-se o que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira define por Responsabilidade Social da IES:

A Responsabilidade Social refere-se às ações da instituição (com ou sem parceria) que contribuem para uma sociedade mais justa e sustentável. Nesse sentido, deverão ser verificados trabalhos, ações, atividades, projetos e programas desenvolvidos com e para a comunidade, objetivando a inclusão social, o desenvolvimento econômico, a melhoria da qualidade de vida, da infraestrutura urbana/local e a inovação social.³⁰³

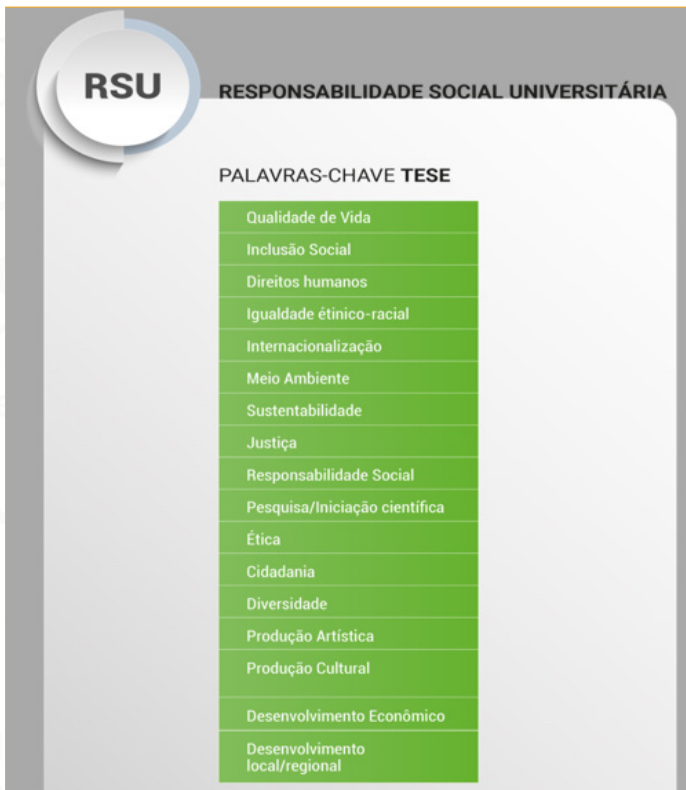
Consoante as definições previstas na legislação vigente, somados aos preceitos teóricos que subsidiam a RSU, evidenciam-se os elementos centrais para a verificação da RSU na Unoesc, particularmente no Campus de Chapecó. Na Figura 7 estão dispostas as palavras-chave que, pela sua abrangência, relevância e repetição na legislação vigente e no arcabouço teórico, orientaram a inferência nas etapas seguintes de análise para esta tese.

³⁰² INEP, p. 33, 2004.

³⁰³ INEP, p. 36, 2015.

Como referência para análise, foram utilizadas as palavras-chave e os termos a seguir, que se repetem no material mencionado e oferecem direcionamento com a RSU:

Quadro 19 - Palavras utilizadas na análise



RSU	RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA
PALAVRAS-CHAVE TESE	
Qualidade de Vida	
Inclusão Social	
Direitos humanos	
Igualdade étnico-racial	
Internacionalização	
Meio Ambiente	
Sustentabilidade	
Justiça	
Responsabilidade Social	
Pesquisa/Iniciação científica	
Ética	
Cidadania	
Diversidade	
Produção Artística	
Produção Cultural	
Desenvolvimento Econômico	
Desenvolvimento local/regional	

Fonte: o autor.

5.4 ANÁLISE DA MISSÃO, VISÃO E VALORES

A missão expressa da Unoesc é “formar pessoas, produzir conhecimento e oferecer extensão e serviços, promovendo o desenvolvimento institucional e regional.”³⁰⁴

³⁰⁴ UNOESC, 2016.

A missão expressa a finalidade maior a que uma instituição universitária é chamada a responder. Dessa forma, ela transcende a realidade contingente e transitória, possui caráter de utopia, no sentido de que é possível pensar e projetar a instituição no presente e no futuro. A missão para a qual a Unesco foi constituída tem a ver com sua história, sua identidade e seus fins.

Chama atenção o direcionamento para a RSU “[...] desenvolvimento institucional e regional”, demonstrando, com clareza de propósito e direcionamento claro, o compromisso com o desenvolvimento regional em que a temática está inserida, ultrapassando os limites institucionais.

A Unesco tem prevista em seu PDI a visão de “ser uma universidade reconhecida pela excelência acadêmica e atuação como agente de desenvolvimento regional.” Assim como na missão, a visão da Unesco expressa, com clareza, o compromisso social da instituição, particularmente quando se declara “[...] agente de desenvolvimento regional.”³⁰⁵

Demonstra que os anseios de desenvolvimento social para essa universidade vão além das construções que edificou ao longo desses anos, manifesta-se, igualmente, na transformação da cultura, do conhecimento, nas condições de formação das pessoas que tiveram acesso ao ensino superior e nas condições de melhoria da qualidade de vida pessoal e profissional das pessoas. A visão expressa as expectativas e os desejos da comunidade acadêmica e da sociedade com relação a um futuro desejável e possível para a Instituição.³⁰⁶

Os valores são princípios de conduta construídos e seguidos pelos colaboradores da Instituição, dando identidade e credibilidade a ela, devendo ser significativos, compartilhados e duradouros. Portanto, a Unesco nasceu e cresceu alicerçada em seus valores baseados na ética, no humanismo, na

³⁰⁵ UNOESC, p. 25, 2016.

³⁰⁶ UNOESC, 2016.

cooperação, no comprometimento, na Responsabilidade Social, na inovação e na solidez.³⁰⁷

Acerca dos valores evidenciados nos elementos de conduta dos colaboradores dessa Universidade, que também estão alinhados aos preceitos da RSU, ganham destaque a [...] ética, o humanismo, a Responsabilidade Social e a inovação, valores que corroboram sobremaneira os elementos estruturantes da RSU.

5.5 ANÁLISE DO PDI

Ao longo do PDI estão subscritos os principais elementos que compõem a atuação institucional com a RSU. Os termos e expressões-chave que caracterizam a RSU aparecem em inúmeros momentos ao longo do PDI. Entretanto, a partir da análise aprofundada do número de aparições dos termos e expressões-chave e sua pertinência efetiva com a RSU, optou-se por considerar, nessa categoria de análise, as principais citações que se aproximam com a essência teórica e legal da RSU, as quais estão analisadas e organizadas em tabelas para melhor compreensão.

A expressão “ética” aparece em 13 momentos importantes do PDI, a se destacar a postura ética no histórico da Instituição e nos seus valores, o que se demonstra de forma transversal na gestão institucional, no ensino, na pesquisa e na extensão. Evidencia-se a ética nas atividades de estágio, no perfil do corpo docente, no perfil do egresso, nas políticas de graduação, nas políticas de extensão, nas políticas de pesquisa e inovação e na qualificação e seleção de conteúdos para todos os projetos pedagógicos de graduação, como pode ser verificado no Quadro 20, a seguir.

³⁰⁷ UNOESC, 2016.

Quadro 20 - Análise da expressão "ética"

ÉTICA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Atividades de Estágio Supervisionado	Possibilitar a vivência de padrões e princípios de ética profissional.
Histórico da Unoesc	[...] com a visão ética focada na excelência, priorizando o ensino construído a partir do saber teórico e prático, sem deixar de estimular a busca por novas descobertas científicas.
Perfil do corpo docente da Instituição	Orientar sua prática para o desenvolvimento de competências nas dimensões afetiva, ética, corporal, espiritual, cognitiva, estética, sociopolítica e comunicativa.
	Pautar as ações e decisões pela ética e pelo compromisso.
Perfil do egresso	Ter compromisso com a humanização da sociedade e com o trabalho pautado na ciência, na ética [...].
Políticas de ensino para a graduação	Aos cursos de licenciatura, além da preocupação com a responsabilidade ética e social [...].
	Formação generalista, crítica e reflexiva, ética e humanística [...]
	[...] o projeto pedagógico de curso tem o compromisso com processos formativos que incluem a promoção das responsabilidades éticas e sociais.
Políticas de extensão	Pela extensão se possibilita o desenvolvimento integral da pessoa, bem como o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, à medida que aponta para práticas coletivas que sejam integrais nas relações pessoais, mobilizadoras nas opções éticas e cidadãs [...].
Políticas de Pesquisa e Inovação	Propor soluções às contradições na busca por alternativas de sustentabilidade sem prejuízos à ética e ao meio ambiente.
Políticas de Qualificação	Acolhimento e formação para ambientação institucional: visa ambientar o funcionário nos setores e funcionamento da IES, bem como ofertar curso acerca dos documentos, normas e procedimentos institucionais e conduta ética.
Seleção de conteúdos e elaboração dos currículos	Os conteúdos devem ser selecionados de forma a proporcionar o desenvolvimento de saberes específicos de cada área de formação, sem deixar de privilegiar uma concepção crítica, reflexiva, humanística, ética [...].
Valores	Fundamentar as ações e os resultados na honestidade e na justiça.

Fonte: elaborado com base no PDI 2013-2017 (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2016).

A cidadania é destaque em 12 momentos do PDI. Faz-se presente no preâmbulo introdutório do PDI, destacando o papel da Unoesc de ser um instrumento para o exercício da cidadania. Também é visto, no perfil do egresso, nas políticas de ensino para a graduação, nas políticas de extensão

e internacionalização, nos princípios educativos e na seção específica da Responsabilidade Social: desenvolvimento econômico e social.

Quadro 21 - Análise da expressão “cidadania”

CIDADANIA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Introdução	[...] exige dele novos papéis e abre caminhos para formas igualmente novas de organização da sociedade civil, na tentativa de ampliar o espaço para o exercício da cidadania.
Perfil do egresso	Desenvolver visão empreendedora e capacitação para trabalhar em equipe, ter liderança e criatividade, pautando-se por princípios éticos e nos valores de cidadania.
Políticas de ensino para a graduação	[...] adota uma dinâmica curricular, na qual os conhecimentos concernentes à cidadania plena [...].
	[...] a interdisciplinaridade deve pautar o desenvolvimento do currículo, considerando as áreas do conhecimento e a formação para a cidadania e socialização do conhecimento. Orienta-se, ainda, pelos pressupostos de uma formação integral, profissional e humana, tendo a qualidade como princípio educativo, na busca de pluralidade, flexibilidade, com vistas à formação para a cidadania.
Políticas de extensão	[...] pela extensão se possibilita o desenvolvimento integral da pessoa, bem como o preparo para o exercício da cidadania [...].
Políticas de internacionalização	Compreendido como processo formativo, o Programa de Mobilidade Acadêmica objetiva o desenvolvimento das competências e habilidades profissionais necessárias para o exercício profissional e também de conhecimentos técnicos e científicos, valores e atitudes para o exercício da cidadania no Brasil e no exterior.
Princípios educativos	[...] estabelecendo estreita relação entre o processo de formação de pessoas, a construção da cidadania e a preparação para o mundo do trabalho.
Responsabilidade Social: desenvolvimento econômico e social	[...] desenvolve assistência judiciária para o público da política de assistência social da comunidade regional pertencente às comarcas dos municípios de sua área de abrangência. Tem por objetivo garantir o cumprimento dos direitos e a defesa de direitos civis e políticos, a promoção da cidadania [...].
	Programa de Alfabetização Regional, o projeto foi desenvolvido pela Unoes nos cursos de licenciatura e teve por objetivo contribuir para a erradicação do analfabetismo por meio da alfabetização de jovens e adultos e propiciar melhores condições de vida, emprego e renda às regiões Oeste e Meio-Oeste catarinenses e, ainda, a formação para a cidadania.

Fonte: elaborado com base no PDI 2013-2017 (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2016).

A expressão “qualidade de vida” se mostrou presente em 10 momentos do PDI. Está citada nas finalidades da Instituição, demonstrando o compromisso da Unoesc com a promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento humano e social. Também se faz presente nos processos de gestão, particularmente na perspectiva do aprendizado e crescimento. A expressão, ainda, é referenciada nas políticas de qualidade de vida, associações e atuação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), nas políticas do respeito à preservação ambiental, inclusão social, direitos humanos, relações étnico-raciais, tecnologia, cultura e desenvolvimento local e regional. Na seção Responsabilidade Social e inclusão social está demonstrada a preocupação com a melhoria da qualidade de vida das pessoas que têm relação com a Instituição. De forma transversal, também é destaque nos valores da Instituição.

Quadro 22 - Análise da expressão “qualidade de vida”

QUALIDADE DE VIDA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Finalidades	Desenvolver, segundo os ditames de sua mantenedora e da legislação pertinente, atividades e serviços comunitários nas áreas da saúde e da assistência social, educacional e tecnológica, como forma de promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento humano e social.
Política de qualidade de vida, associações e atuação da CIPA	[...] promover a saúde e a qualidade de vida [...].
	Fortalecer a gestão de desenvolvimento humano para atrair e reter pessoal qualificado, além de promover a qualidade de vida no trabalho.
Políticas do respeito e preservação ambiental, inclusão social, direitos humanos, relações étnico-raciais, tecnologia, política e cultura em âmbito de desenvolvimento local e regional	A Instituição se manifesta na transformação da cultura, do conhecimento, das condições de formação das pessoas que aqui tiveram acesso ao ensino superior e da qualidade de vida pessoal e profissional dos habitantes dessa região.
Responsabilidade Social da Instituição	[...] as ações da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) visam oferecer melhor qualidade de vida [...].
	Ele se manifesta, igualmente, na transformação da cultura, do conhecimento, das condições de formação das pessoas que tiveram acesso ao ensino superior e das condições de melhoria da qualidade de vida.

QUALIDADE DE VIDA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Responsabilidade Social: inclusão social	Ações de benefícios às pessoas da terceira idade que envolvem qualidade de vida [...].
Valores	[...] desenvolvimento sustentável e qualidade de vida; [...].
Perspectiva de aprendizado e crescimento	Fortalecer a gestão de desenvolvimento humano para atrair e reter pessoal qualificado, além de promover a qualidade de vida no trabalho. Manter ações de qualidade de vida no trabalho.

Fonte: elaborado com base no PDI 2013-2017 (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2016).

A expressão “pesquisa/iniciação científica” foi a que mais vezes se repetiu no PDI, 193 vezes, permeando de forma transversal a gestão, o ensino, a pesquisa e a extensão, de modo que permite a verificação consolidada da essência de ser universidade, apontada em inúmeros momentos e passagens. Perpassa o histórico, as áreas do conhecimento, as metodologias, os processos avaliativos, a administração dos cursos, a gestão institucional, as atividades formativas, os conteúdos e os componentes curriculares, o corpo docente, em várias políticas institucionais e na seção específica da Responsabilidade Social. Chama atenção o destaque oferecido para a “pesquisa/iniciação científica” nos objetivos educativos e nos objetivos institucionais, o que, de fato, demonstra ser uma área – a pesquisa e iniciação científica – considerada estratégica para a Unesco, o que corrobora a postura de ser Universidade e a enlaça entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Quadro 23 - Análise da expressão “pesquisa/iniciação científica”

PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Áreas do conhecimento	[...] nas quais são desenvolvidas as atividades de ensino, pesquisa [...] estão associados à respectiva área de conhecimento os professores que exercem atividades de ensino, pesquisa e extensão naquela área [...].

PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Administração dos cursos ofertados	Propor e deliberar sobre metas, projetos e programas para o curso, com destaque para a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
Atividades complementares à formação	São atividades que se consolidam pela prática de estudos independentes, considerando o ensino, a iniciação à pesquisa e a extensão.
	Apresentação de resultado de atividades de monitoria, iniciação científica, pesquisa.
Acompanhamento de egressos	[...] ao se definir a política de egressos, a Instituição se propõe a estabelecer uma forma de gestão com vistas a otimizar as ações educativas e a cumprir as políticas institucionais relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, considerando seu caráter comunitário.
Adoção de metodologias significativas no processo de ensino e aprendizagem	[...] desenvolver pesquisa com os diplomados da Unoesc, [...] desenvolver pesquisa com os alunos ao término do curso, por meio da coordenação de curso, com o apoio da Comissão Própria de Avaliação (CPA), de coordenação de diplomados [...] desenvolver pesquisas em todos os níveis e modalidades do ensino desenvolvidas pelos professores pesquisadores.
Flexibilidade dos componentes curriculares	As atividades curriculares complementares consistem em atividades acadêmicas que compreendem conteúdos, habilidades e competências relacionados ao contexto regional, à formação profissional e humana e ou à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com carga horária estabelecida na matriz curricular.
	Exemplos de atividades curriculares complementares abertas: monitorias e estágios não obrigatórios realizados na área de formação; programas de iniciação científica; cursos realizados em áreas afins; componentes curriculares em cursos correlatos à área; participação em eventos científicos no seu campo de formação; projetos de pesquisa (não obrigatórios).
	A despeito de possuírem caráter complementar, devem preservar estreita relação com o perfil do egresso expresso no projeto pedagógico do curso. Poderão envolver viagens de estudo, palestras, projetos de pesquisa, atividades interdisciplinares, oficinas, seminários, eventos acadêmico-científicos, extensão e outras atividades que o colegiado do curso entender pertinentes e necessárias à formação do egresso.
Finalidades	Contribuir com os processos de desenvolvimento, mediante a produção e a difusão do conhecimento e da cultura, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão [...].

PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Gestão guiada pelo planejamento histórico da Unoesc	[...] uma das maiores instituições propulsoras do desenvolvimento, da pesquisa e das perspectivas socioculturais e educacionais nas regiões de abrangência. A Unoesc constituiu-se como parte integrante do projeto de desenvolvimento socioeconômico e cultural da região, na medida em que se propôs a atuar na pesquisa e na capacitação tecnológica [...].
Mecanismos de nivelamento de estudos	[...] acompanhamento pedagógico dos docentes, visando tornar atrativo o processo de ensino e aprendizagem, estabelecendo relações efetivas entre teoria e prática profissional e de pesquisa. [...] possibilidade de participação em pesquisas.
Objetivos educativos	[...] instrumentalizar, por intermédio do ensino, da pesquisa e da extensão, profissionais para contribuir para o desenvolvimento local e regional.
Órgão consultivo e deliberativo	Pró-reitor de pesquisa, pós-graduação e extensão. Diretores de pesquisa, pós-graduação e extensão dos campi.
Órgão executivo	Reitor é o dirigente máximo da universidade, responsável pela execução e supervisão geral do planejamento, organização, controle e avaliação das políticas estabelecidas para o ensino, para a pesquisa, extensão e para a gestão da Unoesc.
Objetivos institucionais	[...] constituir-se em centro de referência para as questões regionais, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.
	[...] estabelecer o intercâmbio com instituições universitárias, de pesquisa e outras agências públicas ou privadas, nacionais e internacionais [...].
	[...] oferecer condições para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.
Perspectiva acadêmica	[...] propor soluções às contradições que decorrem da natureza e do caráter desse mesmo processo, oportunizando alternativas de sustentabilidade, sem prejuízo ao meio ambiente e imprimindo caráter de universalidade ao ensino, à pesquisa e à extensão.
	[...] aprimorar a pesquisa em inovação tecnológica efetivando, a produtividade dos grupos de pesquisa.
	Desenvolver pesquisa nas áreas de excelência, consolidando a pós-graduação stricto sensu.
	Efetivar a produtividade dos grupos de pesquisa.
	Estão agrupados os objetivos, as metas e as ações estratégicas da Instituição relativos às políticas e diretrizes de ensino da graduação, da pós-graduação lato sensu, da pós-graduação stricto sensu, da educação a distância, da extensão, da pesquisa e da inovação.

PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Perfil institucional	Instituição pretende ser um centro de referência para as questões regionais, no âmbito da formação, da pesquisa e da extensão [...].
Perfil do corpo docente da Instituição	Conceber o ensino e a aprendizagem como eixos norteadores das competências previstas para cada curso, fomentando a articulação entre ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão.
Políticas de ensino para a graduação	Implementação da pesquisa, da extensão e da cultura como princípios educativos nos cursos de graduação, buscando o desenvolvimento da postura investigativa do acadêmico e ampliação da qualidade do ensino ofertado.
	Assegurar que a iniciação à pesquisa e à extensão estejam consoantes com as políticas específicas para essas atividades expressas neste documento e, especialmente, que atendam aos aspectos regionais.
	Trata-se, pois, de um instrumento político, cultural e científico, resultante de construção coletiva, com a pretensão de dar coerência às relações entre as dimensões acadêmicas do ensino, iniciação à pesquisa e extensão e às práticas pedagógicas. Na elaboração do projeto pedagógico de curso, cabe especial atenção a construção do perfil do egresso.
Políticas de ensino para a pós-graduação	A existência de condições propícias à atividade criadora e de pesquisa, bem como de qualificação e de dedicação do corpo docente às linhas de pesquisa dos cursos.
	[...] qualificar professores, profissionais e pesquisadores para atuarem no ensino, na pesquisa e na extensão.
	[...] articular entre a graduação e a pós-graduação, especialmente por meio de políticas de pesquisa, iniciação científica e extensão e de desenvolvimento da carreira docente.
Políticas de extensão	A extensão na Instituição é concebida como processo educativo, cultural e científico, fomentando a articulação entre ensino e pesquisa e viabilizando a relação entre universidade e seu entorno.
Políticas para educação a distância	Fomento à articulação ensino, iniciação à pesquisa e extensão.
Política de aquisição, atualização e expansão do acervo	Analisar a pertinência da referência bibliográfica, de acordo com as políticas institucionais para o ensino, pesquisa e extensão.

PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Políticas de pesquisa e inovação	<p>A política de pesquisa e inovação da Universidade do Oeste de Santa Catarina tem como finalidade fomentar, orientar e priorizar a pesquisa e a inovação, visando à produção e disseminação do conhecimento científico e socialmente relevante, com o propósito de apresentar soluções que contribuam para o desenvolvimento da região de atuação da IES.</p>
	<p>Considerando esses pressupostos, elencam-se as seguintes políticas para a pesquisa e inovação: estabelecer intercâmbio e parceria com instituições universitárias e de pesquisa e com outros órgãos públicos ou privados, regionais, nacionais e internacionais, a fim de potencializar os recursos humanos e os resultados de pesquisa.</p>
	<p>Programa de apoio à divulgação do conhecimento: visa possibilitar a socialização de resultados de pesquisa, por meio de publicações em anais, periódicos e outros meios da própria IES. Além de publicações externas, bem como o incentivo à participação de docentes e discentes em encontros científicos no país e no exterior e à publicação dos resultados de pesquisas no meio acadêmico-científico.</p>
Políticas do respeito e preservação ambiental, inclusão social, direitos humanos, relações étnico-raciais, tecnologia, política e cultura em âmbito de desenvolvimento local e regional	<p>Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC): modalidade de apoio ao desenvolvimento da iniciação científica com recursos da Instituição e ou de outras agências de fomento, destinado a estudantes na condição de auxiliares de pesquisa em resposta a projetos de pesquisa aprovados pela Instituição por meio de editais específicos.</p>
	<p>Sua participação no desenvolvimento da região está presente no elevado número de pessoas formadas; nas intervenções comunitárias proporcionadas; nas pesquisas desenvolvidas; nos programas de extensão realizados e nos serviços oferecidos.</p>
	<p>Uma preocupação no sentido de construir uma consciência da preservação do equilíbrio ecológico e do desenvolvimento sustentável. Projetos vêm sendo desenvolvidos nos campi, tanto no ensino e na pesquisa quanto na extensão e na pós-graduação.</p>
	<p>A implementação de linhas de pesquisa que se voltam ao desenvolvimento loco-regional, em uma concepção de sustentabilidade.</p> <p>A manutenção de convênios de parceria com profissionais especializados, devidamente autorizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a fim de promover pesquisas voltadas à história e à preservação do patrimônio histórico regional, bem como disponibilizar espaço físico para a guarda de acervo resultante dessas atividades.</p>

PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Políticas de internacionalização	As possibilidades que a internacionalização propicia perpassam por avanços advindos de pesquisas conjuntas, projetos, programas, educação continuada e qualificação de recursos humanos, visando à colaboração mútua.
	A política de mobilidade acadêmica contempla, ainda, a possibilidade de docentes da Instituição participarem de parcerias com instituições nacionais e estrangeiras no fomento e realização de projetos de pesquisa.
Políticas de qualificação do corpo docente	Para tanto, investe em um programa institucional de capacitação docente que se constitui em um conjunto de políticas, diretrizes e normas para a capacitação de docentes, com o objetivo de qualificar a Instituição em suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.
Princípios educativos	Fomento à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – a formação acadêmica deve possibilitar experiências de aprendizagem que contribuam para a reflexão, o posicionamento e a intervenção dos futuros profissionais no contexto em que estão inseridos.
Políticas de gestão	[...] com a finalidade de atingir a excelência no ensino, o aprofundamento e a consolidação da pesquisa e da expansão e a qualificação das ações extensionistas [...].
Projeto pedagógico institucional	[...] essas práxis educacionais devem se fundamentar nos valores humanísticos, éticos, críticos e reflexivos, a perpassar o ensino, a pesquisa e a extensão, visando ao fortalecimento da missão e da identidade institucional.
Projeção dos cursos de pós-graduação stricto sensu – 2013 a 2017	Os cursos de pós-graduação stricto sensu da Unoesc têm sua oferta alinhada às demandas regionais e nacionais, considerando o desenvolvimento da pesquisa e o tecnológico [...].
Responsabilidade Social da instituição	Os projetos pedagógicos dos cursos, os estágios supervisionados, os trabalhos de conclusão de curso, as monografias dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como as dissertações de seus programas de pós-graduação stricto sensu, voltam-se às problemáticas regionais, promovendo a integração entre a comunidade e a Unoesc, além de articular o ensino, a pesquisa e a extensão.
	É inegável sua importância no processo de formação de pessoas para o mundo do trabalho, na quantidade de intervenções comunitárias proporcionadas e de pesquisas desenvolvidas.
Responsabilidade Social: desenvolvimento econômico e social	[...] Proesde/Desenvolvimento consiste em um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão voltados à formação do cidadão [...].

PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Responsabilidade social: defesa do meio ambiente	A contribuição da Universidade do Oeste de Santa Catarina, do Comitê do Rio do Peixe, dos órgãos de pesquisa e de fomento em liderar o esforço na busca de dados, georreferenciamento e compilação tecnológica viabilizou o Atlas como ferramenta moderna para a feitura da consciência ecológica da comunidade em torno do Rio do Peixe.
	Rede Guarani Serra Geral: pesquisa e educação ambiental no Oeste de Santa Catarina. Sensível à problemática da água na região Oeste de Santa Catarina, a Unoesc desenvolve diversos projetos de pesquisa e de educação ambiental [...].
Regime de trabalho e titulação do corpo docente da Unoesc	Regime de trabalho de tempo integral: compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na IES, das quais são reservadas, pelo menos, 20 horas para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.
Atividades complementares abertas	Possuem atividades com carga horária definida institucionalmente para a iniciação científica [...].
Políticas de ensino para a graduação	[...] articular entre a graduação e a pós-graduação, especialmente por meio de políticas de pesquisa, iniciação científica e extensão e de desenvolvimento da carreira docente.
	[...] programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC): modalidade de apoio ao desenvolvimento da iniciação científica com recursos da instituição e ou de outras agências de fomento, destinada a estudantes na condição de auxiliares de pesquisa em resposta a projetos de pesquisa aprovados pela Instituição por meio de editais específicos.
Atividades complementares à formação	Apresentação de resultado de atividades de monitoria, iniciação científica, pesquisa e extensão no Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE), evento anual da Unoesc.
	Conceber o ensino-aprendizagem como eixo norteador das competências previstas para cada curso, fomentando a articulação entre ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão.
Administração dos cursos ofertados	É o órgão executivo, no âmbito de cada curso de graduação, que responde pela supervisão, organização, planejamento e coordenação das atividades e projetos ligados à área de conhecimento do respectivo curso, além de fomentar a interação entre as atividades de ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão.
Mecanismos de nivelamento de estudos	Possibilidade de participação em pesquisas/iniciação científica e monitorias durante o processo formativo, sob orientação de professores que atuam no ensino de graduação, como oportunidade de aprofundamento teórico-prático e científico.

PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Flexibilidade dos componentes curriculares	Atividades complementares abertas, que possuem atividades com carga horária definida institucionalmente e unificadas no âmbito do curso por meio do projeto pedagógico, devendo ser desenvolvidas equitativamente ao longo do curso. São exemplos de atividades curriculares complementares abertas: monitorias e estágios não obrigatórios realizados na área de formação; programas de iniciação científica.

Fonte: elaborado com base no PDI 2013-2017 (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2016).

A “cultura” é citada em 94 passagens do PDI. Evidencia-se o compromisso com o desenvolvimento cultural nos objetivos institucionais, o que, de forma abrangente, demonstra ser um caráter estratégico para a Unoesc. Destaca-se também nas finalidades, nos princípios educativos e na orientação acadêmica para projetos de graduação, pós-graduação e extensão. A sinalização da “cultura” na seção da Responsabilidade Social demonstra alinhamento institucional entre objetivos, finalidades e políticas institucionais que valorizem ações culturais que permeiem o ensino, a pesquisa e a extensão.

Quadro 24 - Análise da expressão “cultura”

CULTURA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Finalidades	Contribuir para os processos de desenvolvimento, mediante a produção e a difusão do conhecimento e da cultura [...].
	Desenvolver, segundo os ditames de sua mantenedora e da legislação pertinente, atividades e serviços de radiodifusão, de televisão, de editoração ou quaisquer outros meios de divulgação, com o objetivo de produzir e veicular programas educativos, culturais [...].
Objetivos institucionais	Comprometer-se com o desenvolvimento ético e sustentável da cultura, da ciência e da tecnologia.
Perspectiva acadêmica	Para as políticas e diretrizes acerca do desenvolvimento local e regional, do respeito e preservação ambiental, da inclusão social, dos direitos humanos, das relações étnico-raciais, da tecnologia, da política e da cultura [...].

CULTURA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Histórico da Unoesc	[...] O Projeto foi concebido pela homogeneidade histórico-cultural do grande Oeste catarinense [...].
	[...] a Unoesc constituiu-se como parte integrante do projeto de desenvolvimento socioeconômico e cultural da região [...].
	[...] além de cinco programas de pós-graduação stricto sensu, dos quais seis programas de Mestrado, todos voltados ao desenvolvimento humano, social, cultural, científico e tecnológico [...].
	A interação com a comunidade se reflete nas ações desenvolvidas nas áreas da educação, saúde, assistência social, tecnologia, meio ambiente, cultura, esporte e lazer.
Cursos de pós-graduação lato sensu em funcionamento	Ensino da Arte, Cultura e Contemporaneidade, na Unoesc.
Princípios educativos	Pluralidade – o processo educacional deve contemplar a pluralidade de ideias, de culturas, de posicionamentos.
Objetivos educativos	Possibilitar à comunidade acadêmica constante aprofundamento e atualização das produções teóricas e práticas do contexto científico, tecnológico e cultural.
Perfil do egresso	Atuar, profissionalmente, utilizando os fundamentos teórico-metodológicos próprios de sua área, considerando os contextos científicos, sociais, econômicos, políticos, tecnológicos e culturais.
Políticas do respeito e preservação ambiental, inclusão social, direitos humanos, relações étnico-raciais, tecnologia, política e cultura em âmbito de desenvolvimento local e regional	[...] criando condições e perspectivas para o desenvolvimento sustentável nos aspectos político, econômico, social, ambiental e cultural.
	A instituição se manifesta na transformação da cultura, do conhecimento, das condições de formação [...].
	[...] o compromisso que a Instituição assume perante a inclusão social, os direitos humanos e de gênero, as relações étnico-raciais, a cultura e a preservação da memória e do patrimônio cultural [...].
	[...] o apoio e o desenvolvimento de projetos que incluam a abordagem das temáticas: política, direitos humanos, cultura [...].
	A manutenção e a ampliação do acervo da memória cultural e [...].
	A institucionalização, nos eventos da Unoesc, de momentos específicos destinados à valorização das manifestações culturais [...].
Atividades curriculares complementares de caráter técnico, científico-culturais [...].	

CULTURA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Políticas de ensino para a graduação	[...] na formação integral dos discentes, estimulando o pensamento crítico e a articulação dos componentes curriculares aos contextos social, político, econômico, cultural e tecnológico [...].
	Qualidade da formação científica, profissional, cultural [...].
	Assegurar a inclusão de conhecimentos e reflexões acerca da inclusão social, direitos humanos, educação ambiental, relações étnico-raciais, história e cultura [...].
Monitoria	O comprometimento com a produção e a difusão do conhecimento, bem como com o processo de desenvolvimento humano, socioeconômico e cultural da região.
	[...] potencializar a produção e a difusão do conhecimento científico, artístico-cultural e tecnológico.
Políticas para educação a distância	Atendimento a demandas relevantes do ponto de vista do desenvolvimento humano e social da região enquanto política de inserção da instituição no processo de desenvolvimento [...] cultural da região.
	Desenvolvimento da cultura institucional para a educação a distância.
Políticas de extensão	[...] como prática de convivência e de tolerância diante de diferentes manifestações culturais e teóricas.
	Os cursos de extensão são de natureza técnica, de atualização, de aperfeiçoamento e de difusão cultural de curta duração, com o objetivo de atender às demandas internas e externas da instituição, enquanto que os eventos relacionados à extensão se constituem [...] e artístico-cultural.
Seleção de conteúdos e elaboração dos currículos	Os conteúdos devem ser selecionados de forma a proporcionar o desenvolvimento de saberes específicos de cada área de formação, sem deixar de privilegiar [...] culturais.
Atividades complementares à formação	[...] atividades voltadas ao mundo do trabalho, expressões científicas, eventos diversos e de relevância à formação, manifestações culturais.
	Fomentar a participação do discente em eventos regionais e nacionais, de forma a compreender a realidade e seus contextos sociais, econômicos e culturais.

CULTURA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Responsabilidade Social da Instituição	As ações da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) visam oferecer melhor qualidade de vida à população que habita a mesorregião Grande Fronteira Mercosul, criando condições e perspectivas para [...] cultural.
	O desenvolvimento da instituição vai além das construções que edificou ao longo desses anos. [...] manifesta, igualmente, na transformação da cultura [...].
	[...] do papel ético das instituições de ensino superior (IES), da pesquisa e do ensino, trouxeram ao debate a questão da "pertinência" da educação superior, tornando-a suscetível aos problemas de seu entorno e mais atenta às necessidades da vida socioeconômica e cultural do País [...].
	Alguns trabalhos foram desenvolvidos em parceria com escolas públicas da região, a partir das seguintes ações: [...] alfabetização cultural.
Responsabilidade Social: inclusão social	Realizadas várias ações, dentre elas: palestras, atividades físicas e culturais [...].
Responsabilidade Social: memória e patrimônio cultural e produção artística	Mesorregião Oeste catarinense é deficitária em projetos e ações de preservação da memória, do patrimônio cultural [...] Há carência de políticas regionais voltadas à cultura [...] ações desenvolvidas pela Unoesc nessa área estão com os primeiros passos no sentido de fazer avançar a produção artística e a memória cultural [...].
Critérios de seleção e contratação dos professores	Trabalhos científicos, artísticos e culturais e realizações profissionais [...].
Políticas de qualificação	O programa de qualificação do corpo técnico-administrativo da Unoesc visa ao aperfeiçoamento técnico, científico e cultural deste corpo social.
Acompanhamento de egressos	Diplomado Unoesc, que objetiva fortalecer a interação com os egressos, [...] assídua destes profissionais egressos na vida acadêmica/cultural da universidade.
	Participação de egressos em atividades culturais e de lazer da universidade.
Biblioteca	Fomento a exposições culturais.

Fonte: elaborado com base no PDI 2013-2017 (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2016).

A preocupação com o “meio ambiente” está expressa em 11 momentos do PDI. Trata-se de elemento estratégico para a Unoesc, visto estar presente nos objetivos institucionais que se consolidam por meio das políticas do respeito e preservação ambiental, inclusão social, direitos humanos, relações étnico-raciais e tecnologia. A defesa do meio ambiente está presente na seção da Responsabilidade Social e nos currículos e conteúdos específicos dos cursos da Unoesc.

Quadro 25 - Análise da expressão “meio ambiente”

MEIO AMBIENTE	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Objetivos institucionais	Propor soluções às contradições que decorrem da natureza e do caráter desse mesmo processo, oportunizando alternativas de sustentabilidade, sem prejuízo ao meio ambiente.
Histórico da Unoesc	[...] interação com a comunidade se reflete nas ações desenvolvidas nas áreas da educação, saúde, assistência social, tecnologia, meio ambiente [...]
Políticas do respeito e preservação ambiental, inclusão social, direitos humanos, relações étnico-raciais, tecnologia, política e cultura em âmbito de desenvolvimento local e regional	A defesa do meio ambiente está presente na pauta de prioridades da Unoesc.
Seleção de conteúdos e elaboração dos currículos	Acrescentam-se as diretrizes que perpassam o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), especialmente as políticas previstas para o ensino, a iniciação à pesquisa e a extensão. Perpassa, também, o currículo e os seus conteúdos, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.
Responsabilidade social: defesa do meio ambiente	A defesa do meio ambiente também está presente na pauta de prioridades da Unoesc. [...] com o propósito de gerar conhecimento sobre o meio ambiente local/regional e inseri-los na comunidade [...].

Fonte: elaborado com base no PDI 2013-2017 (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2016).

A produção artística é referenciada em cinco momentos do PDI. Faz-se pertinente a partir das atividades complementares de formação que subsidiam os projetos pedagógicos dos cursos, incentivando manifestações artísticas com elemento relevante para a formação. Destaca-se a seção Responsabilidade Social, a qual aponta para o incentivo à produção de projetos e programas que permitam a produção artística. Também se demonstra a preocupação com a guarda do acervo e acesso às informações artísticas para a comunidade.

Quadro 26 - Análise da expressão “artística”

ARTÍSTICA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Atividades complementares à formação	[...] são relevantes as atividades voltadas ao mundo do trabalho, expressões científicas, eventos diversos e de relevância à formação, manifestações culturais e artísticas, [...].
Responsabilidade social: memória e patrimônio cultural e produção artística	A mesorregião Oeste catarinense é deficitária em projetos e ações de preservação da memória, do patrimônio cultural e da produção artística [...]. [...] os primeiros passos no sentido de fazer avançar a produção artística e a memória cultural.
Infraestrutura física, equipamentos, recursos materiais e tecnologia	Manter e expandir formas de acesso a informações científicas, tecnológicas, artísticas e culturais produzidas no Brasil e no exterior.

Fonte: elaborado com base no PDI 2013-2017 (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2016).

A “diversidade” é citada em quatro momentos do PDI. Ganha destaque a preocupação com a valorização da diversidade sociocultural a partir das políticas de extensão que orientam a atuação de relacionamento com a sociedade em fomentar o conhecimento, valorizando as diferenças e permitindo a inclusão social. Esse aspecto é evidenciado, inclusive, na contratação do corpo docente e técnico-administrativo, que valoriza a diversidade e a inclusão social. Pontualmente, os conteúdos centrais da

diversidade são tratados nos mecanismos de nivelamento de estudos para todos os cursos de graduação da Unoesc.

Quadro 27 - Análise da expressão “diversidade”

DIVERSIDADE	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Políticas de extensão	Um espaço de articulação e de construção de uma identidade regional, que passa pela produção do conhecimento e valorização das diferenças e das diversidades socioculturais.
Perfil do corpo docente e corpo técnico-administrativo	[...] inserção de profissionais com necessidades especiais na Unoesc, valorizando a diversidade e a inclusão social.
Mecanismos de nivelamento de estudos	[...] conteúdos que tratem da diversidade e inclusão social.

Fonte: elaborado com base no PDI 2013-2017 (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2016).

A expressão “desenvolvimento local-regional econômico” tem citações em 30 momentos do PDI. Ganha destaque a preocupação com o “desenvolvimento local-regional econômico” no histórico da Unoesc, na visão de futuro e em seus objetivos. Fica presente que, essencialmente, as IES de caráter comunitário foram criadas, particularmente, a fim de contribuir para o desenvolvimento local-regional e econômico da região de atuação. Por essa essência, esses elementos perpassam o PDI em suas políticas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão, princípios educativos, perfil do egresso, Responsabilidade Social até a atuação e princípios da gestão institucional.

Quadro 28 - Análise da expressão “desenvolvimento local-regional econômico”

DESENVOLVIMENTO LOCAL-REGIONAL ECONÔMICO	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Perspectiva acadêmica	Para as políticas e diretrizes acerca do desenvolvimento local e regional, [...].
Objetivos educativos	Instrumentalizar, por intermédio do ensino, da pesquisa e da extensão, profissionais para contribuírem para o desenvolvimento local e regional.

DESENVOLVIMENTO LOCAL-REGIONAL ECONÔMICO	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Políticas do respeito e preservação ambiental, inclusão social, direitos humanos, relações étnico-raciais, tecnologia, política e cultura em âmbito de desenvolvimento local e regional	[...] o espaço geográfico onde atua, nos seus vários campi, estrategicamente distribuídos, tem importância relevante para o desenvolvimento regional e local.
	A geração de eventos anuais, em parceria com empresas, instituições e órgãos voltados ao desenvolvimento regional sustentável.
	A extensão posicionada em ações que atendam às demandas de desenvolvimento regional sustentável.
Visão de futuro	Ser uma universidade reconhecida pela excelência acadêmica e atuação como agente de desenvolvimento regional.
Histórico da Unoesc	O Projeto de universidade concebe a Unoesc como uma instituição <i>multicampi</i> , que emerge das exigências [...] objetivo de ser agente participante do desenvolvimento regional.
Princípios educativos	Compromisso com o desenvolvimento regional – as atividades educativas da Unoesc devem promover estreita relação com o contexto regional.
Perfil do egresso	Inovar em sua área de atuação, considerando os avanços científico-tecnológicos, a fim de contribuir para o desenvolvimento regional e de toda a sociedade.
	Estar apto a compreender e atender às demandas da sociedade, de pertinência à área profissional, de forma a contribuir para o setor produtivo e o desenvolvimento regional.
Políticas de extensão	A extensão na Universidade do Oeste de Santa Catarina está fundamentada, principalmente, nos pressupostos de contribuição para o desenvolvimento regional.
	A legitimidade de uma instituição universitária se conquista com o modo e a intensidade do engajamento na solução dos problemas de seu entorno, [...] pertinência para o processo de desenvolvimento regional.
Políticas de pesquisa e inovação	Contribuir com os sistemas produtivos e de inovação da região do Oeste de Santa Catarina, de acordo com suas especificidades, com vistas à inovação de forma sistêmica para aumentar o potencial de sucesso a ser alcançado com o desenvolvimento regional.
Projeção dos cursos de pós-graduação	[...] a oferta de educação continuada a seus egressos, bem como aos demais profissionais, a fim de contribuir com o desenvolvimento regional.

DESENVOLVIMENTO LOCAL-REGIONAL ECONÔMICO	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Responsabilidade Social da instituição	[...] criando condições e perspectivas para o desenvolvimento regional, nos aspectos político, econômico, social, ambiental e cultural.
	Pesquisa e educação ambiental no Oeste de Santa Catarina, realizado em parceria com a UFSC, a Udesc, a Uniplac, a Epagri e a Fundagro; o projeto de Agentes para o Desenvolvimento Regional [...].
Responsabilidade Social: desenvolvimento econômico e social	Polo de Inovação Vale do Rio do Peixe (Inovale): abrange 14 municípios compreendidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) [...].
	Programa de educação superior para o Desenvolvimento Regional (Proesde/Desenvolvimento) [...].
	Anualmente são distribuídas bolsas aos municípios integrantes das agências de desenvolvimento regional (mais de 70 municípios) [...] realizam um curso de extensão em desenvolvimento regional com carga horária total de 200 horas [...] e 100% no curso de extensão em desenvolvimento regional.
	Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (Proesde/Licenciatura): [...].
Responsabilidade Social: defesa do meio ambiente	[...] uma preocupação no sentido de construir uma consciência da preservação do equilíbrio ecológico e do desenvolvimento regional [...].
	A sustentabilidade, em todas as suas faces (social, ambiental e econômica), é algo que permeia as atividades da universidade como transformadora do meio onde está inserida e é um compromisso da IES para o desenvolvimento regional.
Gestão voltada à consolidação e expansão de parcerias com instituições públicas e privadas para assegurar a missão institucional	Preocupa-se a instituição em estar representada nos conselhos e órgãos regionais de todas as áreas, bem como em contribuir com o desenvolvimento regional.

Fonte: elaborado com base no PDI 2013-2017 (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2016).

O compromisso social da Unoesc é destaque na seção específica que trata da “Responsabilidade Social”. Tem ênfase em 18 passagens do PDI, em que se destaca a expressão nos valores institucionais, elementos que se traduzem

em programas e projetos que valorizem a inclusão social, a defesa do meio ambiente, a defesa da memória e patrimônio cultural e produção artística, os princípios éticos e de desenvolvimento sustentável e com a qualidade de vida.

Quadro 29 - Análise da expressão “Responsabilidade Social”

RESPONSABILIDADE SOCIAL	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Valores	Responsabilidade Social: desenvolvimento sustentável [...].
A Unoesc e sua inserção regional	A instituição tem consciência da Responsabilidade Social de participar do desenvolvimento [...].
Perfil do egresso	Ter compromisso com a humanização da sociedade e com o trabalho pautado na ciência, na ética, no desenvolvimento sustentável, na cooperação e na Responsabilidade Social.
Estágio curricular supervisionado obrigatório	Deve propiciar a vivência orientada por princípios éticos e Responsabilidade Social.
Responsabilidade Social da instituição	Responsabilidade Social: inclusão social. Responsabilidade Social: defesa do meio ambiente. Responsabilidade Social: memória e patrimônio cultural e produção artística.
Responsabilidade Social: desenvolvimento econômico e social	[...] os programas e projetos voltados à Responsabilidade Social [...].
Acompanhamento de egressos	[Unoesc] tem como política de acompanhamento de diplomados zelar pelo vínculo permanente dos egressos da IES, por entender que o compromisso e a Responsabilidade Social da universidade.
Atendimento de pessoas com necessidades especiais	A Responsabilidade Social da Unoesc perpassa, sem dúvida, pela inclusão social [...].

Fonte: elaborado com base no PDI 2013-2017 (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2016).

“Justiça e inclusão social” são citadas 16 vezes no PDI. Têm ênfase nos valores institucionais, incitando um comportamento de respeito à justiça e valorizando a inclusão social por meio das políticas acadêmicas com a inclusão de conteúdo dessa ordem para a elaboração dos currículos, das políticas do respeito e preservação ambiental, inclusão social, direitos humanos, relações étnico-raciais, tecnologia, política e cultura em âmbito

de desenvolvimento local e regional até a gestão institucional na sua perspectiva financeira.

Quadro 30 - Análise das expressões inclusão social e justiça

INCLUSÃO SOCIAL E JUSTIÇA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Perspectiva acadêmica	Para as políticas e diretrizes acerca do desenvolvimento local e regional, do respeito e preservação ambiental, da inclusão social.
Políticas do respeito e preservação ambiental, inclusão social, direitos humanos, relações étnico-raciais, tecnologia, política e cultura em âmbito de desenvolvimento local e regional	[...] o compromisso que a instituição assume perante a inclusão social, os direitos humanos e de gênero [...].
	O apoio e o desenvolvimento de projetos que incluam a abordagem das temáticas: política, direitos humanos, cultura e inclusão social, de forma transversal e interdisciplinar nos cursos de graduação da Unoesc.
	Assegurar a inclusão de conhecimentos e reflexões acerca da inclusão social, direitos humanos, educação ambiental, relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana, além da linguagem brasileira de sinais.
Seleção de conteúdos e elaboração dos currículos	[...] perpassa, também, o currículo e os seus conteúdos, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável; os direitos humanos; a acessibilidade e inclusão social.
Responsabilidade Social: inclusão social	Inserção de profissionais com necessidades especiais na Unoesc, valorizando a diversidade e a inclusão social.
Atendimento de pessoas com necessidades especiais	A Responsabilidade Social da Unoesc perpassa, sem dúvida, pela inclusão social, compreendida [...].
Previsão orçamentária detalhada: 2013-2017	[...] equipamentos: dominó de inclusão social [...].
Valores	Ética: fundamentar as ações e os resultados na honestidade e na justiça.

Fonte: elaborado com base no PDI 2013-2017 (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2016).

Os “direitos humanos” têm ênfase em 11 passagens do PDI. Têm menção destacada nas políticas e perspectiva acadêmica por meio de conteúdos e currículos que atentem para a discussão dos direitos humanos, nas políticas do respeito e preservação ambiental, inclusão social, direitos

humanos, relações étnico-raciais, tecnologia, política e cultura em âmbito de desenvolvimento local e regional.

Quadro 31 - Análise da expressão "direitos humanos"

DIREITOS HUMANOS	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Perspectiva acadêmica	Para as políticas e diretrizes acerca do desenvolvimento local e regional, do respeito e preservação ambiental, da inclusão social, dos direitos humanos.
Políticas do respeito e preservação ambiental, inclusão social, direitos humanos, relações étnico-raciais, tecnologia, política e cultura em âmbito de desenvolvimento local e regional	[...] o compromisso que a instituição assume perante a inclusão social, os direitos humanos e de gênero [...].
	O apoio e o desenvolvimento de projetos que incluam a abordagem das temáticas: política, direitos humanos, cultura e inclusão social [...].
	A capacitação dos docentes com ações educativas formativas relacionadas às abordagens inclusivas, considerando as relações étnico-raciais, os direitos humanos [...].
	Assegurar a inclusão de conhecimentos e reflexões acerca da inclusão social, direitos humanos [...].
Projeção de curso superior sequencial	[...] adota uma dinâmica curricular, na qual os conhecimentos concernentes à cidadania plena, às relações entre ambiente e sociedade, à preocupação com os direitos humanos [...].
	Direitos humanos.
Seleção de conteúdos e elaboração dos currículos	[...] perpassa, também, o currículo e os seus conteúdos, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável; os direitos humanos.

Fonte: elaborado com base no PDI 2013-2017 (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2016).

A "igualdade étnico-racial" teve sete citações que se consolidam nas políticas e diretrizes acadêmicas e com a preocupação com o desenvolvimento local e regional, inclusão social e dos direitos humanos. Tem destaque o compromisso social da Unoesc com a capacitação docente,

demonstrando a preocupação formativa que resultará na expressão dos acadêmicos e egressos.

Quadro 32 - Análise da expressão "igualdade étnico-racial"

IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Perspectiva acadêmica	Para as políticas e diretrizes acerca do desenvolvimento local e regional, do respeito e preservação ambiental, da inclusão social, dos direitos humanos, das relações étnico-raciais [...].
Políticas do respeito e preservação ambiental, inclusão social, direitos humanos, relações étnico-raciais, tecnologia, política e cultura em âmbito de desenvolvimento local e regional	[...] o compromisso que a instituição assume perante a inclusão social, os direitos humanos e de gênero, as relações étnico-raciais, a cultura [...].
	A capacitação dos docentes com ações educativas formativas relacionadas às abordagens inclusivas, considerando as relações étnico-raciais, os direitos humanos, de gênero e de políticas públicas.
	Assegurar a inclusão de conhecimentos e reflexões acerca da inclusão social, direitos humanos, educação ambiental, relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana, além da linguagem brasileira de sinais.
Seleção de conteúdos e elaboração dos currículos	Ainda, perpassa, também, o currículo e os seus conteúdos, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável; os direitos humanos; a acessibilidade e inclusão social; as relações étnico-raciais [...].

Fonte: elaborado com base no PDI 2013-2017 (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2016).

A "internacionalização" tem destaque no PDI em nove momentos; sua implicação e ênfase estão no compromisso social da instituição em oferecer condição de intercâmbio e possibilidade de mobilidade acadêmica, disseminando um processo cultural, oferecendo oportunidades de elevação cultural e massificação de conhecimentos em nível global. Nessa ordem, destaca-se a atuação institucional por meio de políticas de internacionalização que viabilizam tais princípios na perspectiva acadêmica e seus currículos.

Quadro 33 - Análise da expressão "internacionalização"

INTERNACIONALIZAÇÃO	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Perspectiva acadêmica	Consolidar a mobilidade acadêmica e a internacionalização.
Políticas de internacionalização	A Universidade do Oeste de Santa Catarina reconhece a importância de promover e consolidar um processo de internacionalização [...].
	As possibilidades que a internacionalização propicia perpassam por avanços advindos de pesquisas conjuntas [...].
	Com a finalidade de implementar as ações de internacionalização acadêmica, a instituição conta com o Programa de Mobilidade Acadêmica, criado com o objetivo de internacionalização da instituição.
	A internacionalização da Universidade do Oeste de Santa Catarina conta [...] diretrizes para as suas políticas.
	Disseminar a cultura da internacionalização no corpo social da IES.

Fonte: elaborado com base no PDI 2013-2017 (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2016).

A preocupação com a "sustentabilidade" está presente em 19 momentos do PDI. Perpassa políticas do respeito e preservação ambiental, inclusão social, direitos humanos, relações étnico-raciais, tecnologia, política e cultura em âmbito de desenvolvimento local e regional, políticas de pesquisa e inovação, a Responsabilidade Social: defesa do meio ambiente até os objetivos institucionais e a gestão administrativa, que é guiada pelo planejamento estratégico. Visa disseminar os preceitos da sustentabilidade nos três pilares: econômico, ambiental e social.

Quadro 34 - Análise da expressão "sustentabilidade"

SUSTENTABILIDADE	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Objetivos institucionais	Propor soluções às contradições que decorrem da natureza e do caráter desse mesmo processo, oportunizando alternativas de sustentabilidade, sem prejuízo ao meio ambiente.

SUSTENTABILIDADE	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Políticas do respeito e preservação ambiental, inclusão social, direitos humanos, relações étnico-raciais, tecnologia, política e cultura em âmbito de desenvolvimento local e regional	A implementação de linhas de pesquisa que se voltam ao desenvolvimento loco-regional, em uma concepção de sustentabilidade.
Políticas de pesquisa e inovação	Propor soluções às contradições na busca por alternativas de sustentabilidade sem prejuízos à ética e ao meio ambiente.
Responsabilidade Social: defesa do meio ambiente	A sustentabilidade, em todas as suas faces (social, ambiental e econômica), é algo que permeia as atividades da universidade como transformadora do meio onde está inserida.
Gestão administrativa guiada pelo planejamento estratégico	Garantir o crescimento com sustentabilidade econômica e financeira por meio de diversificação das fontes de captação de recursos, estabelecimento de parcerias e oferta de componentes curriculares comuns entre os cursos.

Fonte: elaborado com base no PDI 2013-2017 (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2016).

A RSU apresenta-se de forma ampla e sólida no PDI 2013-2017 analisado, fato que corrobora a identidade comunitária da Unoesc e se reflete nas ações que desenvolve nas áreas da educação, saúde, assistência social, tecnológica, ambiental, cultural e de lazer. Seu objetivo é difundir o conhecimento e levar qualidade de vida às pessoas, preservando seus valores.

A consolidação da análise desses documentos está representada na nuvem de *tags* que, de acordo com a preponderância em que as palavras apareceram nos documentos, ganham destaque a partir da representação do tamanho das letras. Tem a intenção de demonstrar a efetividade e a concretude da RSU por meio desse grupo de palavras, o que de fato é confirmado com mais intensidade pelo número de vezes que as palavras aparecem durante a análise, observando que todas as palavras foram evidenciadas nos documentos.

Figura 8 - Análise do PDI



Fonte: o autor.

Além dos documentos analisados por meio das palavras-chave, é possível visualizar, de forma consolidada, algumas ações, programas e projetos que demonstram a atuação da Unesco como propulsora do desenvolvimento social, os quais foram alicerçados na possibilidade de oferecer acesso a alguns tipos de serviços à população da Mesorregião Oeste catarinense, criando condições e perspectivas para a consolidação da RSU.

5.6 BALANÇO SOCIAL DA UNOESC 2013 – 2017: PROGRAMAS DE ALCANCE SOCIAL

Entre os vários elementos constantes no Balanço Social 2013-2017 da Unesco, destaca-se a seguir uma série de programas e projetos que apresentam relação com a RSU.

Na Tabela 4 estão dispostos os programas de atendimento ao estudante, que incluem bolsas de estudos, crédito institucional, suporte psicopedagógico, encaminhamento ao mercado de trabalho e estágios. Os números e projetos dão conta da preocupação com a inclusão social em diversas necessidades de apoio estudantil.

Tabela 5 - Programa de atendimento ao estudante

Tipo de serviço	2013	2014	2015	2016	2017
Bolsas recursos próprios (Cebas)	564	578	663	975	1045
Bolsas recursos próprios (Filantropia)	1.892	1238	1748	2035	2680
Fies e Crédito Institucional	808	407	627	775	678
Bolsa ProUni Parcial e Integral	1.739	2.432	3.139	3.485	3.853
Bolsa Uniedu – Art. 170 e 171	2.403	2.022	1.738	2.561	2.636
Apoio psicológico e psicopedagógico	2.986	2.470	621	1.110	357
Apoio na colocação e moradia	589	439	398	353	152
Encaminhamento ao mercado de trabalho	1.561	1.278	432	715	354
Encaminhamento para estágios	1.726	1.897	1.710	1.495	1.695
Encaminhamento à monitoria	19	130	137	85	175

Fonte: Universidade do Oeste de Santa Catarina (2016).

A Tabela 5 demonstra o número de títulos e volumes que compõem o acervo bibliográfico da Unoesc, perfazendo uma trajetória de constantes investimentos na memória e preservação cultural.

Tabela 6 - Acervo bibliográfico

Ano	Livros		Periódicos		CDs/DVDs
	Títulos	Volumes	Títulos	Correntes	
2013	184.097	378.101	6.856	342	8.801
2014	193.952	388.907	6.688	331	5.328
2015	198.816	411.666	6.642	315	5.297
2016	209.800	441.950	7.523	337	7.903
2017	181.952	456.454	7.002	301	4.739

Fonte: Universidade do Oeste de Santa Catarina (2016).

O incentivo à pesquisa e atividades de extensão também são evidenciados nesse período de 2013-2017, com destaque para a ampliação das publicações e pesquisadores ao longo desse período.

Tabela 7 - Incentivo à pesquisa e à extensão

Denominação	2013	2014	2015	2016	2017
Publicações (artigos, livros, teses, monografia, etc.)	915	603	801	817	1.784
Periódicos Unoesc publicados	19	21	20	23	26
Bolsas de pesquisas	265	333	462	184	236
Grupo de pesquisa em andamento	46	46	49	48	56
Pesquisadores	389	421	571	482	603

Fonte: Universidade do Oeste de Santa Catarina (2016).

Um projeto que ganhou destaque ao longo do tempo é a Universidade da Melhor Idade (UMIC) de Chapecó, que tem como objetivo a inclusão de idosos que já estão fora do mercado de trabalho e, na sua maioria, aposentados, oferecendo a esse público a oportunidade de conviver com o meio universitário. Acontece na forma de extensão, permitindo a inserção dos conhecimentos gerados nas diversas áreas do conhecimento que a universidade proporciona, e tem duas modalidades: iniciante e especialização como etapa posterior.

Tabela 8 - UMIC

Ano	Ingressantes	Concluintes
2011-1 a 2012-1	112	97
2012-2 a 2013-2	71	56
2014-1 a 2015-1	43	29
2015-2 a 2016-1	33	24
2017-1 a 2018-1	54	Em andamento

Fonte: Unoesc Chapecó.

Tabela 9 - UMIC (Especialização)

Ano	Ingressantes	Concluintes
2013-1 a 2013-2	43	41
2014-1 a 2014-2	24	20
2015-2 a 2016-1	21	18
2017-1 a 2017-2	14	13

Fonte: Unoesc Chapecó.

A mobilidade acadêmica tem-se tornado um fator relevante para o processo de internacionalização da Unoesc. Esse movimento, ainda que tímido, pelos números demonstrados, representa que existe e está ganhando força ao longo do tempo.

Tabela 10 - Mobilidade estudantil

Denominação	2013	2014	2015	2016	2017
Alunos estrangeiros na Unoesc	4	5	9	9	4
Alunos da Unoesc em IES estrangeiras	24	23	24	16	9

Fonte: Universidade do Oeste de Santa Catarina (2016).

Os programas de alcance social têm alta relevância e impacto no meio social onde a Unoesc atua. Os programas vinculados à área da saúde têm aumentado a demanda em todos os projetos. Outros serviços voltados à comunidade carente, como atendimento jurídico, psicológico, de assessoramento em geral, tem-se tornado propulsores do vínculo social e disseminadores da tríplice missão de uma universidade: pesquisa, ensino e extensão.

Tabela 11 - Programa de alcance social

Serviços Gratuitos de Assistência Social	2013	2014	2015	2016	2017
Serviço de atendimento de Odontologia	11.344	7.302	5.150	5.359	5.376
Serviço de atendimento de Psicologia	6.145	1.727	1.246	1.750	4.822
Serviço de atendimento de Fisioterapia	1.230	860	1.124	1.350	2.590
Serviço de atendimento de Educação Física (escolas educação básica, laboratórios, academia, grupos diversos)	12.725	16.491	11.933	12.622	16.048
Atividades curso de Pedagogia (PIBID); brinquedoteca	1458	1267	1354	1256	1347
Serviço de atendimento de Medicina (AMU)	7.707	5.307	3.073	3.208	3.697
Atendimentos em saúde animal	723	412	390	735	806
Serviço de atendimento de Enfermagem	16.360	1.187	2.253	4.911	4.804
Ciências Biológicas	1.510	1.729	1.580	7.530	9.197

Serviços Gratuitos de Assistência Social	2013	2014	2015	2016	2017
Ciências Contábeis (Orientação Imposto de Renda; PF, NAF)	-	-	-	205	715
Serviço de atendimento ao idoso	174	460	230	150	176
Serviço de assistência jurídica à comunidade	12.600	8.485	6.730	13.792	17.006
Atividades desenvolvidas em parceria (ruas de lazer, Umic/Unit, Peti, Verde Vida, projetos educativos)	5.139	20.904	2.118	27.357	9.659
Atividades desenvolvidas em parceria (assessorias e campanhas publicitárias)	36	47	20	92	104
Exames e laudos técnicos	10.240	13.102	12.527	16.502	8.365

Fonte: Universidade do Oeste de Santa Catarina (2016).

Complementarmente aos programas de alcance social, apresentam-se os dados relacionados à concessão de bolsas de estudo para alunos carentes que frequentam o ensino básico e, com grande destaque, os números de atendimento e respectivos valores correspondentes que o Hospital Universitário Santa Terezinha (HUST) tem investido no SUS.

Tabela 12 - Projetos, ações e contribuições para a sociedade

Denominação	2017	% sobre receita	2016	% sobre receita	2015	% sobre receita	2014	% sobre receita	2013	% sobre receita
Bolsa de estudos (Ensino superior e básico)	37.237.460	12,7	35.137.461	12,5	31.446.630	12,29	28.003.496	11,71	27.223.593	12,49
	Nº estudantes beneficiados	4.660	Nº estudantes beneficiados	4.460	Nº estudantes beneficiados	4.277	Nº estudantes beneficiados	4.093	Nº estudantes beneficiados	4.554
Atendimento SUS (atividade hospitalar)	47.319.660	16,7	45.219.660	16,1	34.671.698	13,55	24.797.219	10,37	22.206.964	10,19
	Nº pessoas beneficiadas	180.001	Nº pessoas beneficiadas	179.020	Nº pessoas beneficiadas	141.917	Nº pessoas beneficiadas	141.438	Nº pessoas beneficiadas	155.655
Valores totais	84.557.120	29,4	80.357.120	28,6	66.118.328	25,84	49.430.557	20,67	49.430.557	22,58

Fonte: Universidade do Oeste de Santa Catarina (2016).

Nessa linha, apresentam-se as demandas, projetos e atendimentos laboratoriais oferecidos pelo HUST, com ampla cobertura do SUS e subsidiados pela Unoesc.

Tabela 13 - Programa de alcance social

Tipo de serviço	2013	2014	2015	2016	2017
Capacidade instalada (leitos)	106	106	136	137	135
Média de ocupação (leitos)	65,73%	68,07%	72,09%	73,22%	72,07%
Cirurgias realizadas	4,95	5.311	5.799	6.519	7.219
Partos (normais, cesáreos e curetagens)	972	1.052	1.242	1.184	1.084
Média diária de pacientes (pessoas)	85,2	77,29	86,60	101,58	86,40
Atendimentos de urgência e emergência	67,45	60,671	50.521	66.533	68,55
Atendimentos em hemodiálise (sessões)	6,431	7.125	6.265	588*	570
Atendimentos em oncologia (pacientes)	8,903	10.474	11.706	11.751	11.800
Exames laboratoriais	92,999	92.999	101.559	102.984	103.101
Anatomia patológica	7,304	9.060	11.520	19.080	20.012
Radiologia	38,716	85.190	33.574	43.017	44.003
Ultrassonografia	3,174	3.572	3.993	10.593	11.198
Tomografia	6,160	5.803	6.388	9.516	10.159
Eletrocardiografias	2,391	3.714	3.721	5.828	7.116
Hemoterapia	3,415	3.077	3.533	4.200	4.500
Endoscopia	560	609	649	1.601	1.802
Imuno-histoquímico	1,320	1.470	1.512	1.774	1.942
Gasometria	4,350	5.846	6.694	7.102	7.109
Retossigmoidoscopia	7	5	8	17	20
Colonoscopia	162	188	199	211	220
Broncoscopia	67	80	62	73	80
Refeições servidas	214.542	189.229	242.275	249.196	250.200
Roupa lavada (quilograma)	351.987	329.435	360.377	413.352	415.409

Fonte: Universidade do Oeste de Santa Catarina (2016).

Nota: (*) Somente pacientes agudos do hospital. Não se trata de hemodiálises ambulatoriais.

Há indicadores sociais de apoio e suporte interno que a Unoesc proporciona para seu quadro de colaboradores. Na Tabela 13, os dados demonstram o suporte oferecido pela Instituição no que tange à alimentação, bolsas de estudo, capacitação e desenvolvimento, saúde, segurança e

medicina do trabalho e transporte. Elementos que demonstram a capilaridade da RSU para além dos seus alunos e comunidade externa, mas com atenção especial para os seus colaboradores.

Tabela 14 - Indicadores sociais internos

Ações e benefícios para os funcionários	2017	%	2016	%	2015	%	2014	%	2013	%
Alimentação	774.555	0,27	772.470	0,27	583.237	0,23	290.889	0,12	47.976	0,02
Educação (bolsas de estudo)	4.399.970	1,6	4.330.681	1,54	4.027.653	1,57	3.675.501	1,54	1.857.771	0,85
Capacitação e desenvolvimento profissional	8.877.655	0,66	1.865.344	0,66	463.098	0,18	320.944	0,13	290.918	0,13
Creche ou auxílio-creche	216.453	0,08	216.288	0,08	214.520	0,08	186.023	0,08	177.810	0,08
Saúde (plano de assistência médica)	2.081.154,3	0,73	2.066.072	0,73	1.676.701	0,66	1.414.706	0,59	1.335.963	0,60
Segurança e medicina no trabalho	226.050	0,08	225.877	0,08	197.953	0,08	111.731	0,05	182.263	0,08
Transporte (auxílio transporte)	231.693	0,08	231.508	0,08	189.672	0,07	128.413	0,05	151.782	0,07
Estágio (bolsas)	320.565	0,011	320.530	0,011	356.670	0,14	280.531	0,12	266.466	0,12
Outros (previdência complementar/seguro)	6.217.739	2,16	6.086.276	2,16	5.335.615	2,09	4.742.076	1,98	4.105.846	1,88
Total de indicadores internos	23.345.834	5,67	16.115.047	5,73	13.045.119	5,10	11.150.813	4,66	8.386.758	3,85

Fonte: Universidade do Oeste de Santa Catarina (2016).

Observa-se que os dados contidos no Balanço Social 2013-2017 demonstram a forte atuação social da Unoesc em sua região, conferindo ênfase a ela como uma IES agente de desenvolvimento regional.

Tabela 15 - Indicadores sociais Unoesc Chapecó

Ações	2017	2016	2015	2014	2013
Serviço de atendimento psicológico	2.045	760	183	667	147
Educação (bolsas de estudo)	1.074	762	668	583	723
Serviço de atendimento ao idoso	52	51	45	73	94

Ações	2017	2016	2015	2014	2013
Serviço de assistência jurídica à comunidade	11.131	3.039	432	258	336
Atividades desenvolvidas em parcerias (rua de lazer, UMIC, Peti e Verde Vida)	9.052	8.336	8.336	10.913	5.045
Exames e laudos técnicos	584	212	212	42	10
Serviço de atendimento de Educação Física (escolas, laboratórios, academia, grupos diversos)	4.700	3.252	40	5.950	2.320
Acervo de livros (títulos)	16.625	13.147	12.341	11.932	11.692
Acervo de periódicos (títulos)	375	261	229	229	211
Acervo de CDs/DVDs	46	35	32	32	32

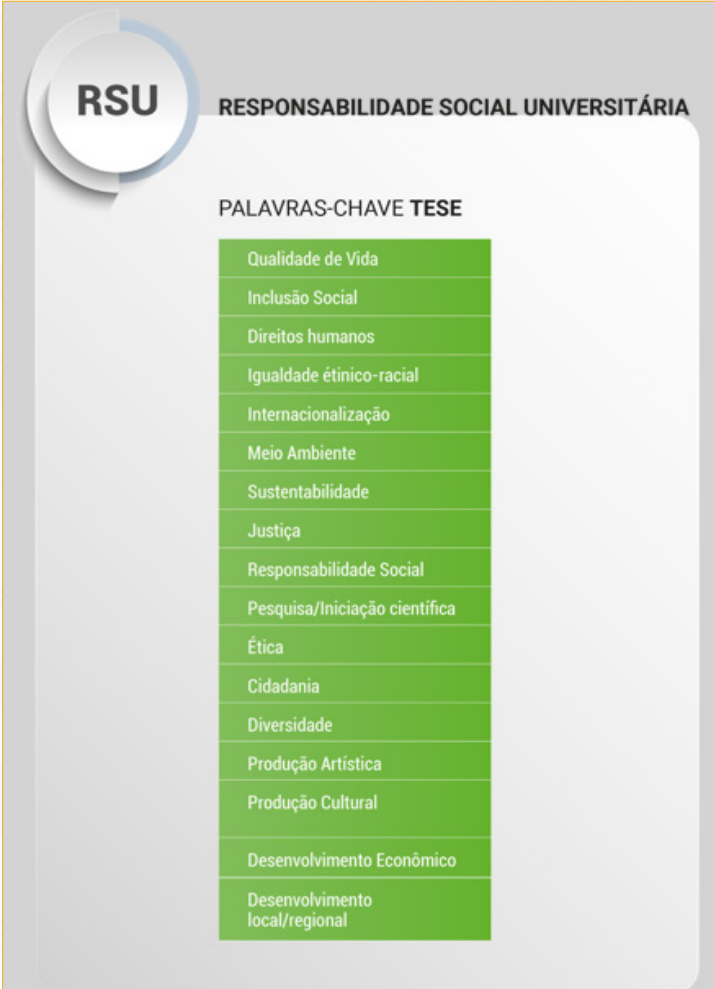
Fonte: Universidade do Oeste de Santa Catarina (2016).

Na Tabela 14, apresentam-se os indicadores sociais da Unoesc Chapecó, conforme dados do Balanço Social 2013-2017; destacam-se a forte atuação social da Instituição na região e o crescimento anual da abrangência dos serviços prestados.

5.7 CATEGORIA 3: A RSU NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

A análise dessa categoria, que visa à verificação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, levou em consideração a estrutura central dos projetos, que são: os objetivos, o perfil do egresso, a formação para a Responsabilidade Social e a matriz curricular por meio dos respectivos ementários. As palavras-chave foram devidamente identificadas ao longo dos projetos pedagógicos, e, a partir dessa identificação primária, foram extraídos os principais trechos, partes e expressões que estão alinhados à RSU. As palavras-chave utilizadas na análise são:

Quadro 35 - Palavras-chave



RSU	
RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA	
PALAVRAS-CHAVE TESE	
Qualidade de Vida	
Inclusão Social	
Direitos humanos	
Igualdade étnico-racial	
Internacionalização	
Meio Ambiente	
Sustentabilidade	
Justiça	
Responsabilidade Social	
Pesquisa/Iniciação científica	
Ética	
Cidadania	
Diversidade	
Produção Artística	
Produção Cultural	
Desenvolvimento Econômico	
Desenvolvimento local/regional	

Fonte: o autor.

A palavra ética se fez presente em 571 momentos. Destaca-se o direcionamento da formação com suporte ético, visto nos objetivos, que demonstra o alinhamento integral da formação responsável. Também se faz presente no perfil do egresso, ou seja, os projetos devem enveredar esforços para que a formação acadêmica na Unoesc considere os preceitos éticos para exercer suas funções profissionais quando egresso. A consolidação

se apresenta na matriz curricular e na ementa de inúmeros componentes curriculares, apresentando o caminho que a ética deve percorrer em aula e no decorrer dos cursos.

Quadro 36 - Análise da expressão "ética"

ÉTICA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Objetivos	<p>Formar profissionais com características [...] Habilidades técnicas, orientados por uma postura ética.</p> <p>Formar profissionais com visão de mundo aptos a tomar decisões éticas [...].</p> <p>Incentivar o autodesenvolvimento, a postura ética e a Responsabilidade Social.</p> <p>Promover a reflexão sobre a conduta profissional ética e o senso [...].</p> <p>Formar cidadãos comprometidos com os valores e a ética profissional e social.</p> <p>Formar bacharéis em Direito com conhecimentos e competências [...]. Pautados na ética e conscientes de suas responsabilidades sociais.</p> <p>Formar profissionais qualificados, com habilidades técnicas e científicas, com vistas ao desenvolvimento do potencial criativo e humano, centrado na ética, [...].</p> <p>Estimular a dinâmica de trabalho em equipe de forma ética, reflexiva e criativa.</p>
Perfil profissional do egresso	<p>O egresso do curso de Administração deverá ser capaz de: compreender e atuar com ética [...].</p> <p>Internalizar valores de Responsabilidade Social, justiça e ética profissional.</p> <p>O perfil do egresso do curso compreende profissionais com formação científica, tecnológica, ética [...].</p> <p>Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas pela legislação específica, revelando domínio adequado dos diferentes modelos organizacionais com internalização [...].</p> <p>Atuação comprometida com a humanização da sociedade e com o trabalho pautado na ética [...].</p> <p>Atenção à saúde: os profissionais devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, [...] padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética.</p>

ÉTICA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Formação para Responsabilidade Social	<p>O compromisso é desenvolver um perfil cuja formação garanta a internalização de ideias, valores e convicções fundamentadas na Responsabilidade Social, justiça e ética [...].</p> <p>A dinâmica de abordagem desses conteúdos ainda se justifica em razão do compromisso com processos formativos que incluam a promoção das responsabilidades éticas e sociais.</p> <p>As instituições de ensino superior se propõem a formar profissionais qualificados na sua área, capazes de se atualizar e de usar a sua competência técnica com ética e Responsabilidade Social [...].</p> <p>[...] Mediante o compromisso com o desenvolvimento de um perfil de profissional [...] ideias e convicções pautadas na Responsabilidade Social, justiça e ética.</p> <p>A dinâmica de abordagem destes conteúdos justifica-se pelo compromisso com processos formativos que incluam a promoção das responsabilidades éticas e sociais [...].</p> <p>O curso tem o compromisso com processos formativos que incluam a promoção das responsabilidades éticas e sociais.</p> <p>Instituições de ensino superior se propõem a formar profissionais qualificados na sua área, capazes de se atualizar e de usar a sua competência técnica com ética [...].</p> <p>[...] mediante o compromisso com o desenvolvimento de um perfil de profissional cuja formação garante a internalização de valores, ideias e convicções pautadas na Responsabilidade Social, justiça e ética.</p> <p>[...] Abordagem destes conteúdos justifica-se pelo compromisso com processos formativos que incluam a promoção das responsabilidades éticas e sociais.</p> <p>A educação em direitos humanos deve ser pautada em concepções e práticas educativas [...] os componentes curriculares que trabalham esses conteúdos são: Ética e sociedade, Introdução à Engenharia Civil, Deontologia.</p>

ÉTICA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Matriz curricular do curso	Sustentabilidade em organizações: [...] Ética e sustentabilidade.
	Ética profissional [...] Ética: conceituação e fundamentação. Os desafios éticos da atualidade, o Código de Ética.
	Negociação [...] Planejamento, comportamento e ética nas negociações. Negociação internacional [...].
	Ética, legislação e exercício profissional na arquitetura: noções de ética e direitos humanos [...].
	Administração, [...] Cultura e ambiente organizacional. Gestão de pessoas. Ética [...].
	Ética geral e profissional: conceituação (ética x moral), fundamentos históricos e filosóficos. Doutrinas éticas. Conflitos éticos da sociedade atual. Ética e cidadania no Brasil. Ética da diferença (diversidade cultural). Arqueologia da ética brasileira. Ética e direitos humanos.
	Meio ambiente e ética. Ética profissional e empresarial. A ética e a legislação da profissão contábil. Código de Ética [...].
	Deontologia: Ética e disciplina profissional (ética x moral) [...].
	Engenharia de software I: visão geral e princípios fundamentais de Engenharia [...] Princípios de ética profissional.
	Ética profissional em educação física: a ética profissional e o exercício do profissional de Educação Física na saúde e na educação.
	Introdução à engenharia civil: papel do engenheiro na sociedade: ética [...].
	Ética e Legislação em Psicologia: os fundamentos e a natureza da Ética. Perspectiva histórico-social de ética. Reflexões éticas [...] normas e código de ética.
	Avaliação psicológica I: a ética no uso dos testes psicológicos [...].
Psicologia hospitalar: histórico; fenômenos psicossomáticos e suas interferências na saúde [...] A instituição hospitalar. Implicações éticas.	
Intervenções e manejo em situações de crise: paciente em crise e paciente propenso a crises [...] Questões legais e éticas.	

Fonte: elaborado a partir dos PPCs da Unoesc.

A cidadania nesse corpus investigativo se apresenta em 66 vezes. Tem ênfase nos objetivos dos projetos, faz-se presente no perfil do egresso e se consolida na matriz curricular dos cursos.

Quadro 37 - Análise da expressão “cidadania”

CIDADANIA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Objetivos	Desenvolver a postura ético-profissional por meio de atividades diversificadas de formação para a cidadania, [...].
Perfil profissional do egresso	[...] conhecimento jurídico específico, o egresso deverá desenvolver aprofundado senso de justiça social, cooperação e compromisso ético e científico, mediante formação humanística e desenvolvimento de habilidades para o exercício da cidadania.
Matriz curricular do curso	<p>Análise crítica e histórica da arquitetura, principais produções artísticas, arquitetônicas e urbanísticas do século XX. [...] Estudo das condições socioeconômicas, culturais e políticas como referentes conceituais da produção arquitetônica e urbanística e da formação e evolução das cidades. Cidadania e organização das cidades. Análise dos problemas decorrentes do acelerado ritmo de mudança [...].</p> <p>Ética geral e profissional: conceituação (ética x moral). Fundamentos históricos e filosóficos. Doutrinas éticas. Conflitos éticos da sociedade atual. Ética e cidadania no Brasil.</p> <p>[...] com a realização das diversas atividades de estágio do curso de Direito, será facilitado o acesso ao Poder Judiciário às pessoas carentes, resgatando sua cidadania [...].</p> <p>Ética e sociedade, conceituação (ética x moral). Fundamentos históricos e filosóficos. Doutrinas éticas. Conflitos éticos da sociedade atual. Ética e cidadania no Brasil.</p> <p>Educação em direitos humanos, conceito e fundamentos históricos dos direitos humanos. Cidadania e democracia.</p> <p>Políticas de saúde, cidadania, movimentos sociais e a construção de uma sociedade democrática.</p> <p>Educação física adaptada, cidadania e novos direitos. Abordagem educacional e psicopedagógica na Educação Física adaptada [...].</p> <p>Educação em direitos humanos: conceito e fundamentos históricos dos direitos humanos. Cidadania e democracia.</p> <p>Psicologia comunitária, conceito de comunidade. História e evolução de psicologia comunitária. Objetos de psicologia na comunidade: prevenção, fatos e situação de risco, apoio social, desenvolvimento comunitário e promoção de cidadania.</p>

Fonte: elaborado a partir dos PPCs da Unoesc.

A expressão “qualidade de vida” se fez presente em 26 momentos nos projetos pedagógicos. Tem ênfase nos objetivos dos projetos, sendo mais um elemento que compõe os pressupostos da RSU. Demonstra direcionamento para uma formação que deve promover a qualidade de vida e, assim, exercê-la, visto estar prevista também no perfil do egresso e na seção específica da Responsabilidade Social. A identificação da qualidade de vida nas ementas em vários componentes curriculares, ao longo das matrizes curriculares, apregoa o caminho formativo perseguido pela Unoesc.

Quadro 38 - Análise da expressão “qualidade de vida”

QUALIDADE DE VIDA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Objetivos	Formar profissionais que, por meio do exercício da profissão nas suas diversas vertentes técnicas, contribuam para a solução de problemas da sociedade e para seu desenvolvimento de forma sustentada, tendo como foco a qualidade de vida das pessoas [...].
Perfil profissional do egresso	<p>Atuarem equipes multiprofissionais, na prevenção de enfermidades relacionadas à obesidade, ao diabetes, à hipertensão, às patologias cardiorrespiratórias, osteoporose, algumas formas de câncer e depressões, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.</p> <p>Intervir acadêmica e profissionalmente em instituições públicas e privadas, na promoção da saúde e da qualidade de vida.</p> <p>Deve estar qualificado para analisar a realidade social e nela intervir acadêmica e [...] objetivando a promoção da saúde e da qualidade de vida.</p> <p>Planejar, sistematizar, executar e avaliar as intervenções técnico-científicas de sua área de atuação profissional em seus diferentes cenários, trabalhando tais intervenções na relação atividade física, saúde e qualidade de vida.</p> <p>Atuar nas atividades clínicas na promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento humano [...].</p>
Formação para Responsabilidade Social	Planejamento e orçamento familiar, aplicado nas escolas e na comunidade em geral com o objetivo de gerar melhor qualidade de vida às famílias, bem como à comunidade onde a Unoesc está inserida.

QUALIDADE DE VIDA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Matriz curricular do curso	<p>Psicologia jurídica: introdução à psicologia, conceitos e generalidades. Do individual ao social: o ser humano na família, na escola e nos grupos. Atitudes e representações sociais. Trabalho e qualidade de vida.</p> <p>A estrutura curricular do curso prevê o desenvolvimento de estágio profissional curricular na 7ª e 8ª fases [...] tem no curso o objetivo de favorecer o desenvolvimento e amadurecimento pessoal do acadêmico, a sensibilização para as atividades profissionais da área e a preocupação com a intervenção na promoção de saúde e da qualidade de vida.</p> <p>Educação física e saúde coletiva: saúde e direitos humanos. Construção histórica dos direitos humanos; a visão sociológica, filosófica e jurídica dos direitos humanos; conceito de saúde e qualidade de vida.</p> <p>Psicologia organizacional: personalidade, motivação de pessoas. Processos grupais. Criatividade. Ambiente e qualidade de vida [...].</p> <p>Intervenção e saúde II – trabalho: [...] Significado do trabalho e a construção da identidade social do sujeito. Qualidade de vida no trabalho [...].</p>

Fonte: elaborado a partir dos PPCs da Unoesc.

A Unoesc é uma universidade comunitária e para dar conta do status de “universidade” deve manter viva a pesquisa e, por consequência, a iniciação científica como elementos promotores do desenvolvimento do conhecimento. Esses aspectos alinham-se amplamente com a expressão “pesquisa/iniciação científica” que a RSU preconiza como elemento central para sua consolidação. Teve 964 aparições, com grande ênfase nos objetivos dos projetos pedagógicos, perpassando pelo perfil formativo do egresso, na seção da Responsabilidade Social e se materializando na matriz curricular dos cursos. De fato, apresenta-se como uma expressão transversal e determina o direcionamento e a preocupação institucional com a consolidação da pesquisa dentro do escopo pedagógico.

Quadro 39 - Análise da expressão "pesquisa/iniciação científica"

PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Objetivos	<p>Desenvolver ações educativas e de pesquisa que estejam comprometidas com o desenvolvimento sustentável local e regional.</p> <p>Instrumentar pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão, profissionais para contribuir com o desenvolvimento espacial local e regional.</p> <p>Fomentar o desenvolvimento do conhecimento científico, tecnológico e cultural com estudos e pesquisas.</p> <p>Desenvolver a pesquisa a fim de que seja o bacharel um agente de transformação social.</p> <p>Integrar a pesquisa científica da graduação com a pós-graduação, com ênfase à eficácia e efetividade dos direitos fundamentais.</p> <p>Oportunizar a pesquisa na área de estudos científicos no esporte e nas atividades físicas, bem como refletir acerca da diversidade de padrões de saúde, beleza e estética corporal.</p> <p>Oportunizar à região estudos científicos na área de esportes e atividades físicas, por meio da pesquisa.</p> <p>Estimular o trabalho em grupo e a pesquisa como forma de produção de conhecimento.</p> <p>Proporcionar aos acadêmicos o domínio de ferramentas de pesquisa, para o desenvolvimento profissional e acadêmico, voltadas para a pós-graduação.</p> <p>Segundo a Sociedade Brasileira de Computação, um curso de Sistemas de Informação deve visar à formação de profissionais da área de computação e informática para atuação em pesquisa [...].</p>
Perfil profissional do egresso	<p>Dominar as técnicas e metodologias de pesquisa em planejamento arquitetônico e urbano.</p> <p>Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito.</p> <p>Desenvolver atitude de pesquisa no seu campo profissional, a fim de melhor entender a realidade e nela agir eficiente e conscientemente [...].</p> <p>Ser capaz de articular ensino e pesquisa com atividades de extensão.</p> <p>Pesquisar, conhecer, compreender, analisar e avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente [...].</p> <p>Realizar pesquisa científica e tecnológica e estudos de viabilidade técnico-econômica.</p>

PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Perfil profissional do egresso	<p>Realizar pesquisa científica e tecnológica e estudos de viabilidade técnico-econômica.</p> <p>Identificar, definir e formular questões de investigação científica no campo da Psicologia, vinculando-as a decisões metodológicas quanto à escolha, coleta e análise de dados em projetos de pesquisa.</p>
Formação para Responsabilidade Social	<p>Abordados de forma específica em componente curricular e na transversalidade, em atividades de pesquisa e de extensão.</p> <p>Os projetos pedagógicos dos cursos [...] se voltam às problemáticas regionais, promovendo a integração entre a comunidade e a Unoesc, além de articular o ensino, a pesquisa e a extensão.</p> <p>No curso, os componentes curriculares que trabalham esses conteúdos são: Teoria e História do Urbanismo, Política e Planejamento Habitacional, Antropologia, Sociologia e Antropologia Urbana, tais conhecimentos são abordados na transversalidade, em atividades de pesquisa e de extensão.</p> <p>Abordagem nos componentes mencionados, tais conhecimentos são abordados na transversalidade, em atividades de pesquisa e de extensão [...].</p> <p>Os projetos pedagógicos dos cursos, os trabalhos de conclusão de curso, as monografias dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como as dissertações de seus programas de pós-graduação stricto sensu [...] de articular o ensino, a pesquisa e a extensão.</p> <p>Abordagem nos componentes mencionados, tais conhecimentos são abordados na transversalidade, em atividades de pesquisa e de extensão.</p>
Matriz curricular do curso	<p>De acordo com os ordenamentos da Unoesc, essas atividades poderão compreender monitorias e estágios não obrigatórios realizados na área de formação, projetos de iniciação científica [...].</p> <p>Metodologia da pesquisa: ciência e o método científico. Etapas de projeto e da execução de pesquisas científicas. Métodos de pesquisa: qualitativos e quantitativos. Tipos de pesquisa. Técnicas de coleta e análise de dados.</p> <p>Administração de Marketing I: [...] Pesquisa de marketing. Análise de ambientes e da concorrência. Comportamento do consumidor [...].</p> <p>Pesquisa operacional: estudo da pesquisa operacional e suas aplicações [...].</p> <p>Trabalho de conclusão de curso I: elaboração do projeto do trabalho de conclusão do curso: pesquisa ou projeto de viabilidade ou plano de negócios [...].</p> <p>O curso prevê que o acadêmico seja responsável pela realização de 90 horas de atividades curriculares complementares abertas, que envolvem uma ampla gama de possibilidades [...] programas de iniciação científica.</p>

PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA**SEÇÃO DO PDI****TEXTO**

Matriz curricular do curso

Metodologia científica: [...] Investigação acerca da ciência e do conhecimento. Análise dos procedimentos técnicos e metodológicos de preparação, execução e apresentação de pesquisa científica. Estudo das partes constitutivas de projetos, relatórios e trabalhos científicos [...].

Luminotécnica e acústica na arquitetura: [...] e pesquisa de clima acústico de um ambiente. Configurações urbanas e transmissão, isolamento, absorção e reverberação. Considerações sobre acústica e seu reflexo no projeto arquitetônico. Análise de projetos especiais: auditórios, hospitais [...].

Trabalho de curso I: [...] com base em pesquisa bibliográfica e levantamento de campo visando à sistematização de informações históricas [...].

[...] Plano de Desenvolvimento do Ensino de Graduação da Unoesc, que compreendem conteúdos relacionados com o contexto regional, formação profissional e cidadã e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

[...] Relacionado à capacitação específica, a matriz prevê o trabalho de conclusão de curso nas fases nona e décima, com a definição do tema e elaboração do projeto de pesquisa na área contábil na modalidade de monografia ou artigo científico [...].

As atividades curriculares complementares são atividades que objetivam, por intermédio de variadas formas, [...] profissional e cidadã e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Bioética e biodireito: compreensão da bioética enquanto fenômeno político [...]. Normativa internacional sobre proteção à biodiversidade, Genoma humano e pesquisa genética.

O estágio é uma atividade curricular obrigatória e se constitui num espaço privilegiado para a concretização do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Atividades possíveis de serem realizadas pelo Núcleo de Práticas Jurídicas, nos componentes curriculares de Estágio de Prática Jurídica I, II, III e IV, o atendimento ao público, a elaboração de petições, a realização de pesquisas [...].

[...] Atividades acadêmicas que compreendem conteúdos relacionados com o contexto regional, formação profissional e humana e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

As atividades curriculares complementares abertas serão integralizadas de acordo com as normas institucionais pertinentes e em vigor, podendo ser cursos [...] atividades de pesquisa, entre outros.

O curso desenvolve o estágio na modalidade de pesquisa (Trabalho Acadêmico de Pesquisa (TAP) I e II) na 7ª e 8ª fases (num total de 120 horas – 8 créditos – igualmente distribuídas entre as fases).

PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Matriz curricular do curso	<p>Bioestatística aplicada à educação física: [...] tipologia de pesquisa. População e amostra. Análise e tabulação de dados. Estatística descritiva e indutiva.</p> <p>Atividades acadêmicas que compreendem conteúdos relacionados com o contexto regional, formação profissional e humana e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.</p>
Matriz curricular do curso	<p>Trabalho de Pesquisa – TP I: Construção do projeto de pesquisa e implementação, na área de formação na educação física.</p> <p>Trabalho de Pesquisa – TP II: desenvolvimento do projeto de pesquisa e elaboração do relatório final, realizado na área de formação na educação.</p> <p>O estágio obrigatório se dará nas seguintes modalidades: [...] Estágio Supervisionado II – é realizada uma pesquisa científica sobre assuntos da área de conhecimento do objeto da formação profissional.</p> <p>Projeto de pesquisa extracurricular: Cabe ao Colegiado do curso definir quanto à aprovação e número de créditos equivalentes.</p> <p>Introdução à informática: conceitos básicos de informática e internet [...] Pesquisa na internet [...]</p> <p>Laboratório de algoritmos e estruturas de dados: [...] Implementação de algoritmos de pesquisa e ordenação de dados em arquivos texto e tipados.</p> <p>Estruturas de dados: tipos e estruturas de dados: ponteiros. Listas, pilhas, filas, árvores e grafos. Métodos de pesquisa e ordenação de dados em memória principal e secundária. Recursividade.</p> <p>Fundamentos de sistemas de informação: conceitos, objetivos [...] Áreas de pesquisa em sistemas de informação. Gerenciamento de tecnologia da informação. Atualidades em sistemas de informação.</p>

Fonte: elaborado a partir dos PPCs da Unoesc.

A “cultura” se apresenta como um elemento transversal nos projetos pedagógicos, uma vez que está presente nos objetivos de forma enfática. Também está presente, em alta medida, no perfil do egresso, na seção da Responsabilidade Social e, com muita intensidade, na matriz curricular dos projetos. São 212 citações ao longo dos projetos pedagógicos analisados.

Quadro 40 - Análise da expressão “cultura”

CULTURA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Objetivos	<p>Proporcionar formação técnica e humanística, que estimule os profissionais a lidarem de forma isonômica e efetiva, com a diversidade social e com os aspectos da cultura organizacional.</p> <p>Formar profissionais com visão de mundo aptos a tomar decisões éticas a partir da compreensão das condições sociais, ambientais, políticas, econômicas e culturais.</p> <p>Fomentar o desenvolvimento do conhecimento científico, tecnológico e cultural com estudos e pesquisas.</p> <p>Pautar as ações em valores éticos e sociais, próprios de uma sociedade plural e democrática, para analisar a realidade social e nela atuar como agente de transformação no âmbito dos estados atuais e emergentes da cultura do movimento humano.</p> <p>Realizar, assessorar, discutir e operacionalizar políticas públicas e institucionais e de se inserir em equipes multidisciplinares nos campos da saúde, educação, cultura e meio ambiente, por meio da especificidade da Educação Física.</p> <p>Formar professores de Educação Física em sua multidimensionalidade nos aspectos éticos, estéticos, políticos e culturais, educação [...].</p> <p>Aplicar ações educativas que venham a estimular o desenvolvimento regional no que se refere à democratização das informações, do saber especializado e da cultura acadêmica referente à educação humana, à cultura corporal do movimento humano e ao lazer.</p> <p>Refletir acerca da diversidade de padrões de saúde, beleza e estética corporal, que existem nos diferentes grupos sociais, compreendendo sua inserção na cultura [...].</p> <p>Formar profissionais, [...] contribuam para a solução de problemas da sociedade e para seu desenvolvimento de forma sustentada, tendo como foco a qualidade de vida das pessoas, as questões ambientais, a gestão dos recursos naturais e a conservação do patrimônio histórico e cultural.</p>
Perfil profissional do egresso	<p>O egresso do curso de Administração deverá ser: capaz de compreender e atuar com ética, responsabilidade na administração das organizações; analisar o fenômeno organizacional com base em conhecimento técnico, científico, cultural, social [...].</p> <p>Respeitar as diversas formas de expressão cultural concretizadas nos diversos grupos sociais que compõem a sociedade, bem como no que se refere aos grupos que dela estão excluídos.</p>

CULTURA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Perfil profissional do egresso	Ter capacidade de inovar na sua área de atuação, contribuindo para o avanço científico tecnológico e cultural.
	Possuir uma visão ampla da realidade social, política, cultural e econômica do país.
	Planejar, sistematizar, executar e avaliar as ações pedagógicas da Educação Física, como componente curricular na Educação Básica, pautando tais ações na cultura corporal como identificadora dos conhecimentos que serão transmitidos aos alunos.
	[...] Intervindo “acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando à formação, à ampliação e ao enriquecimento cultural das pessoas” [...].
	Ter capacidade para organizar, planejar, administrar, avaliar e atuar pedagógica, científica e tecnicamente no âmbito dos estados atuais e emergentes da cultura.
	[...] Visando à formação, a ampliação e o enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável; [...] promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação [...].
	Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, [...] do urbanismo, do ambiente, da cultura, [...].
	[...] Programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas de prevenção, de promoção, da proteção e da reabilitação da saúde, da formação cultural.
	[...] Os efeitos de aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos da prevenção [...] de formação cultural, [...].
	Compreensão das relações da Engenharia Civil com as necessidades do contexto social, cultural, [...].
Capacidade de inovar em sua área de atuação, promovendo o avanço científico-tecnológico e cultural, [...].	
Compreensão das relações da Engenharia de Computação com as necessidades do contexto social, cultural, [...].	
Capacidade de inovar em sua área de atuação, promovendo o avanço científico-tecnológico e cultural, [...].	

CULTURA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Formação para Responsabilidade Social	<p>[...] a matriz contempla conteúdos relacionados à formação técnica e humanística. Além da formação técnica é preciso compreensão das questões sociais, ambientais e culturais.</p> <p>O compromisso é desenvolver um perfil cuja formação garanta a internalização de ideias, valores e convicções fundamentadas na Responsabilidade Social, justiça e ética; uma formação técnica e cidadã, que assegure a compreensão do meio social, político, econômico, ambiental e cultural [...].</p> <p>[...] Cultura afro-brasileira, africana e indígena. O curso de Administração apresenta, em sua estrutura curricular, conteúdos relativos às relações étnico-raciais e à cultura afro-brasileira e africana, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira [...].</p> <p>Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. O curso de Arquitetura e Urbanismo apresenta, em sua estrutura curricular, conteúdos relativos às relações étnico-raciais e da cultura afro-brasileira e africana, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. [...].</p> <p>[...] Cultura afro-brasileira, africana e indígena. O curso de Engenharia Civil apresenta, em sua estrutura curricular, conteúdos relativos às relações étnico-raciais e da cultura afro-brasileira e africana, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura [...].</p>
Matriz curricular do curso	<p>Direito I: [...] questões relativas às relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira com vistas ao respeito à diversidade cultural.</p> <p>Ética e sociedade: conceituação (ética x moral). [...] Ética e cidadania no Brasil. Ética da diferença (diversidade cultural).</p> <p>Libras: introdução à Língua Brasileira de Sinais – Libras – histórico de libras e sua importância na educação dos surdos. Cultura e comunidade surda [...].</p> <p>Sociologia: introdução à sociologia. Aplicação da sociologia no estudo das organizações. [...] O indivíduo e a organização. Cultura das organizações. [...] O poder nas organizações. Estudos da diversidade cultural.</p> <p>Antropologia: as origens da humanidade. O surgimento do homem. O modo de vida dos povos primitivos. O nascimento da cultura. A cultura e [...].</p>

CULTURA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Matriz curricular do curso	<p>Sociologia e antropologia urbana: [...] Processos globais na estrutura social das cidades. Organização social do trabalho. Distribuição de renda – desigualdades nas cidades. Desigualdade e etnia no Brasil. O papel do arquiteto e da arquitetura no desenvolvimento das cidades. Cultura e habitação.</p> <p>Administração: conceito de administração. Evolução e teorias. Processo administrativo: planejamento, organização, direção, controle. Gestão organizacional. Cultura e ambiente organizacional.</p> <p>Psicologia organizacional: formação e desenvolvimento pessoal. Diferenças individuais. Crenças, valores, educação e cultura. [...].</p> <p>Contabilidade de agronegócios, [...] Cultura temporária e permanente. Contabilidade da pecuária. Elaboração das demonstrações contábeis. Ativo biológico e produto agrícola: reconhecimento e mensuração.</p> <p>Linguagem: Introdução à libras (histórico de libras e sua importância na educação dos surdos). Cultura e comunidade surda no Brasil [...].</p> <p>Direito notarial [...] tópicos especiais sobre direito, justiça e multiculturalismo; cultura afro-brasileira; estudos de jurisprudência [...].</p> <p>Cultura afro-brasileira, conteúdo variável [...].</p> <p>Psicologia jurídica: introdução à psicologia. [...] Trabalho e qualidade de vida. Identidade. Anulação das multiplicidades e diferenças: identidades produzidas pela mídia. Processos de subjetivação: a produção do corpo social "enfermo". Violência, agressividade e cultura.</p> <p>Teoria e metodologia da dança: origem e evolução. Significados e possibilidades da dança: cultura, arte e educação. Fundamentos técnicos e metodológicos. Prática sob a orientação e supervisão docente, compreendendo atividades de observação dirigida ou experiências.</p> <p>Teoria e metodologia do ensino da dança: origem e evolução. Significados e possibilidades da dança: cultura, arte e educação. Fundamentos técnicos e metodológicos. Prática pedagógica sob a orientação e supervisão docente, compreendendo atividades de observação dirigida ou experiências de ensino.</p> <p>Componente Curricular Complementar I, contexto ambiental; transformação geográfica do meio ambiente para a prática esportiva e promoção da saúde; cultura, sociedade, [...].</p> <p>Estudos étnico-raciais: a sociedade brasileira: cultura, estado, [...].</p> <p>Saúde mental coletiva e políticas públicas: a constituição do campo da saúde coletiva, saúde mental e políticas públicas- conceitos básicos. A determinação social do processo saúde-doença. Sociedade, cultura [...].</p>

CULTURA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Matriz curricular do curso	<p>História da psicologia: a [...] constituição da psicologia como ciência: o contexto socioeconômico, cultural e epistemológico do surgimento da psicologia. [...].</p> <p>Teorias e sistemas psicológicos – sistêmica: fundamentos epistemológicos da teoria sistêmica no contexto social e cultural [...].</p> <p>Ambiente e sociedade: contexto ambiental; [...] cultura, sociedade e educação ambiental; a história humana e o impacto antrópico; movimento ambientalista [...].</p> <p>Filosofia e relações humanas nas sociedades informatizadas: a relação homem-ambiente. A entronização do ambiente. Ambiente, culturas e suas interações. [...].</p>

Fonte: elaborado a partir dos PPCs da Unoesc.

A preocupação com o meio ambiente é outra expressão que ganha destaque nos projetos pedagógicos. Faz-se presente em 39 momentos; destaca-se o apontamento nos objetivos dos projetos pedagógicos, fato que oferece direcionamento para a formação com esse elemento de Responsabilidade Social. Além desse aspecto, é uma expressão prevista no perfil profissional do egresso, em vários momentos da matriz curricular e, em especial, no item específico da formação para a Responsabilidade Social.

Quadro 41 - Análise da expressão "meio ambiente"

MEIO AMBIENTE	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Objetivos	<p>Enfatizar a natureza multidisciplinar do projeto arquitetônico no seu contexto sociocultural e em suas relações com o meio ambiente.</p> <p>Realizar, assessorar, discutir e operacionalizar políticas públicas e institucionais e se inserir em equipes multidisciplinares nos campos da saúde, educação, cultura e meio ambiente [...].</p>

MEIO AMBIENTE	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Perfil profissional do egresso	Ter comportamento ético e científico com o meio ambiente.
Formação para Responsabilidade Social	[...] O curso tem o objetivo de conscientizar os alunos quanto à importância do meio ambiente e à realização sustentável de suas atividades, seja ambientalmente, economicamente ou socialmente. Políticas de educação ambiental: a dinâmica de abordagem destes conteúdos justifica-se na dinâmica do curso pela necessidade de conscientizar os alunos quanto à importância do meio ambiente [...]. [...] na dinâmica do curso pela necessidade de conscientizar os alunos quanto à importância do meio ambiente e à realização sustentável [...].
Matriz curricular do curso	Ética e sociedade [...] Ética e direitos humanos. Meio ambiente e ética. Direito Ambiental, Educação Ambiental. Contextualização da crise ambiental. Princípios estruturantes do Direito Ambiental. Matéria Constitucional Ambiental. Competência Ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente. [...]. Ambiente, esporte, saúde e sociedade: contexto ambiental; transformação geográfica do meio ambiente [...]. Componente curricular complementar I, contexto ambiental; transformação geográfica do meio ambiente para a prática esportiva [...]. Hidrologia: noções de ecologia e meio ambiente. [...].

Fonte: elaborado a partir dos PPCs da Unoesc.

A produção artística teve destaque em 16 momentos, com a preocupação evidenciada no perfil profissional do egresso e nas várias passagens na matriz curricular do curso.

Quadro 42 - Análise da expressão “artística”

ARTÍSTICA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Perfil profissional do egresso	Proporcionar ao egresso espaço para socialização e divulgação de contribuições à sociedade (conquistas, premiações e produção artística e literária).

ARTÍSTICA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Matriz curricular do curso	Análise crítica e histórica da arquitetura: principais produções artísticas, [...].
	História e teoria da arquitetura e da cidade I: estudo e análise da produção artística [...].
	Estética I: teoria estética [...] Percepção do objeto artístico e arquitetônico. [...].
	História e teoria da arquitetura e da cidade II: estudo e análise da produção artística [...].
	História e teoria da arquitetura e da cidade III: estudo e análise da produção artística, arquitetônica e urbanística do século XV ao final do século XIX [...].
	História e teoria da arquitetura e da cidade IV: estudo e análise da produção artística, arquitetônica e urbanística do século XX. [...].
	História e teoria da arquitetura e da cidade V: estudo dos antecedentes, da formação e evolução histórica da arquitetura e das cidades brasileiras [...] a Missão artística francesa e suas consequências [...].
	Ginástica artística: exercícios sintéticos e analíticos. Formações e evoluções [...].

Fonte: elaborado a partir dos PPCs da Unoesc.

A diversidade também é uma expressão contemplada nos projetos pedagógicos. Foram 49 citações, que também têm destaque nos objetivos, no perfil do egresso, na matriz curricular e com destaque na formação para a Responsabilidade Social.

Quadro 43 - Análise da expressão "diversidade"

DIVERSIDADE	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Objetivos	Proporcionar formação técnica e humanística, que estimule os profissionais a lidarem de forma isonômica e efetiva com a diversidade social e com os aspectos da cultura organizacional.
	Refletir acerca da diversidade de padrões de saúde, beleza e estética corporal que existe nos diferentes grupos sociais, compreendendo sua inserção na cultura em que são produzidos, analisando criticamente os padrões divulgados pela mídia.

DIVERSIDADE	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Perfil profissional do egresso	Oportunizar a pesquisa na área de estudos científicos no esporte e nas atividades físicas, bem como refletir acerca da diversidade de padrões de saúde [...].
Formação para Responsabilidade Social	[...] Contribuir para que o acadêmico construa conhecimentos e desenvolva valores e atitudes de valorização e respeito à diversidade. Conceitos de trabalho, suas relações sociais e abordagens sociológicas. O poder nas organizações. Estudos da diversidade cultural.
Matriz curricular do curso	Ética e sociedade, conceituação (ética x moral). Fundamentos históricos e filosóficos. Doutrinas éticas. Conflitos éticos da sociedade atual. Ética e cidadania no Brasil. Ética da diferença (diversidade) [...]. Direito I, [...] questões relativas às relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira com vistas ao respeito à diversidade cultural. Sociologia [...] o poder nas organizações. Estudos da diversidade cultural. Antropologia, as origens da humanidade. O surgimento do homem. O modo de vida dos povos primitivos. O nascimento da cultura. A cultura e a diversidade [...]. Deontologia: noções de direitos humanos. Ética e direito. Diversidade [...]. Estudos étnico-raciais: a sociedade brasileira: cultura, estado, etnias, diversidade e direitos humanos [...].

Fonte: elaborado a partir dos PPCs da Unoesc.

A preocupação com o desenvolvimento local-regional econômico teve 21 citações, com ênfase nos objetivos, no perfil profissional do egresso e na matriz curricular dos projetos pedagógicos. Nesse sentido, demonstra alinhamento estreito com os princípios centrais da Unoesc, considerando ser uma IES comunitária, que tem como elemento promotor da sua criação, contribuir para o desenvolvimento local e regional da região de atuação.

Quadro 44 - Análise da expressão "desenvolvimento local-regional econômico"

DESENVOLVIMENTO LOCAL-REGIONAL ECONÔMICO	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Objetivos	Aplicar ações educativas que venham a estimular o desenvolvimento regional no que se refere à democratização das informações, do saber especializado e da cultura acadêmica referente à educação humana, à cultura corporal do movimento humano e ao lazer.
Perfil profissional do egresso	[...] Empreender e inovar em sua área de atuação, contribuindo para o desenvolvimento regional e de toda a sociedade. Atuar de forma comprometida no desenvolvimento regional e da inclusão digital.
Matriz curricular do curso	Planejamento e desenvolvimento urbano II, estudos e práticas instrumentais do planejamento regional; avaliação de impactos ambientais da urbanização, industrialização e de equipamentos regionais; desenvolvimento regional. Gestão e Ciências do ambiente: noções sobre ecologia e fontes de poluição. Análises econômicas dos recursos renováveis e não renováveis. O controle ambiental e o desenvolvimento econômico [...]

Fonte: elaborado a partir dos PPCs da Unoesc.

Quadro 45 - Análise da expressão "Responsabilidade Social"

RESPONSABILIDADE SOCIAL	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Objetivos	Incentivar o autodesenvolvimento, a postura ética e a Responsabilidade Social. Promover a reflexão sobre a conduta profissional ética e o senso de Responsabilidade Social e ambiental.
Perfil profissional do egresso	Internalizar valores de Responsabilidade Social, justiça e ética profissional. Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas pela legislação específica, revelando domínio adequado dos diferentes modelos organizacionais com internalização, valores de justiça e Responsabilidade Social. Atuação comprometida com a humanização da sociedade e com o trabalho pautado na ética, no humanismo, na cooperação, na segurança e na Responsabilidade Social.

RESPONSABILIDADE SOCIAL	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Formação para Responsabilidade Social	<p>Responsabilidade Social configura-se como um tema atual nos mais diversos setores da sociedade. As instituições de ensino superior se propõem a formar profissionais qualificados na sua área, capazes de se atualizar e de usar a sua competência técnica com ética e Responsabilidade Social, o que se caracteriza propriamente como um conhecimento, uma atitude que se desenvolve no convívio com outros, em que se conhecem diversos pontos de vista, ou seja, se conhece o mundo sob o ponto de vista do outro. É importante reconhecer que a Responsabilidade Social [...].</p> <p>[...] mediante o compromisso com o desenvolvimento de um perfil de profissional cuja formação garante a internalização de valores, ideias e convicções pautadas na Responsabilidade Social [...].</p>
Matriz curricular do curso	<p>Sustentabilidade nas organizações: desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Dimensões da sustentabilidade. Responsabilidade Social no ambiente [...].</p> <p>Administração: conceito de administração. Evolução e teorias. Processo administrativo: planejamento, organização, direção, controle. Gestão Organizacional. Cultura e ambiente organizacional. Gestão de pessoas. Ética e Responsabilidade Social. [...].</p> <p>Intervenção e Saúde II – Trabalho: evolução histórica do campo de atuação da Psicologia do Trabalho. Significado do trabalho e a construção da identidade social do sujeito. Qualidade de vida no trabalho. Responsabilidade Social [...].</p>

Fonte: elaborado a partir dos PPCs da Unoesc.

A “inclusão social” é uma expressão com citações nos objetivos, no perfil profissional do egresso e na matriz curricular. São 35 momentos que reforçam a preocupação da Unoesc com a formação acadêmica responsável com a inclusão social da comunidade, por meio da formação e dos projetos que desenvolve.

Quadro 46 - Análise da expressão “inclusão social”

INCLUSÃO SOCIAL	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Objetivos	Formar profissionais capacitados para promover o processo de inclusão digital.

INCLUSÃO SOCIAL	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Perfil profissional do egresso	Atuar de forma comprometida no desenvolvimento regional e da inclusão digital.
Matriz curricular do curso	Educação física e inclusão, construção histórica dos direitos humanos; a visão sociológica, filosófica e jurídica dos direitos humanos. [...]. Psicologia e pessoas com deficiência, evolução do conceito de deficiência. Estigmas e práticas sociais de inclusão. A intervenção do psicólogo frente às pessoas com deficiência [...].

Fonte: elaborado a partir dos PPCs da Unoesc.

Os elementos relacionados aos “direitos humanos” têm espaço consolidado na matriz curricular dos cursos. Faz-se presente em 91 momentos, demonstração clara que reforça a preocupação da Unoesc com a consolidação da formação acadêmica responsável e consciente com os pressupostos que garantem as demandas básicas dos seres humanos, elevando a necessidade de melhoria da qualidade de vida das pessoas com vistas à oferta da garantia dos direitos humanos na sua comunidade.

Quadro 47 - Análise da expressão “direitos humanos”

DIREITOS HUMANOS	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Matriz curricular do curso	Ética e sociedade, conceituação (ética x moral). Fundamentos históricos e filosóficos. Doutrinas éticas. Conflitos éticos da sociedade atual. Ética e cidadania no Brasil. Ética da diferença (diversidade cultural). Arqueologia da ética brasileira. Ética e direitos humanos [...]. Política e planejamento habitacional, Revolução Industrial, grandes cidades e a questão habitacional. Pensamento social e propostas habitacionais no século XIX. Direitos humanos [...]. Ética, legislação e exercício profissional na arquitetura, noções de ética e direitos humanos [...].

DIREITOS HUMANOS	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Matriz curricular do curso	<p>Ciência política (teoria geral do estado). Ciência Política: conceito, objeto e método. Temas de Ciência Política: democracia, partidos políticos e sistemas eleitorais. História do Pensamento Político: principais correntes e autores. Teoria Geral do Estado: conceito, origem e história do Estado. Elementos constitutivos do Estado. Formas de Estado. Configurações do Estado de Direito. Funções e poderes do Estado. Forma, sistema e regime de governo. O Estado e a garantia dos direitos humanos [...].</p> <p>Direitos humanos e democracia. A construção histórica dos direitos humanos [...].</p> <p>Políticas de saúde, cidadania, movimentos sociais e a construção de uma sociedade democrática, saúde e direitos humanos. Políticas de saúde do Estado brasileiro. O processo de construção do SUS [...].</p> <p>Educação em direitos humanos, conceito e fundamentos históricos dos direitos humanos. Cidadania e democracia. Direitos civis e políticos. A efetivação dos direitos humanos numa sociedade desigual. Movimentos sociais e direitos humanos [...].</p> <p>Educação física e inclusão, construção histórica dos direitos humanos; a visão sociológica, filosófica e jurídica dos direitos humanos [...].</p> <p>Educação física e saúde coletiva, saúde e direitos humanos, construção histórica dos direitos humanos; a visão sociológica, filosófica e jurídica dos direitos humanos [...].</p> <p>Deontologia, ética e disciplina profissional (ética x moral). Normas e legislação profissional (sistema profissional). Remuneração profissional. Exercícios e campo de trabalho profissional. Direitos humanos; construção histórica dos direitos humanos; a visão sociológica, filosófica e jurídica dos direitos humanos.</p> <p>Estudos étnico-raciais, a sociedade brasileira: cultura, estado, etnias, diversidade e direitos humanos [...].</p> <p>Psicologia das políticas públicas e direitos humanos. Atuação do Psicólogo nas políticas públicas e direitos humanos. As políticas públicas: conceituação e caracterização. A esfera pública estatal e não estatal. Os direitos humanos individuais, sociais, transgeracionais. Avaliação de risco a partir dos direitos humanos.</p> <p>Direito, conceituação e construção histórica dos direitos humanos; a visão sociológica, filosófica e jurídica dos direitos humanos; os direitos [...].</p>

Fonte: elaborado a partir dos PPCs da Unoesc.

A “igualdade étnico-racial” é outro aspecto que tem espaço para a construção formativa, previsto no perfil profissional do egresso e na matriz curricular dos cursos. Em 24 citações, tem o reconhecimento das discussões e desenvolvimento de estudos que permitem consolidar uma posição formativa distante de preconceitos e que valoriza a harmonia entre os povos.

Quadro 48 - Análise da expressão "igualdade étnico-racial"

IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Perfil profissional do egresso	Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. O curso de Arquitetura e Urbanismo apresenta, em sua estrutura curricular, conteúdos relativos às relações étnico-raciais e da cultura afro-brasileira e africana, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais [...].
Matriz curricular do curso	Estudos étnico-raciais. A sociedade brasileira: cultura, estado, etnias, diversidade e direitos humanos. Desigualdades e contradições sociais. Etnociência e Novos Direitos.

Fonte: elaborado a partir dos PPCs da Unoesc.

A internacionalização/mobilidade acadêmica se apresenta na matriz curricular dos cursos e reforça uma postura estratégica da Unoesc, visto estar entre os objetivos estratégicos da IES. São 16 momentos que apresentam a preocupação da Universidade que vai além de conteúdos específicos, oportuniza a mobilidade de estudantes e professores, favorecendo a troca de experiências e cultura, contribuindo para a inclusão social e a produção artística e cultural.

Quadro 49 - Análise das expressões "internacionalização/mobilização acadêmica"

INTERNACIONALIZAÇÃO/MOBILIZAÇÃO ACADÊMICA	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Matriz curricular do curso	Comércio exterior, conceitos de comércio exterior. A globalização dos mercados e a internacionalização das empresas. Teorias de internacionalização. Modos de entrada. Como entrar e operar nos mercados internacionais. Noções de contabilidade internacional, contabilidade e seu ambiente no Brasil. Diferenças internacionais na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Harmonização de padrões contábeis internacionais e os principais organismos mundiais e regionais responsáveis pela internacionalização da contabilidade [...].

Fonte: elaborado a partir dos PPCs da Unoesc.

A expressão “sustentabilidade” tem ampla discussão nos projetos pedagógicos em 37 momentos. Tem destaque no perfil profissional do egresso, na matriz curricular dos cursos e na seção específica na formação para a Responsabilidade Social. Há evidências da preocupação institucional com a formação e o desenvolvimento com o viés da sustentabilidade, cultivando o equilíbrio entre as questões ambientais, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social.

Quadro 50 - Análise da expressão “sustentabilidade”

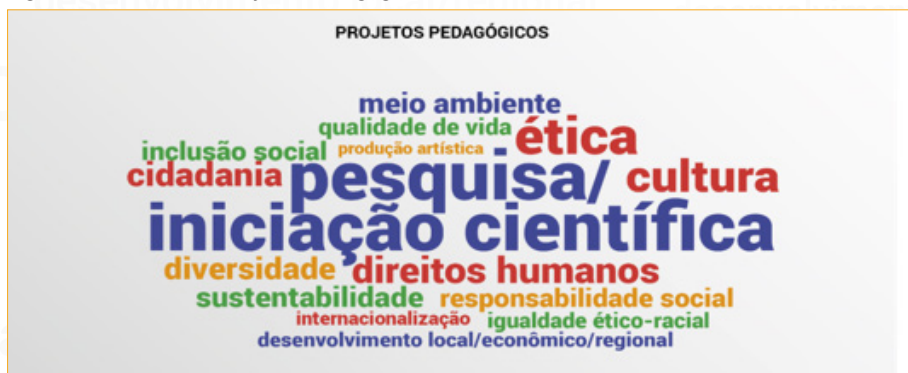
SUSTENTABILIDADE	
SEÇÃO DO PDI	TEXTO
Perfil profissional do egresso	Considerar ações de preservação da paisagem, de avaliação dos impactos ambientais e da sustentabilidade em sua atuação profissional.
Formação para Responsabilidade Social	Políticas de educação ambiental. O curso de Administração busca integrar em seu currículo questões relativas à educação ambiental e sustentabilidade, [...].
Matriz curricular do curso	<p>Sustentabilidade nas organizações: desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Dimensões da sustentabilidade. Responsabilidade Social no ambiente organizacional. Indicadores para a gestão e avaliação da sustentabilidade organizacional.</p> <p>Sustentabilidade aplicada às organizações públicas, privadas e não governamentais. Ética e sustentabilidade. [...].</p> <p>Ambiente, esporte, saúde e sociedade: contexto ambiental; transformação geográfica do meio ambiente para a prática esportiva e promoção da saúde; cultura, sociedade, esporte, saúde e educação ambiental; a história humana e o impacto antrópico; movimento ambientalista, esporte e as questões contemporâneas; conservação e sustentabilidade no esporte [...].</p> <p>Componente curricular complementar I, contexto ambiental; transformação geográfica do meio ambiente para a prática esportiva e promoção da saúde; cultura, sociedade, esporte e educação ambiental; a história humana e o impacto antrópico; movimento ambientalista, esporte e as questões contemporâneas; conservação e sustentabilidade no esporte [...].</p> <p>Gestão e Ciências do ambiente, [...] Movimento ambientalista e as questões contemporâneas; conservação e sustentabilidade.</p> <p>Ambiente e sociedade, contexto ambiental; aspectos históricos da construção dos ambientes; [...] cultura, sociedade e educação ambiental; a história humana e o impacto antrópico; movimento ambientalista e as questões contemporâneas; conservação e sustentabilidade.</p>

Fonte: elaborado a partir dos PPCs da Unoesc.

Os dados analisados nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação demonstram, em medida considerável, que a RSU é um elemento presente nas estruturas curriculares e, por conseguinte, no perfil formativo do seu egresso.

A consolidação da análise dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação está representada na nuvem de tags, que, de acordo com a preponderância em que as palavras apareceram nos documentos, ganham destaque a partir da representação do tamanho das letras. Tem-se a intenção de demonstrar a efetividade e concretude da RSU por meio desse grupo de palavras, o que de fato é confirmado, com mais intensidade, pelo número de vezes que as palavras aparecem durante a análise, observando que todas as palavras foram evidenciadas nos documentos.

Figura 9 - Análise dos Projetos Pedagógicos



Fonte: elaborado a partir dos PPCs da Unoesc.

5.8 CATEGORIA 4: ANÁLISE CONFIRMATÓRIA DA TESE

Considerando os elementos analisados no corpus investigativo deste trabalho: Documentos Institucionais – missão, visão, valores, PDI, PPI, Sinaes e nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação – é possível aferir que a tese: A Universidade do Oeste de Santa Catarina contempla a

Responsabilidade Social Universitária de acordo com o que preconiza o Sinaes em seus documentos: PDI, Balanço Social e nos Projetos pedagógicos dos cursos de graduação que oferece no Campus de Chapecó, SC, por meio da articulação da tríplice missão universitária: o ensino, a pesquisa e a extensão, além de encontrar sustentação confirmatória em vários elementos contidos e analisados no corpus investigativo.

Nesse sentido, apresenta-se a seguir um grupo de cinco evidências que se somam aos dados já analisados e corroboram a respectiva confirmação da tese deste estudo.

Figura 10 - Evidências para confirmação da tese

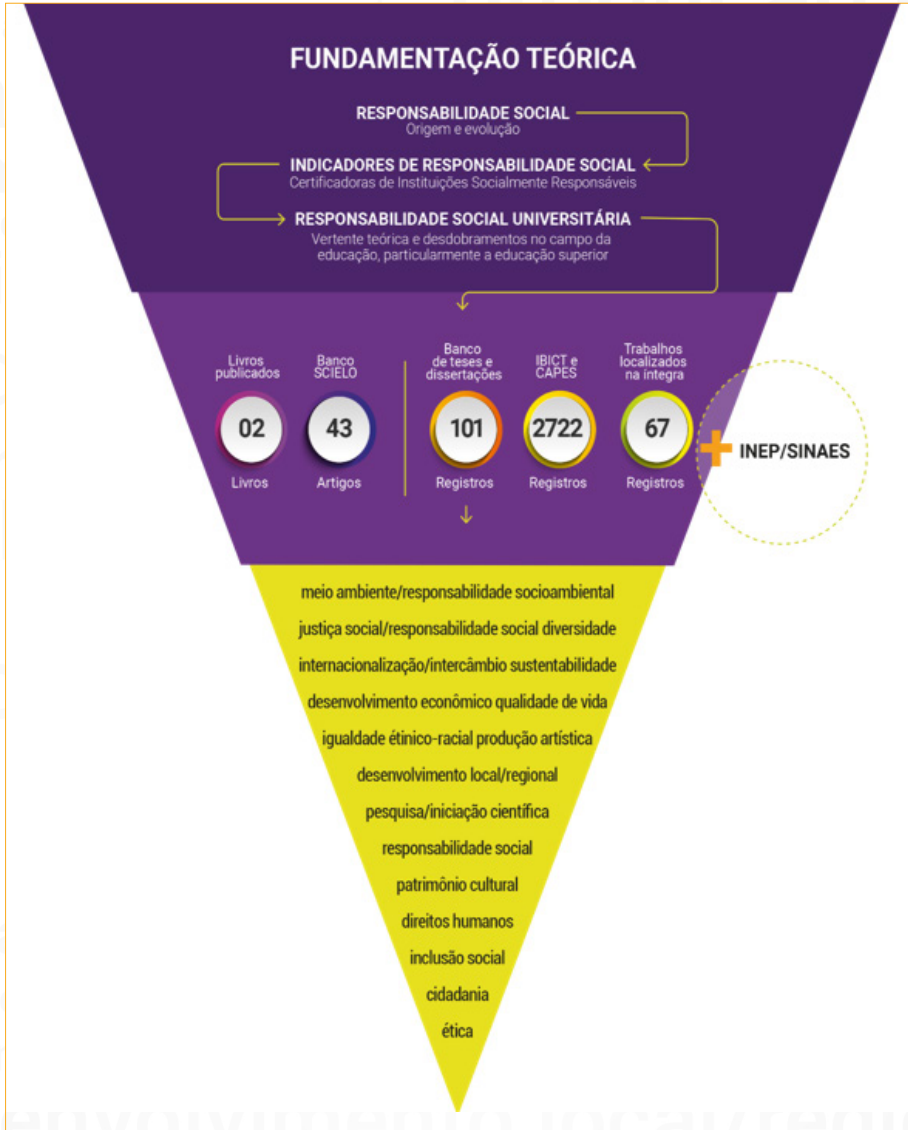


Fonte: o autor.

5.9 EVIDÊNCIA CONFIRMATÓRIA 1: REFERENCIAL TEÓRICO

A análise teórica que sustenta a confirmação desta tese teve o seguinte desdobramento, representado na Figura 11.

Figura 11 - Análise teórica que sustenta a confirmação da tese



Fonte: o autor.

Os fundamentos que sustentam a análise desta tese, passaram pelos elementos basilares da Responsabilidade Social e seus indicadores de Responsabilidade Social, chegando até a Responsabilidade Social Universitária. Destaca-se o levantamento criterioso das referências

em livros, artigos, dissertações e teses, elementos que justificam, amplamente, a relevância científica e subsidiam a análise desta pesquisa. Complementarmente, foram levantados os elementos contidos no Sinaes. Residualmente, foi identificado o grupo de palavras-chave que se efetivou ao longo da análise, oferecendo amplo suporte para afirmar a concretização da RSU na Unoesc.

Ao longo do estudo, constatou-se que o referencial teórico que aborda a temática da RSU apresenta vertentes complementares para esse conceito. Essa constatação, da falta de uma conceituação definitiva, porém feita de olhares complementares, alicerçou a busca da junção dos principais autores da área e seus preceitos teóricos para extrair o conjunto de expressões-chave que levassem até uma visão abrangente e mais próxima da realidade do que é a RSU. Nesse sentido, foram consideradas as vertentes teóricas de Jimenez, Calderón, Wagenberg, Kliksberg, Vallaey's e Carrizo, que sustentam os preceitos conceituais atuais da RSU.³⁰⁸

Vallaey's defende uma nova dinâmica universitária, permeando três fatores:

Figura 12 - Dinâmica universitária (três fatores)

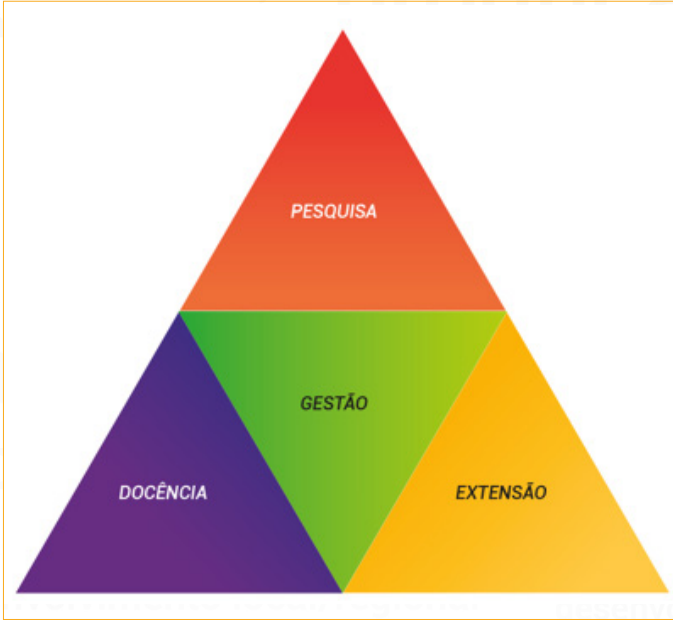


Fonte: elaborada com base em Vallaey's (2006).

Jimenez, por meio de quatro processos considerados chave:

³⁰⁸ JIMENEZ, 2006; CALDERÓN, 2000, 2003, 2004, 2005, 2006; WAGENBERG, 2006; KLIKSBERG, 2006; VALLAEYS, 2006; CARRIZO, 2006.

Figura 13 - Dinâmica universitária (quatro fatores)



Fonte: elaborada com base em Jimenez (2006).

Vallaey sugere quatro linhas de ações institucionais para sua efetivação:

Figura 14 - Dinâmica universitária (quatro linhas)



Fonte: elaborada com base em Vallaey (2006).

Segundo os autores mencionados, a RSU exige das universidades a articulação dos diversos setores da instituição no sentido de promover a produção de saberes por meio de princípios éticos, de desenvolvimento social equitativo e sustentável, para a formação de profissionais cidadãos, alicerçada pela gestão, docência, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, os preceitos teóricos, evidenciados pelas expressões-chave identificados no Sinaes, PDI e nos projetos de cursos, remontam que *é possível perceber, claramente, que a Unoesc confirma sua atuação e efetividade com a RSU, seguindo os quatro processos institucionais que sustentam a RSU:*

1) Gestão interna: restou evidente por meio da análise acurada e profunda da missão, visão e valores institucionais a postura comunitária, ética, socialmente responsável, democrática e transparente da Unoesc. Elementos que foram comprovados no PDI 2013-2017 em que se enfatizam, por inúmeras passagens na sua estrutura, a postura socialmente responsável da Unoesc em suas diretrizes e políticas institucionais, fatores que influenciam diretamente a gestão da Instituição.

2) Docência: a análise do PDI traz na sua estrutura o projeto pedagógico institucional (PPI). Nesse documento, anexo ao PDI, evidencia-se, com muita ênfase, a preocupação pedagógica com os processos de ensino e aprendizagem, que orienta uma postura docente com princípios voltados para a RSU. Esses princípios, palavras e termos-chave utilizados para a análise, também foram amplamente observados nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, elementos que determinam o papel docente em aula. Nesse aspecto, surgem iniciativas pedagógicas que permitem a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visto o direcionamento político institucional devidamente orientado e consolidado nos documentos institucionais analisados.

3) Pesquisa: na pesquisa, os elementos-chave da RSU também se fazem presentes nos objetivos do PDI, nas diretrizes e políticas institucionais de fomento a projetos com fins de desenvolvimento social, utilizando estratégias integradas à comunidade com viés na resolução de problemas locais.

4) Projetos sociais: nesse aspecto, a análise do Balanço Social 2013-2017 evidencia um número expressivo de projetos de alcance social, que estão para além dos limites físicos da Instituição, atendendo anualmente milhares de pessoas, fomentando a inclusão social, mantendo um relacionamento estreito com a comunidade. Projetos dessa natureza beneficiam toda a comunidade acadêmica, sendo um laboratório para as práticas acadêmicas, por meio do ensino, da pesquisa e das atividades de extensão.

5.10 EVIDÊNCIA CONFIRMATÓRIA 2: CUMPRIMENTO DA LEI DO SINAES

A análise aprofundada do que preconiza o Sinaes, particularmente o Eixo 2: Dimensões 1 e 3: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e a Responsabilidade Social da Instituição, respectivamente, demonstrou com propriedade que o PDI da Unoesc vai além dos elementos exigidos e avaliados pelo Sinaes. Evidencia-se, portanto, que a Unoesc, sob a ótica do Sinaes, efetiva a RSU, visto que:

Missão, Visão e Valores institucionais, metas e objetivos do PDI estão coerentes com os objetivos institucionais e as práticas de gestão que demonstram o comprometimento institucional com o cumprimento da RSU.

Há coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, em que estão contidos elementos que alimentam os objetivos, as diretrizes e políticas institucionais para a RSU.

Há coerência entre o PDI e as práticas de extensão, comprovadamente demonstradas pelos objetivos, pelas diretrizes, políticas e projetos sociais desenvolvidos e evidenciados no Balanço Social 2013-2017.

Há coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural, também evidenciada nos objetivos, nas diretrizes e políticas institucionais e nos dados do Balanço Social 2013-2017.

Há coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural. Do mesmo modo, são demonstrados nos objetivos, diretrizes e políticas institucionais e comprovados no Balanço Social 2013-2017.

Há coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social. Nesse âmbito, demonstra-se o compromisso social da Unoesc por meio da sua missão, visão, valores, objetivos, diretrizes e políticas institucionais, que são amplamente demonstradas no Balanço Social 2013-2017.

Há coerência entre o PDI e ações de Responsabilidade Social, inclusão social, ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial e internacionalização. São demonstrados nos objetivos, diretrizes e políticas institucionais e confirmados pelos dados apresentados do Balanço Social 2013-2017.

5.11 EVIDÊNCIA CONFIRMATÓRIA 3: PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

No que tange à análise dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, constatou-se que a RSU tem marcas transversais nas principais seções dos respectivos projetos. Percebe-se, claramente, o alinhamento dos projetos dos cursos com as diretrizes e políticas institucionais previstas no PDI.

Objetivos: demonstra a preocupação institucional com a expectativa formativa que os cursos de graduação oferecem, compreendendo que, além do desenvolvimento de competências e habilidades técnicas inerentes a cada curso e profissão relacionada, empreende esforços e direcionamento para a formação cidadã e socialmente responsável. Permeia essa preocupação o incentivo para o autodesenvolvimento, a postura ética e a Responsabilidade Social e ambiental. Outro elemento que se destaca é a preocupação com o desenvolvimento econômico regional, que permite a ampliação de oportunidades de emprego e renda.

Perfil do egresso: entre muitos aspectos, o que se destaca na análise dos projetos pedagógicos dos cursos é a preocupação com a internalização de valores de justiça, de Responsabilidade Social, de humanismo e ética. A formação deverá contemplar capacidades e conhecimentos para fomentar o desenvolvimento econômico regional, elemento que está diretamente orientado pela Missão e Visão da Unoesc visto no seu PDI.

Formação para Responsabilidade Social: se trata de uma seção obrigatória em todos os projetos pedagógicos dos cursos de graduação. Além das expressões-chave da RSU, identificadas por esta tese, permearem transversalmente os respectivos projetos, encontra-se em destaque nos projetos a seção "Formação para a Responsabilidade Social". Nesta estão contidas as diretrizes curriculares para esse fim, orientando como deve ocorrer essa formação em componentes curriculares específicos e na transversalidade, em atividades de ensino, pesquisa e de extensão. Oferece suporte e orientação para a integração entre a comunidade e a Unoesc por meio de atividades acadêmicas que visem à pesquisa de problemáticas regionais.

Matriz curricular dos cursos: sem exceção, as matrizes curriculares apresentam estreita relação com a RSU. Além de conteúdos específicos contemplados de forma transversal em toda a trajetória formativa dos cursos, os projetos atendem à oferta de componentes curriculares

específicos, que dão conta amplamente dos elementos que constituem a estrutura formativa para a RS.

5.12 EVIDÊNCIA CONFIRMATÓRIA 4: DADOS PRIMÁRIOS DA COMUNIDADE ACADÊMICA

Complementarmente aos dados analisados do corpus investigativo, acrescentam-se aqui dados de uma pesquisa exploratória e descritiva, portanto, de caráter quantitativo e qualitativo.³⁰⁹ A pesquisa teve como objetivo analisar a percepção da efetividade da RSU na Unoesc sob o olhar dos seus colaboradores diretos: dirigentes, coordenadores, professores e técnicos administrativos. Trata-se de um estudo de caso que se coaduna perfeitamente com o objeto central desta tese, pois apresenta relação direta com os pressupostos levantados no percurso metodológico central, que visa à constatação da efetividade e concretude da RSU por meio dos documentos oficiais da Unoesc.

Os dados foram coletados por meio de um questionário aplicado a, aproximadamente, 991 professores, 22 dirigentes, 117 coordenadores e 732 técnicos administrativos, utilizando a ferramenta Google Forms. A pesquisa foi realizada entre os dias 21 de março de 2017 e 10 de abril do mesmo ano. O referido questionário foi adaptado de Nascimento³¹⁰, considerando as características das IES comunitárias, visto seu viés de compromisso social, característica particular da sua concepção e desenvolvimento. A obtenção dos respectivos critérios tem suporte no artigo 3º, inciso III da Lei n. 10.861/2004, que instituiu o Sinaes, e nas abordagens teóricas desenvolvidas por La Jara, Calderón, Rolim, Wagenberg, Kliksberg e Vallaeys.³¹¹ Nesse sentido, estão contemplados nessa abordagem os seguintes critérios e subcritérios:

³⁰⁹ VERGARA, 2013.

³¹⁰ NASCIMENTO, 2014.

³¹¹ LA JARA, 2006; CALDERÓN, 2006; ROLIM, 2009; WAGENBERG, 2006; KLIKSBERG, 2006; VALLAEYS, 2006.

- 1) Inclusão social: a infraestrutura de acessibilidade na Universidade para docentes, discentes, técnicos administrativos e a comunidade em geral com necessidades especiais; a ergonomia adequada dos móveis e equipamentos para os portadores de necessidades especiais; a existência de profissionais especializados em Língua brasileira de sinais (Libras) para o atendimento aos portadores de necessidades especiais; as ações para integração da universidade com o setor público, setor produtivo e o mercado de trabalho; a ocupação das vagas oferecidas pela universidade pelos estudantes da região; ações de comprometimento com os valores éticos e morais.
- 2) Desenvolvimento econômico: os projetos de pesquisa em parceria com o setor produtivo; as inovações tecnológicas provenientes das pesquisas executadas; os impactos financeiros provenientes no município; o uso de metodologias para o estímulo ao desenvolvimento das habilidades empreendedoras.
- 3) Desenvolvimento social: a execução de programas de inclusão social e ações afirmativas; a política de incentivo à educação continuada para a comunidade universitária e para egressos dos cursos.
- 4) Defesa do meio ambiente: os projetos pedagógicos dos cursos (PPCs) com abordagens na preservação do meio ambiente; a política institucional de coleta seletiva de lixo e os cuidados necessários com o destino final dos resíduos sólidos produzidos pela Instituição; a existência de projetos de extensão para promover e disseminar as boas práticas de gestão ambiental.
- 5) Defesa do patrimônio e memória cultural: a realização de cooperação técnica, eventos culturais e projeto de extensão para valorização, resgate e manutenção do acervo histórico, da cultura regional, do estímulo à leitura e da compreensão; da preservação do acervo histórico e do patrimônio cultural; dos recursos orçamentários para a manutenção das ações de defesa da memória cultural e patrimonial.
- 6) Defesa da produção artística: política institucional de apoio às produções artísticas culturais, realizações de eventos e projetos

de extensão de estímulo à arte; a disponibilidade de recursos orçamentários para a manutenção das ações das produções artísticas.

- 7) Defesa da produção esportiva e saúde: a existência de infraestrutura para práticas esportivas e exercícios físicos dos docentes, discentes e técnicos administrativos; a existência de profissionais especializados para o atendimento nas práticas desportivas, nos exercícios físicos e no uso dos equipamentos; a disponibilidade de recursos orçamentários para a realização de eventos esportivos, participação em torneios, campeonatos, como também da promoção à saúde.
- 8) Organização administrativa: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional.

A Figura a seguir demonstra a interface entre os critérios para dar conta da Responsabilidade Social Universitária.

Figura 15 - Interface Responsabilidade Social Universitária



Fonte: adaptada de Nascimento (2014).

Tais dimensões são amplamente discutidas e difundidas como elementos essenciais para a verificação da efetividade da Responsabilidade Social Universitária, permitindo que a análise correlata entre os critérios determine a verificação mais acurada dessa temática para as universidades comunitárias. Os dados foram analisados a partir da tabulação da pesquisa, utilizando-se o programa Excel, gerando gráficos e textos que foram aferidos por meio da estatística descritiva, perfazendo, assim, o caminho quantitativo e qualitativo da análise.

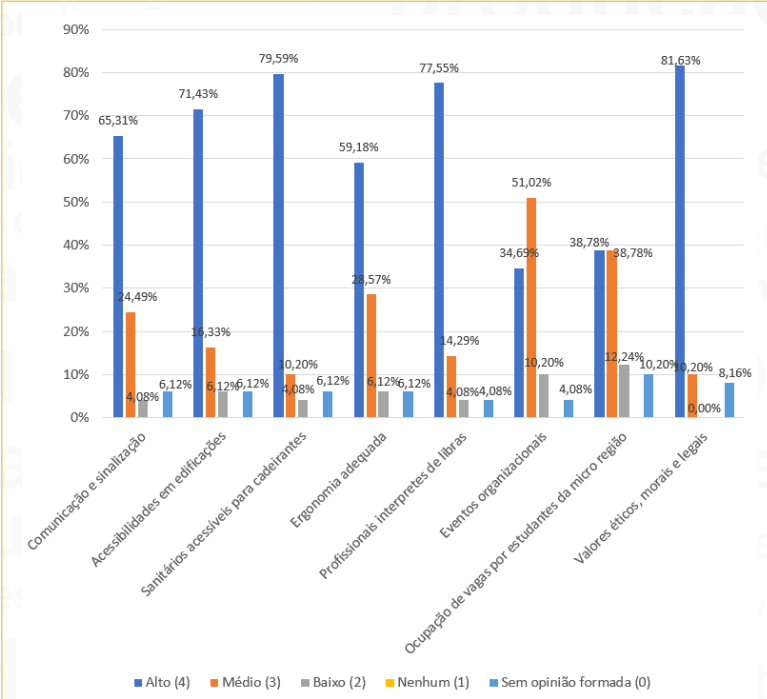
O campo de investigação utilizado foi a Unoesc, Instituição reconhecidamente de utilidade pública, que trabalha em prol da coletividade; entidade filantrópica que permite conceder benefícios, como bolsas de estudo e modalidades de assistência social, sendo considerada de referência no Estado de Santa Catarina em formar pessoas, produzir conhecimento e oferecer extensão e serviços, promovendo o desenvolvimento institucional e regional.

Os dados analisados tiveram origem no universo de, aproximadamente, 991 professores, 22 dirigentes, 117 coordenadores de cursos e 732 técnicos administrativos. Responderam ao questionário: 6,1% dos professores, 51% dos dirigentes, 37% dos coordenadores de cursos e 10,2% dos técnicos administrativos.

A seguir, apresenta-se a percepção dos respondentes com relação às dimensões que compreendem os fatores que dimensionam a efetividade da Responsabilidade Social Universitária na IES comunitária pesquisada: 1) Inclusão social; 2) Desenvolvimento econômico; 3) Desenvolvimento social; 4) Defesa do meio ambiente; 5) Defesa do patrimônio e memória cultural; 6) Defesa da produção artística; 7) Defesa da produção esportiva e saúde e 8) Organização administrativa.

O Gráfico 11, apresenta o critério 1, Inclusão social, que tem por definição fazer referência à inserção de pessoas com algum tipo de deficiência na educação superior.

Gráfico 11 - Inclusão social

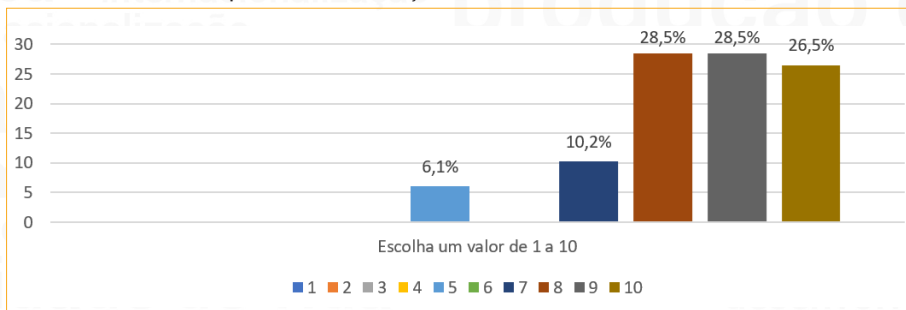


Fonte: o autor.

Na escala de 1 (nenhum), 2 (baixo), 3 (médio), 4 (alto) e sem opinião foi extraída a seguinte mensuração dos respondentes com relação aos subcritérios: foram muito bem avaliados, com mensuração em torno do máximo (4): comunicação e sinalização; acessibilidade em edificações; sanitários acessíveis para cadeirantes; ergonomia adequada; profissionais intérpretes de Libras e valores éticos, morais e legais. Com relação a eventos organizacionais, a avaliação foi média (3); sobre a ocupação de vagas por estudantes da microrregião, a avaliação ficou entre médio (3) e alto (4).

Complementarmente ao critério 1, Inclusão social, foi questionado sobre o peso desse critério para o processo de avaliação da Universidade na dimensão da Responsabilidade Social, representado no Gráfico 12, a seguir:

Gráfico 12 - Critério no processo de avaliação da Universidade

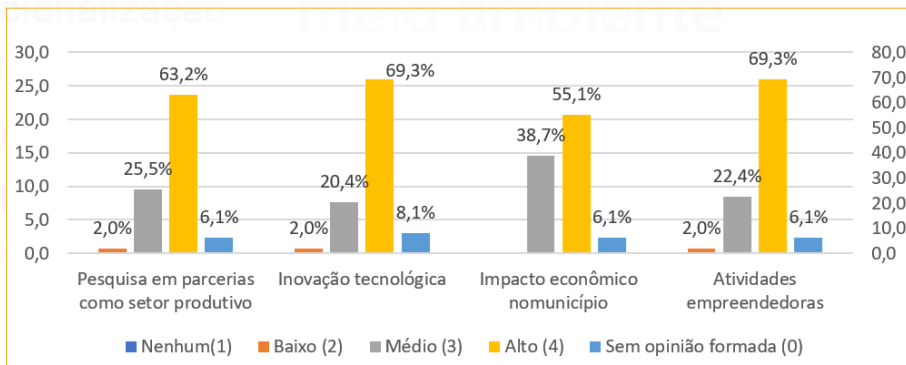


Fonte: o autor.

Evidencia-se que há uma forte preocupação e percepção de importância desse critério para a avaliação da Universidade, haja vista a concentração dos respondentes estar, em sua maioria, orbitando a escala entre 8, 9 e 10, em que são apontados os pesos mais altos dessa análise.

O critério 2, Desenvolvimento econômico, caracteriza-se pelo desempenho macroeconômico, financeiro e pelos impactos no consumo de recursos materiais e uso de energia. Está relacionado com os objetivos de eficiência dos processos produtivos e com as alterações de consumo, orientado a uma reprodução econômica sustentável em longo prazo e foi avaliado com os seguintes subcritérios.

Gráfico 13 - Desenvolvimento econômico

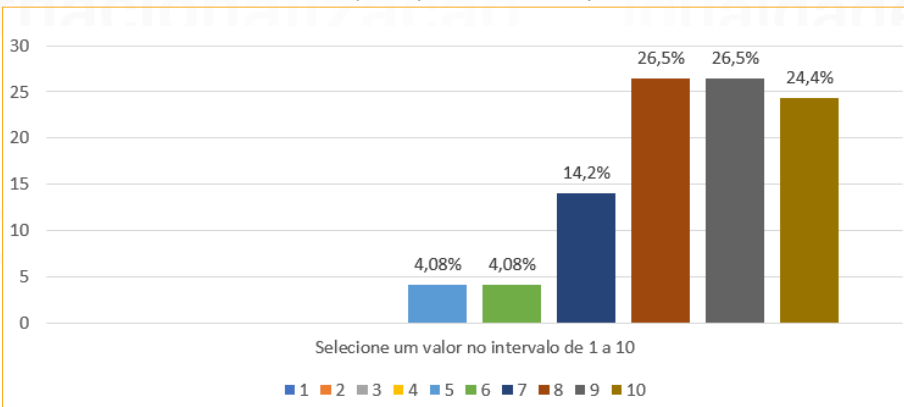


Fonte: o autor.

Nesse aspecto, os dados demonstram a forte inclinação da comunidade acadêmica respondente em reconhecer com alto (4) grau de importância os subcritérios: pesquisa em parcerias com o setor produtivo; inovação tecnológica; impacto econômico no município e atividades empreendedoras.

Complementarmente ao critério 2, Desenvolvimento econômico, foi questionado sobre o peso desse critério para o processo de avaliação da Universidade na dimensão da Responsabilidade Social, representado no Gráfico 14:

Gráfico 14 - Critério desenvolvimento e para o processo de avaliação da Universidade

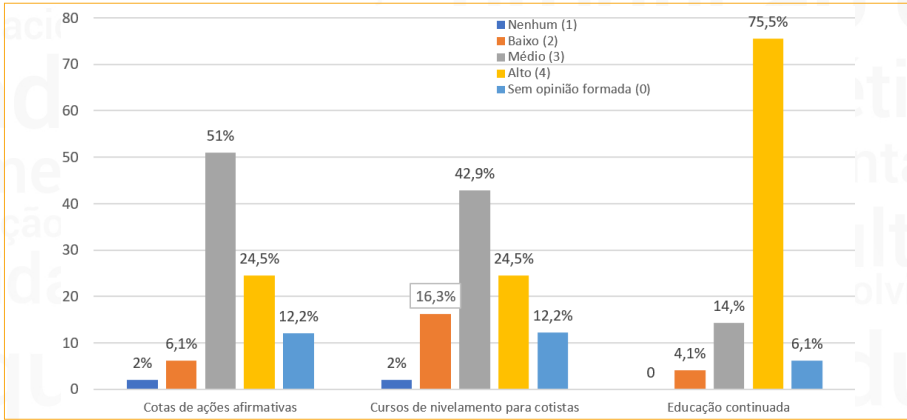


Fonte: o autor.

Evidencia-se que há uma forte preocupação e percepção de importância desse critério para a avaliação da Universidade, haja vista a concentração dos respondentes estar, em sua maioria, orbitando a escala entre 8 e 10, em que são apontados os pesos mais altos dessa análise.

O critério 3, Desenvolvimento social, diz respeito à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social. Está vinculado à perspectiva da população com relação à habitação, trabalho e rendimento e foi avaliado com os seguintes subcritérios.

Gráfico 15 - Desenvolvimento social

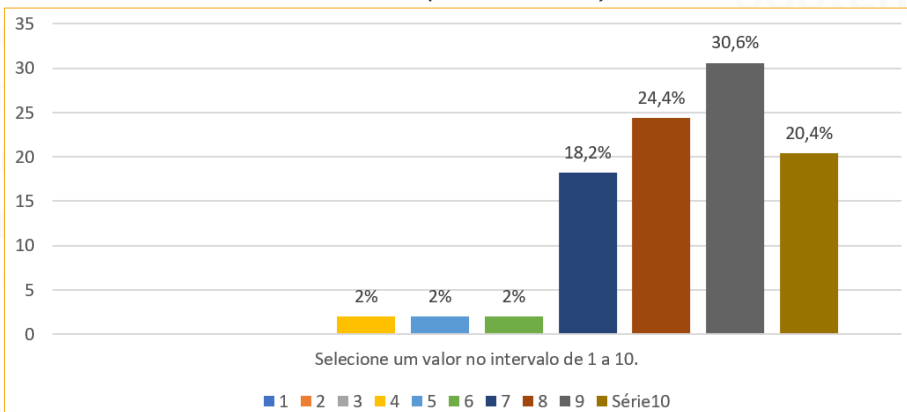


Fonte: o autor.

Nesse critério, os respondentes atribuíram avaliação média (3) para as cotas de ações afirmativas e cursos de nivelamento para pessoas com limitações e com alta avaliação (4) a educação contínua.

Na escala de 1 (um) a 10 (dez) o peso do critério desenvolvimento social para o processo de avaliação da Universidade na dimensão da Responsabilidade Social, observou-se concentração entre os itens 7, 8, 9 e 10, atribuindo alta relevância para esse critério.

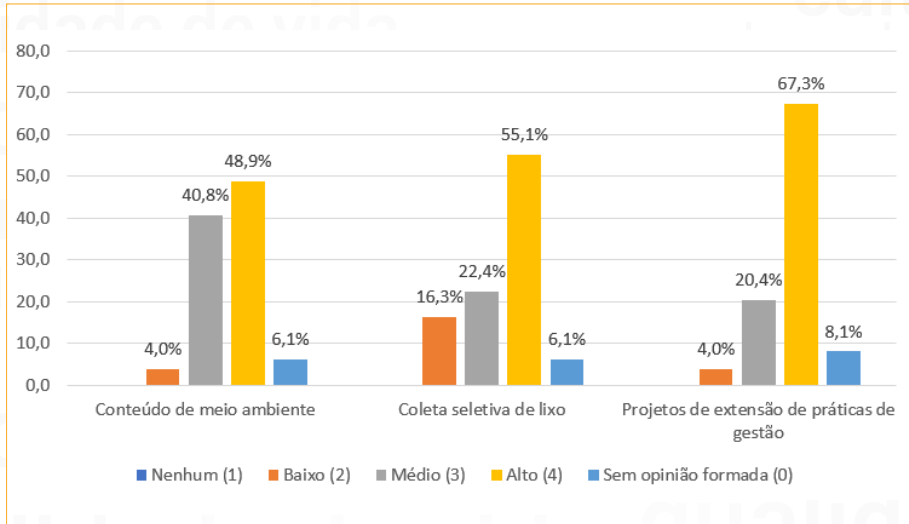
Gráfico 16 - Critério desenvolvimento social no processo de avaliação da Universidade



Fonte: o autor.

O critério 4, Defesa do meio ambiente, que está relacionado à preservação e sustentabilidade do meio ambiente urbano e rural; capacitação e qualificação dos recursos humanos e de gestores de políticas públicas de meio ambiente, apresentou o seguinte comportamento, explícito no Gráfico 17.

Gráfico 17 - Defesa do Meio Ambiente

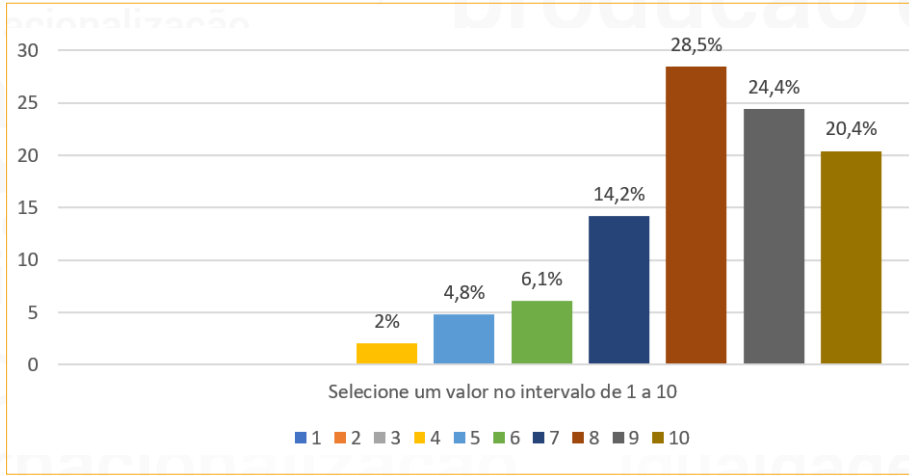


Fonte: o autor.

Com alta intensidade (4), foi identificado que as práticas de coleta seletiva de resíduos sólidos e projetos de extensão de práticas de gestão têm alta relevância para o processo de Responsabilidade Social Universitária; o subcritério conteúdo de meio ambiente teve uma percepção entre médio (3) e forte (4).

A percepção geral dos respondentes também atribuiu alta relevância para esse critério, fato que concentrou as respostas entre os pesos 8, 9 e 10, demonstrando que o critério 4, Defesa do meio ambiente, tem alta importância para o processo de avaliação da Universidade na dimensão da Responsabilidade Social.

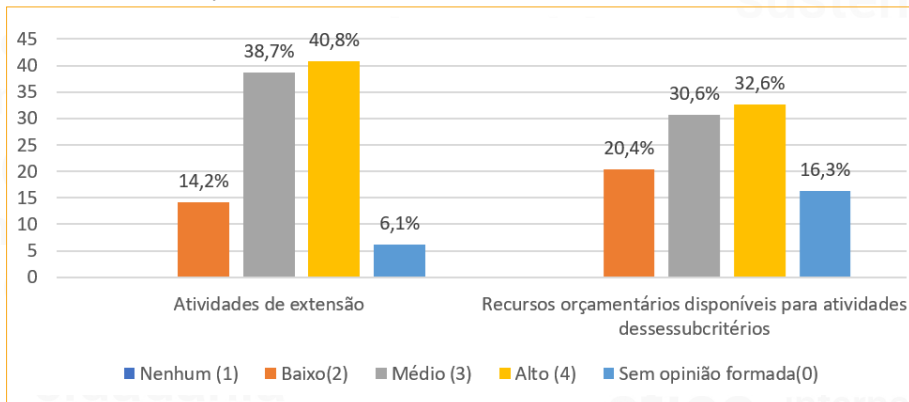
Gráfico 18 - Critério de defesa do meio ambiente no processo de avaliação da Universidade



Fonte: o autor.

O critério 5, Defesa do patrimônio e memória cultural, contempla a preservação, recuperação e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico, mediante formação, organização, manutenção, ampliação de equipamentos de museus, bibliotecas, centros culturais, coleção e acervos; restauração de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção ao folclore, do artesanato e das tradições culturais.

Gráfico 19 - Defesa do patrimônio e memória cultural

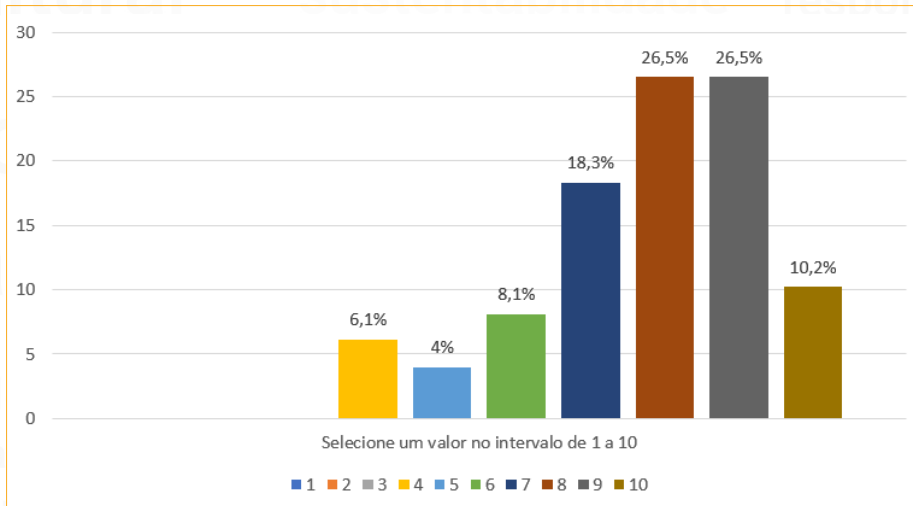


Fonte: o autor.

As distribuições das respostas para esse critério demonstram que atividades de extensão que promovam a defesa do patrimônio e memória cultural têm avaliação entre médio (3) e alto (4); com relação aos recursos orçamentários disponíveis para atividades desse critério houve um comportamento que concentrou respostas entre baixo (2) e médio (3), superando a avaliação alto (4).

Sobre a escala de importância desse critério para o processo de avaliação da Universidade na dimensão da Responsabilidade Social, há concentração das respostas entre os pesos 7, 8 e 9, demonstrando força relativa para o processo avaliativo.

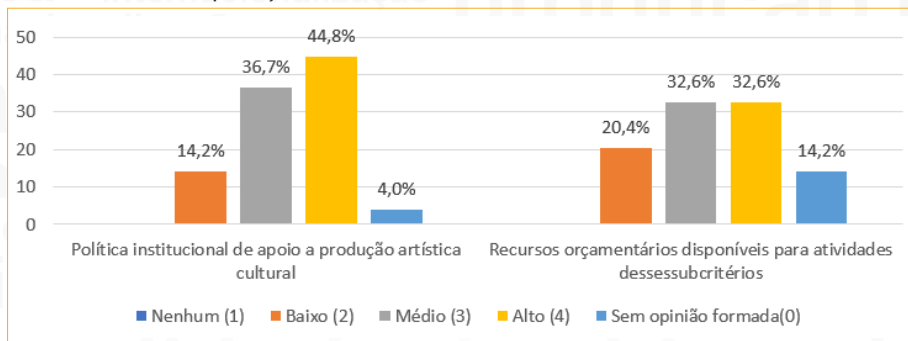
Gráfico 20 - Critério defesa do patrimônio e memória cultural no processo de avaliação da Universidade



Fonte: o autor.

O critério 6, Defesa da produção artística, refere-se à produção e difusão cultural e artística de obras relativas às Ciências Humanas, às Letras e às Artes Plásticas, fotografia, cinema e vídeo. Inclui-se também o teatro, a música e a dança, e apresenta o seguinte comportamento entre os respondentes:

Gráfico 21 - Defesa da produção artística

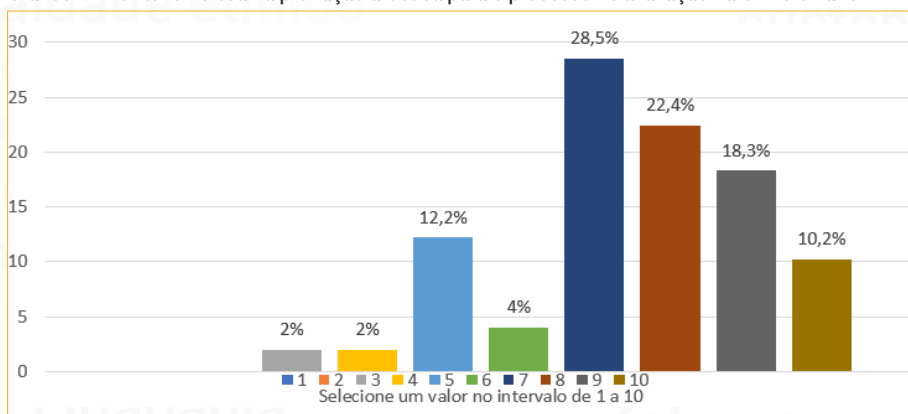


Fonte: o autor.

A política institucional de apoio à produção artística cultural apresenta avaliação em torno de médio (3) e alto (4), porém os recursos orçamentários disponíveis para atividades desses subcritérios demonstram distribuição relativa entre baixo (2), com concentração entre médio (3) e alto (4).

Esse critério não apresenta um comportamento linear com relação à importância para o processo de avaliação da Universidade na dimensão da Responsabilidade Social. Evidencia-se nível relativo de respostas com peso 5 e concentração no peso 7, com distribuição decrescente nos pesos 8, 9 e 10.

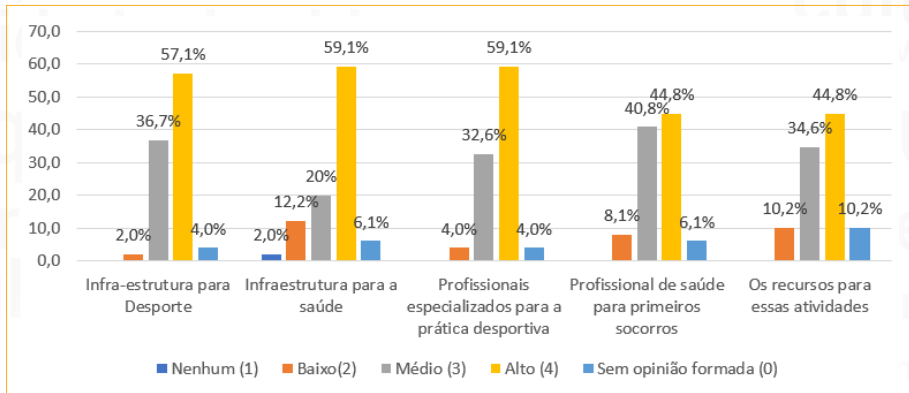
Gráfico 22 - Critério defesa da produção artística para o processo de avaliação da Universidade



Fonte: o autor.

Com relação ao critério 7, Defesa da produção esportiva e saúde, que é voltado ao desenvolvimento de programas de saúde, processos assistenciais para dependentes de drogas, alcoolismo e tabagismo, as respostas demonstram o comportamento conforme Gráfico 23.

Gráfico 23 - Defesa da produção esportiva e saúde

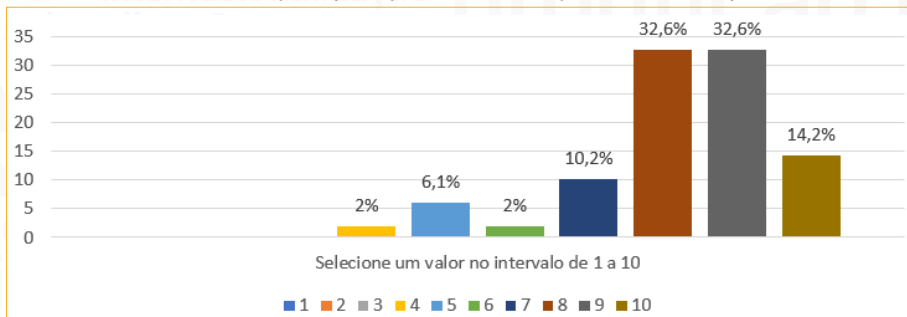


Fonte: o autor.

Nesse aspecto, percebe-se claramente a alta concentração dos respondentes em avaliar a existência de infraestrutura para práticas esportivas e exercícios físicos dos docentes, discentes e técnicos administrativos; a existência de profissionais especializados para o atendimento nas práticas desportivas, nos exercícios físicos e no uso dos equipamentos; a disponibilidade de recursos orçamentários para a realização de eventos esportivos, participação em torneios, campeonatos, como também a promoção à saúde como de alta prioridade, visto que a maioria das respostas se concentram entre médio (3) e alto (4).

A percepção dos respondentes é que esse critério, Defesa da produção esportiva e saúde, tem alta relevância para o processo de avaliação da Universidade na dimensão da Responsabilidade Social, visto que as respostas estão concentradas nos pesos 8, 9 e 10.

Gráfico 24 - Critério defesa da produção esportiva e saúde no processo de avaliação da Universidade



Fonte: o autor.

No critério 8, Organização administrativa: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional, a análise dos documentos oficiais da Instituição demonstram que a missão expressa a finalidade maior a que uma instituição universitária é chamada a responder. Dessa forma, ela transcende a realidade contingente e transitória, possui caráter de utopia, no sentido de que é possível pensar e projetar a instituição no presente e no futuro. A missão para a qual a universidade comunitária foi constituída tem a ver com a sua história, com a sua identidade e com os seus fins.

Os resultados desta pesquisa, que levou em consideração oito critérios para avaliar a efetividade da Responsabilidade Social Universitária em uma universidade comunitária – Inclusão social; Desenvolvimento econômico; Desenvolvimento social; Defesa do meio ambiente; Defesa do patrimônio e memória cultural; Defesa da produção artística; Defesa da produção esportiva e saúde e Organização administrativa – demonstra a clareza e a preocupação da IES pesquisada com o desenvolvimento social, particularmente na implementação dos preceitos que sustentam a Responsabilidade Social Universitária, visto que não foram verificados desvios significativos de respostas na atribuição de importância e de relevância para cada critério analisado.

Consolida, portanto, a visão de que a Responsabilidade Social Universitária deve passar por uma organização administrativa adequada, devidamente

orientada, que atribui na missão institucional e em seus documentos oficiais constitutivos, nesse caso, o Plano de Desenvolvimento Institucional, a previsão do desenvolvimento social, reconhecidamente como um aliado e guia das ações, projetos e atividades que consolidam as práticas de formação cidadã.

Concomitantemente, restou evidente que o desenvolvimento econômico se coloca como critério preponderante para que a Responsabilidade Social Universitária se concretize, visto que, a partir da sua consolidação, reúnem-se condições de estimular a inclusão social, a defesa do meio ambiente, a defesa do patrimônio e memória cultural, a defesa da produção artística e a defesa da produção esportiva e saúde.

5.13 EVIDÊNCIA CONFIRMATÓRIA 5: DADOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para melhor ilustrar o impacto que a atuação da Unoesc, no meio social em que atua, vem desenvolvendo, foram mapeados indicadores de desenvolvimento que permitissem uma visão externa da sua atuação social e sobre a contribuição medida e registrada por institutos oficiais.

Apresenta-se, a seguir, o desempenho do **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**, que, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano³¹², é um dado estatístico criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para contrapor os dados, puramente econômicos, utilizados para medir a riqueza dos países e analisar o desenvolvimento a partir da inclusão de outros fatores.

Para melhor compreender o desempenho dos municípios, utilizou-se, a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que considera as três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda

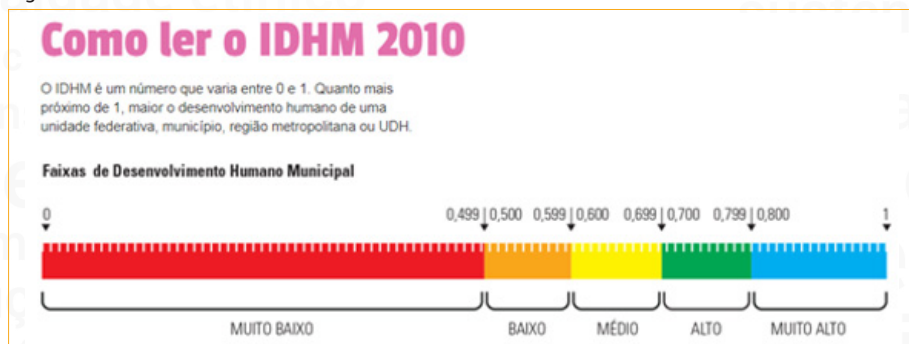
³¹² ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2018.

– e adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano³¹³, o cálculo do IDHM teve como objetivo adequar a metodologia do IDH Global para ajustar a metodologia ao contexto brasileiro, buscando indicadores mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores (os municípios) e adaptar a metodologia do IDH Global aos indicadores disponíveis nos censos demográficos brasileiros, de forma a garantir a mesma fonte de dados e comparabilidade entre todos os municípios. As dimensões são analisadas conforme:

- 1) Longevidade: medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto, a partir dos dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 2) Educação: medida por meio do percentual de inclusão escolar da população e do fluxo escolar nas várias faixas etárias.
- 3) Renda: medida pela renda municipal per capita, ou seja, a renda média dos residentes de determinado município.

Figura 16 - Métrica do indicador



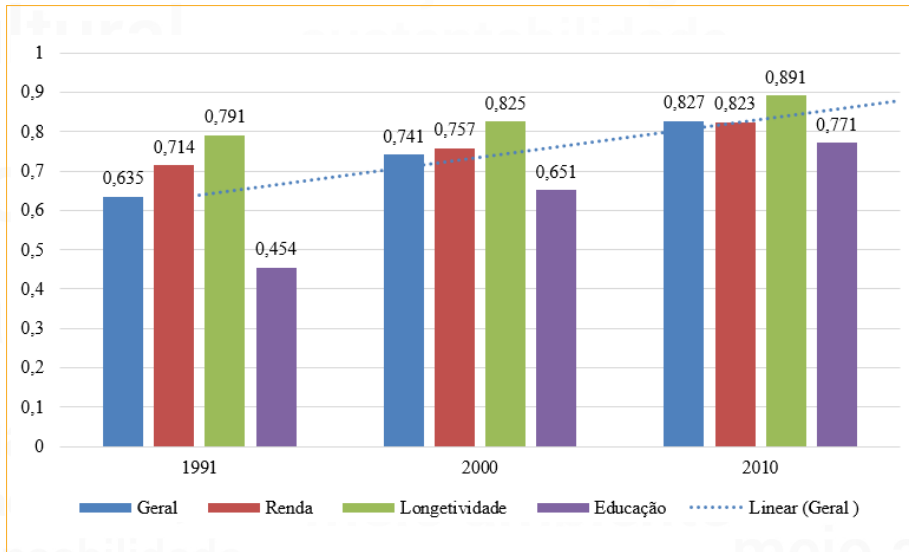
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

³¹³ ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2018.

Assim, os dados que seguem representam o IDH/IDHM dos municípios onde a Unoesc tem seus Campi, respectivamente os municípios de Joaçaba (Reitoria), Videira, Xanxerê, Chapecó e São Miguel do Oeste.

Os dados do IDHM do município de Joaçaba, sede da Reitoria da Unoesc e seu maior Campus com relação ao número de cursos e alunos, apresentam crescimento nas últimas medições desse indicador, fato que apresenta o grupo de indicadores de renda, longevidade, educação e, conseqüentemente, o índice geral num nível acima de 0,800, considerado muito alto.

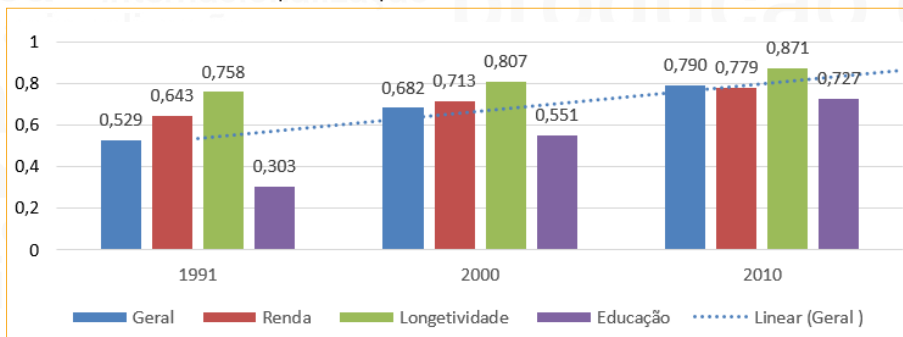
Gráfico 25 - IDHM do Município de Joaçaba



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

No município de Chapecó, dados do IDHM também apresentam crescimento nas últimas medições desse indicador, fato que apresenta o grupo de indicadores de renda, longevidade, educação e, conseqüentemente, o índice geral em níveis muito próximos de 0,800, orbitando a análise entre alto e muito alto.

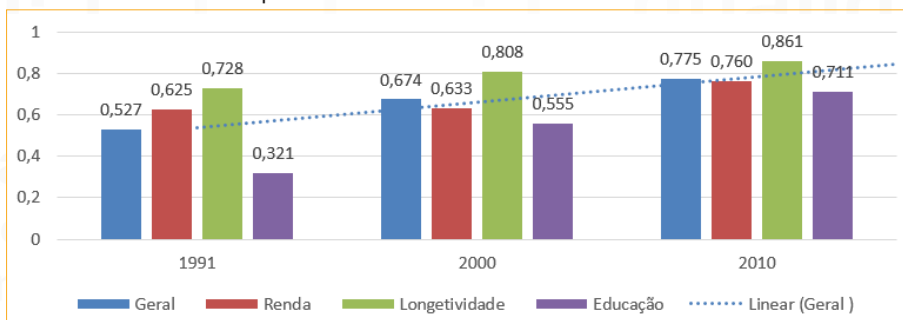
Gráfico 26 - IDHM do Município de Chapecó



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

O município de Xanxerê apresenta comportamento muito similar ao município de Chapecó, demonstrando evolução e tendência de crescimento no IDHM, fato que apresenta o grupo de indicadores de renda, longevidade, educação e, conseqüentemente, o índice geral em níveis muito próximos de 0,800, orbitando a análise entre alto e muito alto.

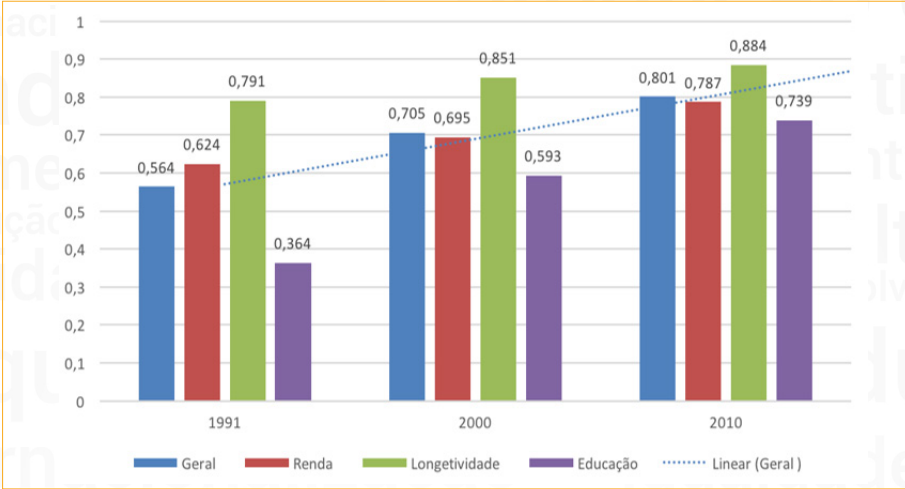
Gráfico 27 - IDHM do Município de Xanxerê



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Os dados do IDHM do município de São Miguel do Oeste apresentam um padrão mais forte em relação a Chapecó e Xanxerê e se aproxima do município de Joaçaba, como demonstram seus indicadores, preponderantemente, acima de 0,800, considerado muito alto.

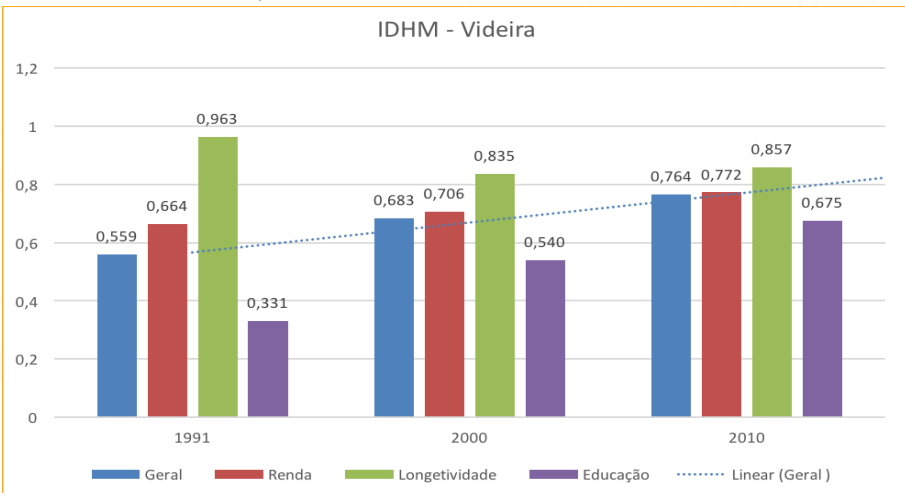
Gráfico 28 - IDHM do Município de São Miguel do Oeste



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

O município de Videira também apresenta tendência de crescimento, com seus indicadores do IDHM orbitando entre 0,700 e 0,800, considerados alto e muito alto, elementos que se apresentam em tendência de crescimento para os próximos períodos.

Gráfico 29 - IDHM do Município de Videira



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Cabe destacar que, isoladamente, o IDHM tem limitações de aferição da amplitude e efetivação da RSU da Unoesc, entretanto, considerando que nesses municípios se encontram instalados seus Campi, com seus cursos e atividades acadêmicas, é possível perceber que existe uma forte influência da Instituição na melhoria da qualidade de vida das pessoas que ali vivem e do seu entorno.

Nesse sentido, o impacto da Unoesc nessa região, notadamente nas variáveis do IDHM: renda, longevidade e educação, demonstra forte relação com a presença e a atuação dessa IES. Considerando que a história de vínculo na Unoesc está completando, neste ano de 2018, 50 anos de atuação, com a preocupação de formar pessoas para atuar nas diversas áreas do conhecimento, promovendo o desenvolvimento humano, a melhoria das instituições e organizações onde seus egressos atuam, estimulando o empreendedorismo, desenvolvendo e gerando novos negócios, contribuindo para a melhoria da renda e, por conseguinte, a melhoria da qualidade de vida das pessoas, amplia-se a importância e ratifica-se a efetividade e a concretude da RSU da Unoesc, também pela análise desse elemento externo, complementar, mas de significativa importância para a aferição do compromisso social dessa IES na região onde atua.

Percebe-se que, ao longo do tempo, as condições de melhoria da renda, da ampliação de oportunidades para que as pessoas tenham minimamente a possibilidade de estudar e do progresso na expectativa de vida da população são reflexos que, inegavelmente, demonstram a preponderância da Unoesc nessa região, visto seu viés voltado ao desenvolvimento regional e sua inserção comunitária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se caracterizou por ser uma pesquisa de cunho descritivo e documental e teve como temática investigativa a Responsabilidade Social

Universitária (RSU) na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Instituição de caráter comunitário. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin.³¹⁴

No decorrer do desenvolvimento desta tese, alguns elementos demonstraram relevância e merecem consideração:

A legislação vigente do Sinaes, que oferece referência para as universidades direcionarem esforços no sentido de cumprimento da RSU como um regramento de credenciamento e ou recredenciamento, demonstra fragilidade de concepção acerca dos fins que a RSU pode auferir no meio em que atua. Conceitualmente, percebeu-se a falta de dois termos-chave que a teoria da RSU oferece e que deveriam estar contemplados na Dimensão Avaliativa, a saber: ética e cidadania. Ainda que tais elementos possam, de algum modo, por aproximação de compreensão, terem sido contemplados em outros fragmentos avaliativos, fica a evidência de que a falta dessas terminologias se distancia da base conceitual da RSU e que, de algum modo, pode influenciar negativamente na construção dos documentos institucionais da Universidade, que, por consequência, pode negligenciar a formação ética e cidadã nos cursos, currículos e na estrutura formativa dos alunos.

Por outro norte, percebeu-se que a Unoesc, além de atender amplamente às exigências legais do Sinaes no Eixo 2: Desenvolvimento Institucional e suas respectivas Dimensões 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição, apresenta nos seus documentos institucionais evidências contundentes que demonstram a relação direta com o compromisso social de formação de pessoas, por meio da sua missão, visão e valores institucionais. A Universidade evidencia tais informações, também, nos documentos que orientam a execução e a materialização desse compromisso social: Plano de Desenvolvimento

³¹⁴ BARDIN, 1988.

Institucional (PDI) 2013-2017, nos seus objetivos, nas diretrizes e políticas institucionais, no projeto político-pedagógico institucional (PPI) e, em especial, na seção específica da Responsabilidade Social. Aliam-se a esses elementos os documentos oficiais, a materialização daquilo que se origina como objetivos, diretrizes e políticas institucionais, os programas e projetos de alcance social que, publicamente, estão demonstrados no Balanço Social 2013-2017.

Ficou evidenciada a forte influência dos documentos institucionais, missão, visão, valores, PDI e PPI na construção dos projetos pedagógicos dos cursos.

Os termos-chave selecionados para a aferição da RSU foram observados com ênfase nos objetivos dos cursos, na estrutura e matrizes curriculares, na preocupação com o item específico da formação para a Responsabilidade Social e no perfil do egresso, demonstrando a efetividade e a concretude da RSU na Unoesc.

As palavras e expressões-chave da RSU para este estudo – desenvolvimento regional, qualidade de vida, inclusão social, direitos humanos, igualdade étnico-racial, internacionalização, meio ambiente, sustentabilidade, justiça, Responsabilidade Social, pesquisa, iniciação científica, ética, cidadania, diversidade, produção artística, produção cultural e desenvolvimento econômico – formam um grupo de terminologias que, de forma transversal, demonstram força de efetividade e concretude da RSU, visto se fazerem presentes em momentos determinantes e preponderantes para a construção dos documentos institucionais, influenciando a prática desses preceitos em programas, projetos e ações específicas.

Aliado à análise do corpus investigativo desta tese, apresentou-se o resultado de uma pesquisa exploratória e descritiva, portanto, de caráter quantitativo e qualitativo, que teve como objetivo analisar a percepção da efetividade da RSU na Unoesc sob o olhar dos seus colaboradores diretos:

dirigentes, coordenadores, professores e técnicos administrativos. Os resultados dessa pesquisa, que levou em consideração oito critérios para avaliar a efetividade da Responsabilidade Social Universitária em uma universidade comunitária – Inclusão social; Desenvolvimento econômico; Desenvolvimento social; Defesa do meio ambiente; Defesa do patrimônio e memória cultural; Defesa da produção artística; Defesa da produção esportiva e saúde e Organização administrativa – demonstram a clareza e a preocupação da IES pesquisada com o desenvolvimento social e apresentam, com clareza, a efetividade e a concretude da implementação dos preceitos que sustentam a Responsabilidade Social Universitária, visto que não foram verificados desvios significativos de respostas na atribuição de importância e de relevância para cada critério analisado.

Complementarmente, foram apresentados dados do contexto institucional, a fim de representar, ao menos em parte, a contribuição que a presença da Unoesc representa por meio da prática dos seus programas, projetos, ações e cursos que oferece no que se refere à melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem na região onde está inserida. Para esse propósito, apresentou-se o desempenho do IDHM, que expôs a evolução crescente e sistemática desse indicador e dos indicadores internos: educação, renda e longevidade, em todos os Campi onde a Unoesc atua, traçando uma linha de tendência ascendente para os próximos períodos.

Os elementos apresentados demonstram consistência e subsidiam a resposta do problema de pesquisa: como a Unoesc contempla, nos documentos: PDI, Balanço Social e projetos pedagógicos dos cursos de graduação, a RSU na perspectiva do Sinaes? Visto o percurso de análise do corpus investigativo, as evidências são apresentadas de forma clara, preocupada e transparente no que se refere aos principais elementos da RSU contidos nos documentos institucionais.

Por esse horizonte, responde adequadamente ao objetivo geral: analisar como a Unoesc Campus de Chapecó contempla, nos documentos: PDI, Balanço Social e projetos pedagógicos dos cursos de graduação, a RSU na perspectiva do Sinaes. O percurso de análise teve desdobramento nos objetivos específicos, que aferiram o seguinte:

- a) Identificaram os elementos preponderantes previstos na Dimensão 3, Responsabilidade Social da IES, do instrumento avaliativo do Sinaes, demonstrando que, de acordo com o arcabouço teórico que oferece sustentação para a RSU, não contempla, ou seja, não explicita com exigência a formação ética e cidadã, mas oferece suporte para bem implementar políticas e diretrizes institucionais que atendam à RSU.
- b) O estudo deixou claro como a RSU está expressa na Missão e no Plano de Desenvolvimento Institucional da Unoesc, haja vista o grupo de termos e expressões-chave estarem presentes nas várias seções do PDI, PPI e nos preceitos institucionais.
- c) O corpus investigativo deixou evidente as ações de Responsabilidade Social implementadas a partir dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, explicitando nos objetivos, perfil formativo e na estrutura curricular a preocupação para com uma formação cidadã e socialmente responsável.
- d) Por derradeiro, o estudo demonstrou aproximação das ações, programas, projetos e atividades que a Unoesc executa com o que preconiza o Sinaes, a Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional da Unoesc. Demonstrando que o Sinaes apresenta distanciamento dos fundamentos da RSU, visto não terem sido encontrados dois termos-chave, ética e cidadania, elementos preponderantes para a efetividade e a concretude da RSU.
- e) A análise desse último objetivo levou à incursão para o direcionamento da análise confirmatória da tese deste estudo: a Universidade do Oeste de Santa Catarina contempla a Responsabilidade Social Universitária

de acordo com o que preconiza o Sinaes em seus documentos: PDI, Balanço Social e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação que oferece no Campus de Chapecó, SC, por meio da articulação da tríplice missão universitária: o ensino, a pesquisa e a extensão.

O estudo demonstrou que a tese proposta se confirma por cinco elementos confirmatórios:

- 1) Evidências teóricas: foram consideradas as vertentes teóricas de Jimenez, Calderón, Wagenberg, Kliksberg, Vallaes e Carrizo³¹⁵, que levaram às expressões-chave: desenvolvimento regional, qualidade de vida, inclusão social, direitos humanos, igualdade étnico-racial, internacionalização, meio ambiente, sustentabilidade, justiça, Responsabilidade Social, pesquisa/ iniciação científica, ética, cidadania, diversidade, produção artística, produção cultural e desenvolvimento econômico. Essas terminologias foram evidenciadas no corpus investigativo, o que demonstra que a RSU na Unoesc atende aos preceitos teóricos atuais.
- 2) Cumprimento da Lei do Sinaes: Missão, Visão e Valores institucionais, metaseobjetivos do PDI estão coerentes com os objetivos institucionais e as práticas de gestão que demonstram o comprometimento institucional com o cumprimento da RSU. Elementos comprovados por meio de programas, projetos e ações vistas no Balanço Social 2013-2017.
- 3) Projetos pedagógicos: no que tange à análise dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, constatou-se que a RSU tem marcas transversais nas principais seções dos respectivos projetos. Percebe-se claramente o alinhamento dos projetos dos cursos com

³¹⁵ JIMENEZ, 2006; CALDERÓN, 2000, 2003, 2004, 2005, 2006; WAGENBERG, 2006; KLIKSBERG, 2006; VALLAEYS, 2006; CARRIZO, 2006.

as diretrizes e políticas institucionais previstas no PDI, que culminam em programas, projetos e ações vistas no Balanço Social 2013-2017.

- 4) Percepção da comunidade acadêmica: demonstra a clareza e a preocupação da Unoesc com o desenvolvimento social, particularmente, com a implementação dos preceitos que sustentam a Responsabilidade Social Universitária, haja vista que não foram verificados desvios significativos de respostas na atribuição de importância e de relevância dos critérios considerados.
- 5) Dados do desenvolvimento regional: percebe-se que, ao longo do tempo, as condições da melhoria da renda, da ampliação de oportunidades para que as pessoas tenham acesso à educação e da melhoria da expectativa de vida da população são reflexos que, inegavelmente, demonstram a preponderância da Unoesc nessa região, haja vista seu viés voltado ao desenvolvimento regional e a sua inserção comunitária.

Evidenciou-se, ao longo do percurso da pesquisa, que a RSU se efetiva e se concretiza de forma transversal, permeando o ensino, a pesquisa e a extensão.

Foram identificadas inúmeras marcas da RSU nessas três dimensões que são o sustentáculo de uma universidade, considerando a preocupação com os processos de ensino, no perfil formativo do egresso, no incentivo à pesquisa e iniciação científica, com a chancela da Responsabilidade Social, e no fomento aos programas de alcance social, servindo de vertente para o conhecimento visto dentro da Universidade.

Nessa perspectiva, percebe-se que a emergência social de soluções a problemas prementes induz as IES comunitárias a assumir sua responsabilidade nesse processo, influenciando a prática de gestão, comprometendo-se, por meio da sua Visão, Missão e documentos institucionais, como o PDI, com os reflexos perversos de uma sociedade de grandes desigualdades, sendo capaz de suportar, em certa medida, os excluídos pela pobreza, pela fome, pela falta de

segurança, pelas enfermidades e pela falta de garantias de seus direitos sociais. Para tal feito, apresenta-se necessária a incorporação de preceitos éticos e de cidadania alinhados à realidade social, suportando o ensino, a pesquisa e a extensão universitária, enraizando culturalmente essas práxis.³¹⁶

A partir desse ideário, foi possível perceber que a IES pesquisada, em seus princípios constitutivos e documentos oficiais, fomenta a qualidade do ensino por meio da valorização da formação cidadã orientada para a inserção social e, de forma objetiva, efetiva e concretiza a RSU na sua atuação. Constatou-se que a consolidação da RSU em IES comunitárias passa, necessariamente, pelo olhar atento da gestão aos preceitos constitutivos das IES associados ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, elementos indispensáveis e findos das universidades, que, quando não executados adequadamente, contrariam e violam o preceito legal. Constatou-se que projetos de ensino, pesquisa e extensão, de cunho inter e transdisciplinar, apresentam forte contribuição para a consolidação da qualidade do ensino e a efetivação e a concretude da RSU.

Restou evidente o alto grau de comprometimento dessa Universidade comunitária com a causa social, com o seu desenvolvimento, com a sua inserção em suas práticas, projetos, ações, atividades e no enlace entre ensino, pesquisa e extensão e a preocupação da sua direção com a formação cidadã. Paralelamente, o alinhamento entre a organização administrativa e a vida institucional, a formação docente e acadêmica, a pesquisa e a produção de conhecimento, a projeção social e o voluntariado, consolidam a efetividade e a concretude da Responsabilidade Social Universitária para as IES de caráter comunitário.

Por derradeiro, apresenta-se a seguir um esquema (Figura 17) que representa o design da efetividade e da concretude da Responsabilidade Social Universitária em instituições de ensino superior de caráter comunitário.

³¹⁶ CALDERÓN, 2006; KLIKSBERG, 2006; VALLAEYS, 2006.

De ordem inversa, partindo do centro RSU, as flechas do ambiente escuro institucional para o campo claro palavras-chave representam a percepção e a atuação das IES por meio de suas ações, projetos e atividades, atendendo à sociedade, oferecendo soluções a problemas emergentes e contribuindo, de fato, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas da sua região de atuação.

No decorrer deste estudo, alguns elementos e lacunas chamaram atenção para futuras pesquisas que poderão enriquecer ainda mais a compressão da atuação social das IES:

- Qual a definição teórica que representa concretamente a RSU? Não foi possível de forma consolidada, objetiva, clara e precisa verificar um conceito que abarcasse os fundamentos, processos e terminologias da RSU. Nesse sentido, cabem estudos que permitam evidenciar o estado da arte sobre essa temática.
- Qual a contribuição social que as IES de caráter privado com fins lucrativos oferecem para a sociedade? Esse é outro questionamento que também fica em aberto e não há estudos que consigam demonstrar a efetividade e a concretude da RSU por IES com viés essencialmente voltado para o mercado, com fins lucrativos. Não que isso seja um problema, ter lucro; mas que efetivo retorno essas IES oferecem à sociedade que alimente seus resultados?

REFERÊNCIAS

ÁGUIA, Janaína de Carvalho. **Avaliação do grau de percepção dos alunos em relação às ações de responsabilidade social de uma instituição de ensino superior**. 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração e Desenvolvimento Empresarial) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2007.

ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social**. São Paulo: Atlas, 2009.

ALESSIO, Rosemeri. **Responsabilidade Social das Empresas no Brasil**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

ALEXANDRE, Elimar Rodrigues. **A temática ambiental no Curso de Graduação de Ciências Contábeis: um enfoque sobre a ambientalização curricular**. 2014. 245 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2014.

ALMEIDA, Alba Ligia de. **A (cons)ciência da responsabilidade social e ét(n)ica na produção de conhecimento sobre o(a) negro(a) em programas de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba**. 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

ALMEIDA, Aluisio Monteiro de. **O Ensino da Contabilidade: do currículo de graduação à Educação continuada**. 2001. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

ALVES, Alan; BASTOS, Arion. Histórico sobre a evolução recente e o cenário atual do ensino superior no Brasil. **Janela Econômica**, [s. l.], ano 9, n. 6, nov. 2014.

ANDRADE, Jose Roberto dos Santos. **Inclusão digital na formação dos alunos de pedagogia como fator de responsabilidade social**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2015.

ANDRÉ, Marli. A jovem pesquisa educacional brasileira. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 11-24, set./dez. 2006.

ANSOFF, Igor; DECLERCK, Roger P.; HAYES, Rutherford Birchard. **Do planejamento estratégico à administração estratégica**. São Paulo: Atlas, 1990.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2009.

ASHLEY, Patrícia Almeida (coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ASHLEY, Patrícia Almeida; COUTINHO, Renata Buarque Goulart; TOMEI, Patricia Amelia. Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 24., 2000, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, 2000. 1 CD-ROM.

ASHLEY, Patrícia Almeida; FERREIRA, Roberto; REIS, Helvécio. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: Oportunidades para a responsabilidade social na gestão estratégica de instituições de ensino superior. **Revistas Gerenciais**, São Paulo, v. 5, p. 23-35, 2006.

ASSUMÇÃO, João Carlos Maciel de. **Uma Proposta de Implantação de Gestão Ambiental no Laboratório de Análises de Solos da UFSM**. 2008. 121 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/chapeco_sc. Acesso em: 2 jul. 2018.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Chapecó, SC**. 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/chapeco_sc. Acesso em: 2 jul. 2018.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Joaçaba, SC**. 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/joacaba_sc. Acesso em: 24 jul. 2018.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **São Miguel do Oeste, SC**. 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-miguel-do-oeste_sc. Acesso em: 24 jul. 2018.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Videira, SC**. 2013.
Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/videira_sc.
Acesso em: 24 jul. 2018.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Xanxerê, SC**. 2013.
Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/5359.
Acesso em: 24 jul. 2018.

BAADE, Joel Haroldo; ZIEDE, Mariangela L.; PEGORARO, Ludimar; SANTOS, Adelcio M. dos. **Universidade e Responsabilidade Social: Inovações Pedagógicas e Tecnológicas na Educação**. Rio de Janeiro: Paco, 2015.

BACELLAR, João; KNORICH, Paulo. **Manual Indicadores Ethos de Responsabilidade Social**. São Paulo: Ethos, 2000.

BANCO MUNDIAL. **Public sector roles in strengthening corporate social responsibility: a baselinestudy**. Washington, D.C., 2002. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil>. Acesso em: 19 out. 2015.

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARCELOS, Enio Marcos Babireski. **Relações existentes entre a avaliação de que uma organização é socialmente responsável e a satisfação, a confiança e a lealdade de seus clientes**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BARROS, Conceição de Maria Pinheiro. **Responsabilidade social universitária: um estudo de caso no curso de medicina da Universidade Federal do Ceará – Campus de Sobral**. 2009. 160 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

BASTIANI, S. C. de; TREVISOL, J. V.; PEGORARO, R. F. A educação superior em Santa Catarina: um século de história (1917-2017). **Eccos Rev. Cient.** n. 47, p. 375-395, São Paulo set./dez 2018.

BENEDICTO, Samuel Carvalho de. **A Responsabilidade Social das Empresas: uma relação estreita com a educação.** 2002. 199 p. Monografia (Especialização em Educação) – UFLA/DED, Lavras, 2002.

BENEDICTO, Samuel Carvalho de *et al.* Surgimento e Evolução da Responsabilidade Social Empresarial: uma reflexão teórico-analítica. *In:* SILVA FILHO, Cândido Ferreira da; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; CALIL, José Francisco (org.). Ética, Responsabilidade Social e Governança Corporativa. Campinas: Alínea, 2008.

BERNARDI, Roseméri Simon. **Políticas públicas, ensino superior e a cultura da sustentabilidade.** 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011.

BERTONCELLO, Ilvio Luiz Tadeu; CHANG JÚNIOR, João. **A importância da responsabilidade social corporativa como fator de diferenciação.** São Paulo: FACOM, 2007.

BÔAS, Luciana Villaça Villas. **A participação em projetos sociais e o processo de subjetivação do indivíduo.** 2004. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração de Empresas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto Editora, 1994.

BORDIGNON, Jair. **Energia e resíduos na universidade positivo (UP): promoção do uso sustentável a partir de ações ambientais educativas.** 2011. 116 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão Ambiental) – Universidade Positivo, Curitiba, 2011.

BOTOMÉ, Sílvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOWEN, Howard R. **Responsabilidades sociais do homem de negócios**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

BRAGA, Janaina Marciel. **Ensino Superior – um modelo de gestão em educação ambiental no contexto universitário**. 2012. 89 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Biologia Urbana) – Centro Universitário Nilton Lins, Manaus, 2012.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2013**. Brasília, DF: INEP/MEC, 2013.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2016**. Brasília, DF: INEP/MEC, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 191-A, p. 1, 5 out. 1988. Legislação Informatizada – Constituição de 1988 – Publicação Original. Disponível em: w2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html.

BRASIL. Decreto-lei n. 3.860 de 09 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**; seção 1, Brasília, DF, p. 2, 10 jul. 2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2001/decreto-3860-9-julho-2001-342382-norma-pe.html>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BRASIL. Decreto-lei n. 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**; seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0053.htm. Acesso em: 5 abr. 2016.

BRASIL. Decreto-lei n. 253, de 28 de fevereiro de 1967. Modifica a Lei n. 5.010, de 30 de maio de 1966, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**; seção 1, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0253.htm. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**; seção 1, Brasília, DF, p.11429, 20 dez. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASIL. Lei n. 4.881-a, de 6 de dezembro de 1965. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4881A.htm. Acesso em: 5 abr. 2016.

BRASIL. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1968. Disponível em: <http://www.prolei.inep.gov.br/prolei/>. Acesso em: 10 maio 2016.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1971. Disponível em: <http://www.prolei.inep.gov.br/prolei/>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 12 out. 2016.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 2 out. 2016.

BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Recursos Aplicados - Governo Federal**. 2015. Disponível em: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/recursos_aplicados/governo_federal/2_2_3.html. Acesso em: 25 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: MEC/SASE, 2014.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: http://www.educacional.com.br/legislacao/leg_i.asp. Acesso em: 8 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. **Diário Oficial da União**; seção 1, Brasília, DF, p. 1 (Edição extra), 13 nov. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112881.htm.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**; seção 1, Brasília, DF, p.1 (Edição Extra), 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 12 out. 2016.

BRUNNQUELL, Claudine. **Sustentabilidade nos cursos de Administração: um olhar para as experiências docentes à luz dos conceitos de reflexão crítica e aprendizagem transformadora.** 2014. 181 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

BUARQUE, Cristovam. Dicionário da Crise Universitária. *In: A aventura da universidade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BUENO, Ademar. **A responsabilidade social como elemento motivador na formação profissional do aluno de medicina.** 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – FCMSCSP, 2008.

BUENO, É. L. *et al.* **Responsabilidade social e o papel da comunicação.** 2000. Monografia (Especialização) – PUC, Belo Horizonte, 2000.
Disponível em: <http://www.valoronline.com.br>. Acesso em: 3 dez. 2001.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. A Universidade mercantil e o caso da universidade pública: reflexões a partir da experiência chilena. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 5, n. 1, 2003.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Repensando o papel da universidade. **AS-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 44, n. 2, abr./jun. 2004.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. **Estudos**, Brasília, DF, ano 23, n. 34, p. 13-39, abr. 2005.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade Social Universitária: contribuições para o fortalecimento do debate. **Estudos**, Brasília, DF, ano 24, n. 36, jun. 2006.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, 2000.

CANOPE, Liliane. **Concepções de Responsabilidade Social dos Cursos de Graduação em Administração da Região Sudoeste do Paraná.** 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina, Maringá, 2003.

CARDOSO, Nilton Orany Bonatte. **Compromisso social e inclusão de pessoas com deficiência no quadro de pessoal da Universidade Federal de Santa Catarina.** 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CARNEIRO, Ana Luzia Magalhães. **A formação acadêmico-profissional para inclusão social nos cursos superiores de turismo: dos aspectos socioeconômicos à discussão curricular.** 2008. 368 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARNEIRO, Dalira Lucia Cunha Maradei. **Divulgação científica na UFU: em busca de uma maior interação entre universidade e sociedade.** 2004. 179 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2004.

CARRIJO, Magali Colconi. **A participação dos setores organizacionais no atendimento a clientes: estudo de caso de uma instituição de ensino superior.** 2007. 337 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2007.

CARRIZO, Luís. Conhecimento e responsabilidade social: ameaças e desafios para a universidade transdisciplinar. **Estudos**, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 76-89, mar. 2006.

CARROLL, Archie B. Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. **Business & Society**, [s. l.], v. 38, n. 3, p. 268-295, 1999.

CARVALHO, E. B. **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades catarinenses.** Salamanca: KADMOS, 1996a.

CARVALHO, Patrícia Guilhem de Salles. **Comunicação e responsabilidade social**: um estudo sobre o festival de inverno da Universidade Federal do Paraná. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014b.

CAVALCANTE, Antonio Carlos. **Responsabilidade Social do IFBA**: Análise da percepção dos Gestores. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

CECCON, Deise Faria Nunes. **Proposta para uma universidade pública sustentável com base na A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública**. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CELESTE FILHO, Macioniro. A Reforma Universitária e a criação das Faculdades de Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 7, p. 161-188, 2004.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CEZARIO, Nelma Pinto. **Responsabilidade social e sustentabilidade em universidades públicas**: o caso UFF. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CHARNOV, Bruce H.; MONTANA, Patrick. J. **Administração**. São Paulo: Saraiva, 1998.

CHAUÍ, Marilena. Em torno da universidade de resultados. **Revista USP**, São Paulo, n. 25, 1995.

CÔGO, Maria de Fátima. **A ética no cotidiano da prática pedagógica de professores e alunos do projeto Espaço Cidadão do curso de jornalismo da FAESA.** 2004. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

CONCEIÇÃO, Roberta Dalvo Pereira da. **A visão de responsabilidade social e seu impacto no desempenho do administrador:** uma análise do perfil dos alunos de um curso de mestrado profissionalizante. 2006. 80 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão e Estratégia em Negócios) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2006.

CORDEIRO, Tiago Sá Teles. **Responsabilidade Social de Instituição de Ensino Superior:** o caso da FTC – Salvador. 2009. 157 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2009.

CORRÊA, Luciara Bilhalva. **Construção de políticas para a gestão dos resíduos em uma Instituição de Ensino Superior na Perspectiva da Educação Ambiental.** 2009. 206 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2009.

CRUZ, Rosilene Maria. **Responsabilidade social no ensino superior:** conhecendo as práticas das IES particulares privadas sem fins lucrativos de Salvador. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2008.

CUNHA, Wanessa Marcella Alvares. **Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável:** o papel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE – Campus Vitória de Santo Antão. 2011. 77 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) – Fundação Universidade de Pernambuco, Recife, 2011.

DAMBROWSKI, Adrian. **A gestão ambiental no ensino de Administração nas instituições de ensino superior de Blumenau.** 2006. 81 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2006.

DENZIN, Norma K.; LICOLN, Ivonna S. **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos. (org.). **Responsabilidade social & universidade**. Canoas: ULBRA; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

DIAS, Fátima Regina Gouvêa. **O projeto UNOPAR em ação comunitária – PROUNO no curso de Odontologia da Universidade Norte do Paraná**. 2002. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2002.

DIDONE, Marcelo Luis. **Impactos da responsabilidade social de uma universidade comunitária no desenvolvimento local e regional: a percepção dos stakeholders**. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior: múltiplas regulações e reforma universitária no Brasil. *In*: SEMINÁRIO REDESTRADO – NUEVAS REGULACIONES AMÉRICA LATINA, 7., 2008, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires, 2008.

DRUCKER, Peter F. **O melhor de Peter Drucker: a administração**. São Paulo: Nobel, 2009.

DUARTE, Cristiani de Oliveira Silva; TORRES, Juliana de Queiroz Ribeiro. A responsabilidade social empresarial: dimensões históricas e conceituais. *In*: **Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo: Instituto Ethos, 2005. v. 4.

DUARTE, Gleuso Damasceno; DIAS, José Maria. **Responsabilidade social: a empresa hoje**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1986. **EDUCAÇÃO para todos – o compromisso de Dakar**. Brasília, DF: Unesco, Consed, Ação Educativa, 2001. Disponível em: <http://www.unoesc.edu.br/unoesc/historico>. Acesso em: 12 out. 2015.

ELKINGTON, John. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business.** Oxford: Capstone, 1997.

ENDERLE, Georges; TAVIS, Lee A. A balanced concept of the firm and the measurement of its long-term planning and performance. **Journal of Business Ethics**, Dordrecht, v. 17, n. 11, p. 1129-1144, Aug. 1998.

ERICONE, Délcia. **Os desafios da pesquisa.** Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Serviço Social, práticas judiciárias, poder: implantação e implementação do serviço social no juizado de menores de São Paulo.** São Paulo: Veras Editora, 1999.

FEITOSA, Antônio Indalécio. **Identificação de indicadores e definição de ambiente estratégico para avaliação de desempenho da extensão universitária.** 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

FELDEN, Cátia Raquel. **Avaliação dos Níveis de Responsabilidade Social da UNIJUÍ com seus Agentes Internos e Externos.** 2007. 251 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2007.

FELICETTI, Vera Lucia. **Comprometimento do aluno: um elo entre aprendizagem e inclusão social na qualidade da Educação Superior.** 2011. 298 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FÉLIX, Grasiely A. Cachoeira. **Universidade com Responsabilidade Social: a contribuição da Universidade Federal de Santa Catarina para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Santa Catarina.** 2006. 82 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FERÉS, Maria José Vieira. A LDB e a Responsabilidade social das instituições universitárias: pontos para discussão. **Revista Estudos ABMES**, Brasília, DF, n. 18, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FLORENTINO, Luciana. **Importância da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) no desenvolvimento econômico-social do município do Rio Grande, RS**. 2004. 147 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

FONSECA, Gustavo Beghelli. **Estágios, Responsabilidade Social Universitária e Desenvolvimento: um estudo da concepção de estagiários e coordenadores de cursos sobre as atividades de estágio e implicações comunitárias**. 2011. 92 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Centro Universitário de Franca, Franca, 2011.

FRAGA, Kellen Toloti. **Avaliação da Sustentabilidade Ambiental da Universidade de Passo Fundo**. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

FRAGOSO, Maria Beatriz Pinheiro Guimarães. **Programa nacional de educação na reforma agrária: a responsabilidade social da universidade**. 2001. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

FRANÇA, Fernando Cesar Coelho. **Contribuições para o diagnóstico sobre o e-lixo de tecnologia de informação nas instituições de ensino superior instaladas na cidade de Campos dos Goytacazes: um estudo de caso**. 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2011.

FRANCISCO, Antônio. **A crise da universidade**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

FREIRE, Isa Maria. **A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. 166 f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREITAS, Isabel Grigorio. **Administração pública e responsabilidade social e sustentabilidade, compromisso da instituição de ensino pública: um estudo de caso do Instituto Federal Fluminense**. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

FRIEDMAN, Milton. The social responsibility of business is to increase its profits. **New York Times Magazine**, [s. l.], set. 1970.

GALVÃO, Margareth Soares. **Estratégia, Inovação, Responsabilidade Social, Competências e Habilidades do curso superior de Tecnologia em comércio exterior: realidade e reflexos**. 2009. 105 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2009.

GARÇON, Márcia Maria. **A responsabilidade social corporativa como sistema simbólico: o significado construído e compartilhado pela comunicação institucional**. 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GAZOLA, Marcelo. **Contribuições de uma instituição de ensino superior sustentável para o desenvolvimento local**. 2011. 87 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOBBI, Beatriz Christo. **Gestão ambiental como prática social: uma análise dos sentidos da interação organização e meio ambiente.** 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** *Revista Administração de Empresas*, [s. l.], v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOIANA, Ana Lúcia Souza. **Responsabilidade Social nas Instituições de Ensino Superior Particulares em Sentido Estrito.** 2010. 83 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social Instituição de Ensino) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2010.

GOMES, Danieli Helena Rampelotti. **Universidade, sustentabilidade e responsabilidade social.** 2013. 99 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2013.

GOMES, Valter. **Contribuição à divulgação de ações de responsabilidade social: estudo de caso do Uniaraxá.** 2005. 204 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

GONZALEZ, Inamarcia de Moraes Sousa. **Inclusão digital: impacto da tecnologia da informação na Universidade Aberta da Terceira Idade.** 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2012.

GRAJEW, Oded. Negócios e sustentabilidade social. *In*: STEVES, Sergio (org.). **O dragão e a borboleta: sustentabilidade e responsabilidade social nos negócios.** São Paulo: Axis Mundi, 2000a.

GRAJEW, Oded. **O que é responsabilidade social.** São Paulo: Mercado Global, 2000b.

HELENA, Luis Antonio. **A Responsabilidade Social Corporativa na Formação do Futuro Gestor.** 2006. 98 f. Dissertação (Profissionalizante em Administração) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

HELLMANN, Gilmar José. Indicadores para avaliar a responsabilidade social nas instituições de ensino superior. **Revista FAE**, Centro Universitário, 2009.

HERRERA, Alma. Responsabilidade social das universidades. In: GUNI (ed.). **Educação superior em tempos de transformação**: novas dinâmicas para a responsabilidade social. Tradução: Vera Muller. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. p. 41-42.

HUERTA-RIVEROS, Patrícia; GAETE-FERES, Héctor. **Responsabilidad social universitaria a través de los reportes de sostenibilidad del Global Reporting Initiative**: experiencia de una universidad pública. *Revista Iberoamericana de Educación Superior* 8(23):120-137. 2017.

INSTITUTO ETHOS. **Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade 2007**. São Paulo, 2007. Disponível em: www.ethos.org.br
www.ethos.org.br. Acesso em: 14 fev. 2018.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos Sebrae para micro e pequenas empresas**. Diagnóstico de Rse/Sustentabilidade para pequenos negócios. 2016. Disponível em: [https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2016/11/GuiaTem %C3%A1tico Sebrae-C%C3%B3pia.pdf](https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2016/11/GuiaTem%20A1tico%20Sebrae-C%20B3pia.pdf). Acesso em: 14 fev. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinaes**: o que é Sinaes? 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinaes>. Acesso em: 14 out. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da concepção à regulamentação. Brasília, DF: Inep, 2004. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/478>. Acesso em: 10 out. 2016.

IOSCHPE, Evelyn B. et al. **Terceiro Setor**: desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JEZINE, Edineide. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2018.

Jiménez de La Jara, M., Fontecilla, J. M. F. & Troncoso, C. D. (2006). Responsabilidade universitária: uma experiência inovadora na América Latina. *Estudos*, Brasília, DF, 24 (36), 57-73.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Organizações sem fins lucrativos e redes sociais na gestão das políticas sociais. In: **Gestão social, estratégias e parcerias, redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor**. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 195-216.

JUWER, Marcos Gonçalves. **A responsabilidade social e o seu reflexo no comprometimento organizacional**. 2003. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração e Desenvolvimento Empresarial) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2003.

KARKOTLI, Gilson; ARAGÃO, Sueli Duarte. **Responsabilidade Social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

KLIKSBERG, Bernardo. A ética e a responsabilidade social da universidade. *Estudos*, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 23-25, mar. 2006.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. A Avaliação da Aprendizagem como processo construtivo de um novo fazer. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, Sorocaba, v. 10, n. 2, 2015. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path%5B%5D=1310&path%5B%5D=1300>. Acesso em: 10 out. 2016.

LA JARA, Mónica Jiménez de et al. Responsabilidade universitária: uma experiência inovadora na América Latina. *Estudos*, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 57-73, mar. 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

LANGE, Dorvalina. **O Balanço social enquanto instrumento de evidenciação das atividades em uma Instituição de Ensino Superior no Campo**: um estudo de caso da Unoesc Joaçaba. 1999. 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

LANGRAFE, Taiguara de Freitas. **Desempenho social corporativo em instituições de ensino superior**: a percepção dos gestores sobre os stakeholders. 2015. 159 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda., 1999.

LEITE, Marcelo da Silva. **Responsabilidade Social Corporativa sob a ótica de Hofstede**: um estudo com alunos da área de gestão. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2014.

LIMA, Ana Maria de. **Diretrizes para elaboração do balanço social das IFES, estudo de caso na Universidade Federal Fluminense**. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

LIMA JÚNIOR, Euclides Martins de. **Responsabilidade social da universidade**: análise do desempenho social do Escritório de Prática Jurídica da Universidade de Fortaleza. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2015.

LIMA, M. C. A responsabilidade social empresarial: apoio das empresas privadas brasileiras à comunidade e os desafios da parceria entre elas e o terceiro setor. *In*: Instituto Ethos. **Responsabilidade social das empresas**: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2001.

LIMA, Simone Maria Alves de; ROLIM, Carmem Lucia Artioli. Contextos inclusivos: um olhar sobre a prática docente. **Comunicações**, Piracicaba, ano 23, n. 1, p. 163-176, jan./abr. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v23n1p163-176>

LIRA, Zarah Barbosa. **Balanco social como instrumento para avaliação das ações sociais de Instituições públicas**: uma proposta à Fundação Joaquim Nabuco. 2009. 110 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

LOHN, Vanderlei Martins. **Sistemática para seleção de projetos de Responsabilidade Social com impacto no negócio das Instituições de Ensino Superior**. 181 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

LOPES, Carla Silva. **Princípios éticos orientadores das práticas do processo de gestão de uma instituição de ensino superior privada**. 2014. 72 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

LUCKESI, C. *et al.* **Fazer Universidade**: Uma proposta metodológica. 12^a ed., São Paulo: Cortez, 2001.

LÜDKE, Mega; ANDRÉ, Maerli. **Pesquisa em educação – abordagem qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUIZ FILHO, Geraldo. **Comportamentos e práticas ambientais dos estudantes das universidades federais brasileiras**: uma análise utilizando modelagem de equações estruturais. 2015. 110 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015.

MACEDO, Andrea Cavalcanti. **A responsabilidade social como ferramenta de sustentabilidade na educação a distância**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.

MACEDO, Arthur Roquete de. O papel social da universidade. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior**, [s. l.], ano 23, n. 34, p. 7-12, abr. 2004.

MACHADO JÚNIOR, Eliseu Vieira. **Sinergia dos Stakeholders: um Framework de Gestão e Responsabilidade Social** – estudo de caso em Instituição de Ensino Superior Brasileira. 2009. 250 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2009.

MACIEL, Eliana Ribas. **A controladoria e a instrumentalização da cidadania organizacional em um modelo autogerido: o caso da Unijuí**. 2006. 189 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2006.

MALAFIA, Nívea Figueiredo. **Extensão universitária como exercício da responsabilidade social nos cursos de Fisioterapia**. 2009. 84 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2009.

MARCHELLI, Paulo Sergio. Da LDB 4.024/61 ao debate contemporâneo sobre as Bases Curriculares Nacionais. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1480-1511, out./dez. 2014.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação dos dados**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Jose Pedro Soares. **Responsabilidade Social Corporativa**. São Paulo: Komedi, 2008.

MATIAS, Sandra Lúcia Alves. **Responsabilidade socioambiental na Universidade Federal de Sergipe: princípios e práticas para a promoção da sustentabilidade**. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2014.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração**: da revolução urbana à revolução digital. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAZZIONI, Sady. **Delineamento de um modelo de balanço social para uma fundação universitária**. 2005. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2005.

MEDEIROS, Luiz Edgar; REIS, Carlos Nelson dos. **Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social**: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2007.

MELO, Edson de. **Responsabilidade Social em IES**: uma análise das ações na região do Alto Vale do Itajaí/SC, Brasil. 2011. 87 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.

MENDONÇA, Patrícia; SCHOMMER, Paula Cheis. O marketing e sua relação com o social: dimensões conceituais e estratégicas e o caso de duas organizações em interação. *In*: ENCONTRO DA ANPAD, 24., 2000, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRANDA, Bárbara Cristian Alves. **Responsabilidade socioambiental e Educação a distância**: o caso da instituição de ensino superior Alpha. 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2008.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009.

MOLNARY, Rita de Cassia Mutarelli de. **Estudo das ações socioambientais do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares de São Paulo (IPEN/CNEN-SP)**. 2014. 204 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Nuclear) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MOREIRA, Bruno Siqueira. **Uma análise de conteúdo escrito sobre as referências à responsabilidade social corporativa em instituições de ensino superior no Rio de Janeiro**. 2015. 98 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

MORENO, Patrícia Glauca. **Redes de extensão universitária: um estudo da difusão do conhecimento no campo da administração**. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2011.

MORIN, Edgar. **Estamos em um Titanic**. In: KLIKSBURG, Bernardo. *Ética y desarrollo, la relación marginada*. Buenos Aires: El Ateneo, 2002.

MORIN, Edgar. **O desafio do século XXI: religar os conhecimentos**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

MOURA, Graziella Batista de. **A disseminação e aplicação do conceito de responsabilidade social nos cursos de Administração de Empresas dos campi da UFC, UNIFOR e UECE, situados em Fortaleza**. 2010. 158 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2010.

MURTA, Marcos Eustaquio de Oliveira. **Ações de responsabilidade social na FAE/ UFMG: estudo a partir do balanço social IBASE**. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Faculdade Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2015.

NASCIMENTO, Jose Mancinelli Ledo do. **Índice de responsabilidade social da universidade: uma metodologia de avaliação institucional**. 2014. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

NOGUEIRA, Fabio Luiz Benicio Maia. **Políticas institucionais e ações inclusivas nas universidades: análise das condições de acesso para discentes surdos**. 2012. 234 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2012.

NOGUEIRA, Pedro Paulo Carneiro. **A dimensão ambiental no curso de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Mato Grosso:** um estudo de caso em Educação e Meio Ambiente. 2006. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

NOGUEIRA, Renée Albagli. **Responsabilidade social da universidade:** um estudo dos egressos do doutorado em educação da Universidade Federal da Bahia. 2010. 255 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

NUNES, Édson *et al.* Economia política e regulação da educação superior no Brasil. In: NUNES, Valeria Fontoura. **A categoria capital social em Putnam:** delineando indicadores para a responsabilidade social institucional à UNIPAMPA. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Capão do Leão, 2014.

OLIVEIRA, Carla Andrade Marques de. **O Design Gráfico no ativismo midiático:** da publicidade à contra mensagem. 2012. 198 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, Eleuda Coelho de. **Responsabilidade Social:** um Estudo Avaliativo dos Programas na Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC de Itabuna/BA. 2009. 140 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2009.

OLIVEIRA, F. R. M. **Relações públicas e a comunicação na empresa cidadã.** 2000. Monografia (Especialização) – Unesp, São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br>. Acesso em: 3 dez. 2001.

OLIVEIRA, Flavia Christiane Cruvinel. **Responsabilidade social:** influência do núcleo de prática jurídica do curso de Direito da Faculdade Atenas-Paracatu/MG. 2013. 68 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. Prefácio. In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção**. Bragança Paulista: Ed. da Universidade São Francisco, 1999.

OLIVEIRA, Gláucia Coutinho Bucioli. **Ensino Superior, Responsabilidade Social e Impactos Comunitários**: estudo de caso da Faculdade de Ciências Gerenciais de São Joaquim da Barra – SP. 2012. 88 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Centro Universitário de Franca, Franca, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Daher. **Modelo de análise de posicionamento organizacional para formulação de estratégias**: uma aplicação no polo moveleiro de Linhares – ES. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Unidade Metodista de Piracicaba, Santa Bárbara D' Oeste, 2005.

OLIVEIRA, Vanessa Naira Lima de. **As Repercussões do programa de responsabilidade socioambiental da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Salvador**: o olhar da comunidade interna. 2010. 99 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2010.

ORCHIS, Maurício; YUNG, Marcelo; MORALES, Santiago. **Impactos da responsabilidade social nos objetivos e estratégias empresariais**. 2000. Monografia (Especialização) – FAAP, São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br>. Acesso em: 10 dez. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança adotada pela Resolução 44/25 da Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1240>. Acesso em: 10 out. 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **A Educação que queremos para a geração dos bicentenários**: Metas Educativas 2021. 2008. Disponível em: <http://www.oei.es/historico/metas2021/indicep.htm>. Acesso em: 10 out. 2016.

OSHIRO, Sonia. **Os desafios éticos de uma universidade particular no oeste brasileiro, diante do novo cenário**: nova legislação oficial vigente para as universidades comunitárias. 2000. 231 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

OTERO, Gabriela Gomes Pro. **Gestão ambiental em instituições de ensino superior**: práticas dos campi da São Paulo: Universidade de São Paulo. 2010. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PÁDUA, Elisabete Matallo M. **Metodologia de pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas: Papyrus, 2004.

PADUA, Idiene Aparecida Vitor Proença. **Responsabilidade social universitária, acesso à justiça e desenvolvimento**: um estudo do Escritório Escola Jurídico Social "Desembargador Ranulfo de Melo Freire", da Universidade do Estado de Minas Gerais (campus de Passos) e seus reflexos acadêmicos. 2013. 183 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Centro Universitário de Franca, Franca, 2013.

PAES, Catia Emiliana. **Logística reversa e gestão de resíduos de equipamentos de informática na Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)**. 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2015.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PAULA, Evania de Lourdes Mariano de. **O impacto dos projetos sociais na educação**: um estudo de caso. 2013. 58 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

PAULA, Sívio Luiz de. **Comunicação organizacional e responsabilidade social em Instituições de Ensino Superior de Pernambuco: o uso de ferramentas de comunicação para a construção da impressão de organização socialmente responsável.** 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

PAULINO, Evandro Marcio de Carvalho. **O Estudo da Ética nos Cursos de Graduação em Administração.** 2003. 242 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003.

PEIXOTO, Alexsandre Victor Leite. **Responsabilidade social na educação superior: concepção e prática nas instituições particulares de educação superior do Estado de Alagoas.** 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PEREIRA, Aparecida Veloso; BARBOSA, Fernando Cordeiro.

Responsabilidade Social do Estado: uma Pesquisa sobre os Problemas Sociais Vividos por Moradores de Áreas de Risco. *In:* SEGET – SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 9., 2012, Resende. **Anais [...]** Resende, 2012.

PEREIRA, Itamar Barbosa. **Contribuição para a gestão efetiva de projetos sociais:** estudo de caso – projeto inclusão & ação: uma proposta de capacitação de profissionais de educação para uma sociedade inclusiva. 2005. 125 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

PEREIRA, Raquel da Silva. **Responsabilidade social na universidade:** estudo de caso da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP. 2003. 266 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

PERNALETE, Mariela Torres; ORTEGA, Miriam Trápaga. **Responsabilidad Social de la Universidad:** retos y perspectivas. Buenos Aires: Paidós, 2010.

PETRELLI, Cristina Melim. **Assistência e responsabilidade social: as experiências das instituições de ensino superior participantes do Sistema ACADEMIA. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.**

PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da universidade.** São Paulo: Cortez, 1994.

PINTO, Maira Meira. **Responsabilidade social em universidade comunitária: novos rumos para a educação superior.** 2009. 170 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PITHON, Conrado Farah Montenegro Caulliraux. **Responsabilidade social corporativa: o que há de filantrópico no trabalho voluntário?** 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

PONCHIROLLI, Osmar. **Ética e responsabilidade social empresarial.** Curitiba: Juruá, 2009.

PRADA, Dave Lima. **Responsabilidade social das Universidades e do Estado na formação, segurança e educação dos jovens.** 2009. 99 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Ibirapuera, São Paulo, 2009.

PUCCI, Bruno. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. **Impulso**, Piracicaba, p. 3342, 1991.

QUEIROZ, Kelli Consuelo Almeida de Lima. O processo de implementação da autoavaliação proposta pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES: a experiência de uma Universidade Pública. In: OLIVEIRA, Anatalia Dejene Silva de; PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo. **Educação Superior: questões contemporâneas.** Salvador: EDUNEB, 2010. p. 181-212.

RAMOS, Marina Codo Andrade Teixeira. **O compromisso formativo dos cursos de Administração com a realidade local.** 2015. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino Pesquisa Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, v. 1, n. 19, 2003.

REETZ, Lucimar; TOTTOLA, Etienne de Castro. **Responsabilidade social: impossível ficar de fora**. São Paulo: Livro Pronto, 2006.

REGIS, Franklin Rami Cavalcanti Oliveira. **Aferição da responsabilidade social corporativa: influência da formação acadêmica contábil**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2014.

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. **Cultura, Poder, Comunicação e Imagem: fundamentos para a nova empresa**. São Paulo: Pioneira, 1991.

REIS, Antônio Ribas. **Gestão da Responsabilidade Social: estudo em universidades da região metropolitana de Salvador**. 2007. 171 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2007.

RESPONSABILIDADE SOCIAL. Brasília, DF: Agência Neurônios, 2008. Disponível em: <http://www.responsabilidadesocial.com>. Acesso em: 10 jun. 2008.

RIBAS, Maria Regina Costa Tabora Rauen. **O projeto pedagógico do Curso de Jornalismo da PUCPR: a formação ética em questão**. 2003. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. **Responsabilidade Social Universitária e a Formação Cidadã**. 164 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

RIBEIRO, Vivian Paula. **Responsabilidade Social e Confessionalidade: a compreensão de uma IES X de Salvador**. 2008. 97 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2008.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. O Sinaes como Sistema. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006.

RODRIGUES, Cláudia Medianeira Cruz; RIBEIRO, Jose Luis Duarte; SILVA, Wakmir Rufino. A responsabilidade social em IES: uma dimensão de análise do SINAES. **Revista Gestão Industrial**, Ponta Grossa: UTFPR, v. 2, n. 4, 2006.

ROLIM, Cassio Frederico Camargo. Índice de inserção regional das instituições de ensino superior. *In*: ENABER – ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 7., 2009, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ABER, 2009.

ROSA, Eliana Migliorin da. **Responsabilidade Social na FUCAPI: Visão Atual e Perspectivas**. 2004. 152 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

ROSETTO, Márcia Regina Chrispim Alvares. **Instituições de Ensino Superior e Responsabilidade Social: um Estudo sobre as representações de lideranças da Educação Superior Brasileira**. 2011. 345 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SAKUNO, Irene Yoko Taguchi. **A intervenção social e o direito ambiental na universidade: perspectivas para educação ambiental**. 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012.

SALGADO, Maria Francisca de Miranda Adad. **Desenvolvimento de programa de gestão ambiental para instituições de ensino superior. Estudo de caso**: Instituto Esperança de Ensino Superior – IESPES. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SAMPAIO, Marcio Santos. **Percepções dos discentes do curso de Ciências Contábeis diante das questões socioambientais: um estudo nas IES de Salvador/Bahia.** 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SANTIS, Grasiely Cachoeira Félix de. **Universidade com responsabilidade social: a contribuição da Universidade Federal de Santa Catarina para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Santa Catarina.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, José Henrique. Sobre a universidade e o ensino da graduação. **ABMES Notícias**, [s. l.], n. 17, p. 4, 1993.

SANTOS, Paulo Sérgio Lopes. **A Responsabilidade Social nos Cursos Superiores de Turismo do Maranhão.** 2006. 52 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SÃO PEDRO, Suziméri Vilas Bôas Pescador. **Gestão socialmente responsável em instituições de ensino superior – IES: modelo de avaliação aplicado na UNIOESTE – campus Cascavel/PR.** 2004. 136 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SCHMIDT, João Pedro. O Comunitário em Tempos de Público não Estatal. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 9-40, mar. 2010. Disponível em: <https://www.abruc.org.br/view/assets/uploads/artigos/abruc/aval-100-25036-178418-1-pb.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SCHOMMER, Paula Chies; FISCHER, Tânia. Cidadania empresarial no Brasil: os dilemas conceituais e a ação de três organizações baianas. **Revista Organização e Sociedade**, Salvador, v. 6, n. 15, p. 99-118, maio/ago. 1999.

SCHORR, Eduardo. **Ações Sociais Estratégicas: uma análise da percepção dos gestores de universidades comunitárias de Santa Catarina.** 2011. 230 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Pesquisa universitária em questão.** Campinas: Unicamp, 2001.

SENEFONTE, Geceler Leandro. **Proposição de Modelo para Construção de Sistema de Indicadores para Projetos de Responsabilidade Social Corporativa: Um Estudo Exploratório Sobre a Inclusão de Indicadores Sociais.** 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Projetos) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2014.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire.** 2013. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&q=Conceitos+de+extens%C3%A3o+universit%C3%A1ria%3A+um+di%C3%A1logo+com+Paulo+Freire&btnG=&lr=>. Acesso em: 20 mar. 2016.

SGUAREZI, Sandro Benedito. **O Perfil do futuro administrador: da formação técnica à educação para a responsabilidade social.** 2003. 176 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SILVA, Adriane Aparecida. **Sustentabilidade Ambiental nas Universidades Estaduais do Estado do Pará.** 2016. 91 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irapituba, 2016.

SILVA, Aleteia Karina Lopes da. **Responsabilidade social, um fenômeno em construção: avanços e desafios deste movimento nas universidades privadas do Paraná.** 2010. 148 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2010.

SILVA, Ana Cláudia Vieira. **Os discursos construídos em torno das práticas de Responsabilidade Social no Ensino Superior Privado**. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SILVA, Carmen Luiza da. **Responsabilidade Social nas Universidades Brasileiras: autonomia ou adequação?** 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2008.

SILVA, Daniela Regina da. **A formação do publicitário e sua responsabilidade social: por uma prática publicitária mais ética**. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007.

SILVA, Elieny do Nascimento. **Responsabilidade social nas ações de extensão do Programa Iniciativas Negras: trocando Experiências**. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SILVA, Fabiano André Gonçalves. **Empreendedorismo social e protagonismo juvenil: a estratégia socioeducativa do projeto OASIS de intervenção universitária Natal – RN2011**. 2011. 163 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

SILVA, Flora Moritz da. **Universidade e compromisso social: a prática da Universidade Federal de Santa Catarina no Núcleo de Estudos da Terceira Idade**. 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SILVA, Iete de As e. **A responsabilidade social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro perante a comunidade de Seropédica**. 2003. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão e Estratégia em Negócios) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, Inês Amaro da. **Educação socialmente responsável**: expressões no Ensino de Graduação em Universidade Comunitária. 2014. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SILVA JUNIOR, Ademar Bueno da. **A responsabilidade social como elemento motivador na formação profissional do aluno de medicina**. 2008. 73 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**: reforma do Estado e mudança na produção. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 1999.

SILVA, Liliane. **Integração da responsabilidade social corporativa ao curso de Administração**: um estudo realizado em instituições de ensino superior. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016.

SILVA, Maristela Ferreira de Andrade Gomes da. **Projetos sociais ou “de caridade”?** Uma análise da formação de administradores em responsabilidade social empresarial. 2014. 46 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

SILVA, Natassja Christie Vieira da. **Contribuições da metodologia service-learning para o ensino de responsabilidade social em cursos de graduação em Administração**. 2012. 72 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Neuma Kelly Vitorino da. **Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável**: um estudo de caso em uma Instituição de Ensino Superior da cidade do Recife. 2009. 181 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) – Fundação Universidade de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, Patrícia Couto da. **Educar para a Cidadania: um olhar sobre os currículos dos cursos de Administração.** 2010. 87 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2010.

SILVA, Renata Céli Moreira da. **Responsabilidade Social no Ensino em Administração:** um estudo exploratório sobre a visão dos estudantes de graduação. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Renato Thiago da. **Responsabilidade social empresarial com o público interno:** o compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade dos empregados administrativos de duas universidades. 2011. 169 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SILVA, Richéli Timm dos Passos da. **Universidade e atividade da pesquisa:** limites e possibilidades na potencialização da responsabilidade social e política. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SILVA, Sonia Maria de Carvalho. **Ações de responsabilidade social desenvolvidas na extensão universitária:** estudo de caso em uma instituição federal de ensino superior. 2011. 163 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SILVA, Valdeni Araújo da. **Gestão da Responsabilidade Social em Instituições de Ensino Superior da Região Metropolitana de Salvador.** 2010. 96 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2010.

SINDICATO DAS MANTENEDORAS DO ENSINO SUPERIOR. **Mapa do Ensino Superior.** São Paulo: [s. n.], 2015.

SOARES, Bárbara Maria Correia. **A Abordagem da Ética nos Cursos de Graduação em Administração de Salvador**. 2004. 160 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SOUSA, Júlio Cesar Rodrigues de. **Gestão da responsabilidade social em universidades**: análise da percepção de diferentes sujeitos na comunidade acadêmica Potiguar. 2014. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2014.

SOUZA, Camila Azevedo. **Responsabilidade social na educação**: Brasil e Portugal na divisão internacional do trabalho. 2014. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SOUZA, João Jakson Oliveira de. **Como formar empreendedores socialmente responsáveis**: um estudo de caso no curso de graduação em Administração da faculdade de tecnologia empresarial. 2007. 148 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2007.

SOUZA, Nevil Queiroz de. **A institucionalização das ações de responsabilidade social corporativa**: um estudo em universidades comunitárias gaúchas. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2010.

SPERS, Valeria Rueda Elias; SIQUIERA, Elisabete Stradiot. **Responsabilidade social**: conceitos, experiências e pesquisa. São Paulo: Ottoni, 2010.

STADLER, Adriano. **Responsabilidade social e a imagem corporativa de uma instituição de ensino superior na percepção do corpo docente**. 2007. 131 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2007.

STEINER, George A.; MINER, John B. **Política e estratégia administrativa**. Rio de Janeiro: Interciência, 1997.

STROLIGO, Regina Celia. **A responsabilidade social sob a perspectiva do SINAES: um estudo de caso em uma instituição federal de ensino**. 2013. 108 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

TAMANINI, Delci. **Controle das ações sociais em instituições de ensino superior para renovação do certificado de entidade beneficente e assistência social**. 2005. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2005.

TANAKA, Emi. **A responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas**. 2003. 116 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

TAUCHEN, Joel Antônio. **Um modelo de gestão ambiental para implantação em instituição de ensino superior**. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.

TENÓRIO, Fernando G. **Responsabilidade Social Empresarial: teoria e práticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

TOLDO, Mariesa. **Responsabilidade Social Empresarial**. 2000. Monografia (Especialização) – Unesc, Criciúma, 2000.

TORRES, Ciro. **Um pouco da história do Balanço Social**. Disponível em: <http://www.ibase.org.br>. Acesso em: 12 abr. 2016.

TORRES, Luiz Eduardo Santos. **Proposta de modelo de gestão universitária baseado em sustentabilidade: aplicação ao caso PUC-Rio**. 2012. 67 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

UNESCO. CONSED. **Educação para todos – O Compromisso de Dakar**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://educacaosec21.org.br/objetivos-pos-2015/desafios-pos-2015/links-para-sites-e-documentos/>. Acesso em: 10 out. 2016.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **45 anos Funoesc**. Joaçaba, 2013. Disponível em: <http://www.unoesc.edu.br/unoesc/funoesc>. Acesso em: 10 out. 2015.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Estrutura Organizacional**. Joaçaba, 2016. Disponível em: <http://www.unoesc.edu.br/unoesc/funoesc/estrutura>. Acesso em: 12 out. 2016.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Unoesc 2013-2017**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2016. <http://www.unoesc.edu.br/unoesc/avaliacao/pdi>. Acesso em: 12 out. 2016.

VALLAEYS, Frederick. Que significa responsabilidade social universitária? **Estudos**, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 35-56, jun. 2006.

VELHO, Otávio. Os novos sentidos da interdisciplinaridade. **Mana**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 213-226, 2010.

VENÂNCIO, Agostinho Lopes. **Responsabilidade Social universitária: a contribuição da Universidade de Fortaleza (UNIFOR)**. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2014.

VENTURI, Rafael Junqueira. **Implicações do curso superior de audiovisual (criação e produção) no desenvolvimento: um estudo na cidade de Ribeirão Preto** – SP Franca. 2015. 89 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Centro Universitário de Franca, Franca, 2015.

VENZKE, Claudio Senna. **Educação para a sustentabilidade e o desenvolvimento docente na Administração**. 2015. 158 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

VERCELLI, Lígia de Carvalho Aboes. **Projetos sociais desenvolvidos em universidades da cidade de São Paulo**: mapeamento e análise. 2012. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2013.

VESCE NETO, Vittorio. **As políticas educacionais e a responsabilidade social na formação do administrador de empresas**. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007.

VIEIRA, Carla de Cassia Nardelli. **Responsabilidade Social Universitária**: um estudo sobre seu significado para os representantes dos grupos de interesse de uma universidade. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2015.

VIEIRA, Marta Guimarães D'Afonseca. **Responsabilidade Social e Ética nas Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas de Salvador – BA**. 2006. 224 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2008.

VIEIRA SILVA, A. C. O Público e o Privado · nº 31 · jan/jun · 2018. Responsabilidade social universitária, agendas sociais contemporâneas e a recondução comportamental consequente dessas demandas, 2018.

VILLAGRAN, Paula Boeira. **Formação em Responsabilidade Social na universidade**: análise de uma experiência. 2012. 196 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VOLPI, Marina Tazon. **Testemunhos de professores sobre sua ação profissional e a responsabilidade social da universidade**: docentes da PUCRS pensam sua universidade. 1995. 317 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

WAGENBERG, Alan. A urgência da responsabilidade social universitária.

Estudos, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 27-34, mar. 2006.

WEISS, Marcos dos Santos. **A Universidade do Contestado – UNC Campus de Canoinhas, sua realidade ambiental e o desenvolvimento sustentável:**

uma proposta de ação. 2002. 81 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade do Contestado, Canoinhas, 2002.

WIENHAGE, P. et al. **Responsabilidade social em Instituições de**

Ensino Superior: práticas adotadas para a gestão ambiental. *Gestão*

Contemporânea, Porto Alegre, ano 6, n. 6, p. 97-119, jan./dez. 2009.

WOOD, Donna J. Corporate social performance revisited. **Academy of**

Management Review, [s. l.], v. 16, n. 4, p. 671-718, 1991.

WRASSE, Carlos Laércio. **Responsabilidade social como ferramenta do**

marketing das instituições de ensino superior privadas do oeste do estado

do Paraná. 2004. 110 f. Dissertação (Mestrado em Administração) –

Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e método. Porto Alegre:

Bookman, 2010.

ZANCAN, Sílvia Letícia Munin. **A disciplina de ética na formação do**

profissional do Direito. 2007. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2007.

